

Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

Dissertação

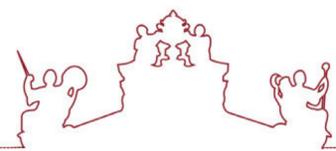
**As Piscinas de Mar no planeamento das estâncias de
vilegiatura balnear portuguesas: reativação da Piscina
Oceânica de S. Pedro de Moel**

Rafael José de Sousa Gonçalves

Orientador(es) | Daniel Nicolas Ferrera

Évora 2022





Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

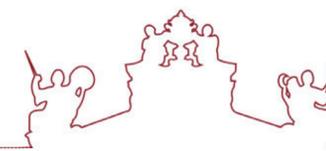
Dissertação

**As Piscinas de Mar no planeamento das estâncias de
vilegiatura balnear portuguesas: reativação da Piscina
Oceânica de S. Pedro de Moel**

Rafael José de Sousa Gonçalves

Orientador(es) | Daniel Nicolas Ferrera

Évora 2022



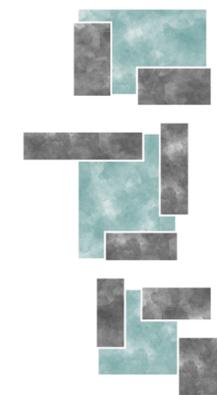
A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Artes:

Presidente | João Rocha (Universidade de Évora)

Vogais | Daniel Nicolas Ferrera (Universidade de Évora) (Orientador)
Pedro Pacheco (Universidade de Évora) (Arguente)

Évora 2022





**AS PISCINAS DE MAR NO PLANEAMENTO DAS
ESTÂNCIAS DE VILEGIATURA BALNEAR PORTUGUESAS**
REATIVAÇÃO DA PISCINA OCEÂNICA DE S. PEDRO DE MOEL

Rafael José de Sousa Gonçalves
Orientador: Prof. Daniel Nicolás Jiménez Ferrera

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Departamento de Arquitetura da Universidade de Évora

2022

Júri:
João Rocha (Presidente)
Daniel Nicolás Jiménez Ferrera (Orientador)
Pedro Pacheco (Arguente)

NOTA:

A presente dissertação foi desenvolvida seguindo o novo acordo ortográfico e segundo a norma *Chicago Manual of Style 17th Edition*. Todos os desenhos foram produzidos pelo autor, sendo que alguns se tratam de interpretações consequentes da investigação e da análise de cartografia e documentos históricos originais.

*À minha família, em especial aos meus pais e à minha irmã, pelo apoio que sempre me deram.
A todos os amigos que me acompanharam ao longo deste percurso académico.*

ÍNDICE

00. INTRODUÇÃO 001.

00.1. RESUMO 001. **00.1.1.** ABSTRACT 002. **00.2.** OBJETO 003. **00.3.** OBJETIVO E METODOLOGIA 004. **00.4.** ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO 005. **00.5.** ESTADO DA ARTE 006.

01. BANHO DE MAR 007.

01.1. A VILEGIATURA 009. **01.2.** A ARQUITETURA DA VILEGIATURA 011. **01.3.** A VILEGIATURA EM PORTUGAL 013. **01.4.** O BANHO 015. **01.5.** O BANHO DE MAR 017. **01.6.** AS PRIMEIRAS ESTÂNCIAS BALNEARES 021.

02. PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO 023.

02.1. URBANISMO TURÍSTICO 025. **02.2.** A GESTÃO TERRITORIAL EM PORTUGAL 027. **02.3.** *PLANS D'AMENAGEMENT, D'EMBELLISSEMENT ET D'EXTENSION DES VILLES* 029. **02.4.** PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO (1930-1970) 031. **02.5.** URBANISMO DA ESTÂNCIA BALNEAR 035.

03. PISCINAS DE MAR 039.

03.1. PISCINAS DE MAR 041. **03.2.** GRANJA 047. **03.2.1.** PISCINA DE MAR DA GRANJA 051. **03.3.** ESPINHO 053. **03.3.1.** PISCINA SOLÁRIO ATLÂNTICO 057. **03.4.** FIGUEIRA DA FOZ 059. **03.4.1.** PISCINA PRAIA DA FIGUEIRA DA FOZ 063. **03.5.** PRAIA DAS MAÇÃS 067. **03.5.1.** PISCINA CONCHA 069. **03.6.** ESTORIL 071. **03.6.1.** PISCINA DE MAR DO TAMARIZ 075. **03.7.** PRAIA GRANDE 077. **03.7.1.** PISCINA DE MAR DA PRAIA GRANDE 079. **03.8.** LEÇA DA PALMEIRA 081. **03.8.1.** PISCINA DE MARÉS 083. **03.9.** S. PEDRO DE MOEL 087. **03.9.1.** PISCINA OCEÂNICA 095. **03.10.** PRAIA-PISCINA-FLUTUANTE 099.

04. PROJETO 101.

04.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO 103. **04.2.** SISTEMA TOPOGRÁFICO 105. **04.3.** SISTEMA DE MOBILIDADE 107. **04.4.** SISTEMA GEOLÓGICO 109. **04.5.** SISTEMA DE OCUPAÇÃO DOS SOLOS 111. **04.6.** ANÁLISE DO AGLOMERADO EXISTENTE 113. **04.6.1.** PERCURSO FOTOGRÁFICO 115. **04.6.2.** CRONOLOGIA 117. **04.7.** ANÁLISE DO COMPLEXO EXISTENTE 119. **04.8.** INTERVENÇÃO 135. **04.8.1.** BANHOS DE MAR 137. **04.8.2.** FOTOMONTAGENS 173.

05. CONCLUSÃO 183.

05.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS 185. **05.2.** BIBLIOGRAFIA 187. **05.3.** REFERÊNCIAS DE FIGURAS, DESENHOS E FOTOGRAFIAS 191.

00.1. RESUMO

As Piscinas de Mar no planeamento das estâncias de vilegiatura balnear portuguesas: reativação da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel.

Nos textos bíblicos o mar é por diversas vezes descrito como um instrumento de punição divina, o que gerou um sentimento de receio face a este elemento. Contudo, o temor que durante tanto tempo nos manteve afastados do mar foi progressivamente substituído por uma quase inexplicável admiração, em parte resultante da descoberta dos benefícios terapêuticos do banho de mar. A aproximação ao limite costeiro gerou uma inevitável tentativa de domesticação do meio aquático, da qual são reflexo as Piscinas de Mar, que seriam dos principais polos dinamizadores das Estâncias Balneares do século XX, e que se viriam a disseminar pelo litoral português neste período. A decadência do lugar de S. Pedro de Moel após o abandono do seu Complexo de Piscinas Oceânicas, comprova a dependência que os aglomerados costeiros tinham destes equipamentos, pela sua interação direta com a população e com o núcleo urbano. Assim, tornou-se evidente a necessidade de analisar a tipologia através da caracterização da relação estabelecida pelo conjunto Estância Balnear – Piscina de Mar, por forma a definir ações que permitam a revitalização dos aglomerados através da reabilitação formal e funcional da tipologia em questão.

PALAVRAS - CHAVE: VILEGIATURA; BANHO DE MAR; ESTÂNCIA BALNEAR; PISCINA DE MAR; S. PEDRO DE MOEL

00.1.1. ABSTRACT

Ocean Pools in the planning of the Portuguese seaside resorts: reactivation of the S. Pedro de Moel Ocean Pool.

In the Bible, the sea is seen as an instrument of divine punishment, which generated fear regarding the ocean. Partly as a result of the therapeutic benefits of sea baths, the dread that for so long kept us apart from the sea was gradually replaced by an inexplicable sense of admiration. The human being kept coming closer to the shore which led to the need to domesticate the ocean and the construction of the first ocean pools. These became one of the most prominent attractions of seaside resorts in the 20th century and they quickly spread across the Portuguese shore. The decay of S. Pedro de Moel after its Ocean Pool was abandoned proves the reliance of seaside resorts on these facilities, due to their relevance, both for the population and the resort itself. Thus, the need to understand this kind of facilities through the relationship they establish with the resort became mandatory so as to find solutions which allow the revitalisation of these urban areas through the formal and functional rehabilitation of ocean pools.

KEY - WORDS: VILEGGIATURA; SEA BATHING; SEASIDE RESORT; OCEAN POOL; S. PEDRO DE MOEL

00.2. OBJETO

O objeto de estudo é o Complexo de Piscinas Oceânicas de S. Pedro de Moel, situado no distrito de Leiria e inserido no concelho da Marinha Grande. Este pequeno lugar, encaixado entre o Oceano Atlântico e a Mata Nacional de Leiria, desenvolveu-se inicialmente através da exploração dos recursos florestais, tendo posteriormente focado a sua sustentabilidade económica na exploração do turismo balnear de recreio. Esta transição surge com a apresentação do Antepiano de Urbanização de S. Pedro de Moel (1946-1947), integrado nos Planos Gerais de Urbanização, um ato de planeamento desenvolvido a nível nacional com o objetivo de desenhar a forma urbana da costa portuguesa e promover a sua exploração turística.

O Complexo de Piscinas Oceânicas de S. Pedro de Moel (1965-1967), desenhado pelos arquitetos Egas de Vidigal Vieira e Victor Manuel Rodrigues, sob iniciativa da coletividade PROMOEL, surgiu “pela *dificuldade permanente derivada do forte mar que aqui se faz sentir*” e funcionou nas épocas balneares entre 1967 e 2013. O seu abandono é não só uma perda ao nível funcional, arquitetónico e paisagístico, apresentando-se como uma ferida no sistema dunar, pelo avançado estado de degradação que apresenta, mas também ao nível económico e social, pela evidente capacidade de dinamização local e regional que representava.

Por constrangimentos topográficos, o complexo, que se insere na tipologia de Piscina de Mar, desenvolve-se numa sequência de patamares, pelos quais se distribuem as infraestruturas relacionadas com a prática balnear – tanques de banho, balneários e vestiários – para além de um conjunto de programas de apoio e complementares – restaurante, snack-bar, salão de festas e salas administrativas. Assim, além da problemática associada ao abandono do complexo de piscinas, é ainda possível identificar uma outra, associada à topografia acidentada do lugar, que se reflete na formalização do conjunto, e que em muito dificulta a acessibilidade pedonal entre o núcleo urbano e a praia.

¹ Egas Vieira, “Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa” (Lisboa, 1965), 1.

00.3. OBJETIVO E METODOLOGIA

A investigação, para além de pretender caracterizar a relação estabelecida pelo conjunto Estância Balnear - Piscina de Mar, foca-se na dinamização do lugar através da reativação do Complexo de Piscinas Oceânicas de S. Pedro de Moel e da integração, no mesmo, de um programa de banhas não sazonal. A intervenção procura ainda dar resposta à dificuldade de acessos pedonais no aglomerado, reflexo da topografia acidentada daquele território.

Para tal, torna-se necessário desenvolver uma análise histórica e arquitetónica ao nível da prática do banho de mar, enquanto ritual que resultou na formalização das piscinas de mar, e das estâncias balneares marítimas, fortemente influenciadas pela entrada em vigor dos Planos Gerais de Urbanização, por forma a perceber o diálogo estabelecido entre a formalização urbana de uma estância balnear e o seu complexo de piscinas.

Esta investigação pretende demonstrar a relevância que estes equipamentos tinham na vida da estância balnear e que uma possível reformulação ou, em alguns casos, a reativação dos mesmos, integrada na realidade de cada aglomerado, traria benefícios, não só pela preservação de uma tipologia rara de encontrar, bem como pelo dinamismo que tal poderia trazer ao núcleo urbano.

00.4. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação, que, para além da "Introdução" e "Conclusão", se estrutura em quatro capítulos, começa numa investigação histórica, passa pela análise de casos concretos e resulta numa interpretação critica que fundamenta uma proposta de projeto de intervenção.

Com a designação “Banho de Mar”, o Capítulo 01 foca-se numa investigação histórica associada não só à origem desta prática e aos valores que lhe foram progressivamente estando associadas, como também à formalização arquitetónica que resultou da interpretação desses mesmos valores. Essa investigação, que se inicia nos banhos da antiguidade clássica, com o desenho das *thermae* romanas, estende-se até ao século XX, quando o reconhecimento dos valores terapêuticos da água do mar vão incentivar a ocupação do litoral europeu e a criação das estâncias balneares marítimas, onde se viriam a integrar as piscinas de mar, modelo que prevalece na costa atlântica.

O Capítulo 02, “Planos Gerais de Urbanização”, tem como principal objetivo perceber a formalização urbana do modelo das estâncias balneares marítimas do século XX, entendendo a origem e o instrumento de planeamento propriamente dito. Pretende-se desta forma compreender a influência que estes planos exerceram na construção do litoral português e na valorização do turismo nacional durante o período do Estado Novo.

No Capítulo 03, centrado nas “Piscinas de Mar”, são identificadas as características fundamentais desta tipologia, com base na análise, não só dos projetos e memórias descritivas e justificativas originais das piscinas de mar desenvolvidas em Portugal no período de ação dos Planos Gerais de Urbanização, mas também dos planos urbanos desenvolvidos para os aglomerados em causa, permitindo ter uma visão abrangente capaz de caracterizar a relação estabelecida pelo conjunto Estância Balnear - Piscina de Mar.

Por fim, o Capítulo 04 resulta na formalização de uma proposta para S. Pedro de Moel, baseada no conhecimento dos valores associados ao ritual de banho e dos instrumentos associados à produção urbana das estâncias balneares, informação adquirida ao longo das várias fases de investigação. Esta proposta pretende dinamizar o aglomerado e reativar o Complexo de Piscinas Oceânicas através da integração de um novo programa de banhos não sazonal, em que é feita uma reinterpretação da componente terapêutica do banho de mar, a par do desenvolvimento de um novo sistema de acessibilidades pedonais, funcionando o conjunto como um interface entre terra e mar.

00.5. ESTADO DA ARTE

O Banho de Mar, os Planos Gerais de Urbanização para as estâncias balneares marítimas e as Piscinas de Mar são os três principais temas desta dissertação. Para cada um deles podem identificar-se um conjunto de documentos de apoio à investigação, sendo que a dissertação de doutoramento de Susana Luísa Mexia Lobo, *Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos*,¹ pela investigação rigorosa que dedica a todo o desenvolvimento urbano e arquitetónico relativo ao turismo nacional durante o período do Estado Novo, pode ser identificada como uma obra fundamental para o entendimento de todo o processo associado à prática turística em Portugal, desde o surgimento do hábito de banho, até ao desenho das estâncias balneares marítimas modernas.

No que se refere ao banho de mar podem distinguir-se duas fases fundamentais, uma referente à definição do conceito de vilegiatura balnear e à formalização urbana e arquitetónica das primeiras estâncias balneares internacionais, informada pela dissertação de doutoramento de Maria da Graça Fernandes Pestana dos Santos Gonzalez Briz, *A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo*,² e uma segunda, em que se compreende o surgimento do ritual de banho em Portugal e a dinâmica social associada às primeiras estâncias balneares marítimas portuguesas, informada pela obra *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*,³ de Ramalho Ortigão.

A análise metódica acerca dos Planos Gerais de Urbanização por parte de Margarida Souza Lôbo, no livro *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*,⁴ revelou-se fundamental para compreender, em primeiro lugar, toda a lógica relativa à reforma do planeamento urbano em que se inserem, mas também para o entendimento do fenómeno de ocupação do litoral português através deste mesmo sistema de planeamento urbano.

Nesta investigação, o estudo acerca das piscinas de mar, que incide, numa fase inicial, na identificação das piscinas de mar construídas em território nacional no período de ação dos Planos Gerais de Urbanização, tornou-se possível graças à análise da investigação aprofundada de Susana Luísa Lobo Mexia. A informação relativa aos vários projetos de piscinas de mar foi obtida através da consulta dos projetos e memórias descritivas e justificativas originais quando possível, ou em alguns casos, pela consulta de publicações da época, sendo de saudar a colaboração de todas as Câmaras Municipais, Arquivos e Bibliotecas que disponibilizaram esta informação, em alguns casos inédita.

A temática relacionada com S. Pedro de Moel, no que diz respeito à sua história e desenvolvimento económico e social, teve como principais referências a obra *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel*,⁵ escrita pelo antigo presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, Artur Neto Barros, o livro *Cidade da Marinha Grande: Subsídios para a sua História*,⁶ de João Rosa Azambuja, e as *Memórias da Marinha Grande*,⁷ de Joaquim Barosa. É de referir ainda a dissertação de mestrado *S. Pedro de Moel: um refúgio moderno*,⁸ de Emmanuella Silva da Quinta, cujo tema de investigação é a produção arquitetónica moderna de casas de veraneio naquele lugar.

¹ Susana Luísa Mexia Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As cenografias do lazer na costa portuguesa, da 1ª República à Democracia” (Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012).

² Maria da Graça Fernandes Pestana dos Santos Gonzalez Briz, “A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo” (Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2003).

³ Ramalho Ortigão, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante* (Porto: Livraria Universal, 1876).

⁴ Margarida Souza Lôbo, *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 2ª Ed. (Porto: FAUP, 1995).

⁵ Artur Neto Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel* (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989).

⁶ João Rosa Azambuja, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios para a sua História* (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998).

⁷ Joaquim Barosa, *Memórias da Marinha Grande*, 3ª Ed. (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1993).

⁸ Emmanuella Silva da Quinta, “S. Pedro de Moel. Um Refúgio Moderno” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2010).

FIG 001 O chuveiro [S. Pedro de Moel, década de 1930]



"O mar. A matéria-prima inesgotável de que somos milionários, que tantos nos invejam, que se nos oferece disponível e prestável à necessidade e à imaginação, que com tanta naturalidade e génio soubemos utilizar, que foi a nossa obsessão e fez a nossa glória, e de que agora apenas nos lembramos raquiticamente de ano a ano."

Miguel Torga, *Diário - Vols. XIII a XVI* (Alfragide: Publicações Dom Quixote, 1999), 182.

01

BANHO DE MAR

01. BANHO DE MAR 007.

01.1. A VILEGIATURA 009. 01.2. A ARQUITETURA DA VILEGIATURA 011.
01.3. A VILEGIATURA EM PORTUGAL 013. 01.4. O BANHO 015. 01.5.
O BANHO DE MAR 017. 01.6. AS PRIMEIRAS ESTÂNCIAS BALNEARES 021.

01.1. A VILEGIATURA

O termo vilegiatura, que tem origem no vocábulo italiano *villeggiatura*⁰⁰¹ corresponde à necessidade de uma *temporada passada fora da própria casa, para recreio, repouso ou tratamento*⁰⁰². Este hábito, que ocorria na antiga Roma, era motivado por um crescimento acentuado das cidades, cuja vida muito agitada nem sempre era a mais saudável, sendo levado a cabo por aqueles que dispunham de melhores condições económicas, tratando-se, portanto, de uma prática recreativa⁰⁰³ reservada a um grupo restrito.

Nesse período, este retiro da cidade tinha lugar numa *villa*, geralmente rodeada de propriedades rurais, fora dos aglomerados urbanos, no campo ou à beira-mar. Estas segundas habitações eram mais luxuosas e confortáveis que as casas da cidade, visto que, se por um lado a casa da cidade era uma necessidade associada à vida política, por outro, as habitações de retiro eram concebidas para proporcionar um ambiente de lazer e repouso, um lugar onde se ia passar um período de tempo com o intuito de descansar e recuperar do desgaste associado à vida urbana.⁰⁰⁴

*“A casa de veraneio ou de fim de semana, destinada a pequenas estadias, diferencia-se da vivenda de sentido urbano por não se tratar de uma residência de permanência, por isso com uma maior simplicidade ao mesmo tempo que se procura, como objectivo primeiro, a integração na Natureza, valorizando sentido de sítio, genius locci.”*⁰⁰⁵

Apesar de se ter verificado um decréscimo destes hábitos após a queda do Império Romano, continuam a observar-se mudanças temporárias de residência durante a Idade Média. Poderão considerar-se hábitos de vilegiatura o facto de alguns monges se hospedarem temporariamente noutros mosteiros, ou de alguns senhores feudais se retirarem para repousar nos mosteiros sob sua proteção.⁰⁰⁶

Só no Renascimento a vilegiatura volta a tornar-se uma moda, devido a um novo crescimento das cidades e ao início de uma economia mercantil, em que já se identificavam semelhanças com a economia capitalista. Neste período, são as cortes reais que, pelo aumento expressivo da sua riqueza e poder, vão construir algumas das mais marcantes casas de lazer do património arquitetónico europeu, como é o caso das *villas* de Paládio construídas para a classe mais abastada da sociedade de Veneza.⁰⁰⁷

A vilegiatura manteve-se nestes moldes até ao século XVIII, altura em que, por influência da Revolução Industrial, uma maior fatia da população se viu capaz de passar uma temporada fora da sua habitação da cidade. Esta nova possibilidade resultava de uma maior capacidade financeira, mas também de um maior conhecimento, fatores que iriam motivar uma reinterpretação moderna do conceito de vilegiatura, e resultariam na criação de três variantes desta prática, a vilegiatura climática, a vilegiatura balnear e a vilegiatura termal.

Na Europa, a vilegiatura climática estava associada à passagem de períodos de tempo no campo ou à beira-mar, em busca de climas mais quentes para passar os meses de inverno. Por outro lado, em Portugal, a vilegiatura climática, à qual estavam associadas as Quintas de Fresco, ocorria no verão, altura em que as classes mais favorecidas da sociedade procuravam passar os meses mais quentes na serra ou à beira-mar em busca de climas mais amenos.⁰⁰⁸ Seriam estas quintas que viriam a despoletar o surgimento de algumas estâncias balneares marítimas, como foi o caso da Granja.

Apesar das qualidades medicinais de algumas águas serem já conhecidas desde a Idade Média, só no século XVIII, com os avanços científicos, especialmente na área da medicina, é que a vilegiatura termal vai surgir, apoiada em dados concretos relativos aos benefícios das águas termais. As termas, que até aí eram só utilizadas pelos habitantes locais, passaram a ser frequentadas pela corte e pelas classes sociais mais altas, o que muito contribuiu para a sua afirmação. Em Portugal, as termas de maior relevo seriam as das Caldas da Rainha, frequentadas pela família real, e também as termas do Estoril.⁰⁰⁹

As sucessivas reinterpretações do conceito de vilegiatura revelaram-se fundamentais na definição das estâncias modernas, que embora se adaptassem ao carácter específico da vilegiatura que promoviam, tinham em comum a vontade de proporcionar um ambiente de refúgio do quotidiano da cidade política e industrial. É neste seguimento que, em função da necessidade de um conjunto de equipamentos indispensáveis a uma estadia de repouso e lazer, as estâncias de vilegiatura vão sofrer alterações fundamentais associadas à sua estrutura urbana. Desta forma, a vilegiatura, que numa fase inicial influenciava unicamente a arquitetura, viria mais tarde a definir o planeamento urbano de cidades.

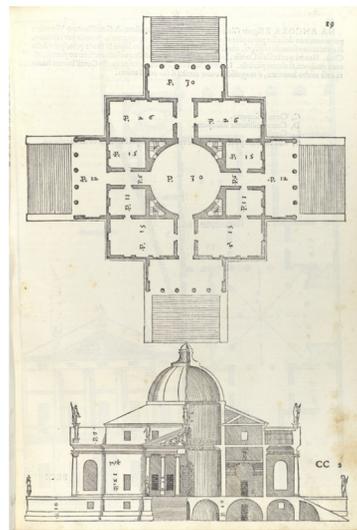


FIG 002 Villa Capra "La Rotonda" (1570) - Andrea Palladio

A Villa Capra pode ser entendida como o modelo de residência de retiro para a prática da vilegiatura. Situada no topo de uma colina e de desenho simétrico, possibilitava o vista, em todas as direções, sobre a propriedade do senhor, permitindo uma experiência de contacto com o meio rural e o consequente distanciamento do caos da vida urbana. Esta residência punha em evidência a importância do lugar, valorizando de forma clara o *genius locci*.

⁰⁰¹ O vocábulo *villeggiatura* surge no Renascimento, recuperando o termo latino *rusticatio*, de origem Romana, que designava a "estada ou permanência no campo, vida de campo ou morada de campo durante a estação calma". Júlio Ambrósio, "Viagem, Turismo, Vilegiatura", *GEOSP: Espaço e Tempo*, n.º 18 (30 de Agosto de 2005): 105.

⁰⁰² Lello & Irmão, "Vilegiatura", in *Dicionário Prático Ilustrado*, 1246, 1977.

⁰⁰³ "[...] para o comum do povo romano, a palavra 'recrear' tinha a significação de reparar, restabelecer, restaurar, renovar, e ainda a de reproduzir. Cícero e Horácio empregaram-na também na acepção de deleitar, alegrar, divertir, e distrair, o que [...] leva a pensar que já então se entenderia que a renovação das faculdades humanas se consegue mais facilmente, se não unicamente, pela via da distração do espírito, deleitando os sentidos." Ilídio de Araújo, "Quintas de Recreio," *Brocara Augusta*, n.º 27 (s. I., 1973).

⁰⁰⁴ Maria da Graça Fernandes Pestana dos Santos Gonzalez Briz, "A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo" (Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2003), 15.

⁰⁰⁵ Ana Tostões, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, 2ª Edição (Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997), 66.

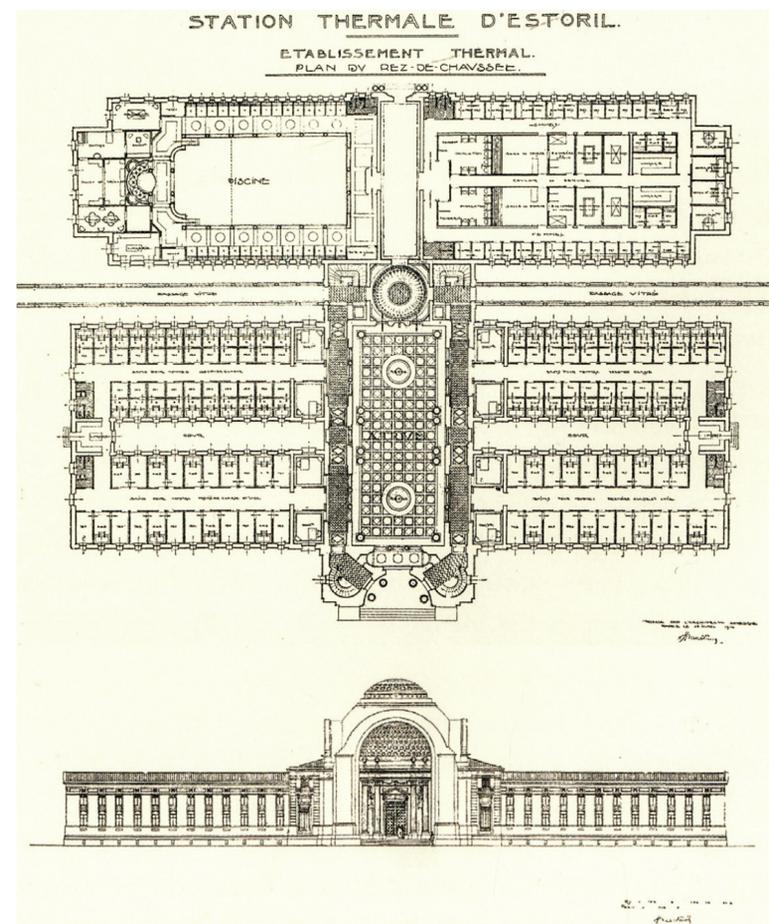
⁰⁰⁶ Briz, "A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo", 16.

⁰⁰⁷ Briz, "A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo", 16.

⁰⁰⁸ Briz, "A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo", 44.

⁰⁰⁹ Briz, "A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo", 55-58.

FIG 003 Station Thermale D'Estoril



01.2. A ARQUITETURA DA VILEGIATURA

A vilegiatura contemporânea surge como consequência de novos fatores trazidos pelo final do século XVIII e início do século XIX, tais como a Revolução Industrial e um considerável desenvolvimento dos conhecimentos médicos e higiénicos, ou como a cultura literária e filosófica. Visto ser nos centros urbanos que se verificava este progresso e partilha de conhecimento, estes novos fatores resultaram num crescimento populacional exponencial que teve como reflexo um crescimento urbano acentuado. O grande avanço que se verificou nestas áreas na sociedade inglesa desta época levou a que fosse precisamente aí que se desse início a este fenómeno, tendo sido “os ingleses que criaram as três grandes vilegiaturas contemporâneas – climática, balnear e termal – ao mesmo tempo que [...] inventaram os novos modelos para essas práticas”.⁰¹⁰

Os contornos da vida na praia e, mais especificamente, do banho de mar vão modificar-se ao longo do tempo, sendo que as primeiras estâncias balneares começam por estar associadas exclusivamente a finalidades terapêuticas, como é o caso de Brighton, na segunda metade do século XVIII, e de Dieppe, no início do século XIX, até se transformarem progressivamente em lugares de lazer e distração, refúgios da vida caótica da cidade.⁰¹¹ Um conjunto de alterações ao nível do urbanismo e da arquitetura, entre os séculos XVIII e XIX, muito vão contribuir para que se verifique a evolução do conceito de banho de mar, de atividade meramente terapêutica a prática associada ao lazer. É neste período que se estabelecem os princípios fundamentais associados ao desenho das estâncias balneares, quer ao nível do planeamento da sua malha urbana, quer ao nível dos equipamentos indispensáveis à vivência nas mesmas, sendo que estes novos modelos e regras não tardariam a disseminar-se um pouco por toda a Europa.

As novas estâncias balneares inglesas concebem as alamedas e as fachadas contínuas como elementos fundamentais na definição de um urbanismo e arquitetura modernos, em que se procura racionalizar a cidade, pondo de lado a natureza do lugar. Apesar de, de uma forma geral, serem procuradas soluções racionais, ignorando quase na totalidade as características naturais e geográficas do lugar, – como é o caso de Brighton, em que é delimitada uma “avenida marginal de fachadas contínuas” e onde estão presentes elementos como os “squares” e os “crescents”⁰¹² – surgem também algumas soluções onde se verifica uma tentativa de adaptar a construção à topografia, deixando de lado a ideia de uma frente de mar homogênea e dando preferência a moradias isoladas no meio de grandes contínuos verdes – tal como na solução adotada em Bournemouth. Também em França vão ser desenvolvidas estâncias de vilegiatura de influência inglesa.⁰¹³ Contudo, ali, as soluções tendem a ser mais diversificadas e adequadas a cada caso específico. São geralmente definidas zonas mais regulares e racionais, de traçado axial, onde se estabelecem os edifícios mais importantes, por

contraste com as zonas residenciais, onde se privilegia a moradia isolada num traçado mais orgânico e adaptado às características do lugar.⁰¹⁴

Nas estâncias de vilegiatura deste período identificavam-se já vários elementos habituais, quer ao nível urbanístico, quer ao nível arquitetónico. O urbanismo procurava modernizar-se e racionalizar-se, sendo as principais influências francesas e inglesas, pelo que, em grande parte das estâncias de vilegiatura, se falava em *axes*, *places*, *promenades*, *bois*, *boulevards*, *allées*, *squares*, *crescents*, *parades* e *piers*. Outro aspeto associado ao planeamento que muito influenciou e regrou a produção urbanística deste período foi a utilização do comboio. Antes da disseminação do automóvel, este consagrou-se como o principal meio de transporte, permitindo percorrer grandes distâncias de forma rápida e cómoda, tendo sido sem dúvida um fator determinante no desenvolvimento das estâncias balneares marítimas. Desta forma, a estação ferroviária assumia muitas vezes um papel de destaque na composição das estâncias, definindo a sua forma urbana.⁰¹⁵

A arquitetura definiu igualmente equipamentos indispensáveis a uma estadia ligada ao ócio e aos prazeres do corpo. Assim, para além dos hotéis, também os casinos, os edifícios de banhos, os edifícios balneares e os jardins se tornaram indispensáveis para a estadia dos turistas, assumindo-se como os principais modelos coletivos produzidos ao longo deste período. Ainda ao nível da arquitetura, foram produzidas uma grande quantidade de habitações unifamiliares isoladas, vistas como refúgios, e que se revelaram uma das maiores áreas de experimentação arquitetónica, com estilos fortemente influenciados pelas exposições universais da época.⁰¹⁶

De facto, esta nova forma de pensar a cidade resultava de uma “reação Romântica à industrialização, expressa na recusa dos valores representados pela cidade industrial, [...] [que] conduziu à valorização de um modelo de urbanismo de carácter neomedieval e a uma fuga das classes mais favorecidas dos centros das grandes cidades, poluídas e repletas de pessoas em situação de grande vulnerabilidade económica e social.” Estas classes “escolheram um modo de vida meio urbano, meio rural, em que a habitação, recheada com os bens resultantes da nova produção industrial, dispunha de um amplo parque com jardim. A conjugação da posse de bens de consumo com o modelo de residência [isolada] permitia a integração, dos melhores aspetos da vida no campo com o conforto citadino.”⁰¹⁷



FIG 004 Trouville

Vista do passeio marginal de Trouville no início do século XX. Nesta altura a vida da estância balnear não se centra ainda no banho de mar, sendo que se passa sobretudo fora da praia, em promenades e outras atividades.



FIG 005 Biarritz

Vista da praia de Biarritz e do seu casino no início do século XX. Este era já, nesta altura, um equipamento central das estâncias balneares europeias, a par do hotel.

FIG 006 Bournemouth (1890)

Vista da East Beach de Bournemouth com o seu pier em evidência. Esta infraestrutura, que era inicialmente utilizada para atracar barcos, ou para fazer o transfer de sua carga para comboios, ganhou relevância nas estâncias balneares inglesas, uma vez que ali se começaram a desenvolver um conjunto de outras atividades e equipamentos. Southport foi a primeira estância em que o pier foi interpretado como um espaço de lazer, passando a ser ali que se realizavam as promenades perto do mar, para além de ser onde se encontravam os estabelecimentos de banhos. Já na Austrália, os piers possuíam vários recintos gradeados para que os banhistas pudessem ir ao mar sem correrem o perigo de ser atacados por tubarões.



⁰¹⁰ Briz, “A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo”, 17.

⁰¹¹ Briz, “A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo”, 40.

⁰¹² Briz, “A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo”, 41.

⁰¹³ Biarritz, Dieppe, Deauville, Trouville.

⁰¹⁴ Briz, “A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo”, 41.

⁰¹⁵ Briz, “A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo”, 42-43.

⁰¹⁶ Briz, “A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo”, 42-43.

⁰¹⁷ Ana Maria Ferreira, “Estilo de Vida, Modelos de Urbanismo e de Desenvolvimento Turístico das Estâncias Balneares no Século XIX - A Costa de Cascais e do Estoril: Casos de Cascais, Monte Estoril e Santo António Do Estoril.” *Revista Turismo e Desenvolvimento*, n.º 21-22 (2014): 367.

01.3. A VILEGIATURA EM PORTUGAL

Durante um largo período, um pouco por toda a Europa, eram as vilegiaturas climática e termal as mais praticadas. Isso levou a que os mais importantes centros de vilegiatura fossem aqueles em que se encontravam nascentes de água com propriedades terapêuticas. Bath, em Inglaterra, terá sido o primeiro grande centro de vilegiatura internacional, tendo visto a frequência dos seus banhos termais fomentada pelo aconselhamento médico. Os principais utilizadores daqueles banhos terão sido personalidades da elite da sociedade francesa, bem como a própria família real inglesa, que em muito impulsionaram o desenvolvimento da estância. Em redor destes banhos termais viriam a instalar-se uma série de equipamentos de entretenimento para os seus visitantes e viriam a ser desenhados espaços públicos que permitiram reconhecer Bath como a primeira estância de vilegiatura internacional moderna.⁰¹⁸

São estâncias desta natureza que vão influenciar a produção urbana e arquitetónica dos espaços termais, tanto na Europa como no território nacional. No início do século XIX, existia já uma rede de infraestruturas termais dispersa por todo o país, prova da preferência dada a este tipo de vilegiatura face à balnear marítima. Foi nas estâncias termais que se construíram alguns dos equipamentos mais relevantes da vilegiatura nacional. Para além do espaço termal propriamente dito, eram os hotéis que adquiriram maior destaque, tendo surgido o modelo do Palace Hotel e do Grande Hotel, equipamentos que se evidenciavam, geralmente, pela sua dimensão, imponência e requinte. Em Portugal, os exemplos mais relevantes destas tipologias seriam, entre outros, o Palace Hotel da Curia, o Grande Hotel do Luso, o Palace Hotel de Vidago, o Palace Hotel do Bussaco e o Hotel Palácio do Estoril.

Havia ainda estâncias que procuravam combinar todas as variedades de vilegiatura, como era o caso do Estoril. Testemunho dessa tentativa é o desenvolvimento do "Parque Estoril", integrado no projeto "Estoril – Estação Marítima, Climática, Thermal e Sportiva", desenvolvido em 1914 por Henri Martinet. Tratava-se de um complexo turístico aberto para o mar onde se situava um conjunto de equipamentos de vilegiatura como um Palace Hotel e um estabelecimento termal a ladear um contínuo verde que os unia e que, por seu lado, se estendia desde o Casino até ao oceano.

Em Portugal, só a partir do final do século XVIII e início do século XIX, período em que os benefícios terapêuticos da água do mar começaram a ser divulgados na Europa, é que a vilegiatura balnear marítima ganhou primazia face às tradicionais vilegiaturas climática e termal. Inicialmente, esta vilegiatura era apenas praticada por alguns aristocratas e burgueses mais informados, sendo que assim se manteve até ao século XX, quando se verificou a democratização do espaço da praia, o que a tornou acessível a todos.

"O campo e a praia, o ar do monte e o ar do mar são efectivamente a universal panacéia para as

*molestias endémicas das grandes cidades, para as nevroses das excitadas de todas as espécies, para as anemias das fatigadas de toda a ordem, para os doentes de todos os abusos do trabalho ou do prazer. As influências da civilização na saúde, a excessiva gymnastica intellectual, a superabundancia das commoções affectivas e das commoções physicas, as irregularidades da alimentação, as vigílias, as noitadas, as insomnias, o ar viciado dos pequenos aposentos e dos grandes bairros, a vida artificial das salas, do club, do teatro, as absorventes preocupações do estudo, do dinheiro, da ambição, da gloria, do amor, tudo isso combinado nos grandes centros de população, fazendo nas modernas capitales uma complicada rede moral, como a dos canos publicos, a do gaz, a da agua, a dos omnibus, a dos tramways, a do telegrapha, e a do telephono, rede mysteriosa, sempre em vibração no espaço, constituindo uma atmospheria ardente de desejos, de idéas e de vícios, uns já em circulação, outros ainda na forja, - tudo isso junto, digo, desfibra lentamente, morde e corroe os alicerces do organismo humano, depauperava o pouco e pouco, desequilibra-o, degenera-o."*⁰¹⁹

Esta prática foi desde logo vista como uma oportunidade de lazer, o que gerou uma importante dinâmica social nas estâncias marítimas. Numa fase inicial, os benefícios terapêuticos da água do mar eram apenas vistos como um pretexto para aristocratas e burgueses manterem os seus hábitos sociais no litoral, isto porque "a frequência da Praia é pontual e de curta duração (...). É fora do areal que se constrói uma cultura balnear, nas Esplanadas (...) nos salões das Assembleias e dos Casinos que animam a vivência destes lugares."⁰²⁰

*"As praias de banhos são um divertimento de verão. A questão hydrotherapica é por via de regra um simples pretexto para a peregrinação das familias alegres em sitios frescos."*⁰²¹

Enquanto a aristocracia via esta estadia como uma oportunidade de "estar sem fazer nada, em lazer ocioso junto ao mar", a burguesia, movida por valores associados ao trabalho e à família, colocou em causa aquele comportamento, optando por adotar o banho de mar como "reinterpretação crítica dos gestos e gostos da elite." Foi no seguimento desta postura crítica por parte da burguesia que a praia se afirmou enquanto espaço terapêutico. No século XX, através da divulgação da natação e da valorização dos benefícios do sol, a praia assumiu características de espaço público, dando-se então a transição da "Praia Terapêutica" para a "Praia Lúdica", local de refúgio do caos da cidade e de liberdade de corpo e mente.⁰²²



FIG 007 Vidago Palace Hotel (1910) - Miguel Ventura Terra



FIG 008 Curia Palace Hotel (1926) - Manuel Joaquim Norte Júnior



FIG 009 Estabelecimento Thermal da Curia

⁰¹⁸ Briz, "A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo", 17.

⁰¹⁹ Ramalho Ortigão, *As Farpas: A Vida Provincial. A Paizagem - Os Campos - As Praias - Os Monumentos*, ed. David Corazzi, Volume I (Lisboa: A Editora, 1887), 249-250.

⁰²⁰ Susana Luísa Mexia Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As cenografias do lazer na costa portuguesa, da 1ª República à Democracia" (Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012), 101.

⁰²¹ Ortigão, *As Farpas: A Vida Provincial. A Paizagem - Os Campos - As Praias - Os Monumentos*, 249.

⁰²² Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As cenografias do lazer na costa portuguesa, da 1ª República à Democracia", 102 e 126.

FIG 010 Vista aérea do "Parque Estoril"

Perspetiva do Parque Estoril, em que se identificam o Casino, no topo, o conjunto Palácio Hotel e Termas, sobre a direita, e os dois crescents, a delimitar um espaço verde, que une todos estes equipamentos e se abre para o mar.



01.4. O BANHO

Ao longo dos tempos, a relação entre o Homem e a água foi estabelecida de formas distintas. Se, por um lado, os rios e lagos, por se apresentarem como planos refletivos do que os rodeia, aproximavam o observador do meio envolvente, por outro, o mar, pela sua escala, crueza e profundidade, apresentava-se como elemento intimidante e consciencializador da pequenez humana. Contudo, a água é inevitavelmente associada à criação e regeneração, sendo que a sua "transparência e frescura, levam à sua associação com um dos maiores valores do pensamento – o valor de pureza."⁰²³

Diferentes civilizações definiram rituais de banho distintos, naturalmente associados ao cuidado do corpo, e que se estendiam geralmente ao cuidado espiritual. Apresentavam, assim, aspetos comuns associados à "espiritualidade, higiene, regeneração total, terapêutica, ou ato social."⁰²⁴

Durante o período da Antiguidade Clássica, para a civilização grega, o banho refletia um cuidado tanto com o corpo como com a mente, sendo parte integrante de um ritual, devendo ser precedido pelo exercício físico e sucedido pelo ensino intelectual. Já a civilização romana vai começar por criar os *balneae*⁰²⁵ e mais tarde as *thermae*⁰²⁶, como evolução do modelo do *gymnasium*⁰²⁷ desenvolvido pelos gregos, aumentando assim significativamente a dimensão e complexidade técnica⁰²⁸ dos edifícios de banhos, o que lhes atribuía uma maior relevância ao nível urbano, pela sua escala e localização, e ao nível social, uma vez que se tornam a "instituição fulcral"⁰²⁹ da vida em sociedade.

Estes edifícios eram geralmente simétricos e de desenho regular, gerando um percurso que deveria iniciar-se no *apodyterium*, onde os indivíduos retiravam as suas roupas, e prosseguir para o *tepidarium*, tanque de banho com água ténida. O ritual de banho tinha continuidade no *onctuarium*, onde eram aplicados na pele óleos e cremes gordos, passando de seguida para o *laconicum*, uma sala de calor seco, e depois para o *sudatorium*, uma sala de calor húmido. O indivíduo deveria posteriormente seguir para o *caldarium*, a sala com maior temperatura, onde se deveria banhar ou borrifar com água quente antes de terminar o seu percurso no *frigidarium*, uma piscina de água fria em que poderia nadar.⁰³⁰ As *thermae* assumiram não só um papel fulcral na vida social romana, mas também ao nível medicinal, de tal forma que a boa saúde da população romana era atribuída à frequência assídua dos banhos termais, que se consideravam tratar-se da cura para todas as doenças, facto que acabava por se refletir na sua imponente formalização arquitetónica.⁰³¹

"Pliny, an early writer, credits the general good health of the Romans of that period to the frequent, almost daily, use of the hot room, and is authority for the statement that during the six hundred years of the public baths the Romans needed no medicine but the *Thermae*."⁰³²

Se, na antiguidade clássica, o banho era ativo, estando associado ao exercício físico e à aprendizagem intelectual, na civilização islâmica, este torna-se passivo, adotando um tom mais descontraindo, sendo a sua principal função o relaxamento. Os *hammam* assumem uma escala mais reduzida, gerando espaços de maior intimidade e em que a sala mais quente ganha importância. A escala mais reduzida dos *hammam* é justificada por esta tipologia se desenvolver como complemento da mesquita, sendo o banho entendido como um ritual religioso de regeneração.⁰³³

Tanto na antiguidade clássica como na civilização islâmica há lugar à experimentação de banhos com águas a temperaturas distintas. Os banhos de água fria, cuja temperatura da água deveria encontrar-se entre os 12° e os 18°C, tinham o intuito de fechar os poros e conduzir o sangue da superfície da pele até ao seu interior, processo que resultava no aquecimento do mesmo pelo contacto com os órgãos. Com o fim do banho iniciava-se uma reação do corpo ao choque de temperatura, sendo que os poros se abriam e o sangue chegava às extremidades do corpo, o que provocava uma sensação de calor e conforto.⁰³⁴

Por sua vez, o banho quente, em que a temperatura da água devia situar-se entre os 37° e os 40°C, provocava uma reação do corpo que se podia considerar oposta àquela do banho em água fria. Aqui, o contacto da superfície da pele com a água quente provocava o aumento da temperatura corporal, o que resultava na dilatação das veias e na chegada de um maior fluxo sanguíneo à superfície da pele. Esta reação provocava ainda a abertura dos poros e um aumento da transpiração, acompanhados pelo aumento da frequência cardíaca e aceleração respiratória.⁰³⁵

O hábito do banho partilhado foi-se gradualmente perdendo, tendo-se assumido o banho individual, meramente higiénico e de carácter íntimo e privado, como o modelo da sociedade ocidental. Este novo hábito deixou de ser um ritual associado à interação social e ao bem-estar do corpo e da mente, tornando-se "uma atividade mecanizada [...] associada a uma limpeza superficial do corpo".⁰³⁶ Com a perda do ritual do banho partilhado deu-se também o declínio de uma tipologia arquitetónica que apresentava grande relevância, tanto do ponto de vista urbano, como da interação social.

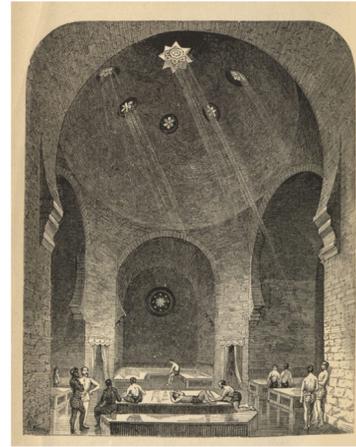


FIG 011 The Hammam

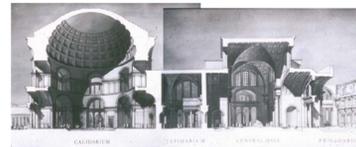


FIG 012 Thermae de Caracalla

Corte das Thermae de Caracalla que permite entender as diversas espacialidades associadas a cada compartimento de banhos.

⁰²³ André Diogo Mateus Ventura, "Das Termas à Cidade: uma proposta de revitalização do núcleo termal de Caldas da Rainha" (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2017), 23.

⁰²⁴ Hugo Falção de Lima, "Banhos Salinos Quentes de Sines" (Dissertação de Mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa, 2018), 12.

⁰²⁵ Balneários termais privados e de pequena escala.

⁰²⁶ Nas *thermae* romanas podiam encontrar-se uma grande variedade de equipamentos, como piscinas, salas de repouso, jardins, salas de exercício e teatros.

⁰²⁷ Termo adotado pelos gregos para se referirem aos banhos públicos.

⁰²⁸ Os romanos desenvolveram o hipocausto, uma estrutura, a uma cota inferior ao do piso em que se desenvolvia o edifício de banhos, ao longo da qual existia um conjunto de fornalhas que permitiam regular a temperatura de determinados espaços.

⁰²⁹ Lima, "Banhos Salinos Quentes de Sines", 15.

⁰³⁰ Bonneville de Françoise, *Le Livre du Bain* (Paris: Flammarion, 2001). Citado em Ana Patrícia da Silva Carrico, "Metamorfoses do Espaço Termal. O caso das Termas de S. Pedro do Sul" (Dissertação de Doutoramento, Universidade do Beira Interior, 2013), 27-28.

⁰³¹ As *thermae* de Caracalla e Diocleciano eram as maiores exemplares destas construções no período romano.

⁰³² John Joseph Cosgrove, *Design of the Turkish Bath* (Pittsburgh: Standard Sanitary Mfg. Co., 1913), 2.

⁰³³ Lima, "Banhos Salinos Quentes de Sines", 19.

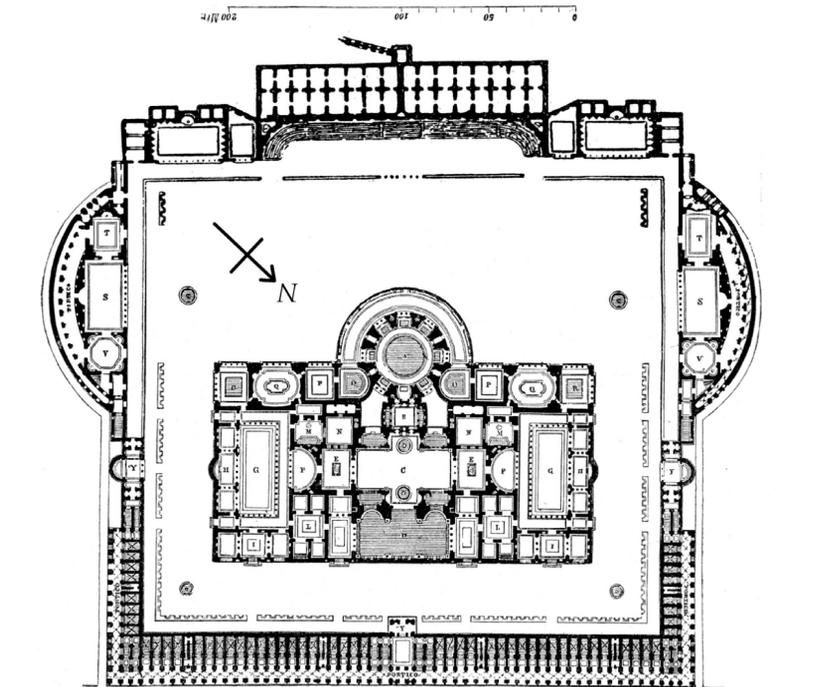
⁰³⁴ Cosgrove, *Design of the Turkish Bath*, 24-25.

⁰³⁵ Cosgrove, *Design of the Turkish Bath*, 26-27.

⁰³⁶ Lima, "Banhos Salinos Quentes de Sines", 29.

FIG 013 Thermae de Caracalla

a) *caldarium*; b) *tepidarium*; c) *sphaeristerium* - hall de preparação para o *tepidarium*; d) *frigidarium*; e) hall para lutadores e espetadores; f) *exedrae*; g) *palaestrae*; h) *ephebeum*; i) *apodyterium*; m) *sudatorium*; n) pátios; o) pátio de transição [*caldarium - tepidarium*]; p) pátio de transição [*tepidarium - frigidarium*]; q) pátio para exercício; r) *lutron*; s) *palaestrae*; t) halls para discussão académica; y) entradas para o pátio principal do recinto termal.



01.5. O BANHO DE MAR

No século XVIII, o banho começa a ser entendido como componente indispensável da higiene pessoal, integrado na procura pelo melhoramento da saúde pública. Prova disso é o surgimento, em Paris, dos *bateaux à bains* franceses que disponibilizavam banhos públicos a preços acessíveis a toda a população.⁰³⁷

Em Lisboa, pouco tardou para que surgissem, no rio Tejo, barcas de banhos que se encontravam no Cais das Colunas e no Cais do Sodré e eram frequentadas pela classe mais alta da sociedade lisboeta da época. A semelhança de outras famílias reais europeias, a própria família real portuguesa usufruía deste tipo de serviços, dispondo, contudo, de uma barca própria situada na Praia da Torre, em Belém.⁰³⁸

Na segunda metade do século XVIII, na sequência de um conjunto de alterações, das quais se destacam o desenvolvimento dos estudos naturais,⁰³⁹ “os progressos da civilização, o desenvolvimento da industrialização e o crescimento desmedido das cidades”, o litoral começa a ser procurado como espaço de repouso, uma vez que oferecia não só um distanciamento físico e social da vida das cidades, mas também benefícios “médico-terapêuticos”.⁰⁴⁰ Na realidade, acreditava-se que o banho de mar seria bastante útil para curar os males associados às alterações drásticas que se verificavam na vida daquele período.

Este discurso relativo aos benefícios associados à estadia no litoral provinha de indivíduos de grande influência social, muitos deles habituais frequentadores da corte, como era o caso de Richard Nash, que viria a fundar Bath, importante estância termal inglesa, ou Tobias Smollet, responsável pela afirmação de Nice, em França. As famílias reais propriamente ditas foram também bastante influentes nesta matéria, tendo sido Carlos III de Mônaco a criar Monte Carlo. Assim, justificava-se que a relevância de determinada estância, a nível nacional ou até mesmo internacional, fosse determinada pela sua frequência por parte de elementos das famílias reais ou da corte.⁰⁴¹

A evolução do ritual do banho ditou que, quando este hábito passou a realizar-se na praia, esta começou a revelar-se acessível ao público em geral, tornando-se um “espaço democrático, ao alcance de todos, permitindo a convivência de classes e géneros.”⁰⁴² Porém, este ideal de igualdade e interação entre classes sociais foi sendo contrariado pela criação de rituais e normas que resultaram numa segregação social associada à frequência do espaço da praia, segregação essa que se manifestava na ocupação da praia em períodos e espaços distintos. Esta distinção social do espaço costeiro gerou, em Portugal, uma hierarquização das praias, reforçada pela prescrição médica desses tratamentos, que se fazia com base nas propriedades e “qualidades terapêuticas do tratamento marítimo”,⁰⁴³ medidas pelas características da atmosfera, água e facilidade da ida ao banho.⁰⁴⁴

“O tratamento baseava-se em três elementos

*principais: a atmosfera marítima, a água do mar e as características climáticas e topográficas do litoral. Entendia-se que a localização geográfica da praia, a natureza e morfologia do solo, a força e dimensão das ondas, a direcção e constância dos ventos, a temperatura das águas e a proximidade de rios e matas eram variáveis a ter em conta na prescrição da medicação marítima.”*⁰⁴⁵

Nesta altura, o banho de mar estava já perfeitamente regulamentado, sendo a prescrição e os aconselhamentos médicos bastante rígidos e minuciosos no que diz respeito à sua prática. O banho era principalmente levado a cabo pelas senhoras e crianças, devido à disponibilidade que tinham para usufruir da estadia à beira-mar, ao contrário do homem, que, nessa altura, se ia apenas juntar à família nos curtos períodos de férias. As senhoras, para além do banho de mar, para o qual usavam indumentária específica, ocupavam o seu tempo de repouso com atividades como a leitura, o desenho e a escrita, a par da obrigação da educação dos filhos.⁰⁴⁶

“A escolha da hora do banho depende da constituição do banhista e do fim physiologico ou therapeutico que se deseja conseguir.

Se o banhista é robusto e procura apenas no banho a tonificação da agua fria e a especie de massagem produzida pelo embate da vaga, a sua hora mais opportuna é de manhã. Para as pessoas debéis que procuram no banho os efeitos da composição chimica da agua salgada sobre os tecidos, a hora mais conveniente é das duas horas às cinco da tarde, quando por effeito do calor a temperatura do mar sobe cinco ou seis graus.

[...] a pelle deve estar quente ao entrar na agua, e a mesma transpiração não só não é nociva mas é salutar. Um certo exercicio moderado, um pequeno passeio a pé, ao sol, é muito util. O que mais convem evitar não é o contacto da agua com o corpo quente, é o contacto do ar. As constipações contraem-se na barraca ao despir, ou á beira da agua ao esperar.

[...] É importante que o banhista, ao chegar á barraca, se dispa com a maxima rapidez, entie um calção de malha de lã, se envolva n’uma capa ou n’um plaid e corra immediatamente para a agua, desmibuçando-se no momento da immersão.

As senhoras devem usar a touca de gutta-percha para não molharem o cabelo, e quando não tenham a touca não lhes convem mergulhar a cabeça. Basta-lhes refrescar repetidamente a frente e o allo do craneo, com a mão molhada durante o tempo que estiverem na agua.

[...] No banho a immersão deve ser subita e não entrando na agua progressivamente, o que faz refluir o sangue das extremidades inferiores para



FIG 014 Revista "L'Assiette au Beurre" (1902)

Capa da revista francesa "L'Assiette au Beurre", n.º 74, com ilustração alusiva aos banhos de mar, testemunho do crescimento da sua popularidade.

⁰³⁷ As referências a este tipo de barcas no rio Sena remontam a 1761. Para além dos *Bateaux à Bains*, com a modalidade de banho quente e frio, existiam também os *Bateaux-vivants*, lavadoras flutuantes compostas de um espaço para lavagem da roupa, ao nível da água, e outro para secagem, num nível mais elevado. Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As cenografias do lazer na costa portuguesa, da 1ª República à Democracia", 103.

⁰³⁸ As Barcas de Banhos mais conhecidas eram a Flor do Tejo, a Diligência, a "Deusa do Mar" e a "Flor de Lisboa". A. Vieira da Silva, "Barcas de Banhos do Tejo." *Olisipo: Boletim do Grupo "Amigos de Lisboa"*, n.º 49 (Janeiro de 1950): 8.

⁰³⁹ "O desenvolvimento dos estudos naturais tem progressivamente modificado a opinião inculca supersticiosa e aterrada de que o mar é o insondável abismo tenebroso e deserto." Ramalho Ortigão, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante* (Porto: Livraria Universal, 1876), 5.

⁰⁴⁰ Joana Gaspar de Freitas, "O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado", *Revista de Gestão Costeira Integrada*, n.º 7 (2007), 109.

⁰⁴¹ Ferreira, "Estilo de vida, modelos de urbanismo e de desenvolvimento turístico das estâncias balneares no século XIX - A costa de Cascais e do Estoril: casas de Cascais, Monte Estoril e Santo António do Estoril", 366-367.

⁰⁴² Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As cenografias do lazer na costa portuguesa, da 1ª República à Democracia", 105.

⁰⁴³ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As cenografias do lazer na costa portuguesa, da 1ª República à Democracia", 105.

⁰⁴⁴ "Segundo os auctores do excelente dictionario francez de Hydrologia medica, o tratamento maritimo que os doentes vão procurar nas praias, consta de tres elementos distinctos: a atmosfera maritima, a agua do mar para uso interno, e o banho de mar." Ortigão, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, 115.

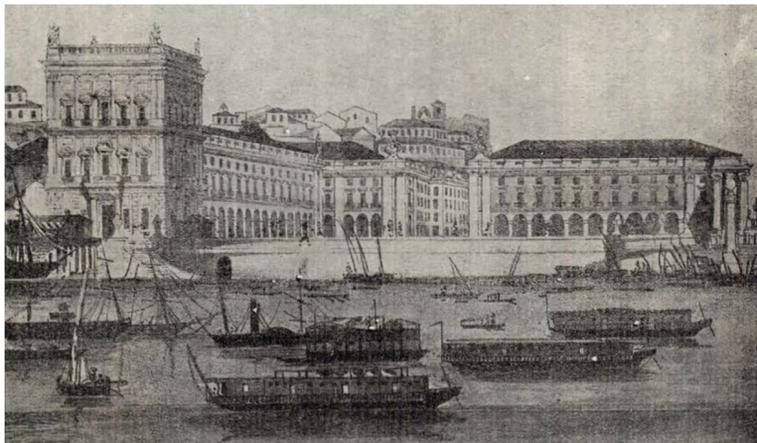
⁰⁴⁵ Freitas, "O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado", 110.

⁰⁴⁶ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As cenografias do lazer na costa portuguesa, da 1ª República à Democracia", 106-107.

FIG 015 Barcas de Banhos do Tejo (1848) - Olisipo: boletim do grupo "Amigos de Lisboa"

Representação de como eram praticados "os banhos de mar (chamando mar ao rio Tejo), que os nossos avós lisboetas usavam para fins terapêuticos e de conforto do corpo. [...] cada barraca podia considerar-se formada por dois compartimentos sobrepostos: um aéreo, com o pavimento ou estrado ao nível do convés, no qual os banhistas se preparavam para o banho; outro aquático ou submerso, ou poço onde se tomava o banho, limitado pelo gradeamento de sarralos e pelo costado do barco. [...] Como as barcas estavam fundeadas, a água corrente das marés atravessava os sucessivos compartimentos submersos das barracas [...] proporcionando aos banhistas [...] uma água permanentemente renovada [...]. Os compartimentos dos banhos tinham capacidades variáveis [...]. Assim, além dos banhos vulgares para uma pessoa, havia banhos grandes, para famílias, e banhos gerais [...]."

A. Vieira da Silva, "Barcas de Banhos do Tejo," *Olisipo: boletim do grupo "Amigos de Lisboa"*, n.º 49 (Janeiro de 1950): 3-4.



o peito e para a cabeça.

É prejudicialíssima durante o banho a immobilidade do corpo. Todos os membros devem estar em movimento durante a imersão. A natação é n'este caso um exercicio da maior vantagem.

[...] Dez minutos bastam ás pessoas fracas cuja reacção se estabelece lentamente. As pessoas fortemente constituídas e as creanças que sabem nadar podem demorar-se na agua vinte ou trinta minutos.

[...] Depois do banho deve ser o corpo rapidamente friccionado com um lençol aspero até dar á pelle uma cor rosada.

Comer immediatamente depois do banho, no periodo da reacção, é inconveniente. O mais salutar depois do banho é um exercicio moderado, um passeio a pé, de meia hora, na praia debaixo de um chapéu de sol, com o cabelo solto como usam as senhoras nas praias da Allemanha.¹⁰⁴⁷

João da Câmara, numa crónica publicada na revista Occidente, faz uma descrição da vida da estância balnear que nos permite compreender o amplo leque de atividades que ali se desenvolviam, o que possibilita o entendimento, não só da dinâmica da vida da estância balnear marítima, mas também das motivações por detrás da estadia no litoral e do local onde esta ocorre:

"Setembro. Mez de ferias.

Ferias nos collegias. Férias nos tribunaes.

Gosam as crianças, divertem-se os juizes. Não sei se tambem gosam e se divertem os escrivães, que lhes não correm tão bem os negocios. Os pobres devedores empenhados respiram um bocadinho; toque quem tocar á porta, salvo erro, nunca são os officiaes de diligencias, que esses tambem teem ferias, como os srs. juizes e as criancinhas.

[...]

Caem nas repartições verdadeiros chuveiros de partes-de-doente. Quem, pertencente ás raças degeneradas d'este fim de seculo, não soffre d'um bocadinho de esgotamento nervoso, ou d'uma ligeirissima affecção pulmonar, ou d'um bocadinho de neurasthenia, ou de arthritismo, ou de insomnias, ou de palpitações, ou d'uma sogra de quem se quer livrar pelo menos durante mez e meio? Para tudo isso são excellentes os banhos de mar, os passeios pelos pinhaes respirando o ar puro. Abrem o appetite; come-se como leões, dorme-se como bemaventurados. Parte de doente e toca a gosar da saude, que esta vida são dois dias.

— E, apesar d'isso, cada vez peor! Doente,

sempre doente! É preciso que o medico me passe outra certidão. É me necessario, pelo menos, mais um mez para assegurar a minha cura.

[...]

É por onde agora se encontra alguma alegria, é por essas terras de banhos, desde a mais humilde, um pontozinho pequenino na mappa á borda d'um riacho sem nome, até ás mais elegantes, de que falam provincianas nas suas villas semsaboronas como de regiões maravilhosas de contos de fadas. Cascaes, Figueira, Espinho, Granja, Foz, Mattosinhos, Ancora.

[...]

Lindas manhãs luminosas, como essas lindas raparigas hão de mais tarde sonhar saudosamente comvosco! Vêde-as na praia, que animação! Não as cançou o baile d'esta noite.

[...]

O sol vai subindo, vai aquecendo a areia. Procura-se as sombras das barracas, as dos barcos virados na praia, como grandes peixes mortos de ventres para o ar. E ali se continuam as conversações da noite, as tias falando de riço, ellas baixinho, quantas vezes só com os olhos, outras nem isso, cada uma com o seu coração.

[...]

Pelas tardes, em longos passeios, vão os bandos por ali fora, uns fiéis ao mar, seguem junto ás ondas, fugindo d'alguma mais audaz que, quando a maré enche, corre altiva sobre as irmãs; outros preferem os pinhaes onde vão caminho aos torricollas, subindo pela montanha.

[...]

A' noite, reuniões no club. Os papás jogam, as mães conversam, as filhas dançam e namoram. Outras vezes concertos de caridade, representações por curiosos. A's vezes ha quem vá bem, ha sempre quem vá muito mal. Deixa-o. Que importa um pedaço de má musica, um monologo semsaborão? Até dá que fallar, até é discutido! Quem vae ao concerto para ouvir musica, ao theatro para vêr a peça?¹⁰⁴⁸

Torna-se assim evidente que a motivação terapêutica da estadia à beira-mar, que levava famílias inteiras a procurar o litoral em busca de se refugiar do caos da cidade, bem como de curar pequenos problemas de saúde, se tratava na verdade de um pretexto para passar um tempo de lazer e descontração na praia, na esplanada, no teatro ou no casino.



FIG 016 Revista "Occidente" (1896)

Capa da revista "Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro", n.º 637, com ilustração alusiva à frequência da praia e prática do banho de mar. O facto de na representação surgirem crianças acompanhadas por uma figura feminina, possivelmente a mãe, reflete o facto de, naquele período, o banho de mar ser principalmente praticado pelas senhoras e crianças, pela disponibilidade que tinham para usufruir da estadia à beira-mar.



FIG 017 Banhos de mar e outras atividades que se podem desenvolver nas praias portuguesas

"Nas praias do nosso litoral encontram-se sempre lugares tranquilos, onde se pode brincar e ser feliz, longe da indiscreta curiosidade dos outros. Até nas de população mundana e cosmopolita, como a do Estoril, é possível descobrir a solidão e concentrar o espirito na repousante serenidade da paisagem. A dificuldade [...] reside, sómente, na escolha. Porque são numerosas e diversíssimas; porque todas têm fisionomia própria e encantos especiais; porque estão, na maioria, abrigadas dos ventos agrestes; e, ainda, porque são acessíveis, saudáveis e pitorescas."

"Praias," Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 02 (Julho de 1941): 17.

¹⁰⁴⁷ Ortigão, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, 125-127.

¹⁰⁴⁸ João da Câmara, "Chronica Occidental", *Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, XIX, n.º 637 (1896): 194.

01.6. AS PRIMEIRAS ESTÂNCIAS BALNEARES

As primeiras estâncias balneares portuguesas surgiram, de forma espontânea, junto a Lisboa e Porto. Estas estâncias fluviais, foram sendo alvo de um progressivo processo de democratização, o que levou a que as classes mais elevadas da sociedade procurassem, em alternativa, as estâncias balneares marítimas, pela exclusividade que na época representavam. A crescente popularidade do banho de mar motivou um crescimento urbano ao longo da linha de costa portuguesa, na forma de estâncias balneares, que foi em grande parte facilitado pela expansão da rede ferroviária nacional. Estas primeiras estâncias marítimas desenvolveram-se com base em pequenos núcleos piscatórios que, como no caso de Cascais e da Foz do Douro, sofreram um grande desenvolvimento urbano despoletado por um aumento significativo da prática do banho de mar.⁰⁴⁹

À medida que a vida nas regiões costeiras se foi intensificando e tornando progressivamente mais popular, surgiu a necessidade de desenvolver infraestruturas e equipamentos capazes de dar resposta a esta nova procura e de ocupar os veraneantes. Os aglomerados de litoral, situados na fronteira entre terra e mar, eram testemunho de uma nova relação do homem com o ambiente marítimo, que passou a ser de admiração, encanto e refúgio, contrariando a visão de medo que anteriormente a caracterizava.⁰⁵⁰ O limite costeiro começou então a ser desenhado com Esplanadas, Passeios Alegres e Avenidas de Banhos, e foram definidos equipamentos turísticos essenciais à estância balnear como o Hotel, o Estabelecimento de Banhos (Piscina de Mar) e o Casino.⁰⁵¹

No início do século XX, havia ainda um número reduzido das denominadas terras de turismo, sendo o "Buçaco, Cascais, Espinho, Estoril, Figueira da Foz, Gerez, Granja, Luso, Miramar, Monte Estoril, Praia da Rocha e Sintra"⁰⁵² as estâncias balneares consideradas como estâncias turísticas de 1ª classe.⁰⁵³ Esta classificação era dependente do seu desenvolvimento ao nível urbano e dos equipamentos turísticos de que a estância dispunha, sendo que, para além destas, havia outras estâncias balneares que, mais modestas e centradas sobretudo nas proximidades dos dois grandes aglomerados urbanos de Portugal, Lisboa e Porto, tinham como público alvo veraneantes nacionais, que ainda praticavam uma vilegiatura climática associada às quintas de fresco.

A chegada de um crescente e mais variado número de banhistas às estâncias balneares justificava-se pela melhoria das redes de transportes no território nacional, entre elas a rede ferroviária e a rede rodoviária, a par do desenvolvimento de uma rede nacional de parques de campismo e pousadas que iriam apoiar as suas deslocações. Segundo Susana Lobo, é o desenvolvimento de infraestruturas deste tipo que vieram atribuir uma nova hierarquia às praias portuguesas, relacionada com a sua distância aos centros urbanos e com o custo e duração da viagem. As "Praias populares" eram aquelas mais próximas dos centros urbanos, às quais uma maior quantidade de pessoas era capaz de aceder, tanto pela curta duração

da viagem como pelo preço reduzido da deslocação. As "Praias de elite", ainda relativamente próximas dos centros urbanos, onde eram comuns os chalets, já distavam o bastante dos mesmos, de tal forma que adquiriam uma certa independência face a estes. Existiam ainda as "Praias cosmopolitas", bastante frequentadas por banhistas estrangeiros, sobretudo espanhóis, e as "Praias modestas", espalhadas por todo o território e que eram frequentadas por habitantes locais, que não dispunham de tempo ou capacidade financeira para procurar melhores estâncias.⁰⁵⁴

Outro fator que se revelou um atrativo para algumas estâncias balneares foi a regulamentação das Zonas de Jogo Temporário e Permanente, em 1927.⁰⁵⁵ Apesar de já ocorrer frequentemente, embora de forma ilegal, o jogo seria progressivamente mais praticado, uma vez que a regulamentação viria possibilitar a sua prática por qualquer indivíduo, de qualquer classe. De facto, esta prática veio a aumentar de tal forma que, rapidamente, o Casino se afirmou como polo atrativo e indispensável na vida de qualquer estância balnear marítima.

"A repressão do jogo, além de ofensiva da liberdade, é difícil de se tornar efectiva. Dá em resultado encarcerar de quando em quando alguns pobres diabos que jogam os seus patacos em um quarto de taberna, enquanto deixa impunes os jogadores mais poderosos que encontram sempre meio de evadir-se às pesquisas policíacas.

Enquanto o jogo for uma ilegalidade secreta, elle manterá os atractivos das coisas defesas. É preciso dar-lhe na sociedade o seu verdadeiro lugar e mostrá-lo claramente, não como um fructo prohibido, mas como um fructo pôdre.

*Enquanto a imprensa considerar sob outro ponto de vista a questão do jogo este continuará como até agora fazendo estragos irremediáveis na honra e na fortuna das famílias e constituirá nas praias de Portugal durante a estação dos banhos o mais lamentavel flagelo.*⁰⁵⁶

É já possível entender que, nesta fase, apesar de o banho de mar terapêutico ser o motivo que inicialmente trouxe os banhistas à praia, a sua reinterpretação enquanto atividade meramente associada ao lazer levou a que o banho passasse a ser uma de muitas atividades realizadas na praia e, por consequência, quanto mais imponente, luxuoso ou exclusivo fosse o equipamento para a prática dessas atividades, mais apetecida ela se tornava para os veraneantes. E numa altura em que eram os hotéis e os casinos os equipamentos mais desenvolvidos e frequentados, é natural que o banho de mar quase se tornasse uma atividade de segundo plano, situação que apenas se viria a inverter aquando da criação e afirmação das Piscinas de Mar enquanto equipamentos fundamentais da estância balnear.



FIG 018 Banho de mar na praia de Espinho (1941)

"Afirmar que esta ou aquela estância de turismo é a melhor de todas, pareceria, pelo menos, arriscado. Arriscado e anti-turístico, pois toda a gente está no seu pleno direito de considerar a melhor de todas, não essa, mas a que, por qualquer motivo, prefere (...).

(...) Isto vem a propósito da praia de Espinho. Se aqui dissessemos que é a melhor praia de Portugal, mentiríamos. E não seria por isso que as crianças como as pessoas de idade suportam saavelmente e que, por isso, os médicos recomendam.

Praia desafogada, extensíssima e pouco perigosa. Boa salinidade. Optimo clima: esse clima de certas zonas do nosso litoral que tanto as crianças como as pessoas de idade suportam saavelmente e que, por isso, os médicos recomendam.

"Espinho: Centro de Atracção da Costa Verde," *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 05-06 (1941): 41.

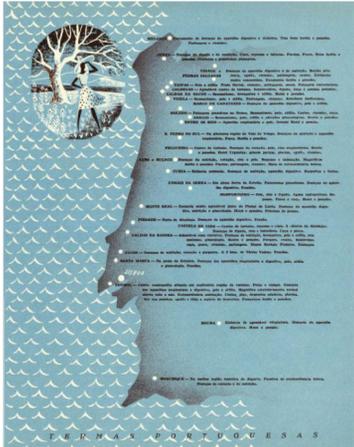


FIG 019 Termas portuguesas

FIG 019 Termas portuguesas

⁰⁴⁹ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As cenografias do lazer na costa portuguesa, da 1ª República à Democracia", 128.

⁰⁵⁰ Alain Corbin, *The Lure of the Sea: The Discovery of the Seaside in the Western World 1750 - 1840* (Los Angeles: University of California Press, 1994).

⁰⁵¹ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As cenografias do lazer na costa portuguesa, da 1ª República à Democracia", 111.

⁰⁵² "Decreto n.º 4-819," *Diário do Governo*, Série I, n.º 204 (19 de Setembro de 1918).

⁰⁵³ Prova de que nesta altura a vilegiatura balnear litoral representava uma importante fatia do turismo balnear em Portugal.

⁰⁵⁴ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As cenografias do lazer na costa portuguesa, da 1ª República à Democracia", 114.

⁰⁵⁵ "1.º Que o jogo seja inteiramente publico, com porta aberta para toda a gente sem excepção alguma. Desde que um filho-familia com os seus sapatos envernizados, as suas meias de seda e as suas luvas cor de perola, resolve frequentar a batota, é preciso que entenda bera que se rebaixa até o ponto de ir acharse sentado entre um moço da cavallaria e um empregado na limpeza dos canos, os quaes irão com as suas camisas gordurosas e fétidas e com os seus pés nus dar á mocidade inexperiente e elegante a dura lição das vicissitudes sociales.

2.º Que a casa de jogo seja assignalada á critica do publico, ao exame dos philosophos e á vigilância da policia por meio de uma taboleta e de uma lanterna especial que estará accesa toda a noite.

3.º Que a policia tenha direito, quando o julgue conveniente, de exigir o nome de cada um dos jogadores, a fim de que possa capturar os vadios, que por ventura se tenham escapado á acção da lei.

4.º Que os proprietários das casas de jogo sejam devidamente inscriptos nos registos dos escriptões de fazenda, que se torne extensiva á sua industria a lei tributaria que pesa sobre os lucros proporcionaes de todos os cidadãos.

5.º Que os banqueiros, proprietários das casas de jogo sejam obrigados a uma escripturação regular e authentica dos seus lucros e perdas, da qual a policia extrairá os dados precisos para a estatistica geral do vício, averiguada pelo exame d'estas novas casas toleradas." Ortigão, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, 52-53.

⁰⁵⁶ Ortigão, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, 52-53.

FIG 020 Rede nacional de Parques de Campismo (1942)

"Quem viaja pela terra portuguesa, já se habituou a ver, aqui e ali, na espessura discreta dum pinhal ou no brando declive duma praia, a mancha simpática dum acampamento. Já mais duma vez se cruzou, numa estrada, com um grupo alegre de rapazes que, de mochila ás costas, vão, despreocupadamente, em busca duns momentos de alegria sã. São os campistas. É bela a vida que vão viver! Esquecem o ritmo fatigante da cidade e retemperam o corpo no contacto vivo da natureza. (...)

É assim o campismo, e Portugal é um dos países europeus que mais belezas oferecem aos amadores deste novo e magnifico desporto. Não faltam formosas praias, serranias imponentes, frondosas matas e pinhais."

"Portugueses! Pratiquem o Campismo!," *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 09 (1942): 13-14.

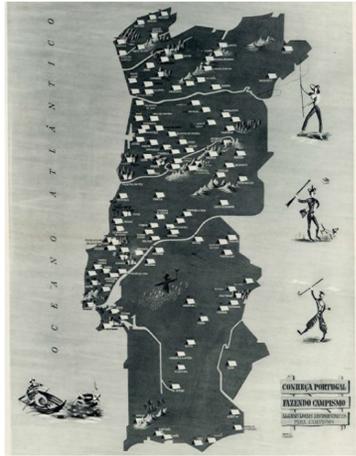


FIG 021 Praias portuguesas

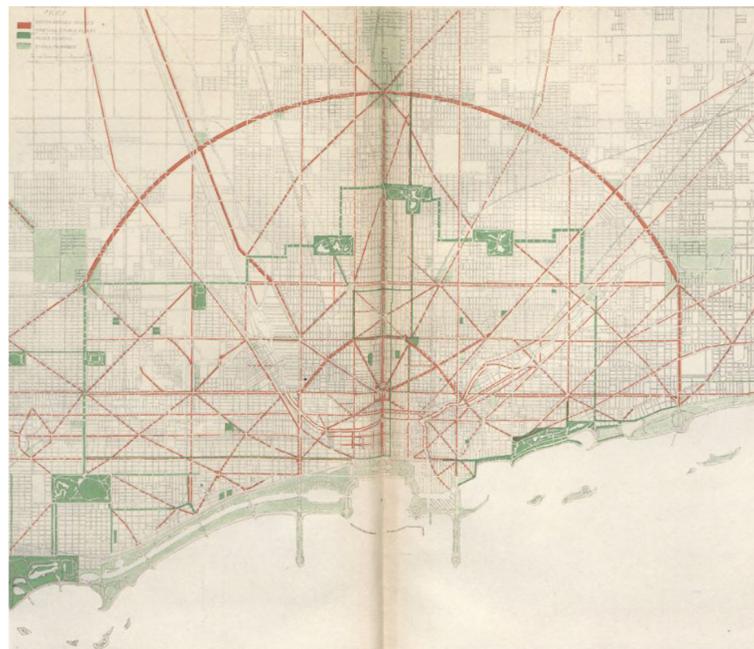
Através da comparação entre o cartaz das Termas portuguesas e o das Praias portuguesas identifica-se uma clara prevalência de locais para a prática da vilegiatura balnear marítima. Esta prevalência é reflexo, não só da predisposição geográfica e climática do território nacional para a prática deste tipo de vilegiatura, mas também da preferência que os veraneantes portugueses lhe atribuíam.

"Praias de Primavera, praias de Verão, praias de Outono... Eis uma classificação a tentar, subordinando-a às condições climáticas e terapêuticas das várias zonas do litoral. Contudo, não seria tão fácil quanto parece. (...) porque seria forçado restringir a três meses o tempo aconselhável para frequentar muitas praias onde o clima e o mar são praticáveis durante quasi todo o ano."

"Praias portuguesas...Praias de todas as estações," *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 04 (1941): 24.



FIG 022 Plan of Chicago (1909) - Daniel Burnham e Edward Bennett



"The two prime considerations for every large city are, first, adequate means of circulation; and second, a sufficient park area to insure good health and good order. (...) new streets must be created at whatever present cost. Chicago has now reached that point in its growth when the congestion within the city demands new and enlarged channels of circulation (...). There is need, also, for an orderly arrangement of public and semi-public buildings, and for proper approaches to such structures, to express the power and dignity of the city. (...) in every great city of Europe it is the plan of the city, the character of its monuments, the impressive location of its public buildings, the picturesqueness of its thoroughfares, the development of its parks and gardens, or the treatment of its water front that give the character and charm which create individuality and interest."

Daniel H. Burnham e Edward H. Bennett, *Plan of Chicago* (Chicago: The Commercial Club, 1909), 106-111.

02

PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO

02. PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO 023.

02.1. URBANISMO TURÍSTICO 025. 02.2. A GESTÃO TERRITORIAL EM PORTUGAL 027. 02.3. PLANS D'AMÉNAGEMENT, D'EMBELLISSEMENT ET D'EXTENSION DES VILLES 029. 02.4. PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO (1930-1970) 031. 02.5. URBANISMO DA ESTÂNCIA BALNEAR 035.

02.1. URBANISMO TURÍSTICO

Durante o período do Estado Novo, altura em que se verificaram grandes reformas ao nível do planeamento urbano em Portugal, o urbanismo praticado seguia uma “política de espírito” instituída por António Ferro, diretor do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). Este conceito, fortemente influenciado pela “La Politique de l’Esprit”, de Paul Valéry, procurava recuperar os valores da tradição portuguesa. Contudo, António Ferro utilizou esta política como uma oportunidade para fortalecer os ideais mais conservadores associados ao regime em vigor, defendendo que “à arte e à literatura compete esta função que pode considerar-se dupla: projectar o espírito de cada época através dos séculos sem esquecer o espírito de cada país em cada época, simultaneamente arte universal e arte nacional.”⁰⁵⁷

A promoção desta política de espírito seria apoiada nos ideais de “Deus, Pátria e Família”, e “[n]as virtudes de uma existência em comunhão com os valores primordiais da terra e da tradição portuguesas”. Foi no sentido de recuperar os valores da tradição portuguesa que o SNI, durante as décadas de 1930 e 1940, desenvolveu um conjunto de iniciativas como o concurso da “Aldeia mais Portuguesa de Portugal”, e a “Exposição do Mundo Português”. Foi ainda com base nesta “política de espírito” que se realizaram alterações importantes ao nível da política de turismo nacional, de forma a enaltecer os “Grandes Valores Turísticos Nacionais”, entre os quais o pitoresco, que se viria a revelar o principal valor a preservar aquando do planeamento urbano das estâncias balneares deste período.⁰⁵⁸ Assim, foram implementados os Planos Gerais de Urbanização, através dos quais se pretendiam disseminar os ideais urbanísticos e arquitetónicos do Estado Novo.

Os Planos Gerais de Urbanização sucederam aos Planos Gerais de Melhoramentos,⁰⁵⁹ criados em 1865. Estes últimos, influenciados pelos Planos de Ensanche adotados em Espanha, não tinham o seu foco no planeamento urbano, mas antes no regulamento das construções de carácter particular. Por outro lado, os Planos Gerais de Urbanização consistiam num planeamento em que era notória uma preocupação, não apenas com a função, mas também com a forma, devendo para tal proceder-se ao desenvolvimento de uma série de elementos fundamentais à definição de um planeamento urbano o mais completo possível.

“Art. 18.º Os planos gerais de urbanização deverão compreender, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Uma planta geral designada ‘planta de orientação’, em escala reduzida, com a indicação, a côres e traços convencionais, dos arranjos e traçados projectados;

b) A mesma planta transformada em ‘planta de apresentação’, dando a impressão do projecto realizado;

c) Uma planta geral [...] com curvas de nível,

chamada ‘planta de trabalho’, onde estarão lançados os traçados simples dos arruamentos projectados, de forma a poderem relacionar-se com os perfis longitudinais apresentados;

d) Uma planta geral, nas mesmas escalas, designada ‘plano de urbanização’, onde, a traços e côres convencionais, serão indicadas as ruas, praças, alamedas, jardins e parques, os espaços livres a utilizar, a localização dos principais edifícios públicos, mercados, matadouros, gares, embarcadouros, cemitérios, instalações de interesse social ou económico, campos de jogos, etc.;

e) Planta esquemática do sistema de drenagem de águas pluviais e esgotos;

f) Plantas esquemáticas das redes de abastecimento de águas e de iluminação pública;

g) Perfis longitudinais dos principais arruamentos e perfis transversais tipo;

h) Memória descritiva e justificativa da orientação e dos métodos adoptados, acompanhada das regras especiais e regulamentos a publicar para salvaguarda da estética, do carácter arquitectónico, pitoresco e histórico das urbes, da higiene, da segurança e conforto dos seus habitantes, onde se contenham as imposições a estabelecer no aproveitamento dos terrenos disponíveis; na construção e salubridade das edificações; na distribuição de água e luz, na utilização da rede de esgotos e na circulação dos transportes.”⁰⁶⁰

Ao contrário daquilo que acontecia com os Planos Gerais de Melhoramentos, cuja responsabilidade era do Ministério das Obras Públicas, os Planos Gerais de Urbanização passaram a ser desenvolvidos por parte das Câmaras Municipais, o que refletia uma “descentralização de poderes que (...) seria cercada pelo sistema de participações concedidas pelo Fundo de Desemprego, praticado desde 1932, pela aprovação, em 1940, de um novo Código Administrativo, e pela introdução, em 1946, da figura do Antepiano de Urbanização.”⁰⁶¹ Estes planos passariam, sem dúvida, a ser determinantes no futuro do turismo nacional, sendo esta a política que viria a definir o urbanismo das estâncias balneares modernas e, consequentemente, o desenho da linha de costa durante o período do Estado Novo.⁰⁶²



FIG 023 “A aldeia mais portuguesa de Portugal” (1941) - SPN

O concurso “A aldeia mais portuguesa de Portugal” foi realizado no âmbito da comemoração do Centenário do Turismo Institucional em Portugal, e pretendia divulgar e enaltecer o pitoresco, de entre os “Grandes Valores Turísticos Nacionais”.

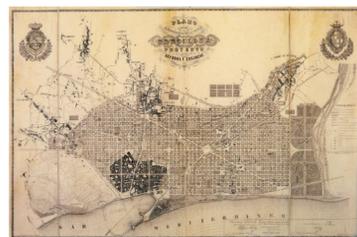


FIG 024 Plano Cerdá (1859) - Ildefonso Cerdá

O Plano Cerdá de Barcelona, enquadrado nos Planos de Reforma e Ensanche, procurava dar resposta a um acentuado crescimento populacional na cidade, criando uma nova estrutura urbana assente em preocupações de higiene e salubridade, à imagem da que acontecia com os Planos Gerais de Melhoramentos. Neste plano é evidente a malha reticulada ortogonal, definida através da criação de um modelo de quarteirão que estruturava todo o traçado urbano da cidade e que se adaptava às exceções da rede viária por meio de grandes eixos oblíquos. O quarteirão era caracterizado por um vazio interior que dava resposta às necessidades de ventilação e iluminação das habitações.

⁰⁵⁷ António Ferro, *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia* (Lisboa: Edições do SNI, 1949). Citado em Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 373.

⁰⁵⁸ Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 374.

⁰⁵⁹ Os Planos Gerais de Melhoramentos (Decreto-lei N.º 10 de 13 de janeiro de 1864), assentavam nas ideias de reestruturação de outras cidades europeias como Barcelona e Paris, sendo que refletiam uma corrente higienista, prevendo “[...] a decoração das cidades, o livre trânsito, a comodidade e segurança dos habitantes, a salubridade pública e a conveniência de evitar a aglomeração da população”. Margarida Souza Lobo, *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 2ª Ed. (Porto: FAUP, 1993), 16.

⁰⁶⁰ “Decreto-Lei n.º 33-921,” *Diário do Governo*, Série I, n.º 197 (5 de Setembro de 1944): 885-886.

⁰⁶¹ Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 480.

⁰⁶² Os primeiros Planos de Urbanização a ser submetidos ao Conselho Superior de Obras Públicas e Comunicações vão ser relativos a estâncias balneares.

FIG 025 Mapa da Exposição do Mundo Português (1940) - SPN

Esta exposição tinha como propósito celebrar a Fundação do Estado Português (1140) e a Restauração da Independência (1640). Ao mesmo tempo, Salazar pretendia, através desta exposição, reforçar a “política de espírito” do país apoiada nos ideais de “Deus, Pátria e Família”, que reconhecia como os valores fundamentais da tradição portuguesa.



02.2. A GESTÃO TERRITORIAL EM PORTUGAL

Apesar de o urbanismo planeado surgir em Portugal na segunda metade do século XIX, através da criação dos Planos Gerais de Melhoramentos, em 1865, este só ganhou realmente presença no século XX, por força da introdução dos Planos Gerais de Urbanização. Esta afirmação do urbanismo à escala nacional surgiu por iniciativa de Duarte Pacheco, movido pela vontade de se criar, em Portugal, um urbanismo à imagem dos valores do estado.

Foi no seguimento de um intenso crescimento das cidades de Lisboa e Porto, que surgiram os Planos Gerais de Melhoramentos, como instrumento de planeamento da sua transformação e ordenamento. Estes planos foram desenvolvidos até ao início da década de 1930, inicialmente para Lisboa e Porto, tendo acabado por se estender a outros aglomerados, como a Póvoa de Varzim, Cova da Iria e Moledo do Minho.⁰⁵³

De uma forma geral, o urbanismo desenvolvido em Portugal neste período era desatualizado, pois "quando Ressano Garcia finaliza o seu Plano Geral para Lisboa, já na Alemanha se iniciara a crítica aos traçados hipodâmicos da cidade oitocentista."⁰⁵⁴ Este tipo de traçado era reprovado por autores como Camillo Sitte, pela sua rigidez formal, refletida no tradicional "quarteirão retangular", pois entendia tratar-se de uma visão redutora daquilo que poderia ser entendido como um planeamento urbano ordenado. Como alternativa a este planeamento urbano, Camillo Sitte propunha um equilíbrio entre um traçado urbano mais rígido e um outro mais orgânico, definindo uma malha urbana adaptada a zonas com funções distintas da cidade,⁰⁵⁵ em que as ruas seriam hierarquizadas de acordo com a sua dimensão.⁰⁵⁶

Se, por um lado, Sitte procurava, através de um planeamento urbano adaptado a cada lugar, enaltecer os valores pitorescos específicos de determinado aglomerado, nos Estados Unidos da América, surge uma nova corrente urbanística que pretendia, sobretudo, atribuir monumentalidade à forma urbana. Este movimento, designado por *city beautiful*, visava, através da interceção de uma malha urbana, geralmente ortogonal, com avenidas e alamedas diagonais, criar espaços que se destacavam pela monumentalidade dos edifícios que aí se situavam. Em Portugal, esta corrente seria aplicada na proposta de Forestier para a Avenida da Liberdade, em Lisboa. Neste plano, Forestier propunha um "sistema de parques" que, inseridos na malha urbana, permitiriam definir um amplo "espaço verde contínuo perpassando através da cidade."⁰⁵⁷

Esta corrente viria a ser adotada pelo Estado Novo uma vez que permitia, através da produção urbana, enaltecer os valores políticos do regime. As suas influências seriam visíveis em alguns dos planos desenvolvidos por Cristiano da Silva, Carlos Ramos e Paulo da Cunha nas décadas de 1930 e 1940.

Torna-se assim claro que, desde o século XIX até ao período do Estado Novo, a produção urbanística em Portugal sofreu um conjunto de modificações, quer ao nível das correntes urbanísticas desenvolvidas, quer ao nível da legislação que lhe está inevitavelmente associada. Desta forma, é indispensável compreender quais as diversas fases de evolução dessa produção urbanística que culminaram na linguagem que viria a caracterizar as estâncias balneares marítimas do Estado Novo.

Segundo a Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, estas políticas territoriais podem ser divididas em quatro períodos temporais:

"1850-1930: período em que as relações entre as câmaras municipais e os proprietários dos terrenos para construção são disciplinadas por contratos amigáveis;

1930-1970: período iniciado com a montagem do sistema de planeamento urbanístico do Estado Novo, cujo desenvolvimento é marcado pela política de comparticipações do Fundo de Desemprego;

1970-2000: período de transição caracterizado pela tentativa de coexistência de políticas nem sempre conciliáveis entre si: por um lado, reforçou-se a participação dos cidadãos na gestão urbana – uma via que se traduziu na consagração da figura de contrato de urbanização – e, por outro lado, manteve-se o monopólio público do planeamento urbano – uma opção que terá impedido a assunção formal do projecto de operação de loteamento enquanto instrumento de gestão territorial;

Após 2000: na sequência da adesão às Comunidades Europeias, em 1986, Portugal procede a uma ampla reforma do sistema de gestão territorial (1998-1999), aproximando-o dos padrões de contratualização territorial vigentes na Europa, designadamente mediante a consagração do programa de acção territorial."⁰⁵⁸

Para a presente investigação interessa compreender os dois períodos de evolução da gestão territorial em Portugal compreendidos entre 1850 e 1970, já que foi nesse intervalo temporal que se verificaram grandes desenvolvimentos relacionados com o desenho urbanístico das estâncias balneares marítimas e com a urbanização do litoral português.

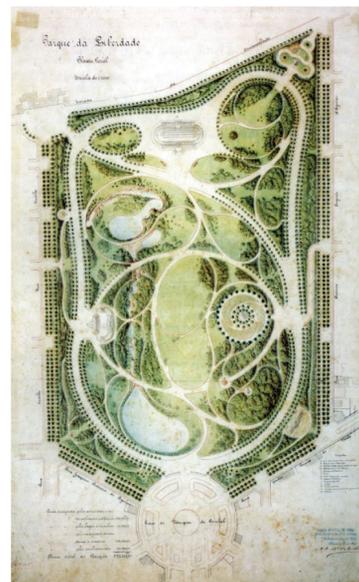
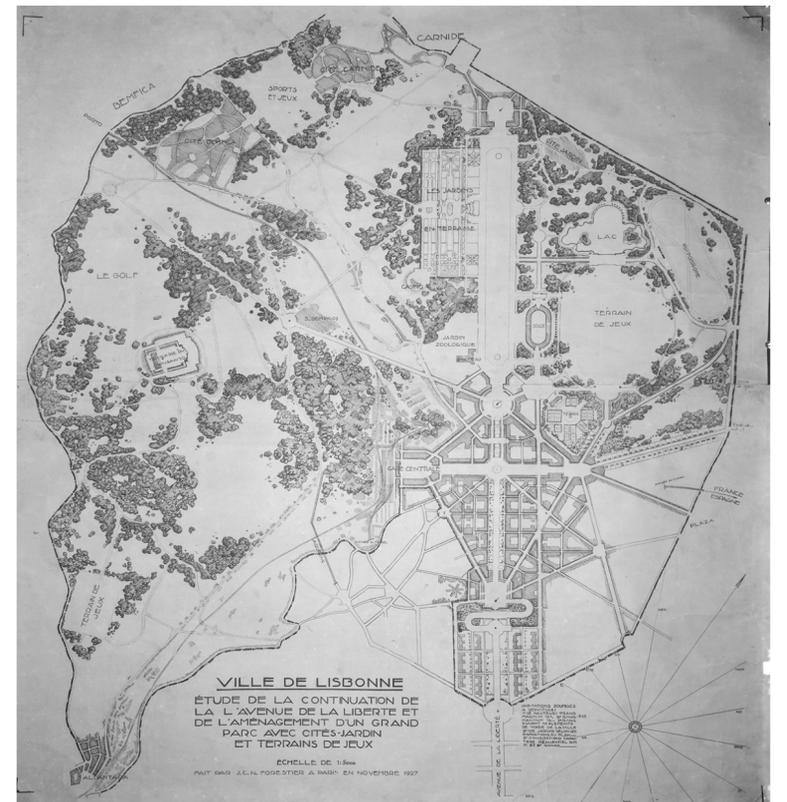


FIG 026 Parque da Liberdade (1899) - Henry Lusseau

Ressano Garcia fora encarregue por Gregório Rosa Araújo - Presidente da Câmara Municipal de Lisboa - de coordenar o desenvolvimento dos melhoramentos referentes à criação da Avenida da Liberdade. Esta avenida deveria assumir-se como a *boulevard* da capital, teria 90 metros de largura e terminaria na Praça do Marquês de Pombal, de forma circular, com 200 metros de diâmetro. A construção desta avenida, que decorreu de forma faseada, iniciou-se em 1877, tendo havido ainda um concurso para o desenho de um parque que deveria rematar esta avenida, acima da Praça do Marquês de Pombal, concurso esse ganho por Henry Lusseau.

FIG 027 Ville de Lisbonne (1927) - Jean Claude-Nicolas Forestier

Em 1903, o engenheiro Ressano Garcia desenvolveu o Plano Geral de Melhoramentos de Lisboa, que tinha o seu traçado geral baseado num conjunto de avenidas que estruturavam a malha urbana da capital. É com base nesse primeiro plano que Forestier viria, em 1927, a desenvolver o seu estudo para a Avenida da Liberdade, o principal eixo já definido por Ressano Garcia. Segundo Forestier, esta avenida representava o núcleo fundamental a partir do qual se deveria desenvolver a cidade, uma vez que funcionaria como um "cordão umbilical" capaz de conectar o centro histórico de Lisboa aos bairros que se começavam a desenvolver na sua periferia. A proposta de Forestier mantinha os princípios da *boulevard* definida por Ressano Garcia, terminando na Praça do Marquês de Pombal, a partir de onde se deveria desenvolver o Parque da Liberdade, desenhado pelo engenheiro francês, Henry Lusseau (1899), e desenvolvido como consequência de constrangimentos topográficos e necessidades higiénicas.



⁰⁵³ Lôbo, *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 13.

⁰⁵⁴ Lôbo, *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 13.

⁰⁵⁵ Seria este tipo de planeamento urbano, com traçados distintos adaptados a cada zona do aglomerado, que viria a ser aplicado às estâncias balneares marítimas em Portugal, sendo habitual as zonas próximas da Avenida Marginal terem um traçado mais regular e geometrizado, e as zonas habitacionais disporem de traçados mais orgânicos, reforçando o seu carácter de privacidade.

⁰⁵⁶ Lôbo, *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 15.

⁰⁵⁷ Lôbo, *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 16.

⁰⁵⁸ João Cabral et al., "Guia dos Programas de Acção Territorial" (Lisboa, 2011), 24.

02.3. PLANS D'AMÉNAGEMENT, D'EMBELLISSEMENT ET D'EXTENSION DES VILLES

Para compreender os instrumentos de planeamento urbano adotados em Portugal no período compreendido entre 1850 e 1970, importa analisar as soluções que vigoravam em França. Uma personagem comum a estas duas realidades, portuguesa e francesa, é o secretário geral da Société Française des Urbanistes, Donat-Alfred Agache, que o ministro Duarte Pacheco convidou, em 1933, para desenvolver o Plano de Urbanização da Costa do Sol, e que muito contribuiu para o desenvolvimento do urbanismo e da sua legislação em Portugal.

Agache fora, na realidade, uma personalidade fundamental na criação da legislação relativa ao planeamento urbano francês, tendo sido membro fundador da Société Française des Urbanistes e tendo participado na redação da *Loi Cornudet*, aprovada em 1919.⁰⁶⁹ Esta lei definia os elementos de planeamento necessários aquando do ordenamento de determinado território e a relação de interdependência entre os mesmos, a saber:

- um plano de urbanização "qui fixe la direction, la largeur et le caractère des voies à créer ou à modifier, détermine les emplacements, l'étendue et les dispositions des places, squares, jardins publics, terrains de jeux, parcs, espaces libres divers, et indique les réserves boisées ou non à constituer, ainsi que les emplacements destinés à des monuments, édifices et services publics";

- um programa, "déterminant les servitudes hygiéniques, archéologiques et esthétiques ainsi que toutes les autres conditions y relatives et en particulier les espaces libres à réserver, la hauteur des constructions, ainsi que les prévisions concernant la distribution d'eau potable, le réseau d'égouts, l'évacuation et la destination finale des matières usées et, s'il y a lieu, l'assainissement du sol";

- um projeto de lei municipal, "régulant les conditions d'application des mesures prévues au plan et au programme."⁰⁷⁰

A relevância desta legislação prendia-se com o facto de definir a existência de um conjunto de documentos em que ficariam estabelecidas as condições que determinavam a possibilidade, ou não, da execução das futuras construções, para além de definir as regras segundo as quais essa mesma urbanização se deveria orientar.⁰⁷¹ Mas, na realidade, a grande revolução introduzida por esta legislação francesa, seria a interligação entre as diversas fases do planeamento urbano, definindo uma hierarquia entre si, e garantindo desta forma que os planos a escalas diferentes, à medida que se fossem desenvolvendo e aplicando, se mantivessem compatíveis.

À semelhança do que viria a acontecer em Portugal, também em França foram definidos critérios que estabeleciam quais os aglomerados que deveriam ser

abrangidos por este novo modelo de planeamento. Para além da população residente, outro fator determinante era o cariz do aglomerado urbano em causa, sendo que foram incluídas nestes planos as estâncias balneares marítimas e termais, o que demonstra o papel relevante que estes aglomerados representavam para economia do país.

"Chegou o verão e com ele a frequência das praias e termas. Portugal, com o seu longo litoral, estirado do norte ao sul e do poente ao nascente, é um País rico de lindas e soalheiras praias e, com a sua constituição geológica especial, igualmente rico de pitorescas e proveitosas termas. [...]"

*A paisagem que rodeia estas estâncias termais é [...] da mais soberba e variada, e as águas medicinais que as servem rivalizam com as melhores do Mundo [...] como as grandes e famosas termas de França, Alemanha, Hungria e Eslováquia, que atraem clientela de todos os cantos do mundo!"*⁰⁷²

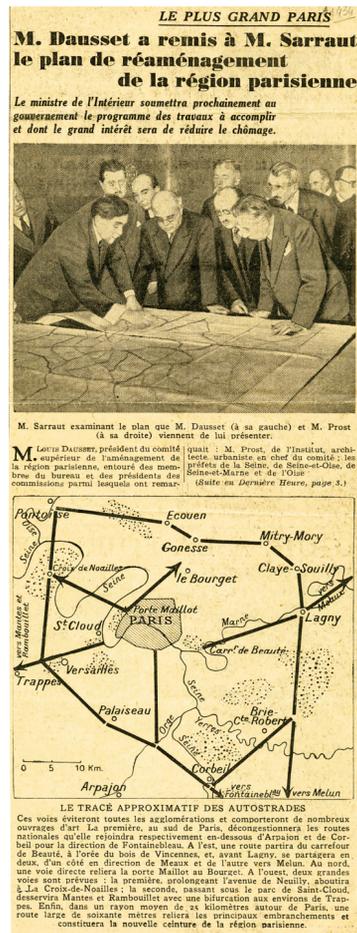
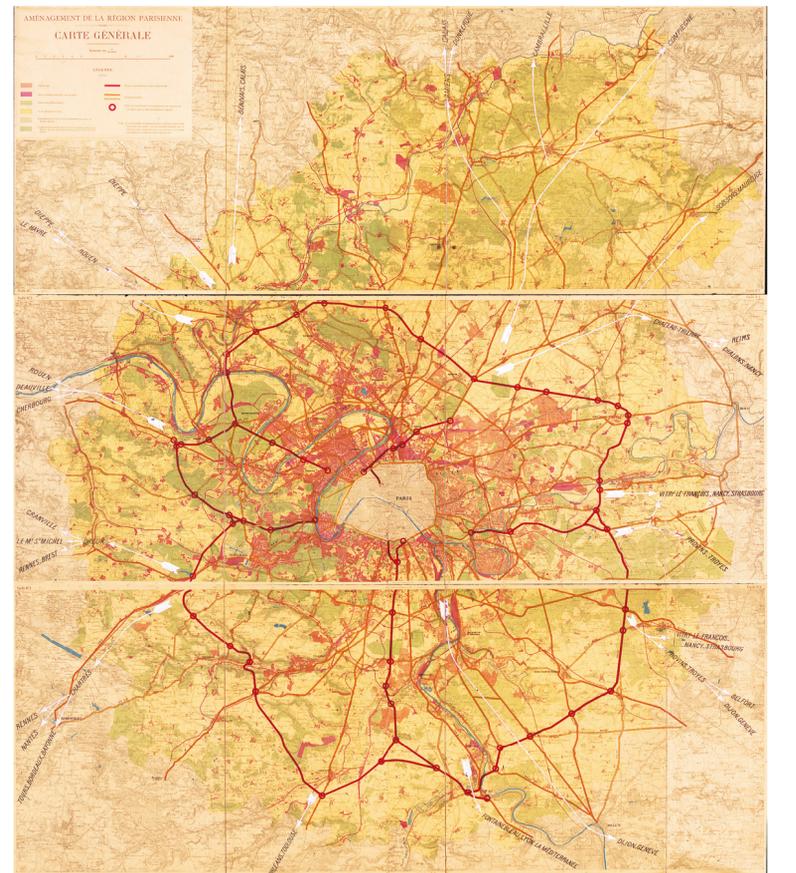


FIG 028 Le plan de réaménagement de la région parisienne [1934]
O plano de Prost e Dausset propunha uma organização urbana assente num sistema de mobilidade eficiente que, através da criação de um anel de circulação em redor do centro de Paris, seria capaz de remover o trânsito das principais estradas nacionais que serviam a capital.

FIG 029 Plan d'Aménagement de la Région Parisienne [1928-1934] - Henri Prost e Louis Dausset

O plano de Prost e Dausset introduz uma nova visão relativa ao ato de planeamento urbano, que passa a ser não apenas relativo ao núcleo urbano propriamente dito, mas que se estende a toda a região envolvente, passando a ser um planeamento integrado no território. Um dos aspetos fundamentais desta proposta prendia-se com a estruturação da malha urbana através do zonamento do território. Foram definidas quatro zonas concêntricas distintas de acordo com o decréscimo da densidade populacional e urbana e a utilização pretendida, que permitiam uma distribuição racional da população pelo território: a primeira zona, central, era a mais próxima do núcleo de Paris e a mais densa ao nível populacional e de construção; na segunda, um pouco mais afastada, verificava-se ainda uma elevada densidade populacional e predominava a habitação coletiva; a terceira, mais afastada ainda, era já menos densa e nela predominava a habitação individual; a quarta, e última, que era a mais afastada, mantinha o seu carácter rural. A circulação entre as diversas zonas seria feita através de uma circular externa que permitia aceder, tanto ao centro de Paris, como às cidades da sua periferia, criando desta forma um sistema de circulação eficiente capaz de remover o trânsito das principais estradas nacionais que serviam a capital.



⁰⁶⁹ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 481.

⁰⁷⁰ "Loi Concernant Les Plans d'extension et d'aménagement Des Villes" [1919], 2728. Citado em Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 481-482.

⁰⁷¹ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 482.

⁰⁷² Armando Narciso, "Termas de Portugal," *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 21 (Junho de 1944).

02.4. PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO (1930 - 1970)

Os Planos Gerais de Urbanização foram introduzidos em Portugal por Duarte Pacheco, com o intuito de, através de uma produção urbanística planeada, criar uma *"imagem urbana com que o regime se identificasse"*.⁰⁷³ Por forma a instituir em Portugal um modelo de planeamento urbano atualizado, Duarte Pacheco convidou o urbanista francês Alfred-Donat Agache a desenvolver o Plano de Urbanização da Costa do Sol,⁰⁷⁴ que se viria a evidenciar como o grande modelo para o desenvolvimento dos Planos Gerais de Urbanização que se seguiram.

A escolha deste urbanista para a execução do Plano de Urbanização da Costa do Sol foi defendida por Duarte Pacheco, que considerava ser *"tempo (...) de fazer delinear por mão de urbanista já consagrado neste difícil género de trabalhos, em que raros são os especialistas, a traça a que hão-de obedecer no futuro todos os elementos de aproveitamento e valorização da magnífica faixa marginal que será servida pela nossa primeira estrada de turismo, por forma a que das suas excepcionais condições se tire o melhor partido"*.⁰⁷⁵

Agache seria fundamental, tanto na conceção da proposta de Urbanização da Costa do Sol, como também na formulação da legislação que viria a guiar o desenvolvimento dos Planos de Urbanização. Assim, o seu contributo foi não só relevante ao nível do Plano de Urbanização da Costa do Sol, mas sobretudo no que se refere aos Planos de Urbanização na sua generalidade, o que reforçava a visão de abrangência e de interdependência pela qual as diversas fases do planeamento urbano se deveriam pautar.⁰⁷⁶ Em Portugal, o desenvolvimento dos Planos Gerais de Urbanização seria possível graças à contribuição do Comissariado do Desemprego, na forma do Fundo de Desemprego, ambos criados em 1932. Este fundo, que era parte integrante da iniciativa de comparticipação do Estado às Câmaras Municipais, contribuía com 50 por cento do ordenado dos trabalhadores requisitados pelas autarquias para obras de melhoramentos.⁰⁷⁷

*"No desejo de estender o mais possível os benefícios da assistência pelo trabalho aos que deste se encontram privados tem o Governo promovido em regime de comparticipação das câmaras municipais e do Estado, pelo Fundo de Desemprego, a realização de melhoramentos locais de natureza vária em todo o País."*⁰⁷⁸

Ao passo que em França o novo planeamento urbano fora motivado por uma necessidade de reconstruir zonas destruídas pela guerra, em Portugal, este planeamento foi motivado pela necessidade de criar um urbanismo que refletisse a ideologia do regime em vigor, criando uma imagem autoritária e ordenada das cidades portuguesas.⁰⁷⁹ No entanto, como em Portugal as autarquias não dispunham de técnicos especializados na área do planeamento urbano, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações viu-se na necessidade de criar um enquadramento legal específico o suficiente por forma a permitir que arquitetos e engenheiros civis

desempenhassem o papel de urbanistas.⁰⁸⁰

"Sucede porém que muitas câmaras municipais, seguindo o impulso renovador que hoje atinge todos os recantos do País, solicitam o concurso do Governo para importantes trabalhos de urbanização, nem sempre delineados com o melhor critério e a mais justa consideração das condições locais e das necessidades futuras, nem segundo as melhores regras da higiene e da conveniência das aglomerações urbanas."

Explica-se que assim suceda por na maioria dos casos não disporem as câmaras municipais de técnicos especializados na moderna arte, que também é ciência, da urbanização."

Mas pretendendo o Governo que as somas despendidas nos trabalhos desta natureza, seja qual for a sua proveniência, tenham a utilidade mais eficaz e duradoura, aplicando-se de facto na criação de riqueza pública, importa estabelecer os princípios gerais que em matéria de urbanização sirvam a orientar as câmaras municipais."

Em primeiro lugar é indispensável que todas as câmaras municipais possuam plantas topográficas, em escalas apropriadas, das zonas urbanas de maior interesse público."

Depois, não deverão empreender-se quaisquer trabalhos de urbanização que não estejam subordinados a um plano convenientemente delineado com a previsão do futuro, de tal arte que o valor intrínseco das obras encetadas cresça à medida que a execução do plano se for desenvolvendo."

[...]

*Atingido o objectivo deste diploma (...) ficará assegurado que, de futuro, nenhuma obra de urbanização se realizará que não seja parte integrante de um plano geral de urbanização devidamente concebido."*⁰⁸¹

Verifica-se que, face à submissão ao Ministério das Obras Públicas de planos desenvolvidos por técnicos não especializados ao serviço das Câmaras Municipais que não cumpriam as exigências daquele organismo, se deveriam definir os critérios a que teriam de obedecer os Planos de Urbanização.

"Art. 2.º Serão (...) elaboradas plantas topográficas e planos gerais de urbanização e expansão:

a) Das localidades com mais de 2500 habitantes que entre dois recenseamentos consecutivos acusem um aumento populacional apreciável;

b) Dos centros urbanos com zonas de interesse turístico, recreativo, climático, terapêutico, espiritual, histórico ou artístico designados pelos



FIG 030 Estrada de Turismo [1941]

A abertura da estrada de turismo seria fundamental para o funcionamento da proposta de Agache para a Costa do Sol, uma vez que, a par da própria linha de costa, esta seria o eixo que viria a guiar e, de certa forma, estruturar a urbanização. À semelhança do que acontecera no Plan d'Aménagement de la Région Parisienne, procurou criar-se um eixo viário capaz de proporcionar uma deslocação rápida e cómoda ao longo de toda a linha de costa, ligando desta forma Lisboa e a Costa do Sol em toda a sua extensão.

"Abrem-se as portas do mar (...) e o auto, largado ao cais, trilha o castelo da Avenida da Índia, deixa atrás a Torre de Belém e a Praça do Império, os jardins ao fundo, frente à Praia do Restelo, de onde largaram, em época venturosa, as naus dos Descobrimentos, e entra, Aljés à vista, na Estrada Marginal, longa de 20 quilómetros, rumo à Costa do Sol."

O sol doira as areias das praias do rio (...) e a estrada, larga para 4 automóveis correrem à desfilada, 2 em cada sentido, lança-se ao longo da linha férrea (...)."

Castro Soromenho, "Estrada Marginal," *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 02 [1941]: 1.

⁰⁷³ Lôbo, *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 35.

⁰⁷⁴ Lisbonne – Urbanisation de la Région Ouest – Remodelation & Aménagement de la Costa do Sol

⁰⁷⁵ "Decreto n.º 22444," *Diário do Governo*, Série I, n.º 82 [10 de Abril de 1933]: 626.

⁰⁷⁶ Lôbo, *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 38.

⁰⁷⁷ "Decreto n.º 21699," *Diário do Governo*, Série I, n.º 230 [30 de Setembro de 1932]: 1982.

⁰⁷⁸ "Decreto-Lei n.º 24802," *Diário do Governo*, Série I, n.º 299 [21 de Dezembro de 1934]: 2137-2138.

⁰⁷⁹ Lôbo, *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 39.

⁰⁸⁰ "Art. 9.º Para a elaboração dos projectos de urbanização as câmaras municipais abrirão concurso entre arquitectos e engenheiros civis portugueses, ou fôr-os-ão executar pelos seus serviços técnicos de urbanização, quando os tenham devidamente organizados."

[...]

^{1.º} Nos projectos organizados pelos serviços municipais, ou presentes aos concursos, deverá sempre assegurar-se a colaboração de arquitectos urbanistas.

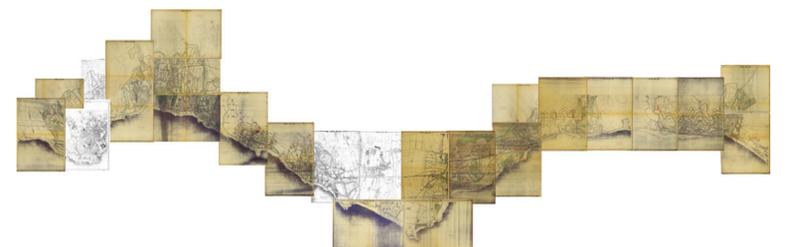
^{2.º} Em casos especiais autorizados pelo Governo poderão ser admitidos aos concursos urbanistas estrangeiros." "Decreto-Lei n.º 24802", 2139.

⁰⁸¹ "Decreto-Lei n.º 24802", 2138.

FIG 031 Levantamento Topográfico da Região da Costa do Sol (1935-1954) - Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol



FIG 032 Plano de Urbanização da Costa do Sol (1948-1954) - Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol



Ministérios do Interior e das Obras Públicas e Comunicações.⁰⁸²

Esta legislação refletia uma centralização dos poderes, no que se refere aos planos de urbanização, no Ministério do Interior e no Ministério das Obras Públicas e Comunicações, sobretudo em relação aos aglomerados que tivessem a si associada alguma forma de vilegiatura, reflexo da crescente importância que o turismo representava na economia do país. Apesar de serem as Câmaras Municipais as entidades responsáveis pelo desenvolvimento dos planos de urbanização, estas continuavam dependentes das comparticipações do estado, o que ainda reforçava a ideia de que eram efetivamente os Ministérios do Interior e das Obras Públicas que controlavam todo o planeamento urbano do território nacional. Esta situação era ainda evidenciada pelo facto de o Estado poder tomar iniciativa na realização de planos urbanos no caso de entender que determinado aglomerado ou território apresentava um interesse nacional excecional, sendo exemplo disso a realização do Plano de Urbanização da Costa do Sol.⁰⁸³

Os municípios viam-se assim na obrigação de realizar os levantamentos topográficos e, nos três anos seguintes, o respetivo plano de urbanização. Contudo, em 1938, foi criada a "Comissão de Fiscalização dos Levantamentos Topográficos"⁰⁸⁴ como forma de dar resposta aos atrasos que se verificavam na submissão dos planos, motivados por um número de constrangimentos, entre os quais a falta de técnicos especializados.

Na década de 1940 formaram-se os primeiros urbanistas portugueses, como foi o caso de João Guilherme Faria da Costa e David Moreira da Silva, na sequência da revisão da legislação em que o antepiano surge como elemento fundamental do planeamento e na sequência da presença de urbanistas de renome internacional em Portugal.⁰⁸⁵ De facto, o urbanismo começava a ser visto como uma área extremamente relevante na divulgação dos valores do regime, o que contribuiu para que muitos arquitetos seguissem um percurso ligado ao planeamento urbano.⁰⁸⁶

"De harmonia com a prática corrente em trabalhos desta natureza, os técnicos encarregados desses estudos apresentam em primeiro lugar antepianos pormenorizados, que, depois de apreciados pelas entidades e serviços competentes, servem de base aos projectos definitivos, mas que já por si definem linhas gerais de arranjos urbanísticos que convém fazer cumprir rigorosamente (...)."

Nestes termos:

(...)

Os antepianos de urbanização aprovados pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações sobre parecer do Conselho Superior de Obras

Públicas serão obrigatoriamente respeitados.⁰⁸⁷

Podendo esta medida parecer lógica, aquilo que mais surpreendia era o facto de os antepianos, ao serem aprovados pelo Conselho Superior de Obras Públicas, passarem a assumir a mesma importância que os próprios planos de urbanização. Assim, não é de estranhar que se tenha assumido como prática corrente a conceção de antepianos que, ao obterem aprovação, tornassem desnecessário o desenvolvimento posterior de um plano de urbanização. Com efeito, num relatório publicado pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações na década de 1950, havia "597 planos [de urbanização] em curso, entre aqueles por iniciar (150), em estudo (109), em apreciação (45), aprovados (81), aprovados com observações (154) e em remodelação (58)." A verdade é que grande parte destes se referiam a antepianos que, apesar de não se tratarem do instrumento preferencial, permitiam acelerar o processo de planeamento urbano e, desta forma, oferecer uma "perspectiva global sobre a evolução espetável do (...) território e traçar uma linha de intervenção para intervenções futuras."⁰⁸⁸

Este era um aspeto fundamental do planeamento urbano, em especial das estâncias balneares, muitas vezes desenhadas de raiz, uma vez que os planos, pela sua dimensão, raramente eram implementados de uma vez só. Visto que eram aplicados por fases, era útil que, através de um antepiano, houvesse logo à partida um elemento que pudesse orientar o planeamento de início ao fim. Estes antepianos permitiam de imediato definir o desenho da malha urbana com base na estrutura viária, os equipamentos a implementar, bem como espaços públicos, delimitando zonas do aglomerado com funções distintas.⁰⁸⁹

A formulação e definição destes elementos seria, porém, variável de acordo com a natureza do aglomerado em causa, sendo para nós de interesse compreender qual a formulação que o Estado Novo idealizava para o limite costeiro, e se essa se traduziu num modelo definido e rígido ou, por outro lado, num modelo flexível e mutável. O interesse particular da urbanização da linha de costa prende-se sobretudo com o facto de se tratar geralmente de um planeamento de raiz, o que possibilitava, à partida, o ensaio de novos modelos urbanos.



FIG 033 Estádio de Lisboa - Planta Geral
O plano para o Estádio de Lisboa assemelha-se, de certa forma, ao "Parque Estoril". Contudo, aqui, em vez de existirem um conjunto de equipamentos relacionados com a vilegiatura climática, termal ou balnear marítima, temos como que um centro de vilegiatura desportiva. Podem identificar-se o Estádio Nacional, no topo, como o principal elemento da composição e, de seguida, uma série de campos de jogos e pistas de atletismo que se estendem até ao mar.

⁰⁸² "Decreto-Lei n.º 33-921", 884.

⁰⁸³ "O encargo da organização das plantas [topográficas] e dos planos de urbanização e expansão compete às câmaras municipais a que pertencem os respectivos aglomerados populacionais, salvo quando o Governo deles tome iniciativa. (...) A solicitação das câmaras municipais ou por iniciativa do Governo poderão os planos de urbanização e expansão ser elaborados por intermédio do serviço do Estado (...)." "Decreto-Lei n.º 33-921", 884-885.

⁰⁸⁴ "Decreto-Lei n.º 33-921", 884.

⁰⁸⁵ Alfred-Donat Agache, Etienne De Gröer, Marcello Piacentini e Giovanni Muzio.

⁰⁸⁶ Carlos Negrão (plano de 25 localidades), João Aguiar (plano de 22 localidades), Mário de Oliveira (plano de 15 localidades), Januário Godinho (plano de 13 localidades), Brito e Cunha (plano de 11 localidades) e José de Lima e Franco (plano de 11 localidades). Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 491.

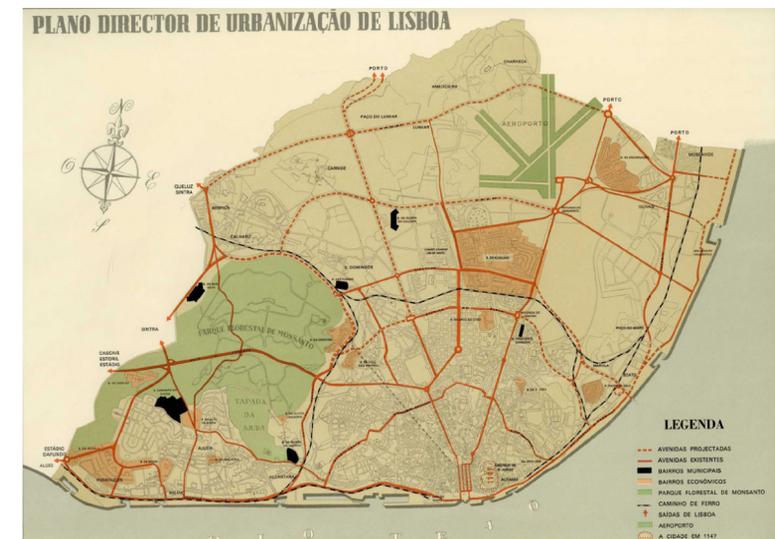
⁰⁸⁷ "Decreto-Lei n.º 35-931," *Diário do Governo*, Série I, n.º 250 (4 de Novembro de 1946).

⁰⁸⁸ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 495-496.

⁰⁸⁹ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 496.

FIG 034 Plano Director de Urbanização de Lisboa (1938-1948) - Étienne de Gröer

O Plano Director de Urbanização de Lisboa, de Étienne de Gröer, é desenvolvido com base nos levantamentos e dados compilados por Emídio Abrantes, em 1938. A partir daí foram definidos os principais temas aos quais este plano deveria dar resposta, sendo eles: a construção; o alojamento; os vazios urbanos e a relação do aglomerado com o território a nível regional. Assim, as propostas de Gröer passavam pela ligação do Parque de Monsanto ao Parque Periférico, por forma a definir uma zona verde em torno do centro de Lisboa, pela criação de uma malha urbana radocêntrica, seguindo os modelos urbanos ingleses em que a malha do aglomerado seria mais adaptada às características topográficas, e pela definição de um conjunto de eixos viários capazes de conectar a capital aos maiores centros urbanos em seu redor.



02.5. URBANISMO DA ESTÂNCIA BALNEAR

Os primeiros quatro planos de urbanização apresentados ao Conselho Superior de Obras Públicas eram referentes à Praia de Moledo,⁹⁹⁰ Praia de Mira,⁹⁹¹ Praia da Rocha⁹⁹² e Praia de Monte Gordo.⁹⁹³ Apesar de não serem parte integrante deste conjunto, tanto o plano para a Praia do Cabedelo⁹⁹⁴ como o da Praia da Vieira de Leiria⁹⁹⁵ se encontravam na altura em processo de desenvolvimento. Tal comprova que, já desde o início da década de 1930, a costa apresentava uma elevada procura como destino de veraneio, havendo, portanto, necessidade de se começarem a desenhar e planejar as estâncias balneares do litoral, que, à data, se tratavam de pequenos núcleos piscatórios sem valor turístico de relevo, pelo que deveriam ser planeados por forma a adquirirem características de estância balnear.⁹⁹⁶

Pelo seu reduzido valor arquitetónico, estes aglomerados litorais eram atrativos tanto para os municípios como para os urbanistas, principalmente pela rapidez com que os levantamentos topográficos eram desenvolvidos, o que permitia também, num curto espaço de tempo, elaborar os Planos Gerais de Urbanização para estas estâncias. A verdade é que a maior parte destes aglomerados, apesar de não possuírem grande valor do ponto de vista arquitetónico, usufruía geralmente de um contexto paisagístico privilegiado, razão que motivava a sua existência. É nesse sentido que o urbanismo e arquitetura seriam responsáveis por evidenciar os valores paisagísticos que caracterizavam estas estâncias e dos quais estas dependiam para serem reconhecidas enquanto locais de turismo. A imagem das estâncias balneares seria alcançada através da definição de uma "unidade e coerência urbanas", o que resultava em soluções formais que pretendiam apresentar os aglomerados "como conjuntos acabados".⁹⁹⁷

O "plano-imagem" de uma estância balnear em Portugal é, sem dúvida, o Plano de Urbanização da Costa do Sol,⁹⁹⁸ que começou a ser desenhado em 1933, e cujas influências foram evidentes no desenvolvimento das estâncias balneares a partir de meados daquela década, e das quais são exemplo a Praia de Moledo, a Praia do Cabedelo, a Praia de Mira, a Praia da Vieira de Leiria, a Praia da Rocha e a Praia de Monte Gordo.

Apesar destes exemplos representarem uma fase inicial, e experimental, em que se começava a definir um modelo urbano de ocupação do litoral em Portugal,⁹⁹⁹ é através da sua análise que se torna possível identificar um conjunto de características que conferiam uma certa identidade a este tipo de planeamento urbano. Existia, para além de um conjunto de equipamentos indispensáveis à vida de qualquer estância turística, um número de elementos de organização urbana comuns a várias destas propostas, apesar dos seus planos se basearem, por vezes, em premissas distintas.

Grande parte destes aglomerados eram planeados de raiz, apesar de geralmente se implantarem onde existiam pequenos aglomerados piscatórios estabelecidos junto à praia.¹⁰⁰⁰ Por não disporem de condições de higiene e salubridade suficientes, estes conjuntos de cabanas e palheiros, ainda que sendo parte do

aglomerado original, eram habitualmente substituídos por novas construções. De facto, nas memórias descritivas dos planos identificavam-se abordagens distintas. Se, por um lado, prevalecia a ideia de que se deveria proceder à extinção das construções originais e desenhar o aglomerado de raiz,¹⁰⁰¹ por outro, era também defendida a abordagem de que se deveriam fazer todos os esforços necessários para que as construções originais fossem mantidas e fizessem parte da nova forma urbana, apesar de tal raramente acontecer.¹⁰⁰² Desta forma, os planos acabavam por ser, na sua grande maioria, desenvolvidos com pouca ou nenhuma atenção às pré-existências, o que resultava muitas vezes numa segregação social associada às diversas áreas residenciais.

De facto, nem todos os aglomerados se encontravam nas mesmas condições topográficas, o que originava variações no traçado urbano dos novos aglomerados. Geralmente, em contextos topográficos mais planos, eram adotadas soluções mais regulares, surgindo frequentemente uma malha urbana ortogonal, por não serem exigidos grandes esforços de adaptação ao terreno.¹⁰⁰³ Por outro lado, em territórios mais acidentados, procurava-se que a proposta se adaptasse à topografia, o que tornava a malha urbana mais orgânica e complexa. É exemplo disso o Plano de Urbanização da Praia da Rocha, em que a proposta apresentada a concurso "constitue uma solução bem adaptada ao terreno, às condições locais e, duma maneira geral, à parte já existente que se pretende urbanizar".¹⁰⁰⁴

Como referido anteriormente, estes aglomerados originais eram caracterizados pelos seus valores paisagísticos, e não pelos seus valores arquitetónicos e urbanísticos. Assim, era importante que o planeamento tivesse em conta os valores que motivavam a procura destes locais, e os evidenciasse através do planeamento urbano e da arquitetura. É nessa medida que o plano para a Praia da Rocha vê "a sua estrutura, nascida da preocupação de procurar o esquema de arruamentos que melhor e mais economicamente se adaptasse à topografia dos terrenos a urbanizar [...]." Estes arruamentos seriam ainda influenciados "pela localização das já clássicos miradouros [...], ligados, por sua vez, com a indispensável arteria marginal." Contudo, nem todo o aglomerado seria abrangido por estas regras, verificando-se que "um ou outro traçado [...] tal como o caprichoso esquema [...] entre o acesso monumental e o forte de S. Catarina, nasceu da necessidade de conservar a totalidade das construções existentes nessa zona [...]."¹⁰⁰⁵

"Os planos de urbanização, sobretudo a reforma urbanística de cidades ou vilas existentes, não podem depender em primeiro lugar da régua e do esquadro. Não é friamente no estirador do técnico que se deve delinear qualquer plano de reforma urbanística, principalmente quando se trata de uma terra de carácter marcado, com feição regional ou elementos de interesse especiais. [...] Sobreretudo quando se joga no naipe do turismo, não se pode perder de vista por um momento a necessidade de conservar as feições urbanísticas interessantes que são a própria justificação do turismo e a sua



FIG 035 Plano de Urbanização da Praia do Cabedelo (1933) - Jorge Segurado e António Varela

⁹⁹⁰ Plano Geral de Melhoramentos para a Praia de Moledo, arquiteto Carlos Ramos (1929) e Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho, arquiteto e urbanista David Moreira da Silva (1941).

⁹⁹¹ Antepiano de Urbanização da Praia de Palheiros de Mira (1949).

⁹⁹² Plano de Urbanização da Praia da Rocha, engenheiro António Emílio Abrantes e arquiteto Carlos Ramos (1935).

⁹⁹³ Projecto de Urbanização da Frente Marginal da Praia de Monte Gordo, arquiteto Luís Cristino da Silva (1942).

⁹⁹⁴ Plano Mestre de Urbanização da Praia do Cabedelo, arquitetos Jorge Segurado e António Varela (1933-1941).

⁹⁹⁵ Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Praia da Vieira de Leiria, arquiteto Luís Cristino da Silva (1946).

⁹⁹⁶ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 498.

⁹⁹⁷ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 499.

⁹⁹⁸ Apesar da relevância deste plano pela sua escala e abordagem ao nível regional, são também estas características que o afastam da realidade de S. Pedro de Moel, pelo que se entende ser mais vantajoso optar pela análise dos primeiros Planos de Urbanização para estâncias balneares em Portugal, que apresentam maiores semelhanças, quer ao nível da escala, quer ao nível dos equipamentos, com o aglomerado em estudo.

⁹⁹⁹ Apesar de inicial em Portugal, este urbanismo de costa era informado pela prática do resto da Europa, principalmente inglesa e francesa.

¹⁰⁰⁰ Como era o caso da Praia da Vieira de Leiria e Praia dos Palheiros de Mira.

¹⁰⁰¹ "A povoação da praia de Vieira [...] é, actualmente, constituída por cerca de 250 barracas miseráveis, sendo 210 de madeira e, apenas, 40 de adôbo, ou alvenaria muito ordinária. [...]"

¹⁰⁰² O aspecto da povoação é absolutamente imundo, amontoando-se os miseráveis casebres, em absoluta desordem, sem a menor noção de salubridade. [...]"

¹⁰⁰³ As condições de vida são absolutamente deploráveis, pois que as barracas, na sua maioria, tem, apenas, uma divisão, onde dorme toda a família [...]"

¹⁰⁰⁴ [Devido proceder-se à] extinção do actual aglomerado [...]" Luís Cristino da Silva, "Ante-Projecto de Urbanização da Praia da Vieira de Leiria: Memória Descritiva" (Lisboa, 1946), 4-6.

¹⁰⁰⁵ "Assim não se procurará substituir o aglomerado existente por outro, concebido apenas segundo as necessidades dos veraneantes e à margem do qual se instale a população local, não."

Procurar-se-á um sistema que permita gradual e progressivamente criar elementos novos que contribuam efectivamente para a melhoria económica e o bem estar dos seus naturais e simultaneamente dos veraneantes e assim aumentando o número destes, aumentar o rendimento que permitirá activar este ciclo." Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, "Ante-Plano de Urbanização da Praia de Palheiros de Mira: Memória Descritiva e Justificativa," (s. l., 1949), 3.

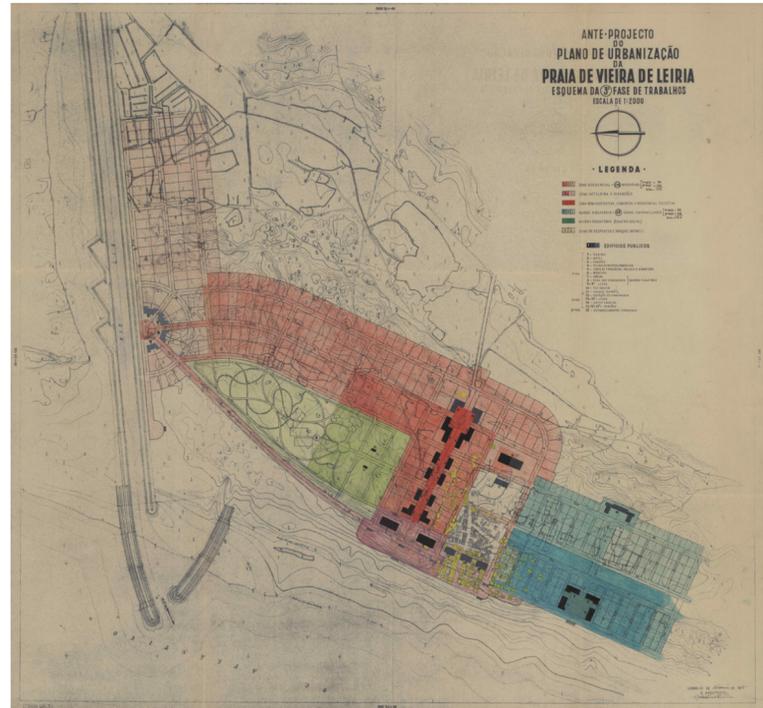
¹⁰⁰⁶ Como era o caso de praias como a Vieira de Leiria e Monte Gordo.

¹⁰⁰⁷ Carlos Manuel Ramos e António Emílio Abrantes, "Plano de Urbanização da Praia da Rocha: Memória Descritiva e Justificativa," (s. l., 1942), 3.

¹⁰⁰⁸ Ramos e Abrantes, "Plano de Urbanização da Praia da Rocha: Memória Descritiva e Justificativa", 4-5.

FIG 036 Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Praia de Vieira de Leiria (1945) - Luís Cristino da Silva

No antepiano para a Praia de Vieira de Leiria o zonamento assume-se como componente fundamental do planeamento urbano, sendo que se identificam: a roxo, a zona turística com a avenida marginal e os principais equipamentos; a vermelho e azul, as zonas residenciais, a primeira para os veraneantes e a segunda para os naturais da Praia da Vieira; e a verde, um sistema de parques que faria a transição entre a zona residencial de veraneio, a marginal e a praia. É também evidente a preponderância que assume a avenida central, e penetrante do aglomerado, na conexão da zona residencial de veraneio à zona turística.



principal razão de existir.¹⁰⁶

O desenho começava, no geral, por definir uma Avenida Central, perpendicular à costa, que deveria atravessar todo o aglomerado e assumir-se como o principal acesso à Estância Balnear. Seria também definida uma Avenida Marginal, paralela à costa, ao longo da qual se estabeleciam, por norma, elementos como as Esplanadas e Passeios Alegres. Estes Passeios Públicos, que permitiam percorrer a marginal, muitas vezes num recinto sombreado, e que dispunham de acessos à praia e de balneários e vestiários, eram "onde os banhistas estagiaricos ou simples visitantes, poder[iam] preparar-se para entrar ou sair da praia [...]".¹⁰⁷ O encontro entre a Avenida Central e a Avenida Marginal, de grande importância, gerava frequentemente uma praça ou meia laranja, onde se situavam alguns dos mais importantes equipamentos da estância.

Estabelecidos estes dois eixos principais, deveria proceder-se ao zonamento do aglomerado, que se dividia habitualmente em Zona Turística, Zona Residencial e numa terceira zona, que poderia ser comercial, industrial ou de parques e jogos, consoante o aglomerado em causa. Estas zonas seriam servidas por um conjunto de arruamentos paralelos, quer à Avenida Marginal, quer à Avenida Central, gerando, em grande parte dos casos, uma malha urbana ortogonal.

"Toda a distribuição obedeceu a princípios racionais; a satisfação de todas as necessidades e a uma arrumação lógica [...] em relação às três zonas estabelecidas. Estas zonas são, de facto, três órgãos distintos no organismo formado pelo todo, mas dispostos de tal modo que a sua localização, as suas relações entre si estabelecem um funcionamento orgânico em correspondência à lógica das necessidades, não só de cada zona, mas também às três em conjunto."¹⁰⁸

Todavia, estas zonas apresentavam características bastante distintas entre si. A Zona Turística, ou Centro Turístico, podia apresentar uma morfologia mais distendida ou focada num ponto, consoante esta zona se desenvolvesse ao longo da Avenida Marginal ou da Avenida Central,¹⁰⁹ ou se centrasse no ponto de intersecção entre ambas.¹¹⁰ Era nesta zona que se podiam encontrar os principais equipamentos característicos das estâncias balneares, uma vez que apresentavam finalidades turísticas. Destes, os elementos mais representativos eram o Hotel e o Casino. Mais tarde, a partir da década de 1950, a Piscina de Mar veio também assumir-se como um equipamento indispensável, sobretudo na costa atlântica, onde o banho era dificultado pela força do mar. Outros equipamentos frequentes eram os centros comerciais e lojas, cinemas, balneários e vestiários, restaurantes, cafés e bares. Esta zona era, pela sua localização e pelos equipamentos que incluía, o motor e a "zona fundamental de todo o conjunto", sendo aí que "converge o movimento e a acção de todo o núcleo; e o motivo inicial de toda a organização de uma praia; é a razão de ser a que obedeceu o espírito creador de toda a composição. É a primeira zona [...] em importância urbana."¹¹¹

Esta zona englobava habitualmente a Marginal, que podia assumir diversas formas, desde Avenidas desenvolvidas a pensar na circulação automóvel, a Esplanadas e Passeios Marítimos destinados ao péo. Independentemente da forma adotada, a Marginal estabelecia-se sempre no limite costeiro, entre o aglomerado e a praia, estando-lhe muitas vezes associada a implantação de equipamentos turísticos. Desempenhava um papel importante na medida em que era, por norma, o último elemento construído, fazendo a separação entre terra e mar.

A Zona Residencial seria dividida em duas áreas, uma destinada aos habitantes locais e outra aos veraneantes, com localizações e formas urbanas distintas. Sendo que, muitas vezes, estes aglomerados resultavam do desenvolvimento de pequenos núcleos comunitários cuja principal atividade era a pesca, era habitual que a zona residencial destinada aos habitantes permanentes correspondesse a um bairro piscatório, à margem do resto do aglomerado, com malha habitualmente regular e que definia lotes de dimensões reduzidas. Nestes bairros era frequente encontrar um conjunto de equipamentos como mercado, escola, etc., que permitiam que os seus moradores ali fizessem a sua vida sem se misturarem com os veraneantes. Por outro lado, de forma a obter alguma tranquilidade e privacidade, a zona residencial destinada aos veraneantes costumava afastar-se do centro turístico, desenvolvendo-se muitas vezes para o interior de matas ou pinhais. A malha urbana aqui adotada era geralmente mais orgânica, definindo lotes de grandes dimensões e com grandes áreas verdes, à imagem do modelo da cidade-jardim. Assim, as habitações correspondiam a moradias unifamiliares isoladas com grandes espaços exteriores naturais. O facto destas duas áreas residenciais funcionarem de forma independente originava uma separação intencional entre ambas, o que reforçava as diferenças sociais no período do Estado Novo.

Desta forma, é possível concluir que as Estâncias Balneares eram desenhadas com base em dois modelos urbanos distintos, mas que se pretendiam complementares. Se, por um lado, o Centro Turístico vai geralmente seguir a ideologia *city beautiful*, podendo ser considerado a parte monumental e mais regular do aglomerado, por outro lado, a habitação unifamiliar isolada vai inspirar-se na tipologia de habitação desenvolvida no modelo da cidade-jardim. A grande diferença entre estes aglomerados de litoral e os restantes desenvolvidos no mesmo período, também com influência dos modelos *city beautiful* e cidade-jardim, são a transição do centro urbano para a marginal, onde se encontram os principais elementos e equipamentos de interesse e, por conseguinte, atrativos do aglomerado.

Os Planos Gerais de Urbanização não se limitavam ao desenho da estrutura da malha urbana como acontecia com os Planos Gerais de Melhoramentos, sendo que era de grande importância definir, com maior ou menor detalhe, a arquitetura dos aglomerados, o que vai tornar o planeamento mais complexo, mas também mais completo, tornando-se necessário ter em conta a morfologia, tipologia, zonamento e equipamentos, aquando do processo de planeamento urbano.



FIG 037 Plano de Urbanização da Praia da Rocha (1935) - Carlos Ramos e António Emídio Abrantes

¹⁰⁶ Raúl Lino, *Quatro Palavras Sobre Urbanização* (Lisboa: Edição de Valentim de Carvalho, 1945), 33-38.

¹⁰⁷ David Moreira da Silva, "Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho: Memória Descritiva" (Porto, 1941), 7.

¹⁰⁸ "Plano de Urbanização da Praia do Cabedelo em Viana do Castelo [Sta. Luzia]: Memória Descritiva" (s. l., 1941). Citado em Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 502.

¹⁰⁹ Como era o caso da Praia do Cabedelo, Praia da Rocha, Praia de Moledo, Praia de Monte Gordo, Praia da Vieira de Leiria.

¹¹⁰ Como no caso da Praia de Mira.

¹¹¹ "Plano de Urbanização da Praia do Cabedelo em Viana do Castelo [Sta. Luzia]: Memória Descritiva" (s. l., 1941). Citado em Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 502.

FIG 038 Ante-Projecto de Urbanização da frente marginal da Praia de Monte Gordo (1941) - Luís Cristino da Silva

O Ante-Projecto de Urbanização da frente marginal da Praia de Monte Gordo distingue-se dos demais por se dedicar quase exclusivamente ao desenho da marginal do aglomerado. Este plano, desenvolvido por Cristino da Silva, focou-se no desenvolvimento do limite entre a praia e o núcleo urbano e de um casino, procurando garantir uma coerência de conjunto. Para além do casino, que seria construído no encontro do eixo penetrante do aglomerado com a avenida marginal e em redor do qual tudo se desenvolveia, seriam ainda desenvolvidos um hotel, um restaurante e uma esplanada marginal.

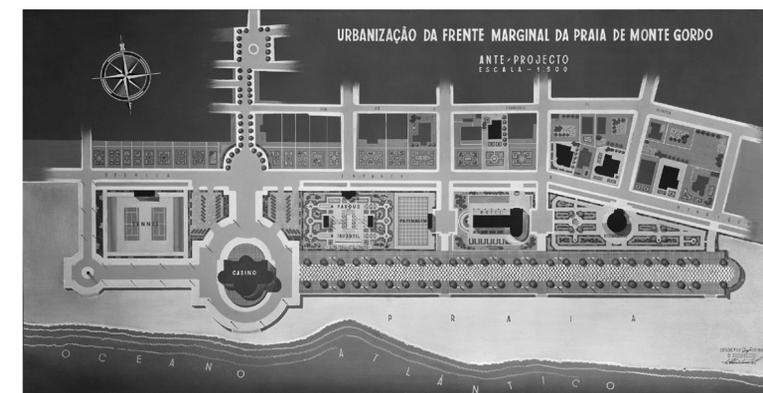


FIG 039 Prancha de saltos flutuante da Praia de Matosinhos



"A uma paisagem sem água falta uma grande parte de encanto. (...) Portugal, nesse ponto, é largamente favorecido pela natureza: a água canta-lhe a sua eterna canção, nas ondas, cuja voz murmura na bonança ou clama na tempestade (...)."

(...)

O soberbo Atlântico, banhando esta faixa de terra estreita, recortou-lhe caprichosamente o perfil e deu-lhe, aqui, a feição grave e adusta dos rochedos a pique, além, a praia suave, de areia lisa e macia alongando-se em dunas ou curvando-se em baías acolhedoras."

(...)

O Mar, com as suas tarefas e os seus mistérios, com os largos horizontes que desvendou, com as suas viagens e a sua pesca, com a sua beleza e a sua aventura, foi para os portugueses a sedução e a riqueza, a dilatação da fé, a abnegação, o perigo, o sacrifício e a glória."

Maria de Carvalho, "Elogio do Nosso Mar," *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 29 (1946).

03

PISCINAS DE MAR

03. PISCINAS DE MAR 039.

03.1. PISCINAS DE MAR ^{041.} **03.2.** GRANJA ^{047.} **03.2.1.** PISCINA DE MAR DA GRANJA ^{051.} **03.3.** ESPINHO ^{053.} **03.3.1.** PISCINA SOLÁRIO ATLÂNTICO ^{057.} **03.4.** FIGUEIRA DA FOZ ^{059.} **03.4.1.** PISCINA PRAIA DA FIGUEIRA DA FOZ ^{063.} **03.5.** PRAIA DAS MAÇÃS ^{067.} **03.5.1.** PISCINA CONCHA ^{069.} **03.6.** ESTORIL ^{071.} **03.6.1.** PISCINA DE MAR DO TAMARIZ ^{075.} **03.7.** PRAIA GRANDE ^{077.} **03.7.1.** PISCINA DE MAR DA PRAIA GRANDE ^{079.} **03.8.** LEÇA DA PALMEIRA ^{081.} **03.8.1.** PISCINA DE MARES ^{083.} **03.9.** S. PEDRO DE MOEL ^{087.} **03.9.1.** PISCINA OCEÂNICA ^{095.} **03.10.** PRAIA-PISCINA-FLUTUANTE ^{099.}

03.1. PISCINAS DE MAR

Na década de 1930 verificou-se uma projecção social das piscinas públicas dedicadas quer à prática desportiva, quer ao lazer, que se refletiu na construção deste tipo de equipamentos nas mais importantes capitais europeias da época. Em Paris, foi construída a Piscine-Mollitor (1929), obra Art Déco do arquiteto Lucien Pollet, que construiu ainda em Paris três outras piscinas: Jonquièrre (1933), Pontoise (1934) e Pailleron (1934). Em Berlim, foi construída a Stadtbad Mitte (1930), obra de Carlo Jelkmann e Heinrich Tessenow com influência Bauhaus. Em Madrid, foi construída a piscina La Isla (1931), obra de Luis Gutiérrez Soto, influenciada pelo projeto para um Club Náutico (1925), de Fernando García Mercadal, e pelo Real Club Náutico de San Sebastián (1928-1929), de José Manuel Aizpúrua e Joaquín Labayen. Entre os anos de 1906 e 1939 foram construídos, em Londres, vários “complexos recreativos ao ar livre (...) os chamados *Lidos*, equipados com piscinas exteriores, fontes, escorregas, pranchas de saltos, esplanadas para banhos de sol, cafés e bancadas para espectadores”¹¹².

Fora dos capitais europeias começaram a ser construídas as primeiras Piscinas de Mar, inicialmente em Inglaterra, em cidades como Brighton,¹¹³ Southport¹¹⁴ e Scarborough,¹¹⁵ sendo que rapidamente se começaram a disseminar pela Europa, aparecendo em países como França e Espanha, entre os quais se destacam *La Piscine de Trouville* e as piscinas *Las Arenas*, em Valência.

A década de 1960 trouxe a Portugal um conjunto de mudanças ao nível da vida social, entre as quais uma modificação drástica naquilo que era, até aí, a procura turística do país. A oferta, que até à data respondia essencialmente à procura dos turistas portugueses e que se servia dos “*Valores Turísticos Nacionais*” incutidos pelo Estado Novo – apoiada por uma rede de pousadas e parques de campismo disponíveis junto das várias estâncias do país –, passou a ter de se adaptar a uma crescente procura por parte de turistas do estrangeiro, que procuravam sobretudo o sul de Portugal. Embora as repercussões deste fenómeno se tenham verificado por todo o país, foi nessa região que esta transição foi mais evidente, pela quantidade e dimensão das intervenções. Esse momento foi caracterizado pela iniciativa privada nacional e internacional, à qual urbanistas e arquitetos se aliaram, na procura de criar uma nova cenografia de lazer, planeando e equipando o litoral para um novo público alvo, que deixou de ser o tradicional “*veraneante*” e passou a ser o novo “*turista*”.¹¹⁶

Deste período interessa analisar o modelo das Piscinas de Mar, que se vão progressivamente associar ao Hotel de Praia, e que começavam a afirmar-se como programa turístico desde a década anterior, devido, em grande parte, ao Fundo de Turismo, criado em 1946, e que permitiu uma evolução tipológica e morfológica deste tipo de equipamentos.

O Hotel de Praia, à qual estava geralmente associada

a Piscina de Mar, viu a sua imagem definida na década de 1950, afastando-se do aglomerado urbano que lhe dava origem, e conquistando de certo modo uma independência programática e territorial. Estas infraestruturas tornaram-se rapidamente referências no território, pela sua implantação, geralmente associada ao arranque da Avenida Marginal ou do encontro da Avenida Central com esta, e consequentemente próximas da praia e do mar, dispendo de uma posição tanto privilegiada quanto marcante no território. Foi nestes hotéis que passaram a realizar-se grande parte das atividades recreativas e turísticas, devido à variedade de programas que eram capazes de integrar revelando-se equipamentos autossuficientes. A relação que estes dois elementos estabeleciam com a Avenida Marginal era particularmente interessante: o hotel situava-se geralmente do lado interior da avenida e a piscina, do lado do mar. Tanto o Hotel de Praia como a Piscina de Mar eram assim geradas “*numa situação de limite, condição que suporta o próprio conceito que lhes dá origem e o modelo que lhes determina a forma.*”¹¹⁷

Apesar de, inicialmente, se desenvolverem em conjunto, o hotel e a piscina são programas que se assumem formalmente opostos. O hotel desenvolvia-se maioritariamente no sentido vertical, de forma a procurar uma constante e privilegiada vista sobre o mar, apesar de geralmente integrar no seu conjunto um terraço-solário, uma estrutura horizontal em contraste com a verticalidade do hotel e que procurava proporcionar uma vista panorâmica da linha do horizonte. Por contraste com o hotel, o complexo da piscina acompanhava a horizontalidade do terraço-solário, muitas vezes estreito e alongado, por se encaixar no limite entre o mar e a avenida. De facto, a organização espacial destes equipamentos era regida pelo seu programa, sendo estabelecida uma sucessão de espaços que obedeciam à sequência natural inerente ao ritual do banho de mar, desde a preparação física e espiritual, com a transição entre o exterior e a zona dos balneários e vestiários, até ao ato do banho propriamente dito, no tanque de banho, pontuado geralmente pela torre de saltos, elemento que se destacava na horizontalidade do conjunto.¹¹⁸

Foram estes dois equipamentos, Hotel de Praia e Piscina de Mar, que, pela sua presença marcante ao nível territorial e pela sua relevância programática, se tornaram modelos fundamentais na produção urbanística e arquitetónica das estâncias balneares daquele período. A partir de determinado momento, o par Hotel de Praia e Piscina de Mar separou-se, principalmente devido à evolução oposta de cada um dos dois modelos: enquanto que o hotel aumentou em dimensão e em complexidade programática e funcional, as piscinas seguiram o percurso oposto, reduzindo em dimensão e procurando estabelecer uma ligação mais franca com o meio que as rodeava, o que se traduziu formalmente na redução da construção e no aproveitamento dos valores topográficos naturais,



FIG 040 Piscine Molitor (1929) - Lucien Pollet

Inserida num complexo desportivo, a Piscine Molitor, era uma de várias atrações lúdicas e desportivas. O edifício, que desde o início se propunha acolher uma variedade de programas chegou, mais tarde, a partir de 1989, a receber concertos, festas e desfiles de moda.



FIG 041 Stadtbad mitte (1930) - Carlo Jelkmann

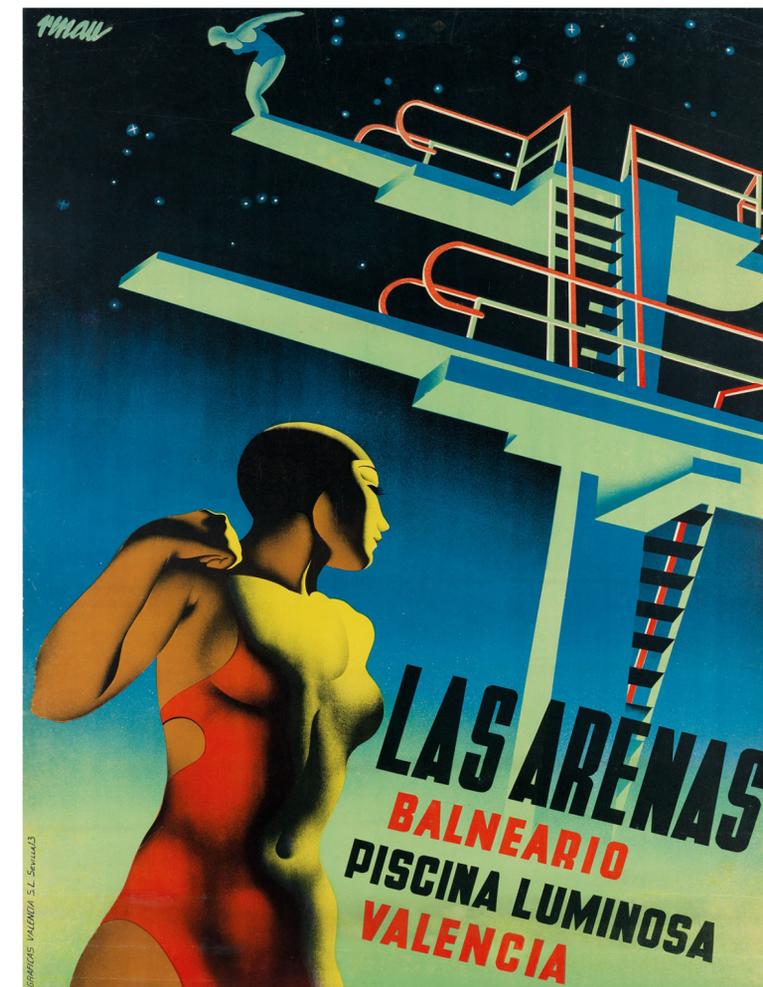
O complexo Stadtbad Mitte foi construído em 1930 com o propósito de proporcionar o acesso de todos os habitantes de Berlim a banhos públicos. O edifício, com influência Bauhaus, foi desenhado segundo os princípios da luz, ar e sol.



FIG 042 La Isla (1931) - Luis Gutiérrez

Esta piscina em forma de barco situava-se em Madrid, e tinha inspiração no Club Náutico de San Sebastián. O complexo, implantado no leito do rio Manzanares e acessível por passadizos metálicos, era composto por três piscinas, duas exteriores, e uma interior, sendo que todas elas utilizavam água do rio para se abastecerem.

FIG 043 Cartaz publicitário “Las Arenas: Balneario Piscina Luminosa, Valencia” (1932) - Josep Renau



¹¹² Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 916-921.

¹¹³ New Brighton Open Air Baths

¹¹⁴ Southport Sea Bathing Lake

¹¹⁵ Scarborough South Bay Pool

¹¹⁶ Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 1123.

¹¹⁷ Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 1124-1125.

¹¹⁸ Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 1125.

procurando oferecer uma experiência de banho de mar o mais natural possível.¹¹⁹

Em Portugal, a piscina começou por ganhar relevo na década de 1920, com a sua introdução no “programa-tipo dos liceus”, motivada pela entrada da natação nos currículos escolares. Em 1944 procedeu-se à regulamentação da construção e funcionamento destes espaços com o propósito de “acarinhar e estimular a multiplicação das piscinas, como instrumento de valorização física do homem e atractivo turístico”.¹²⁰

Ao contrário das restantes piscinas que viriam a ser construídas no interior, da responsabilidade dos municípios, as Piscinas de Mar foram na sua grande maioria desenvolvidas por iniciativas privadas, sendo principalmente construídas em zonas do litoral em que o banho de mar era dificultado, sobretudo pela força do mar. Este era o motivo que justificava a instalação, nas praias, de equipamentos cuja utilização era paga, uma vez que a sua construção em locais onde o banho de mar era facilmente praticável e, portanto, gratuito, tornava a implementação deste tipo de equipamento, não só desnecessária, mas também economicamente inviável.¹²¹

Segundo Susana Lobo é possível identificar duas tipologias distintas de Piscinas de Mar: as que se desenvolvem de forma autónoma e distante da praia, por se encerrarem de certa forma em si mesmas, acabando por funcionar como elementos que se sobrepõem à paisagem, ao mesmo tempo que usufruem dela, aproveitando apenas a proximidade da costa para se abastecer de água salgada através de sistemas mecânicos; e as que dependem das condições naturais do local em que se inserem para desenharem o recinto de banho, numa relação mais íntima com o meio que as rodeia e que, ao contrário das anteriores, procuram tornar-se parte integrante da paisagem.¹²²

Apesar de serem duas tipologias de natureza distinta, ambas partilham a intenção de domesticar o elemento marítimo de forma a permitirem o banho de mar de modo seguro. Em ambas as tipologias podem distinguir-se elementos comuns, tais como o cais de banho, geralmente com dois tanques – um destinado a adultos e outro a crianças –, a zona de transição entre interior e exterior e de preparação para o banho, com balneários e vestiários, e todos os equipamentos de apoio, como a Esplanada-Solário, geralmente associada ao Snack-Bar e a um Restaurante que, servia não só os utentes da piscina, como também o público da praia. A prancha de saltos era um elemento comum à maior parte das piscinas e, pela sua forma, tornava-se um elemento de destaque nestes recintos.¹²³ Apesar de estar geralmente associada ao tanque para adultos, era por vezes desenhado um tanque separado destinado apenas aos saltos.

A Piscina de Mar revelou-se assim, de certa forma, mais importante que o Hotel de Praia, na medida em que proporcionava um espaço de interação social

descontraída, já que a sua construção, quando motivada por uma incapacidade de utilização da praia de banhos, tornava a sua frequência indispensável, juntando ali indivíduos – residentes e turistas – de diferentes níveis sociais. É nesta medida que em muitas Piscinas de Mar se vão desenvolver um conjunto de outros programas, desde a restauração à animação social, demonstrando que estes equipamentos eram bastante versáteis ao nível programático e tinham um impacto relevante, não só no entretenimento da população flutuante, como também no da residente.

Esta investigação propõe-se identificar e descrever as várias piscinas de mar, correspondentes às tipologias acima enunciadas, construídas em Portugal continental durante o período de ação dos Planos Gerais de Urbanização. Estes planos, que guiaram e estruturaram a produção urbana associada às estâncias balneares marítimas portuguesas, desenvolveram-se entre as décadas de 1930 e 1970, o que coincidiu com o período em que se desenharam os exemplares de piscinas de mar mais relevantes. Optou-se, portanto, por analisar um conjunto de piscinas de mar que exclui os tanques de banho de mar isolados, uma vez que, do ponto de vista programático – pela ausência de programas complementares –, estes não se evidenciaram como equipamentos fundamentais na vida social das estâncias balneares. Assim, com estas características, identificam-se a Piscina de Mar da Granja (1938), a Piscina de Mar de Espinho (1943), a Piscina de Mar da Figueira da Foz (1950 - 1953), a Piscina de Mar da Praia das Maças (1956), a Piscina de Mar do Tamariz (1956), a Piscina de Mar da Praia Grande (1961), a Piscina de Mar de Leça da Palmeira (1960 - 1966), a Piscina de Mar de S. Pedro de Moel (1965 - 1967) e a Praia - Piscina - Flutuante (1970). A Piscina de Mar da Póvoa de Varzim terá também sido construída durante este período, por iniciativa da empresa de turismo SOPETE da Póvoa de Varzim. Contudo, esta distinguia-se das restantes pelo facto de se implantar no interior do Estádio Gomes de Amorim, o que lhe atribuiu grande singularidade face às demais. A falta de informação relativa a esta piscina e o facto de já ter sido demolida condicionaram a investigação relativamente à mesma.

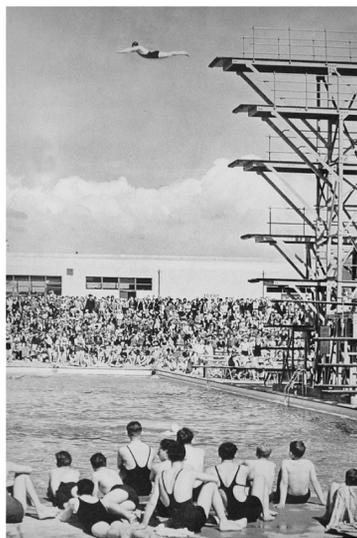


FIG 044 New Brighton Open Air Baths (1934)



FIG 045 Southport Sea Bathing Lake (1928)

A piscina de mar de Southport, construída junto ao pier, era, segundo a companhia de caminhos de ferro que servia a cidade, “um templo aos deuses do ar, da água e do sal”. De facto, pela sua escala e forma, este complexo assemelha-se aos coliseus romanos, em que a arena é substituída por um grande tanque de água do mar.

FIG 046 Piscina de Mar da Póvoa de Varzim

A Piscina de Mar da Póvoa de Varzim era um de vários equipamentos do Estádio Gomes de Amorim. O conjunto, implantado onde anteriormente se situava o Velódromo, incluía ainda courts de ténis. O Velódromo terá sido um importante equipamento da praia da Póvoa de Varzim e o local onde tiveram lugar as primeiras corridas de touros daquele lugar, conhecida estância balnear cosmopolita frequentada por veraneantes espanhóis.



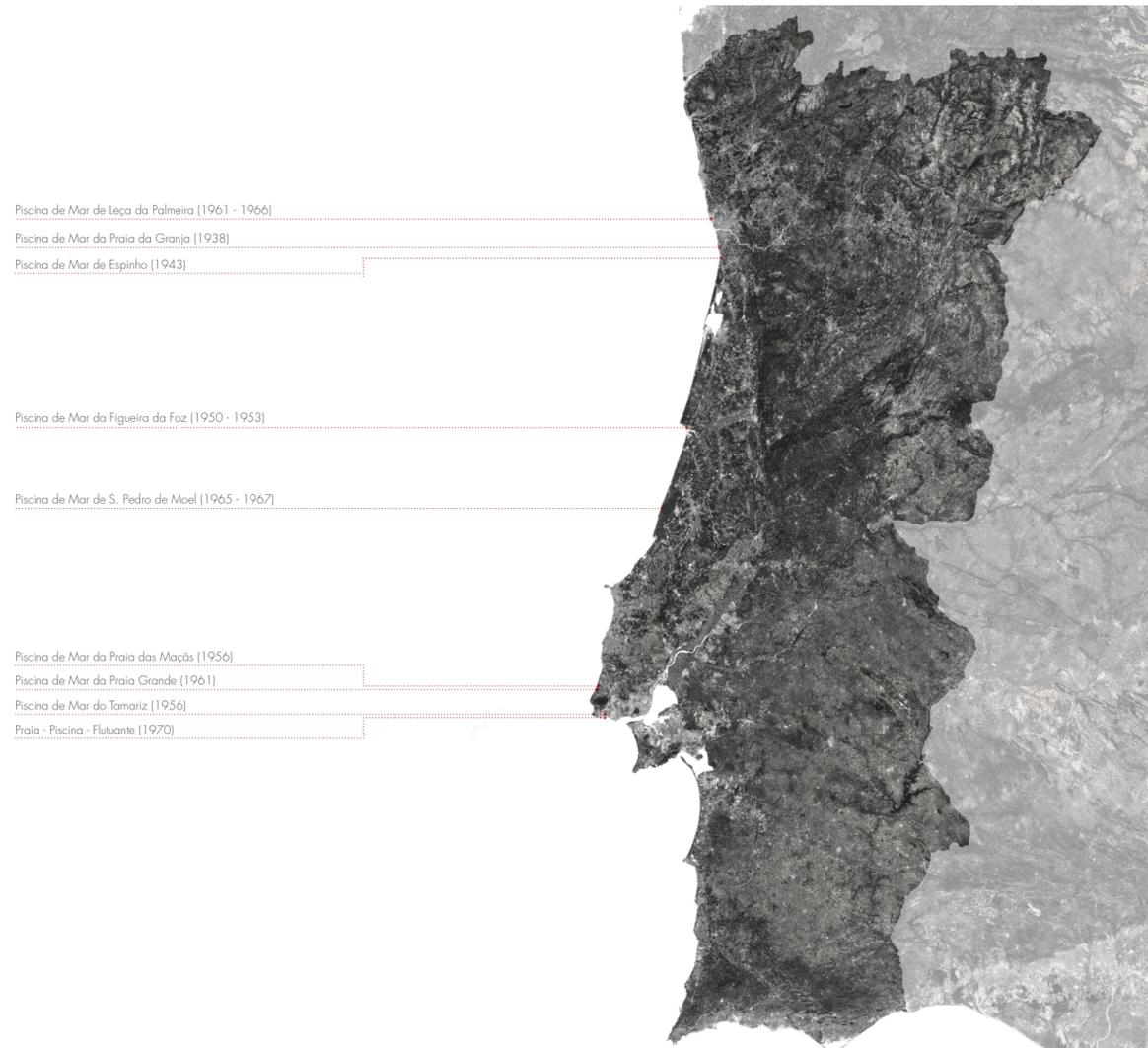
¹¹⁹ Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 1242.

¹²⁰ Gonçalo Canto Moniz, *Arquitectura e Instrução: O Projecto Moderno Do Liceu, 1836-1936* (Coimbra: Edaq, 2007). Citado em Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 1244.

¹²¹ Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 1244.

¹²² Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 1244.

¹²³ Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 1245.



ORT 001 Distribuição geográfica das Piscinas de Mar desenvolvidas durante o período de ação dos Planos Gerais de Urbanização



ORT 002 Piscina de Mar da Granja (1938)



ORT 003 Piscina de Mar de Espinho (1943)



ORT 004 Piscina de Mar da Figueira da Foz (1950-1953)



ORT 005 Piscina de Mar da Praia das Maçãs (1956)



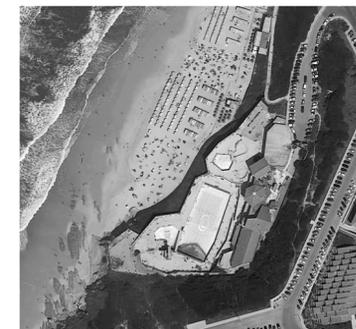
ORT 006 Piscina de Mar do Tamariz (1956)



ORT 007 Piscina de Mar da Praia Grande (1961)



ORT 008 Piscina de Mar de Leça da Palmeira (1961-1966)



ORT 009 Piscina de Mar de S. Pedro de Moel (1965-1967)



ORT 010 Praia - Piscina - Flutuante (1970)

03.2. GRANJA

A Praia da Granja apresenta a peculiaridade de não resultar da reformulação de um aglomerado piscatório – como aconteceu com a Foz, no Porto –, tendo, pelo contrário, visto o seu desenvolvimento partir da intenção de ali estabelecer uma estância balnear aristocrática. Surgiu do investimento da família Ayres, ligada à comercialização de vinho do Porto, que ali propôs a criação de um aglomerado urbano para fins balneares, aproveitando para tal os terrenos da antiga Quinta da Granja, que adquirira em 1860.¹²⁴

*“A povoação da Granja apresenta o aspecto de uma grande quinta particular, habitada por varias familias para esse effeito constituidas em sociedade de commandita ou em companhia anonyma: ruas de jardim cuidadosamente varridas e areadas; moitas de hortensias floridas ornando as escadas exteriores de cada predio; massiços de rosas e de geranius florindo os caminhos; outeiros artificiaes tapetados de relva; grades verdes engrinaldadas de hera ou de balsaminas; cottages ou chalets pintados de fresco [...]”*¹²⁵

Surgida de iniciativa privada, a Granja desenvolveu-se como um refúgio destinado às elites, tendo a seu favor o facto de ser, na altura da sua projecção e a par com Espinho, a única praia em Portugal a dispor de acesso direto através de caminho de ferro.¹²⁶ Foi, aliás, a linha de caminho de ferro que permitiu estruturar a malha urbana da estância. Ao contrário do planeamento usual neste tipo de aglomerados, o primeiro eixo e as primeiras construções foram edificadas paralelamente à linha de caminho de ferro, no sentido norte-sul, aproximando-se da linha costeira. Deste primeiro eixo – a Avenida Sacadura Cabral, também conhecida como Avenida – arrancavam quatro ruas perpendiculares à costa, criando, através da construção de outras duas avenidas paralelas à linha de comboio e em direcção ao mar, uma malha ortogonal em que o eixo mais próximo do mar seria a avenida marginal, mais conhecida como Avenida da Esplanada, aberta apenas em 1930. O eixo intermédio, hoje Avenida da República, seria na altura conhecido como Avenida de trás.

Dado este aglomerado ter sido desenvolvido através de iniciativa privada, os exemplos arquitetónicos mais representativos da estância eram, também eles, de cariz privado, sendo na sua grande maioria habitações de segunda residência. Numa fase inicial, as habitações foram desenvolvidas em redor da Avenida, sendo também ao longo deste eixo que se desenvolveram os primeiros edifícios públicos, como a Igreja e a Assembleia,¹²⁷ também eles de iniciativa privada.

Foi durante a década de 1870 que, pela afirmação da prática do banho de mar, se verificou um desenvolvimento considerável daquela estância, que resultou na finalização do desenho da Avenida e no início da construção da Avenida de trás, seguindo os princípios estabelecidos pelas construções anteriores. A principal característica da ocupação destes dois eixos prendia-se com a orientação das habitações,

que viravam as costas ao mar e tinham a sua fachada principal orientada a nascente. Nesta altura, foram também ocupados os terrenos a nascente da linha de comboio com habitações de dimensões superiores e isoladas, os *Chalet*.¹²⁸

Em 1876, o aumento exponencial de veraneantes que procuravam a Granja levou à construção de uma nova Assembleia, onde se sediou a Companhia da Assembleia da Granja, SARL. Esta companhia funcionava segundo um sistema de contribuições por parte de todos os moradores, o que lhes permitia assumir o controlo das decisões associadas à gestão e planeamento da estância,¹²⁹ possibilitando a promoção dos melhoramentos que considerassem de maior importância sem estarem dependentes da Câmara Municipal.

“A Granja é uma povoação diamante, uma estação bijou, uma praia de algibeira.

(...)

Na Granja os banhistas não são sómente os habitantes, em grande parte proprietarios das casas, são ao mesmo tempo os donos da povoação e representam n’ella a camara municipal, o exercito, a policia, o escrivão da fazenda e a repartição das obras publicas. As despesas geraes, o club, a fonte, a igreja, o mercado, a rua, são mantidos pela comunidade, que se cotiza para esse fim. Notavel exemplo do principio da descentralisação na sua mais larga escala.

Graças a este systema de administração local, as ruas estão escrupulosamente aceiadas e não lhes falta senão uma coisa: um cinzeiro a cada esquina para se lançarem as pontas dos charutos.

O aspecto do pequeno mercado, com o seu pavimento areado como um jardim e os seus pavilhõesinhos rusticos, inspira um receio: o de lhe poder cair uma nodoa.

Os vallados estão plantados de cactos.

As ruas são salpicadas de corbeilles com flôres como squares ajardinados.

Os taludes acham-se cobertos de choupos, de eucaliptus, de tramagueiras, de roseiras bravas.

Grandes moutas de magnificas hortensias ornam a entrada das casas.

*A grande floresta de pinheiros que cobre a povoação do lado nascente está tratada com esmero; tem clareiras terraplanadas para o jogo da bola e do croquet, varias plantações de camelias, viveiros de arbustos.*¹³⁰

○ Hotel do aglomerado, construído em 1872,



FIG 047 Granja (1941)

“A mais romântica do País. Luz de sonho. Perfíssima de Espinho, Aguda e Miramar. Vilegiatura elegante e divertida. Piscina. Festas frequentes na Assembleia.”

Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 04 (1941): 25.



FIG 048 Assembleia da Granja

Vista da Assembleia da Granja, local de tertúlia dos habitantes da estância e onde se realizavam os principais eventos do aglomerado. Era ainda o local onde os habitantes se reuniam para tomar decisões acerca da gestão e planeamento do aglomerado, tratando-se, de certa forma, do centro de poder local.

¹²⁴ Briz, “A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo”, 245.

¹²⁵ Ortigão, *As Farpas: A Vida Provincial. A Paisagem - Os Campos - As Praias - Os Monumentos*, 281.

¹²⁶ Briz, “A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo”, 246.

¹²⁷ A Assembleia, que acabou por ganhar alguma popularidade enquanto equipamento nas praias do norte do país, era inspirada nas “Assembly Rooms”, um elemento característico das estâncias balneares inglesas.

¹²⁸ Os exemplos mais eruditos da arquitetura residencial de veraneio da Granja serão principalmente os Chalet, sendo de destacar a Casa Conselheiro Manoel Afonso Espregueira (1874), a Casa da Torre (1875), o Chalet Anselmo Braamcamp (1876) e ainda a Casa Henry de Burnay, ou “Villa Amélia” (1879), que a Rainha D. Maria Pia e o Infante D. Alonso escolheram como local de estadia para o Verão de 1891. Chegaram “nos principios de Setembro e part[ir]am em meados de Outubro, provocando alguma inveja aos ilustres veraneantes de Espinho e deixando as da Granja, naturalmente, orgulhosas. O periodo em que a rainha habitou o chalet, foi de glória para a estância atraindo as mais importantes familias da Foz e de Espinho e organizando as mais brilhantes soirées na Assembleia. Houve ainda bazar a favor dos pobres, louçada em Espinho, em homenagem ao senhor infante e, a 8 de Outubro, a rainha ofereceu um jantar de gala no “Paço”, às figuras mais importantes das duas colónias”. Briz, “A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo”, 257.

¹²⁹ A cargo desta companhia estava a edificação de “qualquer estabelecimentos [...] quando a Assembleia geral, por proposta da direcção, o julgar conveniente”, dispondo para tal de “12.000\$000 de reis, representados em 120 acções de 100\$000 reis cada uma”. Briz, “A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo”, 252-253.

¹³⁰ Ortigão, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, 63-64.

FIG 049 Hotel da Praia da Granja

O Hotel da Granja, não corresponde ao modelo do “Grande Hotel” característico das estâncias balneares, sendo semelhante a um grande casarão familiar. O hotel volta as costas ao mar e virase para a linha de comboio e a Avenida Sacadura Cabral, que na altura era o principal eixo e o centro da vida social do aglomerado.



não correspondia ao modelo do "Grande Hotel" característico das estâncias balneares, parecendo-se mais com "um grande casarão familiar"¹³¹. Aqui na Granja, o hotel nem se localizava na marginal, mas antes na Avenida, que naquela altura era o centro da vida do aglomerado. A verdade é que, até dado momento, esta estância balnear pouco tinha de balnear para além da proximidade com o mar, visto que lhe voltava costas e, de certa forma, se afastava dele, preferindo usufruir do pinhal.

Foi no início da década de 1910 que, com a passagem dos campos de jogos para junto da praia e o seu afastamento do pinhal, os moradores e veraneantes se deslocaram neste sentido. Apesar desta deslocação gerar uma maior ligação com o mar, "trazendo à praia muitos grupos para gozar o fim de tarde, [continuava] a não existir qualquer esplanada ou avenida e as condições oferecidas aos banhistas [eram] ainda muito precárias."¹³²

Após a instauração da República, em 1910, foram feitas algumas alterações relativas à administração comarária. Estas alterações afetaram sobretudo a gestão da assembleia, que passou para a tutela da Câmara Municipal de Gaia, e levaram à criação, em 1923, de uma Comissão de Iniciativa na Granja. Esta Comissão seria responsável por fomentar o desenvolvimento da estância balnear, tanto pela promoção de iniciativas relacionadas com o turismo, como pela realização de "obras de melhoramentos e conservação da praia"¹³³ que permitissem a afirmação do aglomerado enquanto estância balnear. Assim, o grande objetivo da Comissão de Iniciativa da Granja seria a abertura de uma Avenida Marginal e a construção de uma Esplanada Marítima.

A construção deste equipamento, característico das estâncias balneares, tornou-se ainda mais premente devido à progressiva ocupação da Avenida Marginal por moradias unifamiliares desde o início da década de 1920. Foi precisamente a eixo de uma dessas habitações, a moradia Joaquim Allen, que se veio a desenhar a meia-laranja da Esplanada Marítima (1948-1949).¹³⁴ Esta Esplanada, apesar de não se situar no extremo da Avenida Marginal, acabava, de certa forma, por definir o seu remate a sul. O desenho e ocupação da marginal com equipamentos de estância balnear começavam, finalmente, a conferir a este aglomerado um carácter de estância balnear.

O outro grande equipamento da Granja associado ao turismo balnear foi uma Piscina de Mar, a rematar a marginal a norte. A Piscina de Mar da Granja, inaugurada em 1938, tratava-se da primeira em Portugal. Neste equipamento encontram-se semelhanças com a Piscina Praia do Palace Hotel da Curia e com a Piscina do Grande Hotel do Luso, ambas desenvolvidas em Portugal na década de 1930 e associadas a estâncias termais. Esta tipologia era composta por um bar, uma esplanada-solário, chuveiros, escorrega, e uma prancha de saltos. Por conferir ao banho uma

vertente mais desportiva e associada ao culto do corpo, este novo equipamento da estância balnear permitia atrair uma população mais jovem que não se identificava com a componente terapêutica do banho de mar.¹³⁵

"Na Granja existe, também, uma piscina inaugurada o ano passado, cuja construção se deve à iniciativa dos srs. eng. José Osório da Rocha e Melo, director da Empresa de Cimento Lys, de Leiria; Fernando de Brito [Ermidal], presidente da Comissão de Turismo da Praia da Granja; Diogo Barata Têbar, Conde Cabral, D. José Zarco da Câmara e Fernando Moreira d'Almeida.

Esta piscina, é a maior do norte do país, tem cerca de trinta e quatro metros de comprimento, leva um milhão de litros de água que é tirada do Oceano por meio de potentes turbinas. Dispõe de um amplo terraço para banhos de sol e de um magnífico 'bar', constantemente frequentado por um público selecto e elegante. Escusado será dizer que a piscina é um dos maiores atractivos dos veraneantes e dá à praia extraordinária animação. Nela se divertem e distraem pessoas de todas as idades."¹³⁶



FIG 050 Avenida Sacadura Cabral, Granja



FIG 051 Avenida Sacadura Cabral, Granja

Aspetos da Avenida Sacadura Cabral, que se estende até à Praia da Aguda, em tudo semelhante à Praia da Granja. Nesta avenida, que se desenvolve paralelamente à linha ferroviária, era o antigo eixo principal do aglomerado e o centro da sua vida social.

¹³¹ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 180.

¹³² Briz, "A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo", 267.

¹³³ Briz, "A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo", 270.

¹³⁴ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 187.

¹³⁵ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 188.

¹³⁶ "A Praia da Granja: pela suavidade do seu maravilhoso clima e pelos seus encantos naturais é um dos mais formosos centros de repouso do norte de Portugal". *Turismo: Revista de Hotéis, Viagens e Actualidades*, Ano III, n.º 23 (Junho de 1939).

FIG 052 Piscina de Mar da Praia da Granja (1939)

Panorama da Piscina de Mar da Praia da Granja em que, para além dos tanques de banho, torre de saltos e "deslisador", saltam à vista as varandas-solário de onde se podia desfrutar do "espetáculo" do banho de mar, testemunho da importante componente que as piscinas de mar representavam na vida social da época.



03.2.1. PISCINA DE MAR DA GRANJA (1938)

A ideia de construir uma piscina na Praia da Granja surge da necessidade de desenvolver um equipamento que permitisse o banho de mar ao longo de todo o verão, visto que naquele lugar, "por cada época balnear, o numero de dias em que o mar permite banhos sem perigo, é muito reduzido."¹³⁷

A favor da construção da piscina abonava o facto de durante a maré cheia haver "ressacas e correntes" e durante a maré vazia "penedos e ouriços" que punham em risco o bem-estar dos banhistas. Nos dias de mar bravo existia apenas "o banho fornecido pelo rebentar das ondas na praia, verdadeiras trombas de água, areia e calhaus, capazes de derrubar um toiro."¹³⁸ Embora um tanto ou quanto exagerada, esta descrição corresponde a uma dificuldade real, para determinadas pessoas, de praticar o banho de mar nas praias da costa atlântica. Considera-se, assim, que uma Piscina de Mar na Praia da Granja seria uma mais-valia, não só por permitir a prática do banho de mar, mas também por, pelo seu carácter singular no território nacional, funcionar como atrativo daquela estância balnear.

A piscina situa-se no remate da Marginal, a norte de um terreno onde outrora se encontrava um conjunto de campos de ténis, não tendo sido construída junto à Avenida do Hotel por falta de terrenos com dimensão capaz de receber um equipamento de tal envergadura.

A intenção era a de desenhar uma piscina à imagem da Piscina Municipal de Casablanca, em Marrocos, onde o tanque de banho se encontra mesmo à beira-mar. Nesse caso, a água da piscina seria renovada a cada maré e seria possível estabelecer uma relação de proximidade com o mar. Contudo, ao contrário do que acontecia com a piscina de Casablanca, o declive da Praia da Granja era bastante acentuado, para além de que, pela ação do mar e do vento, iriam ser transportadas grandes quantidades de areia para o tanque da piscina, obrigando a repetidos e dispendiosos trabalhos de manutenção.¹³⁹

"Se ha mais tempo se não construiu uma piscina foi por não ter atingido o montante minimo para o empreendimento, a subscrição aberta entre os proprietários e frequentadores desta praia.

Assim a Comissão pro-Piscina dispunha de cerca de 80 contos, faltando-lhe uns 40 contos para se poder abalançar á obra.

A Junta de Turismo, verificando que a construção de uma piscina, alimentada com água do mar, beneficiaria extraordinariamente a Granja resolveu concorrer com os restantes 40 contos.

A piscina será instalada no terreno acima referido, adquirido pela Junta de Turismo, para esse fim e portanto sua pertença.

Ficará propriedade da Junta de Turismo da Granja a piscina e as suas instalações.

*Para a sua exploração a Junta de Turismo arrenda-las ha a longo prazo a uma Sociedade a construir e composta pelos doadores da restante capital de 80 contos.*¹⁴⁰

A construção da Piscina seria alcançada pelo esforço conjunto de uma Comissão pró-Piscina e pela Junta de Turismo da Granja, que, por considerarem que a construção de tal equipamento seria uma mais-valia para a estância balnear, investiram o capital necessário ao arranque da sua construção.

O complexo é composto por dois tanques: um para adultos, com 33,33 metros por 12,00 metros, e com profundidade a variar entre os 1,20 metros e os 2,00 metros, com uma bacia, numa das extremidades, que chega a atingir os 3,20 metros na zona da prancha de saltos; e um tanque destinado a crianças, com a forma de um retângulo de 12,00 metros por 7,00 metros que dá continuidade ao tanque principal e em que a profundidade varia entre os 0,30 metros e os 0,80 metros.

O abastecimento dos tanques com água do mar era efetuado por uma bomba capaz de fazer a renovação total da água num período de 8 a 10 horas. Esta bomba, localizada num poço situado na praia sobre um aglomerado rochoso, iria possibilitar o abastecimento de água e garantir uma reduzida quantidade de areia.

"É necessária portanto uma bomba fornecendo um caudal de 75 a 94 metros cúbicos á hora (1250 a 1650 litros por minuto.

Quanto á posição da estação elevatória, a solução que se apresenta, consiste em colocar um grupo motor bomba junto ao limite que atingem as ondas em praia-mar.

O grupo seria colocado dentro de um poço, cuja tampa ficaria colocada cerca de um metro acima da areia, como indica o desenho.

O poço, formado por anéis em cimento armado, tem o fundo em tanque para receber a água do mar.

*Por processo semelhante a este, no tempo em que a Assembleia da Granja possuía um estabelecimento termal (banhos de agua do mar quente), se fazia o abastecimento de agua.*¹⁴¹

Apesar de se inspirar em equipamentos que naquele período se podiam encontrar nas maiores e mais frequentadas estâncias termais portuguesas, esta piscina procurava modernizar o conceito do banho de mar, atribuindo-lhe um carácter de lazer e bem-estar, em grande parte associado à prática desportiva, daí que estruturas como as pranchas de saltos ou o "deslisador"¹⁴² fossem indispensáveis de forma a atrair um público mais jovem que não se identificava com a utilidade exclusivamente terapêutica do banho de mar.



FIG 053 Piscina de Mar da Praia da Granja (1939)



FIG 054 Piscina de Mar da Praia da Granja (1939)

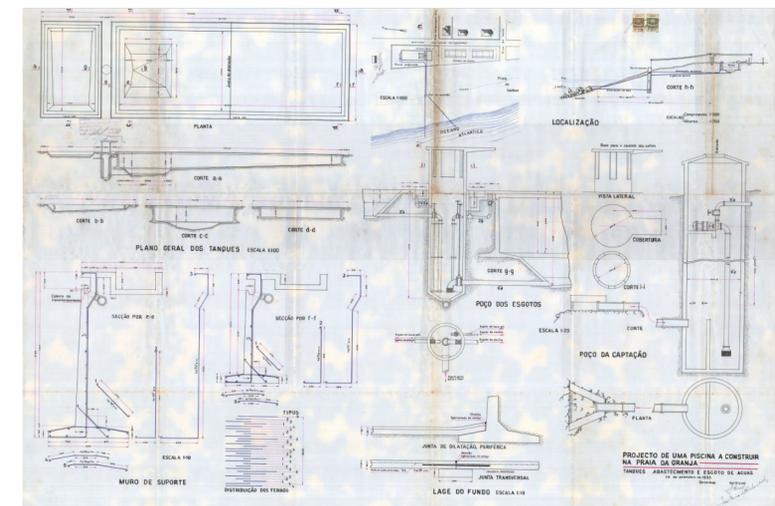


FIG 055 Piscina de Mar da Praia da Granja (1939)

A Piscina de Mar da Granja viu o seu desenho influenciado pela Piscina Praia do Palace Hotel da Curia e pela piscina do Grande Hotel do Luso, que até à data eram os modelos de piscina para vilegiatura em Portugal, embora as anteriores estivessem associadas a uma vilegiatura termal.
A "moderna piscina à beira-mar - que constitui a delícia dos banhistas" tinha, para além das pranchas de saltos, um "deslisador", elemento que até à data não tivera sido visto em nenhuma outra piscina em Portugal.

"Impressões de alguns momentos na Praia da Granja", *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 15-16 (1943).

FIG 056 Projecto de uma piscina a construir na Praia da Granja (1939)



¹³⁷ "Praia da Granja, 'Piscina da Granja': Memória Descritiva" (Praia da Granja, 1938), 4.

¹³⁸ "Praia da Granja, 'Piscina da Granja': Memória Descritiva," 4.

¹³⁹ "Praia da Granja, 'Piscina da Granja': Memória Descritiva," 4.

¹⁴⁰ "Praia da Granja, 'Piscina da Granja': Memória Descritiva," 4.

¹⁴¹ "Praia da Granja, 'Piscina da Granja': Memória Descritiva," 5.

¹⁴² Santos Pires, "Impressões de Alguns Momentos na Praia da Granja," *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, 15-16 (1943).

03.3. ESPINHO

Em meados do século XIX, Espinho era um lugar constituído por um conjunto de palheiros de pescadores e casas de madeira de veraneantes.¹⁴³ No entanto, sucessivos avanços por parte do mar levaram a que o limite poente daquele aglomerado sofresse frequentes alterações e, no início do século XX, grande parte do núcleo fora modificado.

À semelhança da Granja, a praia de Espinho era procurada por famílias do norte do país. Porém, essa procura aumentou exponencialmente a partir do momento em que aí se construiu um apeadeiro, em 1870, e Espinho passou a ser ponto de paragem na Linha do Norte. O facto desta linha ligar à linha da Beira Alta, e daí a Espanha, proporcionava o acesso a veraneantes de origens e contextos sociais distintos,¹⁴⁴ algo que também acontecia com a Figueira da Foz.

Foi ainda em 1870 que, para dar resposta a um aumento significativo de população motivado pela nova ligação ferroviária, o engenheiro José Coelho Bandeira de Melo deu início a um levantamento do aglomerado urbano existente para elaborar um plano de melhoramento para a Praia de Espinho, planta essa que previa a reestruturação do núcleo piscatório e balnear através do desenho de um traçado urbano ortogonal seguindo a orientação estabelecida pela linha de comboio. No seguimento do "Plano de Melhoramentos da Praia de Espinho" foram ainda aprovados um conjunto de outros melhoramentos que visavam conceder ao aglomerado características de estância balnear.¹⁴⁵ Estas intervenções acabariam por dividir Espinho em dois núcleos distintos, "Espinho Mar" e "Espinho Terra", uma separação não só de ordem urbana mas também social.¹⁴⁶

"A povoação de Espinho divide-se em dois bairros diferentes, separados pelo largo do mercado. Para o nascente, até à estação do caminho de ferro, fica o bairro novo e caro; para o poente, até a praia, acha-se o antigo bairro pobre. (...) As antigas barracas de madeira dos primitivos habitantes acham-se mascaradas para o lado da estrada pelas edificações modernas que se alinham com uma certa grandeiosidade burguesa, nas duas principais ruas novas, a da Assembleia e a da Bandeira de Mello.

No velho bairro, as ruas estreitas e tortuosas, os antigos casebres esbeçados que pendem em ruínas estarpadas, as saliências das varandas de pau, empenadas e barrigudas, a fogueira de pinho que está dentro ardendo no lar, as creanças seminuas que sahem á rua, as mantas ou as redes de pesca, penduradas das janellas ou estendidas a enxugar em duas varas, tem um cunho muito característico, de um pittoresco oriental."¹⁴⁷

A par daquilo que acontecera na Granja, é paralelamente à linha de comboio que começa por se desenvolver o núcleo dinamizador do aglomerado. Este núcleo, a Avenida Serpa Pinto, contava com

equipamentos como um Hotel, um Café, uma Assembleia Recreativa e um Casino. Assim, este eixo assumia-se não só como central, pela sua posição na malha urbana, mas também principal, pelo conjunto de equipamentos que ali se encontravam. Para além destes, existia ainda uma Praça de Touros, equipamento habitual numa praia frequentada por veraneantes espanhóis, à semelhança do que acontecia na Figueira da Foz, e um Teatro com um jardim exterior onde se podiam encontrar campos de ténis e patinagem.¹⁴⁸ Em 1925 foi ainda inaugurado um campo misto de aviação que se viria a revelar fundamental no desenvolvimento daquela estância.

No início da década de 1920, não se pode dizer que Espinho se evidenciasse pela sua arquitetura, sendo os seus equipamentos semelhantes aos que se encontravam noutras estâncias do país. O que nos permite verificar que esta estância se distinguiu das demais, era a organização ortogonal e racional da sua malha urbana, que transmitia uma ideia de ordem, que contrastava com a grande azáfama que caracterizava a estância.

"Imaginem uma grande feira. Largos arruamentos rectangulares. Lojas para a direita, lojas para a esquerda: camisarias, chapelarias, quinquilharias, modas, em instalações provisórias nos predios todos novos, com grandes tabletas de lojistas do Porto, succursal d'este, succursal d'aquelle, succursal d'aquell'outro.

Circulando no macadam, uma espessa multidão rajada de typos diversos de forasteiros.

Familias hispanholas, familias beirões, familias lisboetas, familias do Porto.

Janotas de Lamego, da Regua, de Vizeu, com esporins e luvas novas, bigode farto, chapéo á banda, braza ardente no charuto, e no ólho.

Ecclesiasticos morenos, solidos, de beiços grossos, sobranceiras cerradas, chapéos molles desabados, cabeção e volta ao pescoço, cigarro brejeiro nos dedos.

Paes de familias salamanquinas, de jaleco cõr de pinhão, sombreiro de toureador, cara rapada, e a trouxinha em lenço de seda suspenso na mão pelas quatro pontas.

Meninas de tournure, vivos de velludo magenta na golla do vestido, chapéo de palha forma Carlos IX, e botinas por engraxar.

Lavadores minhotos ou trazmontanos, de capotes de briche com fôrro encarnado e golla de pelles.

Mulheres do campo sempre arripiadas da frialdade do banho, artelhos nús e descarnados, saia pelos hombros, mãos encruzadas no estomago, lenço na cabeça, cabelo em vizeira sobre os



FIG 057 Café Chinez e Assembleia de Espinho



FIG 058 Casino Peninsular de Espinho



FIG 059 Campo de Aviação misto de Espinho

"A aterragem dos (...) aviões constituiu um acontecimento notável e inédito para o norte do País. Muitos milhares de pessoas, vindos em todos os meios de transporte, acorrem-se de vários distritos nortenhos, a presenciar o maravilhoso espectáculo."

"O Campo de Aviação de Espinho", Defesa de Espinho: Semanário Regional Nacionalista, n.º 1046 (13 de Abril de 1952).

FIG 060 Vista aérea de Espinho

Vista aérea da estância de Espinho em que é perceptível a organização ortogonal e racional da malha urbana. Esta forma urbana, que atribua uma sensação de ordem ao aglomerado, era estruturada através de um conjunto de eixos paralelos e perpendiculares à linha de costa, definindo quarteirões de forma retangular.



¹⁴³ Briz, "A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo", 71.

¹⁴⁴ Esta frequência da praia não acontecia em simultâneo, "estruturandose a época balnear em três períodos distintos: o mês de Julho, em que acorriam, em particular, os espanhóis; os meses de Agosto e Setembro, mais apreciados pela baixa nobreza e pela burguesia; e o mês de Outubro, reservado às gentes do campo". Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 218.

¹⁴⁵ Briz, "A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo", 73.

¹⁴⁶ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 218-220.

¹⁴⁷ Ortigão, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, 89-90.

¹⁴⁸ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 222-223.

olhos, pés arrastando chinelas.

Músicos ambulantes; tocadores de realejo; rabequistas cegos arranhando a Marseillaise acompanhada á viola; e mendigos de romaria, á moda antiga, de muletas, barbas grandes e sacola ao pescoço, como nos dramas da Rua dos Condes; ou de pernas ás costas, em monogramma, andando nas mãos como phantasicos aranhãos.

Tudo isto bole, mexe, rabeia, de cá para lá e de lá para cá, no grande arruamento central a que chamam o Chiado, n'uma atmosfera vivaz, sacudida, peneirada por uma animação de arraial, confusa de cheiros e de ruidos diferentes, impregnada de vapores de fritura e de exalações de caranguejos fermentados ao sol, envolta em poeira, repicada de pregões, de musica feirense, do telintar de dinheiro nas batotas, e do estoirar de foguetes na estação, aos comboios que chegam com banhistas novos.

Nas ruas novas, cortadas em quadrados symetricos como os quarteirões da Baixa em Lisboa, ha quatro ou cinco hotéis, o do Porto, o Bragança, o Particular, etc. Estão todos cheios.

[...]

Espinho é, com efeito, e por excellencia, além da costa celebre da sardinha, a piscina consagrada da magistratura.¹⁴⁹

Em 1926 foi finalmente estabelecido o posicionamento do muro da marginal, limite a partir do qual se fazia a transição entre o aglomerado urbano e a praia. Foi em 1938, quando a Avenida Marginal viu o seu traçado definido, que se lançou o concurso para que ali se construísse uma Piscina de Mar,¹⁵⁰ equipamento que pela sua importância e relação com a praia só faria sentido ao longo desse eixo. Este concurso foi lançado numa altura em que se procurava fazer um conjunto de alterações a nível urbano com o objetivo de transferir o centro do aglomerado para a Avenida Marginal, daí que a construção de um equipamento como uma Piscina de Mar nesse limite se justificasse.



FIG 061 Palácio Hotel de Espinho



FIG 062 Postal da Praia de Espinho

FIG 063 Praça de Touros de Espinho

Não era de estranhar que as praças de touros fossem construídas, sobretudo, nas praias cosmopolitas, como era o caso de Espinho e da Figueira da Foz, uma vez que se tratava de um equipamento de extrema relevância para os veraneantes espanhóis, que tanto apreciavam a tração tauromaquica.



¹⁴⁹ Ortigão, *As Farpas: A Vida Provincial. A Paizagem - Os Campos - As Praias - Os Monumentos*, 269-272.

¹⁵⁰ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 227-229.

03.3.1. PISCINA SOLÁRIO ATLÂNTICO (1943)

A Piscina Solário Atlântico, inaugurada em 1943 e construída por iniciativa da Empresa de Melhoramentos de Espinho, era considerada, à data, "a melhor da Península Ibérica e uma das melhores da Europa".¹⁵¹ De facto, não surpreendia que este empreendimento assumisse tal destaque a nível nacional e internacional, uma vez que surgia como resposta à construção da Piscina de Mar da Granja, em 1938, numa tentativa de atribuir a Espinho o estatuto de principal estância balnear do norte de Portugal, o que revela a importância de um equipamento desta natureza para impulsionar o desenvolvimento destas estâncias turísticas.

A proposta dos arquitetos Eduardo da Silva Martins e Manuel Passos, divulgada em 1941 na publicação n.º 33 de "A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação, Reunidas", seria caracterizada por uma dinâmica formal que a assemelhava a um navio, sendo a torre de vigia, que em certa medida se parece com um mastro, o elemento que mais aproxima esta relação. Com efeito, a relação formal estabelecida entre uma Piscina de Mar e um navio, parece reforçar a tendência da evolução do banho de mar e a sua progressiva associação a uma prática de lazer, evolução essa, enunciada na memória descritiva do projeto:

"O projecto que temos a honra de apresentar [...] – resultado de um estudo tecnico prolongado e consciencioso, baseado no exame das melhores obras do género realizadas até hoje – impõe-se por si proprio, [...] o simples facto de dotar a primeira das praias do Norte do Paiz com um estabelecimento balneario de tamanho vulto por si chegará para impo-la. Mas a verdade é que Espinho necessita á muito [...] dum local onde os seu frequentadores habituais pudessem banhar-se, nadar e divertir-se, dado que o seo mar é, sem contestação, excelente como panorama, vivificante sem dúvida alguma, mas não é nem foi nunca um mar para banhos, e menos ainda para natação. [...] Quem vai para Espinho passar o estio não pode dizer que vai a banhos de mar, porque meses há em que se contam pelos dedos os dias em que a autoridade competente permite o uso de tal terapêutica [ou diversão, concedamos], e mesmo nesses poucas não pode quem seja previdente ultrapassar segura o ponto onde haja pé firme e bem firme, não vá o mar de Espinho, num daqueles golpes em que é useiro levá-lo para longe, quanta vez sem possibilidade de regressar com vida. Por isso a construção de uma piscina impõe-se há muito. Nela podem grandes e pequenos – os que nadam como os que não nadam – buscar o prazer que quasi nunca o mar lhes dá, poderão mesmo fruir das vantagens de uma terapêutica que teve desde sempre e tem ainda hoje os seus adeptos, e que sem dúvida presta serviços á medicina. Isto sem falar da prática da Natação – essa útil, no concenso unânime das gentes – que no mar de Espinho é quasi totalmente impossível e que na Piscina poderá ser tentada por

peçoas de todas as idades, sem qualquer perigo e com todas as beneficios que dela se podem tirar.

[...] sem dúvida está [...] tôda a gente, convencida da sua necessidade."¹⁵²

A entrada, a sul, marcava à partida o tom de "imponência, com seus [os] portões de ferro e [a] sua torre com cerca de quinze metros de altura".¹⁵³ No corpo sul encontravam-se a administração, a gerência, e uma zona de banhos de imersão e massagens, cujo acesso era feito pelo vestíbulo de entrada. Ainda no corpo sul, no seu topo poente, situava-se o Bar-dancing, acessível tanto pelo exterior, como pelo interior, que dispunha de uma esplanada que se estendia ao longo da cobertura deste volume. O corpo nascente, com dois pisos, um destinado às senhoras e outro aos senhores, era ocupado pelos vestiários e balneários, solário e bancadas. O corpo norte, destinado às instalações sanitárias e a um ginásio, desenvolvia-se na vertical, de forma a proteger o recinto de banhos do vento. O alçado poente do edificio era composto por um muro que encerrava o recinto, mas permitia a vista sobre o mar. O conjunto era, assim, composto por "duas partes distintas mas formando um tódo único. É uma dessas partes a reservada aos banhistas, aas que se utilizam da Piscina propriamente dita e do Solário, a outra destina-se a tódo o público frequentador, com pass[e]ios, areal, bancadas, Bar, esplanadas e respectivos anexos."¹⁵⁴

O recinto de banho era composto por dois tanques, um para crianças e outro para adultos, que pelo seu desenho eram lidos como um plano de água contínuo, delimitado por um lava-pés ao longo de todo o seu perímetro. No topo norte do tanque para adultos, de dimensões olímpicas,¹⁵⁵ encontrava-se uma torre de saltos, com pranchas aos três, seis e dez metros, o que a tornava na torre de saltos mais alta em Portugal, no que se referia a piscinas de mar. Uma vez que, tanto a piscina para adultos, como a prancha de saltos, cumpriam os regulamentos da Federação Portuguesa de Natação, foi possível que ali tivessem lugar provas oficiais e, por diversas ocasiões, os Campeonatos Nacionais de Natação, para além das competições regionais que ali decorriam anualmente.¹⁵⁶

A Piscina Solário Atlântico é, possivelmente, um dos exemplos de melhor demonstra a relevância e importância destes equipamentos numa estância balnear pela sua capacidade de atrair banhistas, na medida em que é no seguimento da sua construção que Espinho passa a ser a estância mais procurada do norte de Portugal e, por breves anos, a mais frequentada do território nacional.



FIG 064 Piscina Solário Atlântico (1943) - Eduardo da Silva Martins e Manuel Passos



FIG 065 Piscina Solário Atlântico (1943) - Eduardo da Silva Martins e Manuel Passos

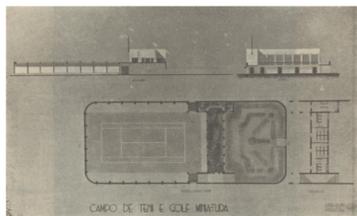


FIG 066 Campo de Tênis e Golf Miniatura (1943) - Eduardo da Silva Martins e Manuel Passos

"Conjuntamente com o projecto da Piscina-Solário apresenta-se o arranjo do terreno destinado aos campos de tennis e ao terreno de golf miniatura."

"Uma Piscina para a Praia de Espinho". *Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação, Reunidas*, n.º 72 (Março de 1941): 13.

¹⁵¹ Alberto Pinho e Carlos Morais Gaio, *Espinho: Memórias do Tempo* (Espinho: Jornal Maré Viva, 2000).

¹⁵² Manuel Passos, "Piscina Solário Atlântico: Memória Descritiva" (Porto, 1940), 1.

¹⁵³ Passos, "Piscina Solário Atlântico: Memória Descritiva," 2.

¹⁵⁴ Passos, "Piscina Solário Atlântico: Memória Descritiva," 2.

¹⁵⁵ "Pódem parecer exageradas as dimensões do tanque principal – a Piscina comum, mas não só estão hoje a sêr condenadas as antigas dimensões de 33,33 m para pistas de desporto, como achamos conveniente evitar a aglomeração excessiva de banhistas no espaço para elles reservado". Passos, "Piscina Solário Atlântico: Memória Descritiva," 2.

¹⁵⁶ O sistema de captação de água do mar, localizado junto ao ângulo sudoeste do conjunto, permitia a renovação da água em ciclos de 8 horas. A água extraída da piscina seria devolvida ao mar através de tubagens situadas ao longo do esportão n.º 2 da praia.

FIG 067 Torre de saltos da Piscina Solário Atlântico (1943)

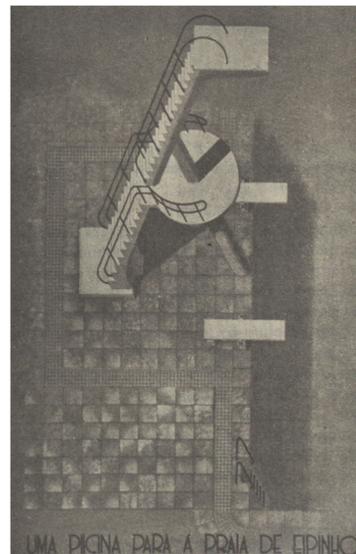


FIG 068 Alçado Principal da Piscina Solário Atlântico (1943) - Eduardo da Silva Martins e Manuel Passos

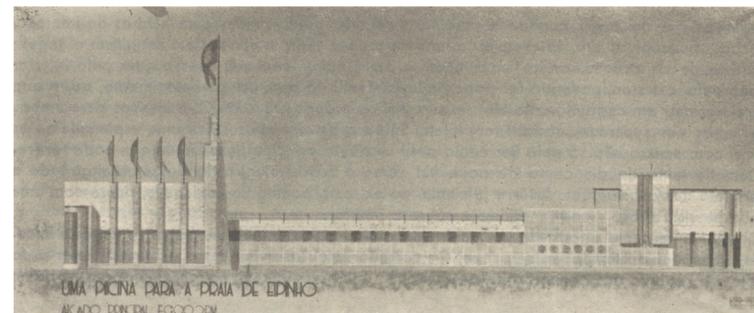


FIG 069 Corte Longitudinal da Piscina Solário Atlântico (1943) - Eduardo da Silva Martins e Manuel Passos

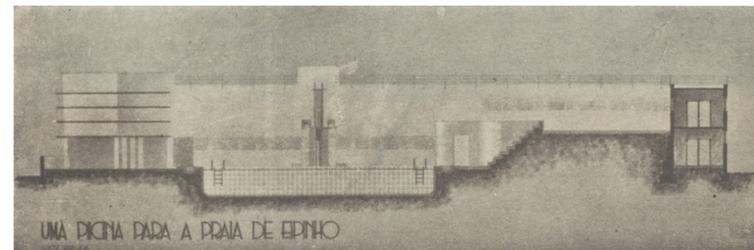


FIG 070 Alçado Norte da Piscina Solário Atlântico (1943) - Eduardo da Silva Martins e Manuel Passos



03.4. FIGUEIRA DA FOZ

Como era habitual nas Praias Cosmopolitas, também na praia da Figueira da Foz foi privilegiado o desenvolvimento urbano guiado pela função balnear em detrimento da atividade piscatória que lhe deu origem. Na Figueira da Foz, esse desenvolvimento foi motivado por um aumento significativo de veraneantes que procuraram aquela praia na década de 1860, aumento esse que levou mesmo a que os veraneantes tivessem de procurar estadia noutras praias por falta de alojamento.¹⁵⁷ Para suprir essa falha surgiu então, em 1861, o Bairro Novo de Santa Catarina, de desenho ortogonal, situado a norte da foz do Mondego, na proximidade do Forte de Santa Catarina, e planeado pelo Engenheiro Francisco Maria Pereira da Silva.¹⁵⁸

A procura desta praia por veraneantes de origens e contextos sociais distintos viria ainda a aumentar com a criação de acessos viários à cidade de Coimbra, em 1871, bem como pela abertura do ramal ferroviário que ligava a Figueira da Foz à Pampilhosa – o que permitia a correspondência com a Linha da Beira Alta –, em 1882, e do ramal que ligava a Leiria, em 1888.¹⁵⁹ Assim, à semelhança do que acontecia em Espinho, a “população das banhistas na Figueira consta de duas camadas diferentes. No fim de setembro retiram-se as famílias de Coimbra e algumas de Lisboa, e sucedem-se as dos lavradores da Beira, que veem para esta praia depois das colheitas repousar dos trabalhos do campo.”¹⁶⁰ Esta melhoria ao nível das acessibilidades veio impulsionar o desenvolvimento desta praia, principalmente através do comboio, uma vez que a linha da Beira Alta permitia, pela fronteira de Vilar Formoso, comunicar com Madrid e, daí, com Paris e o resto da Europa.

“[...] nenhuma outra praia em Portugal possui as mesmas condições d'esta para tornar agradável a estação dos banhos.

Batida do grande mar, tendo à direita a bonançosa bahia de Buarcos e à esquerda os rochedos em que assenta o castello de Santa Catharina, que defende a foz do Mondego, a villa da Figueira oferece aos banhistas incomparaveis condições.”¹⁶¹

Na década de 1870 existiam, na Figueira da Foz, o “Bairro Velho”, junto ao rio e dedicado à atividade piscatória, e o “Bairro Novo”, construído propositadamente para apoiar a prática balnear. Entre os dois bairros existiam duas assembleias, dois teatros – o Teatro Príncipe D. Carlos, inaugurado em 1874, e desenhado pelo Engenheiro Adolfo Loureiro, e o Teatro-Circo Saraiva de Carvalho, inaugurado em 1884, e desenhado pelo Arquiteto José Luiz Monteiro – e dois casinos – o Casino Mondego, inaugurado em 1890, e o Casino Oceano, em 1898 –, o que revela alguma competitividade entre ambos.¹⁶²

“Uma companhia edificadora tem construido casas agradaveis, em um bairro novo junto á foz do Mondego, em sitio elevado e sadio. Neste

bairro ha um hotel, Foz do Mondego, onde se recebem hospedes [...].

A villa tem ainda mais dois hoteis, o Figueirense e o da Praça Nova, um pequeno theatro, uma praça de tauros e dois clubs: a Assembleia Recreativa, no bairro novo, onde se dança ás terças e sextas-feiras, e a Assembleia Figueirense, no antigo palacio dos condes da Figueira, onde se dança á quinta-feira e ao domingo.”¹⁶³

Simultaneamente, a construção deste conjunto de equipamentos funcionou como atrativo para os veraneantes e foi dotando o aglomerado de características de uma estância balnear moderna, apesar da estrutura urbana destes bairros se desenvolver para interior, não explorando totalmente as potencialidades que poderiam advir da definição e aproveitamento de uma frente de mar com Avenida Marginal.

“O Bairro de Santa Catharina, ou Bairro Novo, principalmente habitado pelos banhistas, foi construído ha poucos annos, e consta de casas todas novas, pintadas de branco, de um theatro, um club, e um hotel para oitenta hospedes.

Infelizmente, em vez de ser edificado com methodo, sobre a praia, com o hotel de banhos e o Casino ao centro, os restaurantes com terraços ao ar livre, o novo bairro não faz frente ao oceano, e dispersa-se desengraçadamente na collina para o lado da terra.

O bairro antigo tem augmentado consideravelmente nos ultimos tempos. As obras do Mondego accrescentaram, por meio de aterros á beira do rio, a superficie do terreno rapidamente coberto de novos predios, espaçosos e elegantes.”¹⁶⁴

Foi já no final da década de 1890 que o Bairro Novo desenvolveu o seu limite poente através de um jardim de desenho formal, junto ao qual se viria mais tarde a construir o mercado.¹⁶⁵ Seria junto a este jardim público que, em 1960, viria a ser construída a Piscina Mar e Escola de Nataçãõ da Figueira da Foz, por iniciativa de Luís Araújo, uma de duas Piscinas de Mar da Figueira da Foz, que veio mais tarde a ser demolida aquando da construção do acesso ao porto marítimo.

Neste período, o equipamento mais atrativo desta estância balnear era o Grande Casino Peninsular, nascido da reconversão do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho, em 1895, e que seria o primeiro casino da Figueira da Foz a receber concessão de Zona de Jogo Temporário, em 1928. Esta concessão resultaria na fundação da Sociedade do Grande Casino Peninsular SARL,¹⁶⁶ bem como num aumento da procura desta estância, como era já habitual sempre que se procedia à regulamentação deste tipo de jogo.

Foi como consequência do aumento de procura desta estância e pelo reconhecimento do fracço



FIG 071 Praia da Figueira da Foz (1941)

“População cosmopolita. Praia soberba. Casinos e hotéis de primeira ordem. Festas constantes.”

Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 04 (1941): 25.



FIG 072 Praia da Figueira da Foz e baía de Buarcos

¹⁵⁷ Sílvia Dias Pereira et al., *Formação e Ocupação de Litorais nas Margens do Atlântico - Brasil/Portugal* (Rio de Janeiro: Corbê Editora e Artes Gráficas, 2014), 19.

¹⁵⁸ Britz, “A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo”, 74.

¹⁵⁹ Britz, “A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo”, 76.

¹⁶⁰ Ortigão, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, 107.

¹⁶¹ Ortigão, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, 105-107.

¹⁶² Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 195-196.

¹⁶³ Ortigão, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, 107.

¹⁶⁴ Ortigão, *As Farpas: A Vida Provincial. A Paisagem - Os Campos - As Praias - Os Monumentos*, 295.

¹⁶⁵ Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 200.

¹⁶⁶ Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 203.

FIG 073 Vista sobre a Praia da Figueira da Foz

Vista do Forte de Santa Catarina sobre a Praia da Figueira da Foz e baía de Buarcos em que é possível identificar a avenida marginal e o seu muro de suporte.



aproveitamento da vertente poente do aglomerado, onde apenas existia o passeio alegre e mercado, que se começou a delinear a marginal. Esta intenção surgiu em 1915, durante o período de ação dos Planos Gerais de Melhoramentos, no "Ante-Projecto dos Melhoramentos da Zona Occidental da Cidade da Figueira da Foz". Este plano propunha que, para além da Avenida Marginal, se abrisse uma Avenida Central, paralela àquela, e entre as quais existiria um conjunto de transversais capazes de garantir o acesso a todos os terrenos entre ambas. Esta intervenção tinha grande preocupação com a criação de um novo sistema de circulação e com o respeito pelas normas de higiene e salubridade preconizadas pelos Planos Gerais de Melhoramentos, em muito contribuindo para o melhoramento do planeamento urbano da estância. À semelhança de tantos outros planos para estâncias balneares, foi definido o limite nascente da Avenida Marginal com a construção de "moradias unifamiliares, com dois pisos de altura, recuadas em relação ao alinhamento da rua."¹⁶⁷

A Avenida Marginal terá começado a ser definida, a norte do Forte de Santa Catarina, desde 1931, através de um muro capaz de definir os acessos à praia e criar uma proteção adicional face à ação do mar. Embora nesta altura não houvesse ainda um desenho deste espaço público, o espaço da marginal foi sendo progressivamente ocupado pelos veraneantes, o que se revelou condição suficiente para garantir o desenvolvimento deste limite ao longo do tempo. Em 1945, o traçado da Avenida Marginal estava já definido, estendendo-se até Buarcos. Seria nesta avenida que, na década de 1950, se viriam a desenvolver os dois equipamentos de maior relevância da estância balnear deste período – o Grande Hotel da Figueira da Foz e a Piscina Praia. Estes equipamentos, inaugurados em 1953, são exemplo de uma nova arquitetura da Estância Balnear que surge do aparecimento dos modelos "Hotel Praia" e "Piscina de Mar", indissociáveis da Avenida Marginal. A construção destes equipamentos na Figueira da Foz veio confirmar a imagem urbana e moderna daquela praia, contribuindo para a sua afirmação como uma das mais relevantes estâncias balneares a nível nacional.¹⁶⁸



FIG 074 Vista do Grande Hotel da Figueira da Foz

FIG 075 Vista sobre a Piscina Praia e o Grande Hotel da Figueira da Foz

Perspetiva da avenida marginal da Figueira da Foz em que é possível identificar a relação formal de contraste estabelecida entre o Grande Hotel e a Piscina Praia. Se por um lado o hotel se desenvolve no sentido vertical, por forma a garantir uma vista privilegiada sobre a praia e o mar, a piscina desenvolve-se no sentido horizontal, garantindo, ainda assim, vista sobre a praia e o mar a partir da zona de solário.



¹⁶⁷ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 207.

¹⁶⁸ Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 213 e 216.

03.4.1. PISCINA PRAIA DA FIGUEIRA DA FOZ (1950 - 1953)

A possibilidade de construir uma Piscina de Mar na Figueira da Foz já era considerada antes da década de 1950, principalmente devido ao facto de, desde as décadas anteriores, esta praia se vir afirmando como uma das estâncias balneares mais procuradas em Portugal. Para além de dispor de condições naturais ideais devido à sua proximidade com o mar, rio e serra, esta praia estava também servida por fáceis acessos rodoviários e ferroviários, usufruindo ainda de um conjunto de equipamentos indispensáveis ao seu reconhecimento como estância balnear cosmopolita – hotéis, casinos, restaurantes, esplanadas, praça de touros, etc..

“Tem sido considerada, desde há muito, a Figueira da Foz, como uma praia completa e, por essa razão comportando grande afluência na época estival. [...] [é] uma praia de perfeitas condições naturais (mar, rio e serra), servida por fáceis ligações ferroviárias e rodoviárias, hotéis, pensões, restaurantes, cafés e esplanadas, casino, cinemas, ‘cortes de ténis’, e outros campos de jogos, praça de touros etc., sentia-se ultimamente a necessidade da construção de uma piscina.”¹⁶⁹

A grande razão que motivava a construção de uma Piscina Mar na Figueira da Foz, para além da de dotar aquela praia de mais um equipamento de grande utilidade no período balnear, era a mesma que motivava tantas outras estâncias a construir uma piscina deste tipo: a dificuldade do banho de mar na costa atlântica. Pretendia-se, assim, que a construção desta piscina viesse “permitir a prática permanente da natação, nem sempre possível no mar, aliada às possibilidades de oferecer o espectáculo de uma competição e de se tornar acessível uma mais intensa aprendizagem da natação”.¹⁷⁰

Isaías Cardoso deu início ao seu estudo para a Piscina-Praia da Figueira da Foz em 1950, projeto que seria apresentado no seu CODA (Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto), na Escola de Belas-Artes do Porto, e no qual aproveitou para desenvolver um programa que, em Portugal, à época, era ainda novo, num cenário urbano ainda em formação, o que lhe permitiu explorar e experimentar um estilo moderno, fortemente influenciado pela arquitetura brasileira daquele período.

A Piscina-Praia da Figueira da Foz, inaugurada em 1953, era composta por um tanque de 33,33 por 18,00 metros, uma torre de saltos com pranchas aos 5,00 e 10,00 metros e trampolins aos 1,50 e 3,00 metros, cumprindo as dimensões e requisitos regulamentares para competições oficiais de natação e de saltos. Para além deste tanque principal havia ainda um tanque para crianças de 9,00 por 5,00 metros, cabines e balneários para adultos e crianças, restaurante-salão de chá – onde se poderiam ainda realizar festas e reuniões – , bar, esplanadas e terraços,

escritório administrativo e residência do proprietário.¹⁷¹

O acesso principal era feito pela avenida marginal. Ao entrarem, os banhistas acediam a um hall a partir do qual se fazia a distribuição para a Piscina, Restaurante e Bar. Havia também um acesso secundário, pela Rua de Santa Catarina, paralela à avenida marginal e situada a uma cota superior, que seria utilizado apenas aquando da realização de competições. Os acessos de serviço, por seu lado, estariam localizados na lateral norte, numa rua transversal à marginal.¹⁷²

A piscina assumia uma posição de destaque, no lote retangular, estando ligeiramente desviada para sul em relação ao centro do mesmo e delimitada por um canal lava-pés que, tal como os tanques, era revestido por mosaico hidráulico esquadrelado para evitar “o natural escorregamento”.¹⁷³ Ainda junto à piscina, paralelamente ao seu lado voltado a poente, existia a esplanada-solário. O topo norte da piscina, que era definido pelo Restaurante e Bar a par com uma zona de serviços, permitia de alguma forma proteger a piscina e a zona de solário dos ventos dominantes. O restaurante, voltado para o mar, tinha os seus vãos “totalmente envidraçada[s] sobre uma varanda que se desenvolve no mesmo sentido.”¹⁷⁴ O topo do restaurante voltado ao tanque de adultos seria, também ele, envidraçado, permitindo não só estabelecer uma relação com o mesmo, bem como com a esplanada principal.

O acesso às cabines e balneárias, localizado a nascente, e sobre o qual está situado um terraço, era feito por um hall que permitia a distribuição entre senhores e senhoras. As cabines propriamente ditas eram delimitadas por dois corredores, um destinado a banhistas calçados e outro a banhistas de pé-descalço, de forma a garantir as melhores condições higiénicas para os utilizadores. A passagem das cabines para a piscina era “obrigatoriamente feita através dum corredor americano que garante, novamente, as melhores condições de higiene impostas em estabelecimentos desta natureza.”¹⁷⁵

Apesar de ser considerado um programa desadequado, o “problema ‘habitação’ foi aceite ‘in extremis’ por insistência excessiva do proprietário, por em nada ser razoável a consideração duma habitação num programa desta natureza.”

Determinada a área a ocupar pela habitação, segundo o programa, e verificada a impossibilidade de mais perfeita localização optou-se, pela implantação num local de melhores acessos, (principal e de serviço) e sem que qualquer deles viesse conturdir com os acessos próprios da piscina.”¹⁷⁶

O material utilizado nesta construção foi, como era já habitual, o betão armado, pela sua versatilidade e plasticidade, na medida em que poderia desempenhar



FIG 076 Prancha de Saltos da Piscina Praia da Figueira da Foz



FIG 077 Tanques de banho da Piscina Praia da Figueira da Foz

FIG 078 Piscina Praia da Figueira da Foz

Vista do Grande Hotel da Figueira da Foz sobre a Piscina Praia em que é possível identificar os tanques de banho, as pranchas e torre de saltos e a zona de solário, com vista sobre a avenida marginal, a praia e o mar.



¹⁶⁹ José Isaías de Oliveira Cardoso, “C. O. D. A. Piscina Praia - Figueira da Foz: Memória Descritiva e Justificativa” [Porto: Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1953], 4.

¹⁷⁰ Cardoso, “C. O. D. A. Piscina Praia - Figueira da Foz: Memória Descritiva e Justificativa”, 4.

¹⁷¹ Cardoso, “C. O. D. A. Piscina Praia - Figueira da Foz: Memória Descritiva e Justificativa”, 4-5.

¹⁷² Cardoso, “C. O. D. A. Piscina Praia - Figueira da Foz: Memória Descritiva e Justificativa”, 6.

¹⁷³ Cardoso, “C. O. D. A. Piscina Praia - Figueira da Foz: Memória Descritiva e Justificativa”, 8.

¹⁷⁴ Cardoso, “C. O. D. A. Piscina Praia - Figueira da Foz: Memória Descritiva e Justificativa”, 6A.

¹⁷⁵ Cardoso, “C. O. D. A. Piscina Praia - Figueira da Foz: Memória Descritiva e Justificativa”, 6.

¹⁷⁶ Cardoso, “C. O. D. A. Piscina Praia - Figueira da Foz: Memória Descritiva e Justificativa”, 7.

diversas funções e assumir as mais variadas formas. Foi ainda utilizada a alvenaria de pedra da região em fundações e muros de suporte, sendo as paredes de compartimentação erguidas em tijolo cerâmico.

"Para uma construção desta natureza optou-se pelo betão armado como estrutura e cobertura, parecendo ser este o material mais indicado para um problema desta ordem. Este sistema de construção, consentâneo com os actuais processos de construir permite determinadas liberdades na concepção que com outro material não seriam possíveis (torre de saltos, escadas, enviaçados contínuos solucionados pela independência das estruturas, inclusivamente maior aproveitamento do espaço...)." ¹⁷⁷

A captação da água utilizada para abastecer a piscina era feita por intermédio de poços, a partir dos quais seria encaminhada por tubagens de betão até uma estação elevatória situada junto ao muro de suporte da avenida marginal. Daí, a água seria direccionada para o tanque, entrando pelo lado sul, e saindo pelos vários tubos situados no quebra-ondas que delimitava todo o tanque de adultos. A água recolhida pelo quebra-ondas seria, então, canalizada de novo para o mar. Este sistema permitia obter uma renovação do volume de água do tanque a cada 8 horas.¹⁷⁸

"A estação elevatória, instalada junto do muro de suporte da avenida marginal, foi estudada de modo a que a sua capacidade de elevação fôsse fixada de maneira a permitir um 'período' mínimo de 8 horas que se considera suficiente para uma piscina nas condições desta."

A entrada da água no tanque principal é feita no seu topo Sul através de 3 tubos situados aos quartos da largura e à profundidade de 1,20 m.

A água renovada esgota-se através do quebra-ondas circundando todo o perímetro da piscina provido de 10 saídas, segundo o esquema incluído neste trabalho.

*O esgôto do tanque principal faz-se por tubagem de secção apropriada, despejando na orla do mar, do que nenhum inconveniente pode resultar, visto que a piscina é esvaziada completamente a horas em que a praia não é frequentada e qualquer arrastamento de areias será rapidamente corrigido pelo próprio movimento das águas do mar."*¹⁷⁹

Em 1958, o conjunto seria ampliado com a construção de uma Estalagem, de forma a rentabilizar a Piscina-Praia fora da época balnear. Esta construção, também da autoria de Isaias Cardoso, viria a resultar numa alteração da volumetria do conjunto, acentuando a sua relação com a avenida marginal, bem como com a Rua de Santa Catarina, até aí utilizada apenas como acesso secundário.

O facto deste equipamento se ter desenvolvido, embora com grande proximidade do edifício do hotel, como uma construção independente, refletia um ganho de autonomia por parte das Piscinas de Mar que se iam estabelecendo como novos espaços de lazer e bem-estar público, e como equipamentos associados à prática desportiva. Na Figueira da Foz, a conjugação destas duas valências culminou no surgimento de um conjunto experimental e moderno, capaz de combinar funcionalidade e inovação técnica. Esta modernidade funcional e técnica refletia-se na organização do programa através de plataformas capazes de o articular sequencialmente e na utilização plástica e cromática do betão nos grandes vãos em consola, nos brise-soleil e nas palas das fachadas.

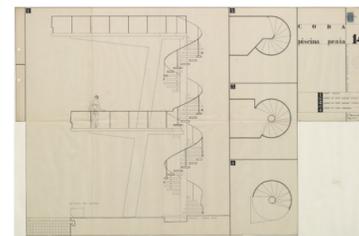


FIG 079 Desenhos da Torre de Saltos da Piscina Praia da Figueira da Foz (1950-1953) - Isaias Cardoso

FIG 080 Cortes longitudinais da Piscina Praia da Figueira da Foz (1950-1953) - Isaias Cardoso

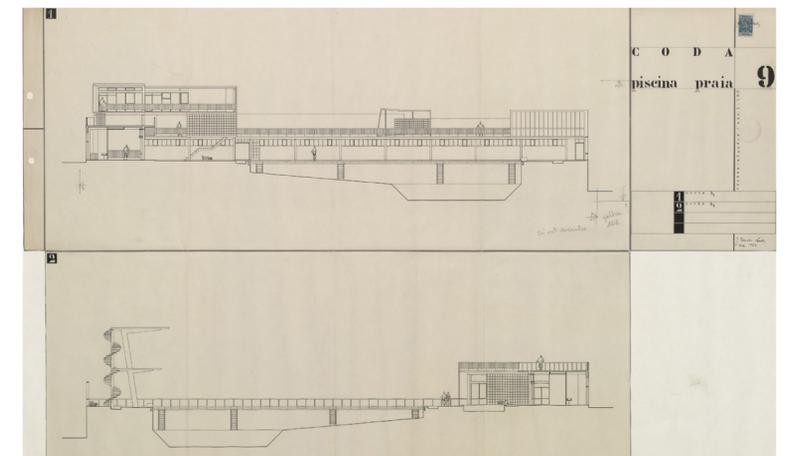
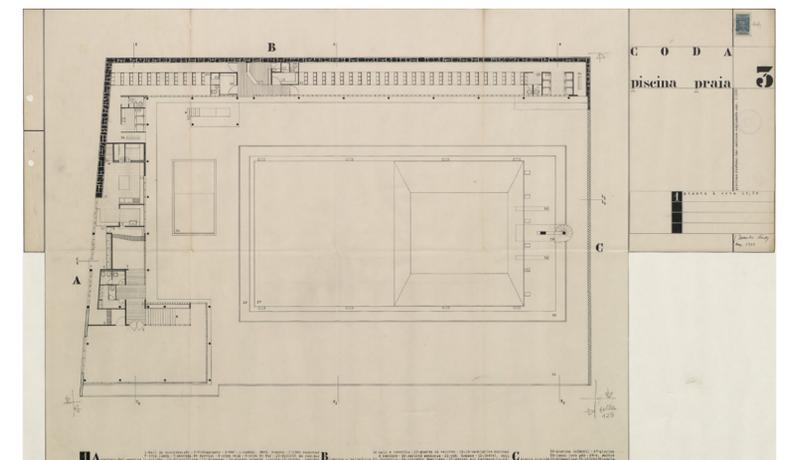


FIG 081 Planta à cota 15,50 metros da Piscina Praia da Figueira da Foz (1950-1953) - Isaias Cardoso



¹⁷⁷ Cardoso, "C. O. D. A. Piscina Praia - Figueira da Foz: Memória Descritiva e Justificativa", 7.

¹⁷⁸ Cardoso, "C. O. D. A. Piscina Praia - Figueira da Foz: Memória Descritiva e Justificativa", 9.

¹⁷⁹ Cardoso, "C. O. D. A. Piscina Praia - Figueira da Foz: Memória Descritiva e Justificativa", 9.

03.5. PRAIA DAS MAÇÃS

A Praia das Maçãs, situada perto de Colares, na Serra de Sintra, era bastante conhecida pelo seu mar perigoso¹⁸⁰ e deveu o aumento da sua frequência e desenvolvimento urbano à implementação de uma rede de elétrico com início em Sintra e fim nesta praia, que muito veio contribuir para atrair veraneantes daquele lugar onde até então apenas se chegava por diligência.¹⁸¹ A construção desta linha férrea começou em 1898, quando a Câmara Municipal de Sintra concedeu licença para o seu início. Antes de se estabelecer este acesso, existia apenas uma estrada que ligava a Colares, construída por iniciativa de Luís Almeida Albuquerque, Joaquim de Vasconcelos Gusmão e António Chaves Mazzioiti, personalidades que bastante contribuíram para o desenvolvimento daquela praia.¹⁸²

O aglomerado ter-se-á desenvolvido com o estabelecimento de alguns restaurantes, cafés, bares, casas de artesanato, hotéis, pensões e casas de veraneio, o que o tornaram num local de tertúlia dos turistas e habitantes de Sintra e de Lisboa que nas épocas de verão procuravam o litoral para a prática da vilegiatura balnear marítima.¹⁸³ Uma dessas residências de veraneio, e possivelmente a mais relevante, a Villa Guida, pertencia ao compositor Alfredo Keil, autor do hino nacional, que foi também responsável pela construção de uma pequena capela naquela praia.

Foi precisamente a linha de elétrico que muito contribuiu para que ali se instalassem uma quantidade de equipamentos relacionados com o veraneio, uma vez que definia uma via de comunicação direta com Sintra, e consequentemente com Lisboa. Um dos principais equipamentos foi o "Hotel Tapie", com o "Restaurant Sintra-Praia", que em 1945 terá sido demolido para dar lugar ao "Casino", projetado por Faria da Costa.¹⁸⁴

Em 1955 foi proposto, por Raul Tajal, e aprovado pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, o "Plano de Arranjo Marginal do Conselho de Sintra", que, entre equipamentos propostos e existentes, referia uma Estação de Camionagem, a Estação dos Eléctricos, um Parque de Estacionamento, um Hotel, um Casino, um Restaurante-Bar, uma Piscina, Estabelecimentos Comerciais, Concessionários de Banhos, um posto de Socorros a Náfragos, uma Torre de Sinais e um ringue de Patinagem.¹⁸⁵

Este plano pretendia sobretudo organizar toda a envolvente da praia e da ribeira proporcionando o alagamento dos terrenos em seu redor e criando, desta forma, uma grande lagoa que possibilitaria a prática de atividades náuticas, assim como a construção, nas suas margens, de habitações de veraneio destinadas a turistas.

"Além dos atractivos que se pretende dotar a estância, sugere-se como fulcro dos melhoramentos, além da piscina, a ideia à primeira vista ambiciosa, do aproveitamento do caudal do Rio Maçãs, para se estabelecer uma grande lagoa

*com o comprimento aproximado de 800 metros que viria da Ponte do Rodizio a uma comporta a construir na Praia das Maçãs. Resultaria deste grande melhoramento uma valorização automática de todos os terrenos periféricos da lagoa, que hoje são simples hortas sem real valor, permitindo ainda a prática dos desportos náuticos que as condições marítimas da Praia não o permite fazer mesmo na época mais favorável do ano."*¹⁸⁶

Deste conjunto de equipamentos, que se deveriam situar em redor do areal da Praia das Maçãs e da Ribeira de Colares, destaca-se a Piscina de Mar, que se justificava naquele lugar, como em tantos outros, devido à força do mar que tantas vezes impedia a prática do banho de forma segura.

"Em quinta feira 28 de setembro duas meninas do lugar de Mucifal, uma de 14 annos chamada Marcellina Rosa e outra de 15 annos chamada Umbellina d'Assumpção, primas carnaes, foram como de costume pelas 7 horas da manhã tomar o seu banho despindo-se na barraca do João Claudio, um dos quatro banheiros que teem installações na praia que, quando as reconduzia, lhes recommendou não tornassem a metter-se no mar.

Dentro em pouco quando o banheiro estava com outra cliente n'agua alguém lhe disse atapalhadamente: 'Olhe as pequenas do Mucifal andam além embrulhadas'. Com effeito as pequenas tinham saído da barraca e entrado de novo no mar, sendo logo levadas pela ressaca.

João Claudio atirou-se em seu socorro, começou a nadar com rapidez, chegando a agarrar uma d'elas pelo feto, mas tendo que a largar em virtude da violência das ondas; o pobre banheiro ainda mergulhou e quando veio ao lume d'agua estava exausto, conseguindo chegar a terra em virtude de lhe ter sido atirada uma toalha por uma mulher de nome Josephina que assim o auxilio, ao vê-lo perto, mas sem poder nadar.

*Quando a noticia chegou ao Mucifal os paes das victimas dirigiram-se logo para a praia havendo então cenas bem dolorosas e, tendo chegado muita gente do Mucifal, começou uma perseguição aos banheiros que na sua grande excitação culpavam do desastre tendo-se refugiado os perseguidos, uns no Chalet Cunha, outros no posto fiscal das Azenhas do Mar até onde aquella gente os foi apedrejando."*¹⁸⁷



FIG 082 Perspetiva aérea da Praia das Maçãs



FIG 083 Perspetiva aérea da Praia das Maçãs (1955) - Raul Tajal

¹⁸⁰ "Alguns imprudentes tambem vão ás vezes tomar o seu banho á praia das Maçãs, apesar da infelicidade que outros já têm tido, porque as ondas allí batem com summa violencia contra os pentascos da serra." João António Peres Abreu, *Roteiro do viajante no Continente: e nos Caminhos de Ferro de Portugal em 1865* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1865), 42-43.

¹⁸¹ Abreu, *Roteiro do viajante no Continente: e nos Caminhos de Ferro de Portugal em 1865*, 345.

¹⁸² "Quando Sintra Descobriu a Praia," Câmara Municipal de Sintra, 2014.

¹⁸³ José Leite, "Praia das Maçãs," Restos de Coleção, 2012.

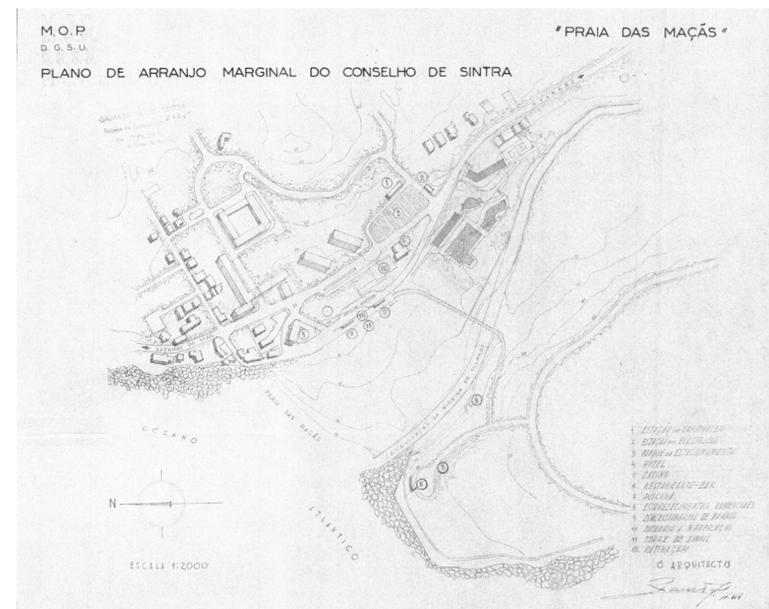
¹⁸⁴ José Leite, "Praia das Maçãs," Restos de Coleção, 2012.

¹⁸⁵ Raul Tajal, "Plano de Arranjo Marginal do Conselho de Sintra" (Lisboa, 1955).

¹⁸⁶ Faria da Costa e Raul Tajal, "Projecto da Piscina Praia das Maçãs 1955: Memória Descritiva" (Lisboa, 1955), 2.

¹⁸⁷ "Na Praia das Maçãs: - A morte de duas meninas," *Ilustração Portuguesa*, n.º 101 (9 de Outubro de 1905): 772.

FIG 084 Plano de Arranjo Marginal da Praia das Maçãs do Conselho de Sintra (1955) - Raul Tajal
Não se tratando de um Plano Geral de Urbanização, o Plano de Arranjo Marginal da Praia das Maçãs seguia os mesmos princípios a uma escala mais diminuta, tendo previsto para aquele aglomerado um conjunto de equipamentos associados às estâncias balneares daquele período.



03.5.1. PISCINA CONCHA (1956)

A Piscina Concha, obra dos arquitetos Faria da Costa e Raul Tojal, projetada em 1955 para a Praia das Maças por iniciativa da Sociedade "Turismo Sintra Litoral", era parte integrante de um conjunto de equipamentos essenciais ao desenvolvimento do Plano de Conjunto do Plano de Urbanização daquele aglomerado.¹⁸⁸

O complexo das piscinas assumia-se como peça principal deste Plano de Melhoramentos, estando incluídos no projeto, para além das piscinas para adultos e crianças, um "restaurante e salão de chá, hotel, campos de jogos, e respectivas peças acessórias".¹⁸⁹ Junto à piscina, pretendia-se aproveitar o "caudal do Rio Maças, para se estabelecer uma grande lagôa com o comprimento aproximado de 800 metros que viria da Ponte do Rodizio a uma comporta na Praia das Maças".¹⁹⁰ Esta intervenção procurava possibilitar a prática de desportos náuticos que as condições do mar não permitiam, resultando na valorização daquele vale e de todos os terrenos envolventes. Contudo, o seu desenvolvimento viu-se impedido por condicionantes técnicas.

O desenho do complexo propriamente dito desenvolveu-se em torno da piscina para adultos, "por ser esta a peça principal do empreendimento e a razão de ser dos melhoramentos a promover",¹⁹¹ pelo que apenas após ser definida a cota e localização ideal para a implantação deste tanque se procedeu ao desenho dos restantes equipamentos. O tanque de adultos, que variava entre os 0,80 e os 3,50 metros de profundidade, teria de comprimento 50,00 metros e de largura 25,00. Esta piscina seria ainda dotada de uma prancha de saltos, localizada na extremidade mais profunda da mesma, onde se criou "uma cuva especialmente destinada para saltos".¹⁹² O desenho desta cuva, uma inovação para a época, permitia uma grande economia de água, uma vez que a prática corrente seria a de atribuir a profundidade de 3,50 metros à metade mais profunda do tanque.

O tanque para crianças, localizado a sul do tanque para adultos, teria uma profundidade a variar entre os 0,40 e os 0,80 metros, havendo ainda uma pequena "cuvete circular" de apenas 0,20 metros de profundidade que seria a piscina de chapinhagem.¹⁹³ Tanto a captação como o despejo da água salgada que abastecia as piscinas seriam realizados de forma mecânica, havendo tubagens que se estendiam cerca de 400 metros para lá da praia.¹⁹⁴

À semelhança do que acontecia com os tanques de banho, adultos e crianças teriam também balneários e vestiários distintos. As cabines para adultos, situadas junto ao tanque principal, seriam divididas por género e em cabines "reservadas" e "colectivas" que, desenvolvidas a cotas distintas por estrangimentos topográficos, o que veio a possibilitar que o seu funcionamento se fizesse de forma independente. Todas as cabines dispunham de chuveiros, sendo que apenas nas "cabines reservadas" estes seriam individuais. Os vestiários e balneários da piscina infantil eram também

divididos por géneros e situados junto ao tanque que serviam.¹⁹⁵

O desenho do complexo, para além de condicionado pelo posicionamento do tanque principal, seria organizado em função da "distinção entre os que tomam banho e os que não tomam".¹⁹⁶ Esta distinção resultou na definição de entradas independentes para a zona dos vestiários e a zona dos visitantes, o que separava os utilizadores do complexo ao mesmo tempo que organizava a circulação dentro do recinto em percursos distintos, de pés descalços e de pés calçados.

O complexo ganhou o nome Piscina Concha pela forma do corpo do restaurante e bar com esplanada, que se assemelha ao desenho de uma concha. O restaurante situava-se no piso superior, à cota do arruamento de acesso e da zona de estacionamento. Pela sua forma em leque, dispunha de uma vista privilegiada tanto sobre as piscinas como sobre o mar. O restaurante, com o seu duplo pé direito, era representado pelos arquitetos como um espaço de grandes dimensões, quase como se de um salão de festas se tratasse, havendo inclusive uma zona dedicada à orquestra, e em que cada detalhe foi desenhado até à exaustão.

No piso inferior, ligeiramente acima da cota dos tanques de banho, o bar foi desenhado em relação íntima com a esplanada. Ao contrário do restaurante, em que o espaço era de grandes dimensões e extremamente detalhado, o bar limitava-se a um balcão curvo voltado para a esplanada exterior que, à semelhança do restaurante, dispunha de uma vista sobre as piscinas e o mar. Tanto o conjunto do restaurante e bar como os corpos dos balneários e vestiários faziam a transição entre o nível do arruamento de acesso e estacionamento, situados à cota 13,25 metros, e o nível dos tanques de banho, situados à cota 8,50 metros.

À semelhança do que acontecia com tantos outros equipamentos desta tipologia desenhados neste período, para além dos edifícios acessórios às piscinas, como balneários e vestiários, foram incluídos nestes complexos outros programas que garantiam uma utilização mais versátil do espaço. Neste caso, o bar e restaurante – em que se poderiam realizar festas –, e ainda um hotel – que não chegou a ser construído –, são exemplo desses programas que, para além de atribuírem versatilidade ao complexo possibilitavam ainda a sua utilização ao longo de todo o ano.



FIG 085 Piscina Concha (1956) - Faria da Costa e Raul Tojal



FIG 086 Piscina Concha (1956) - Faria da Costa e Raul Tojal



FIG 087 Vista geral da Piscina Concha (1956) - Faria da Costa e Raul Tojal

FIG 088 Cortes transversais da Piscina Concha da Praia das Maças

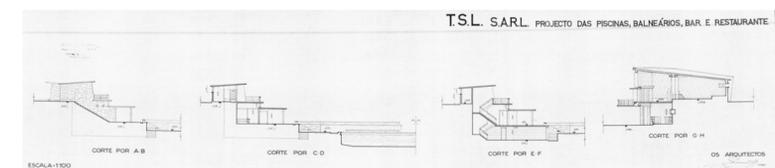


FIG 089 Alçado de conjunto da Piscina Concha da Praia das Maças

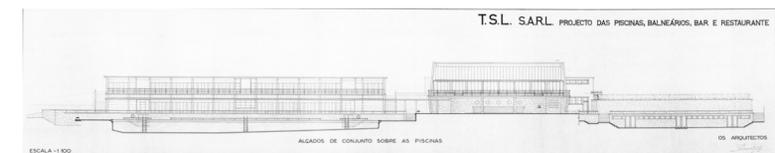
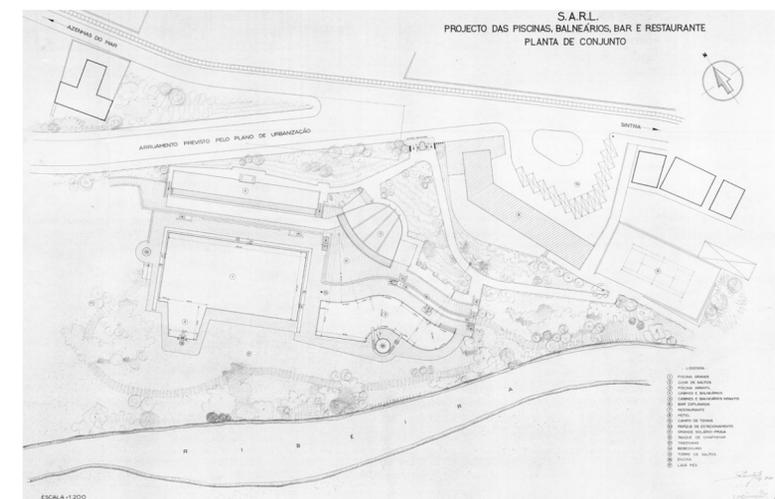


FIG 090 Planta de conjunto da Piscina Concha da Praia das Maças



¹⁸⁸ Costa e Tojal, "Projecto da Piscina Praia das Maças 1955: Memória Descritiva", 1.

¹⁸⁹ Costa e Tojal, "Projecto da Piscina Praia das Maças 1955: Memória Descritiva", 2.

¹⁹⁰ Costa e Tojal, "Projecto da Piscina Praia das Maças 1955: Memória Descritiva", 2.

¹⁹¹ Costa e Tojal, "Projecto da Piscina Praia das Maças 1955: Memória Descritiva", 2.

¹⁹² Faria da Costa e Raul Tojal, "Projecto das Piscinas, Balneários, Bar e Restaurante, que a Sociedade "Turismo Sintra Litoral", pretende levar a efeito na Praia das Maças, concelho de Sintra: Memória Descritiva" (Lisboa, 1955), 3.

¹⁹³ Costa e Tojal, "Projecto das Piscinas, Balneários, Bar e Restaurante, que a Sociedade "Turismo Sintra Litoral", pretende levar a efeito na Praia das Maças, concelho de Sintra: Memória Descritiva", 3.

¹⁹⁴ Costa e Tojal, "Projecto da Piscina Praia das Maças 1955: Memória Descritiva", 5.

¹⁹⁵ Costa e Tojal, "Projecto das Piscinas, Balneários, Bar e Restaurante, que a Sociedade "Turismo Sintra Litoral", pretende levar a efeito na Praia das Maças, concelho de Sintra: Memória Descritiva", 2.

¹⁹⁶ Costa e Tojal, "Projecto da Piscina Praia das Maças 1955: Memória Descritiva", 3.

03.6. ESTORIL

O Estoril começou a desenvolver-se como centro de vilegiatura ainda em 1914, por iniciativa da Sociedade Figueiredo & Sousa Limitada, e seria a primeira estância balnear portuguesa a assumir relevância a nível internacional.¹⁹⁷ Contudo, as origens do Estoril remontam aos tempos da monarquia, quando o rei D. Luís decidiu residir em Cascais, na “Enseada Azul” – zona que mais tarde seria conhecida por Costa do Sol –, durante o final do verão e princípios do outono. Foram estas estadias periódicas da família real que consagraram esta porção de costa como um destino de eleição para a prática do veraneio, facto ainda reforçado pelo desenvolvimento que já se verificava em S. João e no Monte Estoril.¹⁹⁸

Com efeito, não só Cascais e o Estoril usufruíam de uma costa excecional, como eram ainda locais famosos pelas águas com propriedades termais, que estiveram na origem da prática balnear naquele local. Um fator que muito contribuiu para a afirmação desta zona enquanto estância termal foi também a presença da família real, com a frequência periódica das Termas de S. João do Estoril pelo rei D. José I.¹⁹⁹

Apesar do Estoril começar a ganhar a sua fama como estância balnear termal, Fausto Figueiredo pretendia “transformar o lindo arrabalde do Estoril, onde junto da praia há uma rica nascente de água termal, em vila de banhos e de águas no moderno tipo de Wiesbaden,²⁰⁰ de Trouville²⁰¹ ou de San Sebastian²⁰²”, considerando que, “a meia hora de Lisboa, por um caminho de ferro de luxo, na margem do Tejo, Estoril-Bains com o seu grande estabelecimento de banhos, com o seu casino, com as suas salas d’opera e de concertos, com as suas roléas, com os seus pavilhões enigmáticos, com os seus cottages mysteriosos [...], é um imprescindível complemento da civilização que felizmente destructamos.”²⁰³

Identificava-se assim uma clara vontade de seguir o exemplo apresentado pelas grandes estâncias balneares internacionais, neste caso estabelecendo o Estoril, não só como estância balnear termal e climática internacional, mas desenvolvendo também a sua vertente balnear marítima. Foi no seguimento desta intenção que, em 1913, Fausto Figueiredo entrou em contacto com o arquiteto Henri Martinet e que surgiu o plano “Estoril - Estação Marítima. Climatérica. Thermal e Sportiva.”

“A entrada do parque ficará situada quase em frente da actual estação de caminho de ferro do Estoril, simples e grandiosa: algumas colunas de pedra ligadas entre si por artísticas cadeias de ferro ou de bronze. [...] O que pode, por assim dizer, chamar-se o vestibulo do enorme complexo que se vai construir é uma praça ampla, limitada, à direita e à esquerda, por dois corpos de edificio em meia laranja, destinados a estabelecimentos comerciais de artigos elegantes. A seguir, perpendicularmente à linha da praia, estendense duas avenidas de meio kilómetro de

comprimento, bordadas de palmeiras. Entre estas duas avenidas há uma pelouse tapetada de relva e bordada em torno por uma linha de arbustos diversos, escolhidos de forma que seja florido o aspecto do jardim em qualquer época do ano. [...] Exteriormente às avenidas e ao longo delas, há ainda duas colonadas que podem transformar-se em galerias de inverno, envidraçadas. São as pérgolas. [...] Fica ao topo das avenidas e da pelouse a esplanada sobre a qual há-de construir-se o Casino, um esplêndido edificio, nada inferior ao que no estrangeiro existe de melhor no género. [...] de ambos os lados ficar-nos-há o parque, os jardins e a pelouse ao centro; e a praia com o seu estabelecimento de banhos monumental, ao fundo. [...] Voltados para o mar temos agora à esquerda, [...] dominando do alto da colina toda a beleza olimpica da paisagem, o grande hotel do estabelecimento, o Palace Hotel, reunindo nas suas instalações a última palavra do conforto e os mais rigorosos preceitos da estética. [...] Próximo deste local serão construídas as termas; com o seu hotel adjacente, comunicando os dois edificios entre si por uma galeria envidraçada. [...] Do lado direito – estamos sempre, é bom recordá-lo, na esplanada do Casino – , próximo da entrada principal, fica o Hotel do Parque. Embora com instalações de primeira ordem, os seus preços serão mais modestos que os do Palace Hotel, e isto na louvável intenção de tornar o estabelecimento acessível a todos. Mais acima, um pequeno pavilhão destinado a banhos de sol, de luz, e outros modernos sistemas terapêuticos. Segue-se o Parque. É positivamente enorme: muitas dezenas de hectares cobertos de pinhal, com o terreno acidentado e cheio de pitoresco, vales onde serpenteiam regatos de água puríssima que vai depois correr entre a relva ao longo das avenidas principais; [...] O sport tem o seu palácio, lá em cima, a alguns centos de metros do Casino. Ali ficam os terrenos nivelados para o tennis, a vasta clareira cimentada para patinagem, o croquet, o cricket, o foot-ball, o campo de corridas de cavalos, enfim, todas as distrações sportivas ao ar livre. O golf constituiu um circuito imenso de cinco kilómetros de desenvolvimento, [...] Acessoriamente, no Casino, há salões destinados ao sport de salão, assaltos de esgrima, salas de bilhar, magnificos salões de dança, etc.. A parte posterior do edificio é constituída por um esplêndido teatro. E em baixo, na praia, por detrás do gracioso edificio onde devem ser instaladas as cabines dos banhos de mar e o café-restaurant, uma lindíssima digue-promenade proporcionará ao público o mais delicioso passeio de fim ameno de tarde. [...] Se pensarmos agora que do grandioso plano a que vimos de fazer estas ligeiras referências faz parte a construção de uma linha de tramways eléctricos em torno do parque, e que essa linha deve prolongar-se depois até Sintra ao longo da vertente da serra [...], poderemos então fazer uma ideia da



ESTORIL
COSTA DO SOL

A 24 QUILOMETROS DE LISBOA
EXCELENTE ESTRADA MARGINAL
RÁPIDO SERVIÇO DE COMBÓIOS ELECTRICOS

**CLIMA EXCEPCIONAL
DURANTE TODO O ANO**

TODOS OS DESPORTOS. Golf (18 buracos), Tennis, Hipismo, Natação, Esgrima, Tiro, etc. — **ESTORIL-PALÁCIO HOTEL:** Luxuoso e confortável - Magnífica situação. — **HOTEL DO PARQUE:** Boa instalação - Anexo às Termas e Piscina. — **MONTE ESTORIL-HOTEL:** (Antigo Hotel de Itália) Ampliado e modernizado. — **ESTORIL-TERMAS:** Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico - Laboratório de análises clinicas Ginástica Médica - Massagens. — **TAMARIZ:** Magnificas esplanadas sobre o mar - Restaurante - Bar. — **PISCINA DE ÁGUA TÉPIDA.** — **SALA DE ARMAS.** — **ESCOLA DE EQUI-TAÇÃO.** — **STANDS DE TIRO.** **CASINO:** Aberto todo o ano - Cinema - Concertos - «Dancing» - Restaurante - Bars - Jogos autorizados.

INFORMAÇÕES:
**SOC. PROPAGANDA DA COSTA DO SOL
ESTORIL.**

FIG 091 Publicidade ao Estoril e Costa do Sol

Publicidade na revista Panorama aos diversos equipamentos e atrativos do Estoril, entre os quais o Palácio Hotel, as Termas, o Casino e as Piscinas de mar do Tamariz.

FIG 092 Palácio Hotel do Estoril



¹⁹⁷ Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 298.

¹⁹⁸ Briz, “A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo”, 275 e 314.

¹⁹⁹ Briz, “A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo”, 277.

²⁰⁰ Estância balnear termal.

²⁰¹ Estância balnear marítima.

²⁰² Estância balnear marítima e termal.

²⁰³ Ramalho Ortigão, *As Farpas: A Capital*, Volume VII (Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1889), 308-309.

assombrosa transformação que se vai realizar no nosso meio. [...] A primeira consequência de interesse geral que vai ter o Estoril, estação elegante de inverno e único estabelecimento termal que pode abrir as suas portas em pleno dezembro, será sem dúvida a seguinte. O Portugal ignorado passa ao domínio da lenda. E dizer Portugal conhecido, o mesmo é dizer Portugal amado e respeitado, ansiada compensação de tanta injustiça com que por vezes no estrangeiro se referem ao nosso país. O Estoril de amanhã será pois uma obra de civilização e uma obra de patriotismo. [...] Dentro de dois anos a obra ficará completa.²⁰⁴

O Parque Estoril seria a grande intervenção que viria concretizar as ambições de Fausto de Figueiredo. Tratava-se de um conjunto de equipamentos lúdicos, caracterizados pela sua escala monumental, luxuosidade e exceção,²⁰⁵ organizados em redor de um jardim, com origem na praia do Tamariz, junto à estação de caminho de ferro, e perpendicular ao mar. O principal equipamento da proposta seria o Casino, no topo oposto à linha de costa, com vista privilegiada sobre todo o conjunto.

Este modelo, de origem francesa, seria adaptado pelo arquiteto Silva Júnior, numa tentativa de aproximar o seu desenho à realidade da arquitetura portuguesa.²⁰⁶ Toda a envolvente da composição central seria loteada para que ali se edificassem residências de veraneio e o topo sul seria reservado, para que, entre a linha de caminho de ferro que acompanhava o limite costeiro e a praia do Tamariz, se desenvolvesse um monumental estabelecimento de banhos de mar.

A verdade é que, a partir da década de 1940, com a construção do "Parque Estoril" e abertura da nova estrada marginal paralela à linha de comboio, as termas, que tinham estado na origem do reconhecimento daquela estância, foram substituídas por novos programas mais atrativos. Assim, o Parque Estoril, com o seu Casino, as Termas, o Palace Hotel, e a praia do Tamariz, assumiu-se como o centro moderno e atrativo daquele lugar.²⁰⁷

Até à década seguinte, altura em que se desenvolveu a Piscina do Tamariz, deu-se a chegada do comboio Sud-Express de Paris, e com ele a elite da sociedade europeia, o que levou a Sociedade Estoril-Praia a solicitar os serviços de Porfírio Pardal Monteiro e Raoul Jourde, de forma a modernizar o desenho do Casino. Seriam ainda feitas alterações ao passeio marginal, ao qual estaria associado o estabelecimento de banhos.²⁰⁸



FIG 093 Casino do Estoril



FIG 094 Termas do Estoril



FIG 095 Parque Estoril

Perspetiva geral em que é possível identificar um espaço verde contínuo a unir o Palácio Hotel, as Termas e o Casino do Estoril, equipamentos integrantes do Parque Estoril.

FIG 096 Cartaz publicitário da Costa do Sol

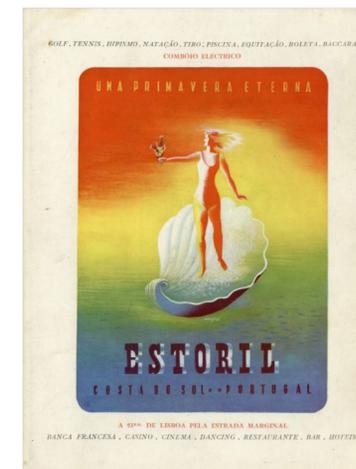
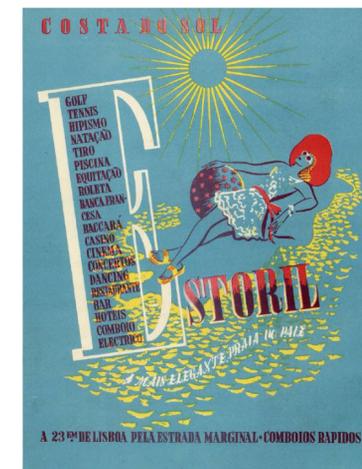


FIG 098 Vista sobre a Praia do Tamariz - Hórcio Novaes



FIG 097 Cartaz publicitário da Costa do Sol



²⁰⁴ "Estoril - Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva." (Lisboa, 1914). Citado em Maria da Graça Fernandes Pestana dos Santos Gonzalez Briz, "A Arquitectura de Veraneio: Os Estoris - 1880/1930" (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1989), 116-118.

²⁰⁵ Importava desenvolver empreendimentos de uma nova escala, já que ali se dispunha de "um clima excepcional - a rivalizar com Biarritz, Arcachon, Nice e toda a Riviera -, umas termas preciosas, uma paisagem única de vegetação e praias, a proximidade de Lisboa e Sintra. Fosteiros nacionais já os havia; [contada], para equilibrar as nossas finanças, urgia fixar os outros, os que ao sonharem com um meio cosmopolita só pensam na Riviera; ao programarem banhos de mar, apontavam Biarritz; ao desejarem temporadas de águas, só demandavam Vichy." José D'Encarnação, Para uma História do Turismo no Estoril (Porto: III Congresso Nacional de Turismo - Documentos, 1986), 67.

²⁰⁶ Briz, "A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo", 326.

²⁰⁷ Briz, "A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo", 336-337.

²⁰⁸ Briz, "A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo", 326-327.

03.6.1. PISCINA DE MAR DO TAMARIZ (1956)

A Piscina do Tamariz, obra do arquiteto Manuel Tainha, foi inaugurada em 1956, no Estoril, por iniciativa da Sociedade Estoril-Pratia. O projeto seria desenvolvido num lote estreito e alongado, delimitado nos lados de maior comprimento pela linha de Cascais e pelo muro de suporte do Passeio Marginal. Estes aspetos, que à partida se mostravam um constrangimento, acabaram por se revelar uma vantagem na medida em que possibilitavam a definição de um recinto abrigado e privado onde os banhistas poderiam usufruir do banho de mar com uma vista privilegiada sobre a praia e o mar. Tal deveu-se ao facto de estes diversos elementos se desenvolverem a cotas distintas, estando a piscina num patamar intermédio, o que, ao mesmo tempo que garantia a sua privacidade, permitia estabelecer uma relação visual com o exterior.

A entrada, junto ao Restaurante Tamariz,²⁰⁹ seria materializada por uma pala que encaminhava o banhista diretamente para o bar. A sua implantação no topo nascente do terreno, perpendicularmente à linha de comboio e passeio marginal, foi mais um fator que contribuiu para garantir a privacidade da zona dos tanques de banho. Do bar, era possível aceder aos vestiários, situados no nível inferior, e à área de solário, situada entre os dois tanques.

O bar seria constituído por apenas dois planos em betão, uma parede e uma laje de cobertura, suportada por um conjunto de pilares tubulares, metálicos, preenchidos com betão. O balcão, situado no lado oposto ao de entrada, abria-se para a esplanada, que se estendia sobre o corpo dos vestiários e balneários, em direção aos tanques de banho. A ligação entre o nível de entrada e do bar, e o nível da piscina principal e dos vestiários, era feita por intermédio de "uma escada de betão armado de disposição helicoidal com degraus em consola."²¹⁰

O recinto de banhos era composto por uma sequência de plataformas onde se podem encontrar o tanque para adultos e o tanque para crianças, a cotas distintas, estando o primeiro mais próximo do bar e dos vestiários para adultos e o segundo no extremo oposto, com vestiários próprios. Entre ambos encontrava-se o solário, numa tira de vegetação que se estendia ao longo do muro de suporte da linha ferroviária.

O desenho em corte, quer transversal, quer longitudinal, demonstra não só as condicionantes que os elementos da linha ferroviária e do passeio marginal introduziram, mas também a tentativa de desenhar um conjunto o mais horizontal possível, evitando corpos verticais que concorressem com a envolvente. É nesse sentido que, o desenho em corte, demonstra que as sucessivas plataformas criadas proporcionavam uma dinâmica de perspetivas não só sobre a piscina propriamente dita, mas também sobre a praia, atribuindo um carácter distinto às várias zonas programáticas. Esta dinâmica era ainda reforçada pela materialidade dos planos de compartimentação e delimitação, e pelo desenho dos pavimentos.

"Toda a nossa atenção se orientou pois no sentido da não-imposição de massas cuja grandeza pudesse entrar em conflito com a escala dimensional do terreno e do lugar. Toda e qualquer imposição volumétrica fora dos limites da simples interpretação física do terreno, arrastaria, além do mais, a um perigoso compromisso para o futuro, quando se tenha que remodelar todo o conjunto do Tamariz, coisa esta que supomos estar na ordem do dia."

Abertura total sobre a praia e o mar, exploração da estrutura topográfica do terreno, concentração de massas em elevação correspondentes aos balneários e vestiários, nas duas extremidades para dar continuidade e dimensão conjunta, eis os pontos que consideramos importantes no sentido da permanência dos valores essenciais do sítio. O problema continha em si próprio os dados elementares e essenciais da solução."²¹¹

Apesar desta piscina se inserir num contexto distinto do habitual, por se encaixar entre a linha ferroviária e o passeio marginal em vez de se desenvolver associada a uma Avenida Marginal, continuava a ser desenvolvida numa situação de limite, em que, devido ao carácter programático da construção em causa, a simplicidade arquitetónica e, em certa medida, a anulação volumétrica se revelaram a melhor resposta.

"[...] não podíamos ser conduzidos senão a uma solução de modéstia arquitectónica, isto é: a uma solução de pouca movimentação espacial e plástica; modéstia, aliás, perfeitamente corroborada pela não complexidade funcional e humana do tema e pela estreiteza do terreno."

Como, porém, muitas vezes acontece, a modéstia e simplicidade arquitectónicas não são sinónimo de simplicidade e modéstia técnica; por isso que a arquitectura não é um mero prolongamento expressivo da técnica ou da construção.

Toda a nossa atenção se orientou pois no sentido da não-imposição de massas cuja grandeza pudesse entrar em conflito com a escala dimensional do terreno e do lugar. Toda e qualquer imposição volumétrica fora dos limites da simples interpretação física do terreno, arrastaria, além do mais, a um perigoso compromisso para o futuro, quando se tenha que remodelar todo o conjunto do Tamariz, coisa esta que supomos estar na ordem do dia."²¹²



FIG 099 Piscina do Tamariz (1956) - Manuel Tainha

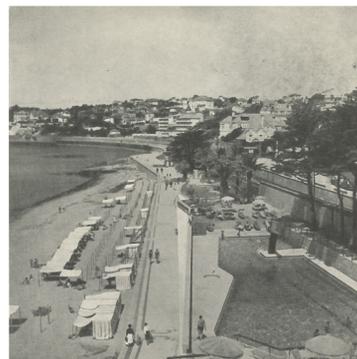


FIG 100 Piscina do Tamariz (1956) - Manuel Tainha

²⁰⁹ No lugar da antiga Casa Ernesto Driesel Schröeter

²¹⁰ Manuel Tainha, "Piscina no Tamariz," *Binário*, n.º 3 (1958): 9.

²¹¹ Tainha, "Piscina no Tamariz": 9.

²¹² Tainha, "Piscina no Tamariz": 7.

FIG 101 Planta interior da Piscina do Tamariz (1956) - Manuel Tainha

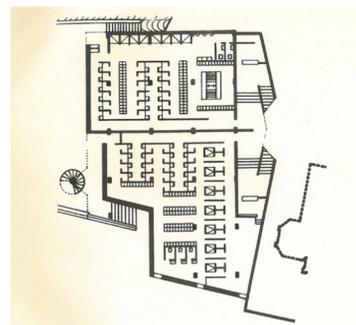


FIG 102 Alçados e cortes da Piscina do Tamariz (1956) - Manuel Tainha

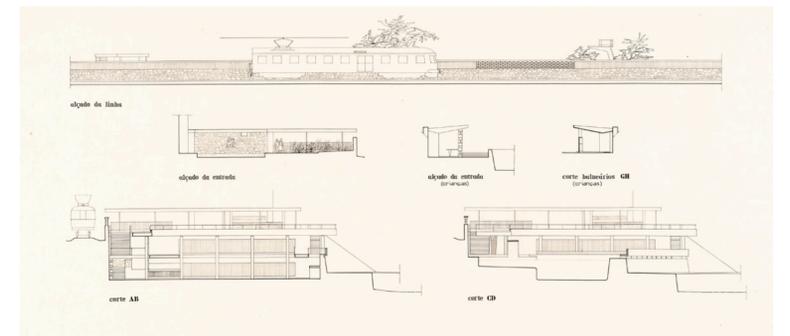
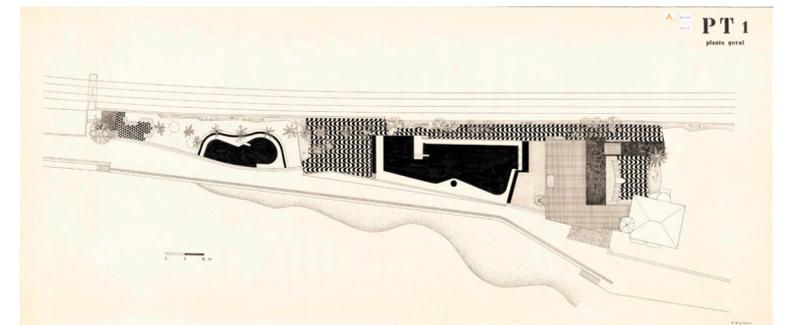


FIG 103 Planta de coberturas da Piscina do Tamariz (1956) - Manuel Tainha



03.7. PRAIA GRANDE

A Praia Grande do Rodízio, situada em Sintra, deve grande parte do seu reconhecimento enquanto estância balnear de relevo a Alfredo Nunes Coelho que, juntamente com outras personalidades locais – Fortunato Francisco Casero, Raúl Duarte de Carvalho, Fernando de Carvalho, José Manuel Loureiro dos Santos, Fortunato Carvalho, Henrique Duarte de Carvalho e Francisco Concurio –, constituíram a “Sociedade de Banheiros Reunidos, Lda.” e a “Sociedade Praia de Sintra, Lda.”.²¹³ Estas duas sociedades, mas sobretudo a segunda, foram fundamentais na afirmação desta praia como uma das mais procuradas daquela região, fazendo concorrência a praias tão pitorescas quanto a Praia das Azenhas do Mar ou a Praia das Maças, também em Sintra.

As ações destas sociedades refletiam-se na exploração de restaurantes e de estabelecimentos de banhos, dos quais se destacam o restaurante “Casa da Ponte”, no Rodízio, e “O Grupo de Balneários da Praia Pequena”, praia para onde se projetaram um conjunto de apoios à prática balnear. Na Praia Pequena, o grupo era composto por uma recepção, um posto de socorro, um café-bar e uma esplanada, para além dos balneários e vestiários para senhores e senhoras.²¹⁴

Já antes da intervenção destas sociedades a Praia Grande atraía muitos banhistas, não apenas pela sua dimensão, por ser a maior daquela zona, bem como por toda a envolvente das arribas, que se estendem até à Praia da Adraga, e onde se encontram vestígios de pegadas de dinossauro fossilizadas. No entanto, verificava-se a ausência de equipamentos associados à vilegiatura balnear marítima, pois “se entre Sintra e a Praia das Maças abundam as pensões, os restaurantes e as casas de comidas, o que é certo é que [na Praia Grande] não existe um único hotel, o que evita que muitas pessoas, em especial estrangeiras, gozem as delícias [...] daquela zona.”²¹⁵

A frequência daquela praia aumentou quando se deu início a um empreendimento com vista à introdução dos primeiros equipamentos considerados essenciais à sua utilização, e que seria composto pelo restaurante “Casa das Arribas”, assim como por balneários e por uma estrada de acesso à praia. A ausência de hotéis ou pensões, contudo, continuava a verificar-se. Em 1958 são desenvolvidos os planos para o primeiro Hotel Residencial da Praia Grande, projetado pelo arquiteto Raul Tojal, que permitiria a permanência de turistas na Praia Grande e, consequentemente, a sua afirmação como principal destino turístico da região Sintra litoral, a par da Praia das Maças.

“O autor do projecto é o conhecido arquiteto Raul Tojal, que, ao elaborá-lo, demonstrou, mais uma vez o seu amor àquela região privilegiada e vai contribuir grandemente para a solução de um problema cuja existência muito tem prejudicado o merecido desenvolvimento da Sintra litoral, tão cheia de encantos e beleza.”²¹⁶

Este primeiro empreendimento foi de tal forma bem-sucedido que a afluência à Praia Grande aumentou significativamente, o que, mais tarde, motivou a construção de um novo “Complexo Turístico das Arribas”, no extremo norte da praia, junto às rochas. Deste novo complexo fariam parte o “Hotel das Arribas” e uma Piscina Oceânica. A semelhança do Hotel Residencial da Praia Grande, também este seria desenvolvido por Raul Tojal, desta vez com o arquiteto Manuel Coutinho de Carvalho, também por iniciativa de Alfredo Nunes Coelho.

Tanto a Praia Grande do Rodízio, como a Praia das Maças, se desenvolveram de forma bastante distinta das restantes estâncias balneares marítimas do país. Apesar de usufruírem de grande parte dos equipamentos das outras estâncias, como os hotéis, casinos e as piscinas de mar, a estrutura destes aglomerados era fundamentalmente diferente dos restantes devido à proximidade a Sintra, um importante centro de vilegiatura climática. Era aí que se situavam as residências dos veraneantes e as quintas de fresco e, como tal, as praias cingiam-se aos equipamentos essenciais ao seu reconhecimento enquanto estância de banhos. Se nas restantes praias se reconheciam zonas urbanas de funções diversas, a Praia Grande não é mais que uma avenida marginal, sem saída, em redor da qual se desenvolvem todos os equipamentos.



FIG 104 Vista sobre a Praia Grande



FIG 105 Vista aérea sobre a Praia Grande

Perspetiva geral da praia onde já tivera sido construído o Hotel Residencial da Praia Grande, e da encosta norte, onde anos mais tarde se viria a implantar a piscina de mar da Praia Grande e o Hotel das Arribas.



FIG 106 Hotel Residencial da Praia Grande (1958) - Raul Tojal

FIG 107 Planta do Grupo de Balneários da Praia Pequena

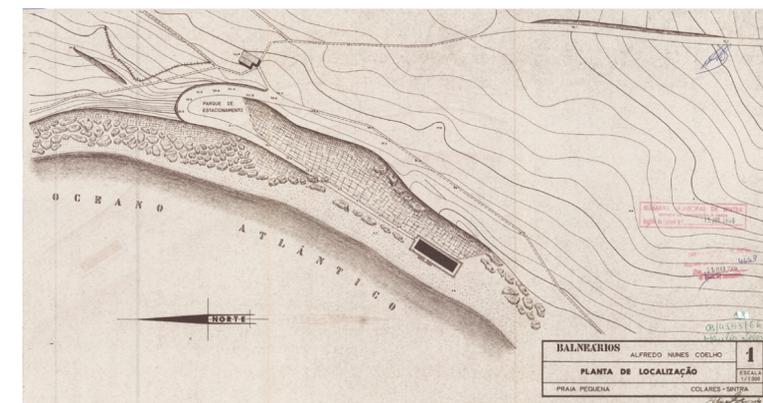
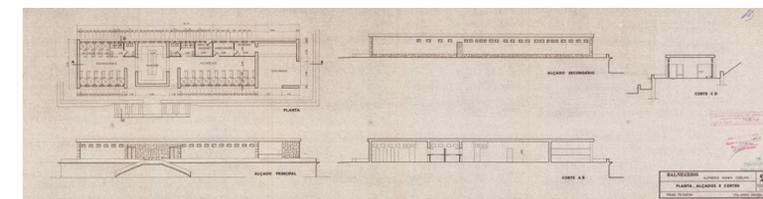


FIG 108 Planta, cortes e alçados do Grupo de Balneários da Praia Pequena



²¹³ José Leite, “Hotel das Arribas na Praia Grande,” Restas de Coleção, 2018.

²¹⁴ Alfredo Nunes Coelho, “Balneários Praia Pequena: Memória Descritiva” [Lisboa, 1966].

²¹⁵ “Na Praia Grande vai ser construído um hotel residencial,” *Diário de Lisboa*, nº 12948 [24 de Dezembro de 1958], 15.

²¹⁶ “Na Praia Grande vai ser construído um hotel residencial,” *Diário de Lisboa*, nº 12948 [24 de Dezembro de 1958], 15.

03.7.1. PISCINA DE MAR DA PRAIA GRANDE (1961)

No início da década de 1960 foi construída, na Praia Grande do Rodízio, um Hotel Residencial que muito valorizou a oferta turística da região. Contudo, o mar, naquela praia, não oferecia as condições de segurança tão necessárias, para quem despreocupadamente pratica o banho marinho, porque periódicas correntes marítimas [...] põem em perigo a vida dos banhistas, principalmente na Praia Grande que até na época calma, muitas vezes não permite o banho [...].²¹⁷

Por este motivo, e pela crescente procura turística da Praia Grande, Alfredo Nunes Coelho encomendou aos arquitetos Raul Tojal e Manuel Coutinho de Carvalho, o plano para o "Complexo Turístico das Arribas". Inicialmente pretendia apenas construir-se uma piscina, a ser cheia com água salgada, junto ao Hotel Residencial já existente. Porém, depressa se concluiu que a construção de tal equipamento junto ao hotel não seria a mais vantajosa, tendo-se considerado preferível construir a piscina junto ao mar "no larêdo da enseada Norte da praia, por ser esta a que melhores condições oferece sob os aspectos da melhor realização, já pelo desafogo local, já pela protecção natural que lhe dá o larêdo ao vento dominante."²¹⁸ Numa fase inicial, os autores entendiam que, os cerca de 300 metros que separavam o hotel da piscina, se revelavam uma vantagem, "visto que, dada a grande capacidade das piscinas e a muita afluência que se espera, esse afastamento só pode redundar num maior sossego e quietude para os hóspedes do hotel."²¹⁹ Facto é que, esta localização não seria a mais cómoda para os utilizadores do primeiro hotel, o que terá motivado que, aquando da construção da piscina, se construísse também um conjunto de 25 quartos, formando o Hotel das Arribas.²²⁰

No entanto, o projeto submetido a 16 de Maio de 1963 pelos arquitetos Raul Tojal e Manuel Coutinho de Carvalho, previa apenas a construção de uma grande piscina e respetivos apoios. Assim, a solução consistia num edifício que definia o toque do conjunto com o terreno a norte, e se estendia ao longo de todo o comprimento da piscina que, por sua vez, se encaixava entre o edifício de apoio e o mar.

O cais de banhos era composto por dois tanques, um principal, "de 100 metros de comprimento por 36 metros na sua maior largura, destinado ao banho de adultos",²²¹ e um outro, de 26 metros de comprimento por 12 metros de largura, destinado ao banho de crianças. A profundidade do tanque principal variava entre os 0,80 metros e os 3,20 metros, sendo a maior profundidade atingida junto à torre de saltos. No tanque de crianças a profundidade variava entre os 0,60 e os 0,80 metros. O tanque principal, pelas suas características, reunia um conjunto de condições que permitia a realização de competições desportivas, o que em muito valorizava o complexo.²²²

Apesar de no Ante-Projeto se referir a intenção de fazer a renovação da água das piscinas de forma natural, através das marés, o abastecimento dos tanques

acabou por ter de se realizar com recurso a dois grupos de bombas, como consequência da necessidade de tratamento das águas.

"Contrariamente ao que se previra na memória descritiva do ante-projecto, o abastecimento dos tanques farse-á por bombagem, por meio de duas bombas com um caudal suficiente para permitir a renovação total da água em 6 horas. Foi-se para esta solução em vez da inicialmente pensada de enchimento natural pelas marés, por se verificar a necessidade de proceder ao tratamento das águas, o qual obedecerá às normas impostas pelos Serviços competentes."²²³

No edifício de apoio às piscinas encontravam-se os balneários, vestiários e instalações sanitárias para crianças, o posto médico, e o bar de apoio à esplanada junto à piscina, bem como toda a infraestrutura e equipamentos necessários à bombagem e filtragem da água a utilizar nos tanques. No piso intermédio, entre a cota de entrada e a cota do cais de banhos, situavam-se oitenta "cabines-vestiário", distribuídas em igual número para ambos os sexos, dois guarda-roupas, cabines de duche públicas e privadas, instalações sanitárias e um espaço dedicado a banhos terapêuticos com água do mar quente, composto por "um gabinete para o médico responsável; uma sala de espera para homens; uma sala de espera para senhoras; rouparia; quatro cabines de imersão e uma instalação sanitária para cada sexo."²²⁴ No piso superior, e com entrada independente do resto do complexo, situavam-se o restaurante self-service e um salão, a utilizar para atividades culturais, artísticas e recreativas, ambos ligados a um terraço com vista sobre a piscina, a praia e o mar. A cobertura do edifício seria um "terraço-miradoiro".

"A cobertura, será adaptada a terraço-miradoiro, que meçç de uma zona coberta na parte posterior, pondo a recato de olhares indiscretos cerca de metade da sua área, poderá ser aproveitado para instalação de solários individuais, tão procurados por doentes necessitados de banhos de sol."²²⁵



FIG 109 Vista sobre a encosta norte da Praia Grande

Perspectiva da encosta norte da praia onde se viria a construir a Piscina de Mar da Praia Grande e, mais tarde, o Hotel das Arribas. É ainda visível o início dos trabalhos de terraplanagem para abertura da Avenida Marginal.



FIG 110 Piscina de Mar e Hotel da Praia Grande

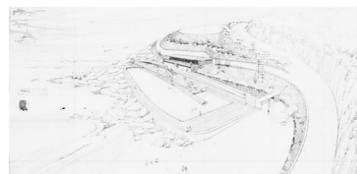


FIG 111 Perspectiva da Piscina de Mar e Hotel da Praia Grande (1963) - Raul Tojal e Manuel Coutinho de Carvalho

FIG 112 Alçado da Piscina de Mar da Praia Grande (1963) - Raul Tojal e Manuel Coutinho de Carvalho



FIG 113 Corte transversal da Piscina de Mar da Praia Grande (1963) - Raul Tojal e Manuel Coutinho de Carvalho

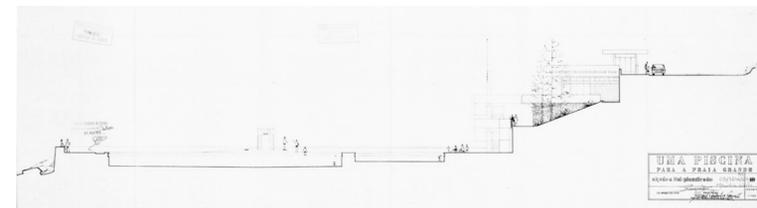
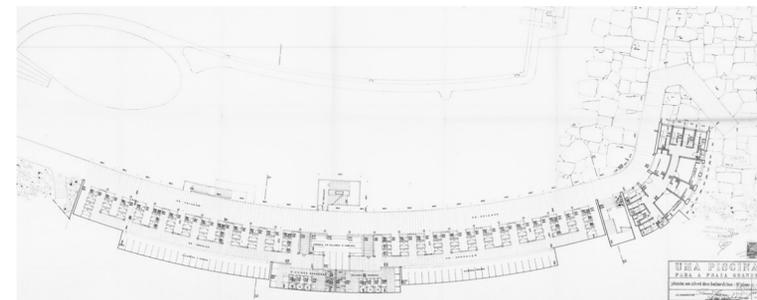


FIG 114 Planta da Piscina de Mar da Praia Grande (1963) - Raul Tojal e Manuel Coutinho de Carvalho



²¹⁷ Raul Tojal e Manuel Coutinho de Carvalho, "Ante-Projecto de uma Piscina que o Exo Sr. Alfredo Nunes Coelho, pretende construir na Praia Grande, concelho de Sintra, freguesia de Colares: Memória Descritiva" (Lisboa, 1962), 1.

²¹⁸ Tojal e Carvalho, "Ante-Projecto de uma Piscina que o Exo Sr. Alfredo Nunes Coelho, pretende construir na Praia Grande, concelho de Sintra, freguesia de Colares: Memória Descritiva", 1.

²¹⁹ Raul Tojal e Manuel Coutinho de Carvalho, "Projecto de uma Piscina que o Exmo. Sr. Alfredo Nunes Coelho, pretende construir na Praia Grande, freguesia de Colares, concelho de Sintra: Memória Descritiva" (Lisboa, 1963), 2.

²²⁰ Situação semelhante à que terá acontecido na Figueira da Foz, em que a Piscina de Mar, apesar de se situar junto ao Grande Hotel, dispunha de uma estalagem própria.

²²¹ Tojal e Carvalho, "Projecto de uma Piscina que o Exmo. Sr. Alfredo Nunes Coelho, pretende construir na Praia Grande, freguesia de Colares, concelho de Sintra: Memória Descritiva", 2.

²²² Tojal e Carvalho, "Ante-Projecto de uma Piscina que o Exo Sr. Alfredo Nunes Coelho, pretende construir na Praia Grande, concelho de Sintra, freguesia de Colares: Memória Descritiva", 1.

²²³ Tojal e Carvalho, "Projecto de uma Piscina que o Exmo. Sr. Alfredo Nunes Coelho, pretende construir na Praia Grande, freguesia de Colares, concelho de Sintra: Memória Descritiva", 2.

²²⁴ Tojal e Carvalho, "Projecto de uma Piscina que o Exmo. Sr. Alfredo Nunes Coelho, pretende construir na Praia Grande, freguesia de Colares, concelho de Sintra: Memória Descritiva", 3.

²²⁵ Tojal e Carvalho, "Projecto de uma Piscina que o Exmo. Sr. Alfredo Nunes Coelho, pretende construir na Praia Grande, freguesia de Colares, concelho de Sintra: Memória Descritiva", 3.

03.8. LEÇA DA PALMEIRA

A Praia de Leça, também conhecida como Praia dos Ingleses, pode ser considerada como estância balnear desde a década de 1850, quando, pela obtenção do estatuto de vila e pela melhoria dos acessos ao Porto ganhou importância como destino de veraneio.²²⁶

“Em Leça encontram-se pequenas casas confortáveis um pouco mais baratas que na Foz, de aparência mais modesta, e, para assim dizer, mais rústica.

Dois hotéis – o Central e o Stephania – recebem hóspedes a 1:000 e a 1:500 reis [...]. No Stephania, mais longe da praia que o outro, ha bilhar e piano. No Central ha dois jantares [...]. Na primeira mesa recebem-se os hóspedes portugueses, na segunda os cidadãos britânicos.

*Leça é nos suburbios do Porto a praia preferida pela colonia inglesa, cujos habitos, cavallos, trens, toilettes imprimem ao sitio a principal animação no seu aspecto exterior.”*²²⁷

Mais tarde, na década de 1940, o desenvolvimento urbano de Leça da Palmeira seria integrado nas medidas adotadas no Anteprojecto do plano de Urbanização da Vila de Matosinhos (1944), que veio reforçar o caráter turístico e balnear daquela vila. Como era princípio fundador dos Planos de Urbanização daquele período, o Plano Urbano de 1944 para Matosinhos pretendia garantir a “criação e reificação ou estabelecimento da ordem urbana, sobre os aspetos económicos, higiene social estética, nas aglomerações [...] [reunindo] um conjunto de medidas capazes de disciplinar e facilitar a organização e o desenvolvimento da atividade material e espiritual dos individuos nas aglomerações.”²²⁸

Enquanto que na freguesia de Matosinhos se privilegiou a expansão das zonas industrial e comercial, bem como uma zona residencial de bairros dedicados às classes piscatória e conserveira, devido à importância cultural e económica que a pesca representava para aquele lugar, em Leça da Palmeira foi privilegiada a criação de zonas residenciais destinadas à construção de moradias unifamiliares com amplos espaços exteriores.²²⁹ Seria ainda planeado um conjunto de edifícios públicos, entre os quais se destaca uma piscina na praia de Leça da Palmeira. A escolha deste tipo de residências e equipamentos turísticos refletia a intenção de tornar Leça da Palmeira numa estância balnear de relevo no panorama nacional. Em Leça, a intervenção incidia sobretudo na faixa litoral para norte do aglomerado existente, onde se previa a construção de um conjunto de equipamentos turísticos, a par de um conjunto de residências unifamiliares isoladas. Era nesta faixa que se pretendia construir uma piscina de mar, entre o mar e a avenida marginal, um hotel, um mercado, um centro comercial e um centro de desportos.²³⁰

A piscina de mar, que seria apoiada por uma Esplanada-Restaurante, deveria ser construída ao

longo da avenida marginal, que nos anos seguintes viria a estender-se para norte, até à Capela da Boa Nova. Só em 1959, com a construção da ponte móvel que permitia ligar Matosinhos a Leça, através do Porto de Leixões, e pela finalização da extensão da avenida marginal até à capela, é que Leça aumentou significativamente a sua frequência balnear.²³¹

Foi nesta altura que alguns equipamentos enunciados no plano de 1944 começaram a ser construídos. Destes destaca-se a piscina de mar, demonstrando que, apesar da incapacidade de cumprimento do plano estabelecido, Leça continuava a procurar apetrechar-se com os equipamentos essenciais ao seu reconhecimento enquanto estância balnear de relevo.

Mais recentemente, entre 2002 e 2007, Álvaro Siza Vieira, autor da Piscina de Marés (1961-1966), desenvolveu um plano de reformulação da marginal de Leça da Palmeira. Esta proposta, que desenha todo o limite costeiro que une a piscina à Casa de Chá da Boa Nova (1958-1963), foi projetada com o intuito de ordenar e promover movimento, quer este seja pedonal ou automóvel. Trata-se de um passeio marginal que pretende pôr o mar em evidência.

“A coastal road is not a picnic area. It is a place of movement: walking, running, skating, riding on a tricycle or a bicycle. A place that is continually being made.

[...]

*But now the sea, the rocks, the sand, the sea air, the great ships in the distance and the fishing boats nearer to the coast, even the winds, all appear more clearly in their relationship with the lines of the horizon and that of the coast.”*²³²



FIG 115 Praia de Leça da Palmeira



FIG 116 Banho de mar na Praia de Leça da Palmeira

Na Praia de Leça da Palmeira, devido ao forte mar que habitualmente se fazia sentir, o banho de mar era praticado na maré baixa. A praia era caracterizada pelas suas rochas que, se por um lado dificultavam a ida a banhos de forma segura, por outro, quando a maré baixava, formavam pequenas piscinas naturais onde os veraneantes se podiam banhar. Este hábito em muito terá influenciado o modo como foi construída a piscina de mar para esta praia.

²²⁶ Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 1261.

²²⁷ Ortigão, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, 39.

²²⁸ David Moreira da Silva, “Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Matosinhos,” (s. l., 1944), 24. Citado em Miguel Artur Lobo Brandão Teixeira Antunes, “Da Análise Urbana à Intervenção Projectual: O Parque Municipal da Quinta da Conceição” (Universidade Lusófona do Porto, 2016), 17.

²²⁹ Miguel Artur Lobo Brandão Teixeira Antunes, “Da Análise Urbana à Intervenção Projectual: O Parque Municipal da Quinta da Conceição” (Universidade Lusófona do Porto, 2016), 16-18.

²³⁰ Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 1262.

²³¹ Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 1262.

²³² Carlos Castanheira, Álvaro Siza: *The Function of Beauty* (Londres: Phaidon, 2009), 154, e Miguel Artur Lobo Brandão Teixeira Antunes, “Da Análise Urbana à Intervenção Projectual: O Parque Municipal da Quinta da Conceição” (Universidade Lusófona do Porto, 2016), 18.



FIG 117 Prancha de saltos flutuante da Praia de Matosinhos

Se em Leça da Palmeira se impunha a construção de uma piscina de mar, devido ao forte mar que aí se fazia sentir, em Matosinhos tal necessidade não se verificava, uma vez que o Porto de Leixões, que separa ambas as praias, sempre conferiu grande proteção face à ondulação, predominantemente vinda de noroeste. Foi esta proteção que permitiu que na Praia de Matosinhos se pudesse desfrutar do banho de mar em maior segurança e que surgissem elementos como a prancha de saltos flutuante.

03.8.1. PISCINA DE MARÉS (1961-1966)

De iniciativa Municipal, a piscina de mar de Leça da Palmeira seria construída "paralelamente ao suporte da denominada 'Meia-laranja', da 'Avenida dos Centenários', que a limita[va] por Nascente".²³³ Esta localização devia-se principalmente ao facto de permitir uma comunicação direta com a Avenida Marginal, mas também porque, através da piscina, seria ainda possível aceder à praia de Leça.

Em 1960, quando o projeto era já elaborado por uma firma especializada em trabalhos marítimos,²³⁴ a Câmara de Matosinhos, entendeu "que se tornava indispensável estudar o arranjo urbanístico local com o condicionamento posto pela piscina a executar, tendo para o efeito indicado o Sr. Arquitecto Siza Vieira",²³⁵ demonstrando que um equipamento desta relevância deveria ser pensado e desenhado em concordância com a sua envolvente, de forma a que dele se pudesse tirar o maior partido possível.

Partindo do desenho do Engenheiro Bernardo Ferrão, que propunha um tanque retangular de 20,00 metros por 33,33 metros, de orientação nascente-poente e perpendicular à "Meia-laranja", num local onde a formação rochosa definia um pequeno lago utilizado para a criação de lagostas, Siza propõe desconstruir parcialmente o tanque retangular, de forma a que o lado nascente ficasse limitado pelas rochas graníticas existentes. Para além desta proposta estabelecer uma relação mais íntima com o contexto topográfico que em primeira instância formava o viveiro de lagostas, esta também se revelava mais viável do ponto de vista financeiro, pela economia de materiais que permitia.

"O tanque de nadadores de formato retangular, é limitado a N, S e E por suportes ou revestimentos artificiais e a O pela rocha natural irregular, de que apenas uma baixa foi obturada por suportes também [...].

O tanque tem o comprimento de 33,33 m. e a largura variável mas com o mínimo aproveitável, a plena profundidade de 20,00 m., correspondente a 8 piscinas de natação com 2,5 m. de largura.

O fundo é constituído por três planos: o da zona de pequeno banho, inclina no sentido longitudinal com profundidade entre 0,9 e 2,5 m.; um plano intermédio, com declive no mesmo sentido e profundidades no eixo, de 2,5 a 4,05 m. e o fundo da fossa de saltos, com declive transversal para o esgoto de fundo, com alturas de água de 3,8 a 4,0 m.

(...)

O tanque das crianças, (...) tem a forma aproximada, em planta, de um 'L', sendo limitado frontalmente por um suporte curvilíneo, dos lados pelas vertentes da rocha natural e do lado de trás por outro suporte metálico.

O fundo é plano com ligeiro declive para o suporte curvilíneo onde se situa o esgoto, sendo de 0,5 m.

a profundidade máxima da água."²³⁶

Contudo, devido a condicionantes higiénicas e topográficas, a Piscina de Marés não teria a sua água renovada pela subida e descida das águas do mar. Isto porque, para além de o tanque para adultos se situar acima do nível médio da praia-mar, os regulamentos indicavam que cada renovação de água da piscina deveria ser filtrada por um sistema complexo que exigia a instalação de um grupo "moto-bomba" e respetivo sistema de filtragem.

Se na primeira fase do projeto, cuja memória descritiva remete para o ano de 1960, era apenas planeado o tanque para adultos, respetivos limites e acessos à avenida marginal e praia de Leça, apesar de referida a intenção de desenhar ainda uma piscina para crianças e um solário, na segunda fase do projeto, cuja memória descritiva remete para o ano de 1965, ano da sua inauguração, já se encontravam construídos o tanque para adultos, o tanque para crianças, os vestiários e o solário – que se estendia em direção ao espaço deixado pela demolição da "Meia-laranja" –, bem como um snack-bar e casas de banho provisórias.

Em seletro desse mesmo ano, após a primeira época balnear em funcionamento, tornou-se manifesta a incapacidade do conjunto construído dar resposta às necessidades dos utilizadores. Foi então proposto o alargamento da zona das piscinas, composto por restaurante, arrecadações, casas de banho, bar e esplanada. A sul dos vestiários foi desenhado um segundo muro de suporte, a quatro metros do da avenida marginal, definindo uma rampa de acesso à praia de Leça, sendo o espaço entre ambos os muros destinado à instalação de sanitárias e compartimentos de arrecadação. Do lado norte, o snack-bar provisório foi substituído por um definitivo e foi desenhado um muro em betão que definia um ângulo de 45° com a marginal e dava forma a esplanada, ao mesmo tempo que a protegia dos ventos dominantes. Ainda mais para norte foi construído um outro conjunto de instalações sanitárias no muro da avenida e seria definido o acesso ao futuro restaurante que, por motivos financeiros, nunca veio a ser construído, apesar da sua reformulação em 1993.

"Considerada a vantagem de funcionamento do restaurante durante todo o ano, estudou-se um acesso próximo do parque de estacionamento de automóveis, sem prejuízo dum controle fácil, durante a época de banhos (no extremo norte e no extremo sul das instalações), prevendo a possibilidade de funcionamento quer exclusivamente para apoio do recinto da piscina quer independentemente deste.

Preconiza-se uma solução em que, durante a época de banhos, o acesso ao restaurante seja condicionada pelo pagamento da entrada no recinto, recuperável ou não no pagamento do consumo, conforme aconselhe o movimento verificado.



FIG 118 Piscina de Leça da Palmeira



FIG 119 Piscina de Leça da Palmeira

²³³ Bernardo Ferrão, "Piscina da Praia de Leça da Palmeira - 1ª. Fase - Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa" (Porto, 1960), 3.

²³⁴ Ribeiro da Silva Lda.

²³⁵ Ferrão, "Piscina da Praia de Leça da Palmeira - 1ª. Fase - Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa", 4.

²³⁶ Álvaro Siza Vieira e Bernardo Ferrão, "Piscina da Praia de Leça da Palmeira - 2ª. Fase - Projecto: Memória Descritiva e Justificativa" (Porto, 1965), 5.

FIG 120 Planta geral da Piscina de Leça da Palmeira (1961) - Álvaro Siza Vieira

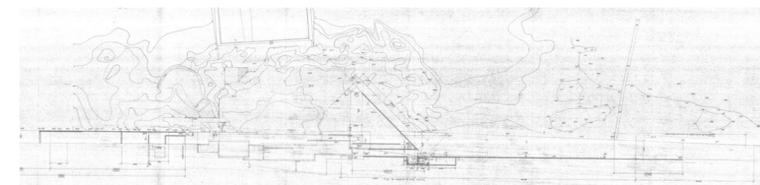
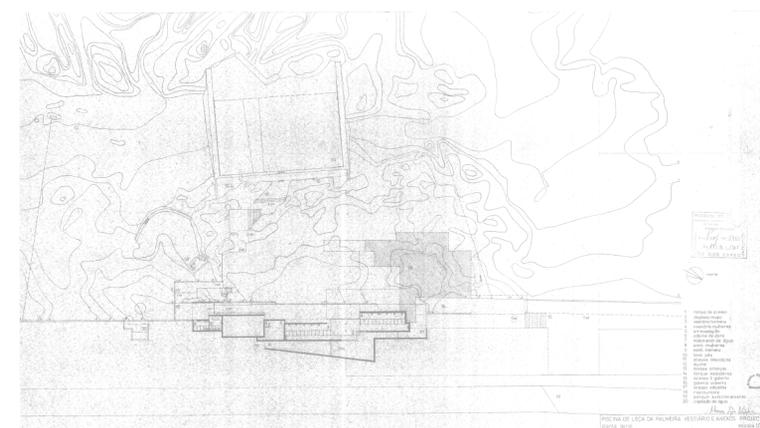


FIG 121 Planta da Piscina de Leça da Palmeira (1961) - Álvaro Siza Vieira



O edifício do restaurante caracteriza-se pela implantação a partir do muro de suporte da alameda, formando com este um ângulo de 45°, no sentido NE-SO, de modo a abrigar dos ventos dominantes na larga zona do recinto.

Esta implantação acentua o limite do recinto, definido já pelo maciço rochoso em que o edifício assenta.

O rebaixamento do muro de suporte actual, e a construção dum segundo muro quase paralelo, de modo a formar uma plataforma de ligação ao corpo das vestiárias, permite o encastramento do restaurante na alameda à cota superior, rematando o conjunto das instalações da piscina, e resolvendo a ligação com o muro de alvenaria que limita a nascente a zona da praia, desde o molhe norte do porto até à Boa Nova.²³⁷

Este equipamento, desenvolvido em várias fases, é assim composto por uma piscina de adultos, uma piscina de crianças, balneários e sanitários de senhoras e senhores, vestiários de homens e senhoras, armazém, central de captação e tratamento da água das piscinas, snack-bar, solário e acessos.

Aproveitando o espaço deixado pela demolição da "Meia-laranja", o edifício das piscinas encosta-se ao muro da Avenida Marginal e desenvolve-se ao nível da praia, de forma a permitir uma leitura contínua da linha do horizonte. O acesso principal, a partir da avenida, seria definido por uma rampa que leva à cota do conjunto rochoso, sobre o qual todo o programa se desenvolve numa sequência fluida. Esta sequência resulta num percurso de preparação e quase purificação que culmina no Banho de Mar.²³⁸

O conjunto pode assim ser entendido, não como um edifício, mas como uma entidade que prepara e conduz o banhista. Não se trata de uma barreira ou uma separação entre terra e mar, mas antes de uma ligação, um espaço entre, que une e proporciona uma transição através da fusão entre os dois meios, em que não existe uma distinção clara entre interior e exterior. É em certa medida um percurso transitório entre terra e mar, uma entidade de passagem, que prepara o banhista física e espiritualmente.²³⁹

Esta ideia de percurso é reforçada pelos materiais utilizados, principalmente pelo betão e pela madeira pintada com óleo queimado, que acabam por dar ao edifício uma aparência crua e quase rude. As intervenções são claramente perceptíveis, apesar de parecerem dissolver-se na paisagem acidentada e rochosa, demarcando-se pela sua geometria rigorosa. É através da materialidade e das formas geometrizadas que se verifica uma clara separação entre o adicionado e o já existente, sendo a presença de um, valorizada pela do outro.

"O sistema construtivo adoptado é o de paredes em betão francamente armado não rebocada,

suportando uma cobertura com estruturas em madeira de riga, revestida com chapa de cobre, sobre telas asfálticas. A altura das vigas de madeira é aproveitada para uma ventilação transversal permanente de toda a instalação.

As divisórias das cabines são em madeira, e penduradas da cobertura, de modo a permitir a fácil lavagem do pavimento. O pavimento é constituído por lajes de betão pré-fundido. A ligação com as paredes longitudinais é feita por caleiras de secção semi-circular. As paredes são em material lavável (cimento) ou em madeira, devidamente protegida. Nas instalações sanitárias e duchas, onde maiores cuidados eram necessários, esta protecção é feita por uma película de resina vinílica. As peças metálicas (fechos, grelhas de pavimento, etc.), são em latão ou cobre.²⁴⁰

A relação entre a paisagem rochosa e o betão que inicialmente seria de contraste, pela sua materialidade, foi progressivamente sendo atenuada pela páina acastanhada que, ao acumular-se no betão, o foi escurecendo e aproximando da tonalidade do granito, revelando um diálogo constante e evolutivo entre natural e artificial, que atualmente se traduz numa dissolução do construído na complexa topografia rochosa. Se, por um lado, as paredes remetem para o muro de suporte da marginal, fragmentando-o, e parecem quase surgir da rocha, ancorando o edifício, as coberturas em madeira surgem soltas desses mesmos planos, sugerindo uma certa independência e liberdade formal.

"Aproveitaram-se quanto possível as condições naturais do terreno, em especial onde os maciços rochosos limitavam zonas abrigadas dos ventos dominantes. Estas zonas foram por vezes ampliadas com ligeiros desmontes de rocha. Um sistema de plataformas e escadas em betão liga comodamente as diferentes cotas destas zonas de permanência."²⁴¹

Este diálogo entre natural e artificial tem continuação no desenho dos dois tanques de banhos. Torna-se evidente no claro contraste que se verifica entre o tanque para adultos, de geometria ortogonal, e a formação rochosa, natural. Contudo, o aposto também ocorre, sendo que o tanque para crianças, de formas mais fluidas e curvilíneas, se parece querer aproximar do desenho orgânico das rochas.²⁴²

A solução adotada em Leça é distinta da prática corrente na época, que dava preferência às Piscinas de Mar fechadas sobre si próprias, contudo, o programa é o mesmo utilizado nesse tipo de piscinas. Talvez a grande ausência seja a prancha de saltos que, apesar de planeada, nunca chegou a ser construída, uma vez que obrigaria a escavar a rocha, de forma a que fosse atingida a profundidade prevista nos regulamentos, o que seguia uma linha oposta à adotada no restante da intervenção.



FIG 122 Piscina de Leça da Palmeira



FIG 123 Piscina de Leça da Palmeira



FIG 124 Piscina de Leça da Palmeira

O percurso que se faz desde a avenida marginal até ao tanque de banho corresponde a uma sucessão de espaços que preparam o utilizador para o banho de mar. A passagem de espaços luminosos para outros na penumbra criam um ambiente de relaxamento e são parte integrante do "ritual" de preparação para a ida ao banho. Os balneários, pela sua reduzida luminosidade e pela sua localização, acabam por corresponder ao momento de transição mais marcante, revelando-se um "espaço-percurso".

FIG 125 Pormenor das instalações sanitárias e balneárias da Piscina de Leça da Palmeira [1961] - Álvaro Siza Vieira

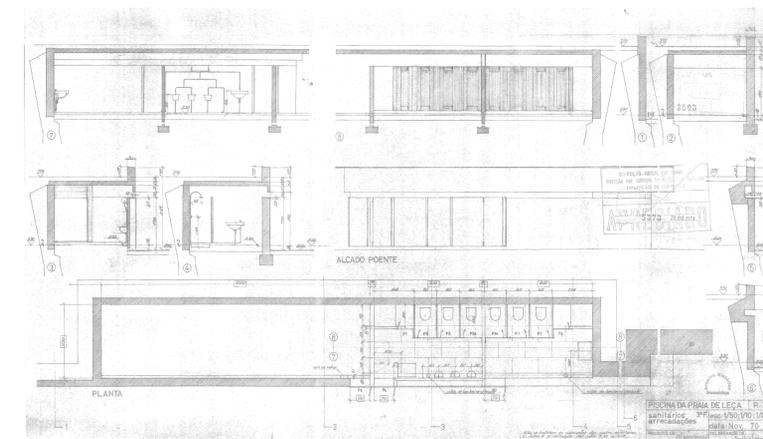
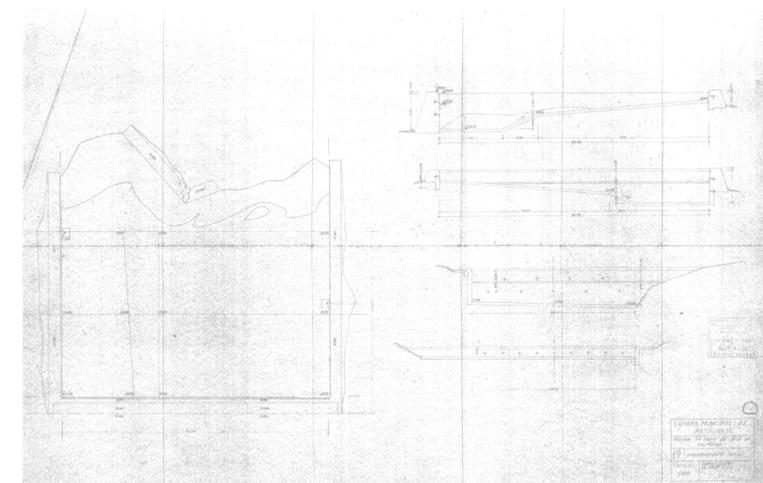


FIG 126 Planta e cortes do tanque de banho da Piscina de Leça da Palmeira [1961] - Álvaro Siza Vieira



²³⁷ Álvaro Siza Vieira, "Piscina da Praia de Leça da Palmeira - 4ª. Fase - Ante-Projecto: Memória Descritiva" (Porto, 1965), 1-2.

²³⁸ Ao longo desse percurso, o visitante passa pelos vestiários, depósito de roupa, lava-pés, duche até que, por fim, chega ao tanque de banho.

²³⁹ Pedro Vieira de Almeida, "Uma Análise da Obra de Siza Vieira: Piscina de Leça em Matosinhos (Porto)," *Arquitectura*, III Série, n.º 96 (Março - Abril de 1967), 65-67.

²⁴⁰ Vieira e Ferrão, "Piscina da Praia de Leça da Palmeira - 2ª. Fase - Projecto: Memória Descritiva e Justificativa", 3-4.

²⁴¹ Vieira e Ferrão, "Piscina da Praia de Leça da Palmeira - 2ª. Fase - Projecto: Memória Descritiva e Justificativa", 4.

²⁴² Lobo, "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia", 1266.

03.9. S. PEDRO DE MOEL

S. Pedro de Moel, à semelhança da Marinha Grande, da qual dista cerca de 9 quilómetros, sempre viveu em função dos dois elementos naturais que lhe estabelecem os seus limites: por um lado, o Oceano Atlântico, que define o seu limite a poente, por outro, a Mata Nacional de Leiria, que rodeia a povoação nos restantes direções.²⁴³ Foi pela proximidade ao mar e à mata que esta região estabeleceu como principais atividades a exploração de madeiras, que numa fase inicial seriam exportadas por via marítima, e a produção de vidro, para a qual eram utilizadas as areias do pinhal.

Os primeiros relatos da existência deste aglomerado remontam ao século XIII a.C. e referem-se a um pequeno ancoradouro que seria ponto de paragem de embarcações fenícias. Mais tarde, no final do século III a.C. há também referência ao estabelecimento de populações mouras naquele lugar, que terão batizado de "moer", pela existência de moinhos para moer milho junto ao ribeiro da povoação.²⁴⁴

Em 1300, o aglomerado foi oferecido à rainha Santa Isabel por D. Dinis, passando a fazer parte do termo de Leiria. Foi também neste período que o rei promoveu a plantação de pinheiro-bravo nos terrenos onde viria a surgir a Mata Nacional de Leiria, e onde já o rei D. Sancho II teria dado início à plantação de pinheiro, mas neste caso manso, com o intuito de proteger os terrenos cultiváveis do avanço das areias das dunas.²⁴⁵

Terá sido durante o reinado de D. Fernando (1367-1383) que a povoação conheceu grande desenvolvimento, passando o antigo ancoradouro a servir para o embarque de madeiras provenientes do pinhal. Na altura, as madeiras seriam transportadas da mata para o embarcadouro através do ribeiro,²⁴⁶ que teria caudal suficiente para o efeito.

Após o reinado de D. Fernando, na década de 1380, houve nesta região um terramoto que destruiu o ancoradouro da Praia das Paredes, a sul de S. Pedro de Moel, e por onde também se fazia o embarque de madeiras. Assim, o embarcadouro de S. Pedro de Moel, viu reforçada a sua importância passando a ser o mais importante porto associado ao transporte de madeiras do pinhal, superando os da Figueira da Foz e S. Martinho do Porto. Este porto conferia grande importância a S. Pedro de Moel uma vez que a madeira cultivada no pinhal, e por aí transportada, era em grande parte destinada à construção naval, que tinha lugar em Lisboa, e onde os troncos de pinheiro-bravo, pela sua resistência e dimensão, eram utilizados como mastros nas naus.²⁴⁷

Foi a partir da década de 1450 que a praia de S. Pedro de Moel começou a ser procurada como estância de veraneio, nesta altura, ainda associada àquilo que seria uma vilegiatura climática. Esta primeira vilegiatura foi em grande parte promovida pelo Marquês de Vila Real,²⁴⁸ que construiu uma série de casas particulares para ali repousar.

"... foi este citio mui frequentado, assim por ter o mar tão perto, como por ter lugares acomodados para a pescaria, por huma parte, e outra muita caça no Camarão, e fazer mui fresco um ribeiro de água doce que não longe do citio nasce; no qual houve dois moinhos de pam e muito boas ortas, e nelas se recolhiam as pessoas desta cidade (Leiria) e de outras partes fazião romaria, as quais (cazas) com o roim trato cahião de todo."²⁴⁹

A partir de 1790, com a instalação naquela povoação da Fábrica de Resinosos e da Serração Hidráulica do Ribeiro do Olho,²⁵⁰ verificou-se um grande crescimento económico e industrial. Contudo, este crescimento seria travado por um incêndio em 1824,²⁵¹ que levou a que estas atividades fossem deslocadas para a Praia da Vieira de Leiria, o que se refletiu na disponibilização, para futuras construções, dos lotes anteriormente destinados à exploração e comercialização dos recursos do pinhal.

Com o crescimento do número de pedidos de licença para construção de novas habitações tornou-se necessário desenvolver um plano urbano capaz de regulamentar e definir as mesmas. Este ficou a cargo do Administrador dos Pinhais de Leiria, Luciano António Miguéis, por ordem do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Este plano, de 1860, impunha "duas condições essenciais de que não prescindia: - a primeira, era a do pagamento de uma renda anual de 20 réis por metro quadrado nos locais considerados melhores e de 10 réis também por metro quadrado, nos menos bons; a segunda, era a de as construções serem demolidas quando a Administração precisasse de recuperar o terreno."²⁵² Aqueles que ali pretendiam construir as suas casas, na eventualidade de os terrenos lhes serem cedidos gratuitamente e sem condições, decidiram abandonar essa intenção por incompatibilidade com os constrangimentos impostos pela Administração que, apesar de ver os pretendentes recuar, manteve a sua posição, defendendo que, "ficará menos povoado o lugar, mas a economia florestal nada sofrerá com a falta de mais seis barracas na praia."²⁵³

Não obstante esta decisão por parte da Administração das Matas, a povoação foi progressivamente atraindo novos moradores e novos frequentadores.²⁵⁴ Entre estes, existiam famílias aristocráticas que, pela sua influência, intervieram no sentido de se melhorarem os acessos àquele local. Em 1882, os Serviços Florestais iniciaram a construção de uma estrada em macadame entre a Marinha Grande e S. Pedro de Moel – numa extensão de cerca de 9 quilómetros –, e de outra entre a Marinha Grande e a Vieira de Leiria – de 13 quilómetros.²⁵⁵ Em 1888, iniciou-se um crescimento do número de veraneantes a frequentar S. Pedro de Moel, não só pela abertura dos acessos rodoviários por parte dos serviços florestais, mas também pela inauguração da estação de caminho de ferro da Marinha Grande, parte da Linha do Oeste.



FIG 127 Aceiro C

"Os aceiros são arruamentos rectilíneos com 10 metros de largura, orientados no sentido noroeste-sudeste, designados pelas letras A a T, de norte para sul, e distantes entre si de 800 metros aproximadamente [...]. Existem 21 aceiros [...]. Os arifles são arruamentos rectilíneos com 5 metros de largura, orientados no sentido norte-sul e numerados de 1 a 22, abertos de 400 em 400 metros, cuja numeração se inicia de nascente para poente. Os aceiros e arifles formam talhões, numerados de 1 a 343 [...]."

Azambuja, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios Para a Sua História*, 85.



FIG 128 Pinheiros serpente

Resultado da maresia e dos ventos intensos, os "pinheiros serpente" são obrigados a rastejar ao longo do solo ao invés de crescerem em altura.

²⁴³ "S. Pedro de Moel, na orla do Pinhal de Leiria. Pequena povoação exclusivamente de banhistas, abandonada no inverno, habitada durante a estação de banhos por pessoas da Marinha Grande ou de Leiria. Visinhança magnífica: o pinhal, que é a primeira floresta portuguesa." Ortigão, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, 113.

²⁴⁴ Artur Nelo Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel* (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 15.

²⁴⁵ Artur Nelo Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel* (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 15.

²⁴⁶ Este ribeiro não seria o ribeiro do Olho, com foz na Praia de S. Pedro de Moel, mas antes o ribeiro de S. Pedro de Moel, com foz na Praia Velha de S. Pedro de Moel, onde existem vestígios daquilo que alguns presumem tratar-se de uma represa construída durante o reinado de D. Fernando de forma a aumentar o caudal do ribeiro e desta forma possibilitar o transporte de madeiras, da mata, para o embarcadouro.

²⁴⁷ Artur Nelo Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel* (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 16.

²⁴⁸ D. Pedro de Menezes, Conde (mais tarde Marquês) de Vila Real, a quem a povoação tivera sido doada, em 1463, pelo rei D. Afonso V, e que, para além de casas de veraneio, também construiu em S. Pedro de Moel fábricas de piche e alcatrão.

²⁴⁹ Memórias do Bispado de Leiria, [s. l.], 1868]. Citado em Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel*, 16.

²⁵⁰ Em 1790, o Ministro Martinho de Melo e Castro, estabeleceu que todos os embarques de madeiras passavam a ser realizados a partir do porto de S. Pedro de Moel, o que atribuiu grande importância ao aglomerado e permitiu que aí se construíssem as infraestruturas necessárias à exploração dos recursos do pinhal. Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel*, 21.

²⁵¹ Na sequência do grande incêndio de 1824 o Pinhal passa para a tutela do Ministério das Negócio da Marinha e Ultramar, sendo nomeado Administrador Geral das Matas Frederico Luiz Guilherme de Warnhagen (1782-1842), a quem se deve o primeiro trabalho de abertura de aceiros e arifles (os "Quadrados de Warnhagen") e a renovação da mancha florestal com novas técnicas de sementeira e de corte de pinheiros. É, também, sob a sua direcção que se elabora um novo levantamento do Pinhal – a Carta Topographica do Pinhal Nacional de Leiria e seus Aredores, trabalho realizado pelos Segundos Tenentes d'Armada Francisco Maria Pereira da Silva e Caetano Maria Batalha, em 1841 e publicado, em gravura de João Lewicki, em 1859 [já em 1765, Guilherme Elsdén havia sido encarregue de elaborar o Mappa dos pinhaes de S. Magestade e da Universidade de Coimbra, da Caza do Infantado e do Conselho de Leiria]. João Rosa Azambuja, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios para a sua História* (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998), 81-132.

²⁵² Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel*, 22.

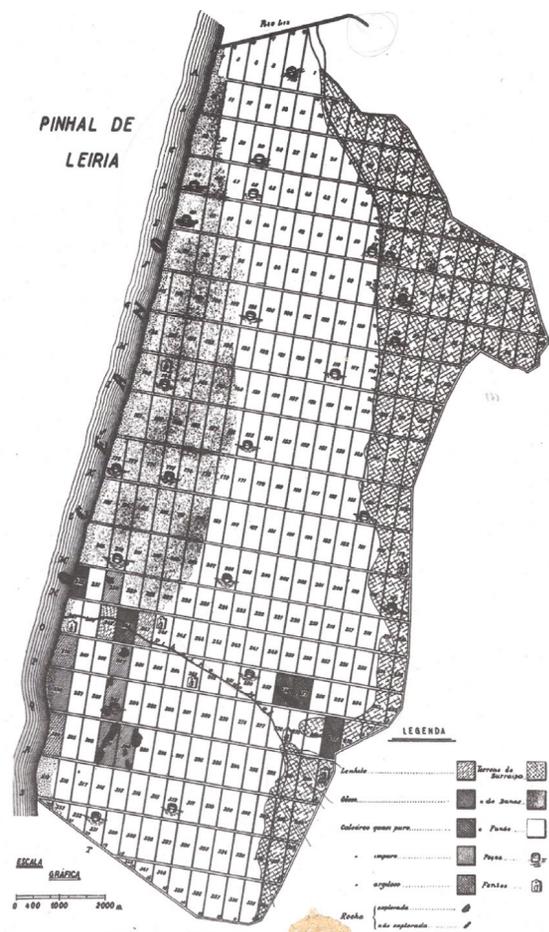
²⁵³ Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel*, 22.

²⁵⁴ Os novos moradores e frequentadores foram atraídos pela presença de uma nascente de água termal com propriedades curativas no tratamento de doenças de estômago descoberta a sul da praia em 1839. Outro testemunho da frequência desta praia são as publicações de O Bázio de Muel: *Jornal de utilidade e recreio*, "jornal de carácter privado, espécie de manuscrito de autor desconhecido que foca, com alguma graça, os acontecimentos mundanos da vida dos veraneantes que em Setembro de 1849 frequentavam já a linda praia. Escrito em elegante prosa, critica sem maldade a acção do banheiro a dar banho às meninas, os flirts, os bailes e as reuniões, as chegadas e partidas das famílias elegantes, etc." Azambuja, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios Para a Sua História*, 300.

²⁵⁵ Azambuja, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios Para a Sua História*, 124.

FIG 129 Carta topográfica do Pinhal de Leiria (1940)

Na sequência do grande incêndio de 1824 o Pinhal passa para a tutela do recém-criado Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, sendo nomeado Administrador Geral das Matas Frederico Luiz Guilherme de Warnhagen (1782-1842), a quem se deve o primeiro trabalho de abertura de aceiros e arifles (os "Quadrados de Warnhagen") e a renovação da mancha florestal com novas técnicas de sementeira e de corte de pinheiros. É, também, sob a sua direcção que se elabora um novo levantamento do Pinhal – a Carta Topographica do Pinhal Nacional de Leiria e seus Aredores.



O núcleo original de S. Pedro de Moel começou por se desenvolver na vertente norte do vale do Ribeiro do Olho, nos terrenos próximos da antiga residência do Marquês de Vila Real,²⁵⁶ estendendo-se para interior, em direção à mata, ao longo da estrada que liga à Marinha Grande. No início do século XX, a Comissão de Melhoramentos Locais, formada por proprietários daquele lugar, motivada pelo crescente número de casas que se iam estabelecendo junto à praia,²⁵⁷ garantiu a construção, em 1911, de uma fonte de água potável na praça em frente à mesma. O Farol do Penedo da Saudade, inaugurado em fevereiro de 1912, foi construído a norte do aglomerado, situado em posição estratégica entre os faróis do Cabo Carvoeiro e do Cabo Mondego. Seria através da construção de um conjunto de infraestruturas como estas que, “S. Pedro continuou a progredir através de melhoramentos que tornaram mais fácil e mais agradável a vida dos habitantes.”²⁵⁸

Em 1923, S. Pedro de Moel, que até à data se encontrava sob alçada da Administração das Matas, passou para a tutela da Câmara Municipal da Marinha Grande, sendo que um ano mais tarde, S. Pedro de Moel era já considerado centro urbano. Esta transferência não foi totalmente pacífica porque, apesar de se formar um polígono de forma triangular que deveria passar para a posse da Câmara Municipal, a verdade é que os proprietários dos terrenos inseridos nesses limites, que os tinham já adquirido à Administração das Matas, teriam de os pagar novamente, agora à Câmara Municipal da Marinha Grande, a 00\$20 o metro quadrado.²⁵⁹

Pela transferência da tutela do aglomerado e da Praia de S. Pedro de Moel, a câmara da Marinha Grande comprometia-se a, no “prazo de seis meses a contar da publicação desta lei, elaborar o plano ou projecto de traçado da povoação, no qual deverá ser incluído e ficar reservado o terreno necessário para a construção de uma escola primária, submetendo-o à aprovação superior”,²⁶⁰ sendo que as diligências para que tal acontecesse se iniciaram em 1924. Este plano para S. Pedro de Moel procurava rematar o traçado existente e criar infraestruturas para as áreas de previsível expansão, prevendo o desenho de espaços públicos e dando cumprimento às novas normas de higiene e salubridade preconizadas pelos Planos Gerais de Melhoramentos. Como consequência da aprovação deste plano de melhoramentos surgiu o Bairro Novo, ou Bairro Alto, construído nos terrenos que confrontavam com a estrada que liga à Marinha Grande e Nazaré, numa encosta a nascente do vale do Ribeiro do Olho, com vista sobre este e o mar, e que se estendia até à mata. Este crescimento urbano, que se verificou imediatamente após a aprovação do plano e no início da década de 1930, constituiu a primeira grande fase de expansão de S. Pedro de Moel.²⁶¹

Atualmente, analisando S. Pedro de Moel, torna-se evidente a área correspondente a esta fase de crescimento urbano, uma vez que aí foi adotado

o modelo de construção em banda, que contrasta com o modelo da residência unifamiliar isolada posteriormente adotado, este caracterizado pelos seus lotes de grandes dimensões e que constitui a grande maioria da construção da estância.

Por parte da administração municipal foram planeados um conjunto de melhoramentos para a valorização turística da praia e do povoamento, como a construção de um novo campo de ténis e de um ringue de patinagem no Bairro Novo, a construção da Esplanada-Casino, que se evidenciou enquanto local de tertúlia dos residentes e visitantes de S. Pedro de Moel – recebendo inclusive sessões regulares de cinema –, ou ainda de um campo de aviação. Este último, teria sido planeado para o local que, anos mais tarde, viria a ser ocupado pelo Bairro dos Naturais.²⁶² Outro dos melhoramentos implementados foi a construção de uma central elétrica, que entrou em funcionamento em 1936, permitindo que a iluminação pública passasse a elétrica em vez de ser feita por candeeiros a petróleo. Foi ainda promovido o arranjo da praça do aglomerado, junto à praia, obra do arquiteto Ernesto Korrodi. A intervenção definiu limites regulares para a praça, a sua pavimentação e colocação de mobiliário urbano, tal como bancos e iluminação, e teve o cuidado de manter as árvores e o fontenário originais.²⁶³

Apesar de todas estas intervenções, com o surgimento dos Planos Gerais de Urbanização, a administração municipal viu-se obrigada a desenvolver e apresentar ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações um plano de urbanização para o lugar, responsabilidade que ficaria a cargo do Engenheiro Júlio Netto Marques. Contudo, foi José de Lima Franco²⁶⁴ que, em 1946, apresentou o Antepiano de Urbanização de S. Pedro de Moel. Como consequência deste novo plano, o preço dos terrenos ficou definido em 12\$00 o metro quadrado.²⁶⁵

Os principais objetivos do antepiano de urbanização definidos por José de Lima Franco foram:

a) Ordenar, dentro das possibilidades, a parte existente, condenando os locais e imóveis insalubres e pelo contrário valorizando os outros.

b) Prever a expansão com base nas estatísticas possíveis de obter, controladas com observações locais.

c) Regularizar rigidamente o aproveitamento do solo previsto na expansão e com certa maleabilidade (1) a parte existente.

Eis o que tentamos fazer; oxalá o nosso modesto trabalho o consiga.

*(1) Não é possível determinar o coeficiente desta maleabilidade. Só um são critério aliado ao bom senso, o poderá fixar para cada caso, sempre especial.*²⁶⁶

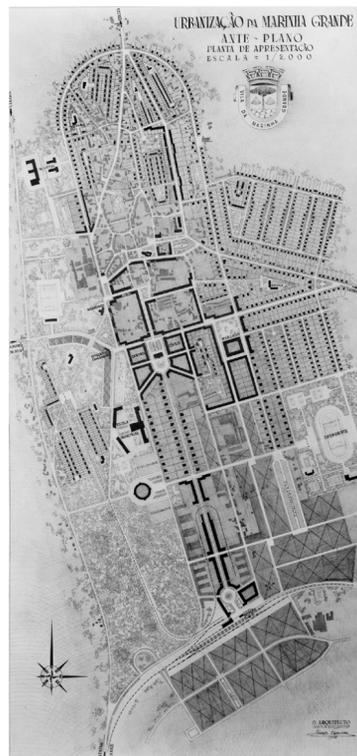


FIG 130 Antepiano de Urbanização da Marinha Grande (1946)

O plano proposto pelo arquiteto Lima Franco previa o desenho de uma malha urbana regular, uma vez que não se verificavam quaisquer constrangimentos a nível topográfico, que seria dividida em diferentes zonas funcionais. Esta nova malha, para além de definir um novo centro cívico, demonstrava também grande preocupação em facilitar e tornar eficiente a circulação automóvel. Uma vez que a Marinha Grande se tratava de uma cidade profundamente industrializada era também proposta a criação de espaços verdes.

²⁵⁶ Em 1463 D. Afonso V faz doação da povoação a D. Pedro de Meneses, que se viria a tornar Marquês de Vila Real, que ali constituiu uma residência de veraneio e estabeleceu grandes negócios, como fábricas de piche e alcatrão, para além de possuir vários barcos de comércio. Em 1641, o último Marquês de Vila Real e o seu filho, Duque de Caminha, são executados por conspiração e os seus bens, entre os quais a povoação de S. Pedro de Moel, passam para a posse no Infante. A casa seria, posteriormente, comprada pelo avô de Afonso Lopes Vieira e reconstruída entre 1906 e 1909. “Reza a lenda que a duquesa de Caminha, não tendo conseguido provar a inocência do seu marido, refugiou-se na velha casa de onde só saía para carpir a sua desdita junto de um enorme penedo existente na escarpada costa. Essa grande rocha, onde brotam tulos de flores de cor roxa, apelidadas de suspiros ou saudades, foi mais tarde denominada Penedo da Saudade.” Azambuja, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios para a sua História*, 60.

²⁵⁷ No início do século XX “a praia possuía já à volta de 200 casas”. Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel*, 33.

²⁵⁸ Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel*, 32.

²⁵⁹ “Lei n.º 1.490,” *Diário do Governo*, Série I, n.º 237 (8 de Novembro de 1923).

²⁶⁰ “Lei n.º 1.490”.

²⁶¹ Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 799.

²⁶² O bairro tem a designação de Naturais por se ter dado preferência à venda de lotes aos naturais e residentes em S. Pedro de Moel. No fundo tratou-se da “migração” dos habitantes do núcleo originário de S. Pedro de Moel, cujos terrenos se foram progressivamente tornando mais dispendiosos, para outros, afastados do núcleo urbano e de menor valor.

²⁶³ Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 800-802.

²⁶⁴ José de Lima Franco desenvolveu o Antepiano de Urbanização da Marinha Grande (1942-1947), de Leiria (1945-1958), de Marco de Canaveses – Parcial (1946), de Gavião (1949), de Avis (1952), de Vila Nova de Ourém (1952), de Caldas de Felgueiras (1954), e da Ugeira (1959).

²⁶⁵ Lobo, “Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia”, 802.

²⁶⁶ José de Lima Franco, “Urbanização de S. Pedro de Moel, Antepiano: Memória Descritiva e Justificativa” (Lisboa, 1946), 6.

FIG 131 Antepiano de Urbanização de S. Pedro de Moel (1946) - José de Lima Franco

Numa primeira proposta, em que se identificava já claramente o traçado radiocêntrico que viria a caracterizar S. Pedro de Moel, o arquiteto Lima Franco, desenvolve o núcleo turístico, seguindo a prática mais corrente, na intersecção entre a avenida central e avenida marginal. Isto verificava-se uma vez que, nesta altura, o planeamento urbano incidia ainda apenas sobre a zona norte do aglomerado, sendo os equipamentos propostos um casino, um hotel, um cinema, um centro comercial e campos de ténis, não havendo ainda planos de construir uma piscina de mar.



As palavras de ordem deste antepiano de urbanização eram “ordenar, prever e regulamentar”, pautadas por um “são critério” e “bom senso”, tendo sido a abordagem ali adotada adaptada à realidade e às pré-existências.

“Ao delinear o traçado, tivemos principalmente em vista:

a) Satisfazer às necessidades da população fixa e seu acréscimo num período de 30 anos e especialmente à, relativamente numerosa, população flutuante.

b) Adaptar ao terreno, tanto quanto possível, os nossos arruamentos, afim de evitar grandes movimentos de terras, e regularizar os antigos.

c) Criar uma artéria de penetração que facilmente distribuisse a circulação por todas as outras.

d) Cuidado especial com o pitoresco da região.

e) Ter em atenção a densidade média populacional e bem assim a densidade real, entrando apenas em linha de conta com a parte habitacional.

f) Observar a percentagem de arruamentos em relação ao aglomerado existente e projectado.

g) Com todos os condicionamentos das alíneas anteriores, estabelecer de certo modo, um traçado cuja composição ligada à parte existente constituísse um conjunto agradável.”²⁶⁷

Percebe-se que a intervenção no conjunto já edificado foi a mínima indispensável, principalmente no que diz respeito à estrutura viária da malha urbana. Foi, contudo, planeada a demolição de algumas casas – cerca de 10% – por não cumprirem com as exigências higiénicas preconizadas pelo novo plano.²⁶⁸ Por outro lado, o novo tecido urbano, correspondente à ampliação do aglomerado, assumia-se enquanto elemento autónomo face ao existente, tendo características claramente diferenciadas da malha urbana original.

Essa nova malha correspondia a um traçado radiocêntrico, em que se privilegiava a construção de residências isoladas com grandes espaços exteriores verdes. Esta estrutura urbana pode considerar-se semelhante àquela aplicada nas colónias britânicas do século XIX, claramente influenciada pelo modelo da cidade-jardim.

Este traçado urbano, embora adotasse uma malha urbana geometrizada, distinguiu-se das habituais malhas ortogonais, adaptando-se à morfologia do terreno e do limite costeiro. Identificam-se nela, claramente, duas características associadas ao urbanismo das estâncias balneares: uma artéria de penetração no aglomerado, a Rua B, mais tarde Avenida da Liberdade,²⁶⁹ que arrancava da rotunda à chegada a S. Pedro de Moel pela estrada da Marinha

Grande, e uma Avenida Marginal, que acompanhava todo o limite das arribas até ao núcleo do aglomerado. O ponto de intersecção entre estes dois arruamentos, a partir dos quais a restante composição radiocêntrica se regia, era marcado por um espaço amplo que se estendia sobre as arribas, como se de uma meia-laranja se tratasse, que proporcionava um enquadramento sobre o mar.

É interessante entender que, apesar de se adotar um traçado urbano que se pretendia pouco denso, não houvesse lugar a vazios urbanos para a criação de espaço público, entendendo-se que “respondem a esta falta o grande Pinhal e o vasto Oceano”,²⁷⁰ prova de um diálogo constante entre a proposta e o lugar.

A implementação deste antepiano, que ordenava a zona norte do aglomerado, superou as expectativas da Câmara Municipal da Marinha Grande que, no início da década de 1960, se via “a braços com os pedidos permanentes de locais para a construção de moradias de veraneio.”²⁷¹ Foi na sequência desses pedidos que a Câmara Municipal da Marinha Grande decidiu “promover a aquisição de terrenos marginando a praia que confina a Sul”,²⁷² com o intuito de dar continuidade à expansão urbana do lugar naquela direção, sendo encomendada ao arquiteto José de Lima Franco a ampliação do seu anterior Plano de Urbanização.

Esta proposta foi apresentada em 1964 e nela eram contemplados um conjunto de equipamentos, visto tratar-se “evidentemente de uma zona turística por excelência [...]”:

a) Estacionamentos para viaturas automóveis dissimulados por todo o traçado em especial nas zonas colectivas de actividades desportivas e turísticas.

b) Hotel.

c) Casino.

d) Zona destinada a cafés, esplanadas e snack-bar.

e) Campos de ténis e patinagem.

f) Piscinas – localizada junto ao hotel em terreno propício à sua implantação e que permitisse a sua alimentação com as águas do oceano.

g) Miradouro – localizado sobre o oceano aproveitando as condições topográficas, tirando partido pitoresco do seu acesso.

h) Mercado e centro comercial, o primeiro em terreno ao ar livre e o segundo constituído por blocos de um só pavimento que ladeando o mercado ao ar livre servirá para a localização de lojas que possam abastecer toda a população.”²⁷³

Esta ampliação revelou-se um momento de transição



FIG 132 Vista geral de S. Pedro de Moel (década de 1940)

O aglomerado, que anteriormente era composto por poucas casas de veraneio, teve grande desenvolvimento com a proposta apresentada pelo arquiteto Lima Franco. “Hoje, porém, encontra-se uma praia muito limpa; a povoação, com lindas vivendas, belos edifícios apartamentados, ruas largas e avenidas bem cuidadas, é hoje um lugar maravilhoso para descanso e repouso.”

João Rosa Azambuja, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios para a sua História*, 61.



FIG 133 Farol de S. Pedro de Moel

“Sobre o lendário Penedo da Saudade ergue-se hoje o grande farol de S. Pedro. Sempre impecavelmente limpo e conservado, do seu varandim superior destruiu-se a inigualada paisagem do pinhal.”

João Rosa Azambuja, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios Para a Sua História*, 306.

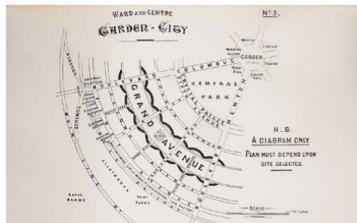


FIG 134 Garden City (1898) - Ebenezer Howard

O traçado radiocêntrico de S. Pedro de Moel pode ser associado à malha urbana das colónias britânicas do séc. XIX. No caso de S. Pedro de Moel, a avenida marginal poderia corresponder à Grand Avenue e a avenida central de penetração às boulevards.

FIG 135 Perfis longitudinais do Antepiano de Urbanização de S. Pedro de Moel (1946) - José de Lima Franco

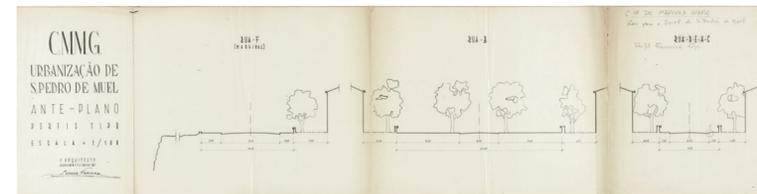


FIG 136 Antepiano de Urbanização de S. Pedro de Moel (1946) - José de Lima Franco

No plano aprovado pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, o traçado definido por Lima Franco mantém-se radiocêntrico. Contudo, já se estende um pouco para nascente e é proposta também uma extensão para sul. O núcleo turístico divide-se entre a parte norte e sul do aglomerado, mantendo-se a norte, na intersecção entre os dois eixos principais o hotel e agora também um mercado, e a sul, no remate da extensão da avenida marginal, surgem um casino, um hotel, um centro comercial e, por fim, uma primeira proposta de piscinas de mar.



²⁶⁷ Franco, “Urbanização de S. Pedro de Moel, Antepiano: Memória Descritiva e Justificativa”, 9.

²⁶⁸ Franco, “Urbanização de S. Pedro de Moel, Antepiano: Memória Descritiva e Justificativa”, 8.

²⁶⁹ Em 27 de Agosto de 1986, a Comissão de Toponímia e Trânsito da Câmara Municipal da Marinha Grande viria a desenvolver o Relatório de Toponímia de S. Pedro de Moel. Neste documento seria não só definida a nomenclatura de diversas ruas, praças, avenidas, travessas e parques, como seria ainda definida a forma de todas as placas de circulação, sinalização e toponímia do aglomerado.

²⁷⁰ Franco, “Urbanização de S. Pedro de Moel, Antepiano: Memória Descritiva e Justificativa”, 12.

²⁷¹ José de Lima Franco, “Urbanização de S. Pedro de Moel [Ampliação]: Memória Descritiva e Justificativa” (Lisboa, 1964), 1.

²⁷² Franco, “Urbanização de S. Pedro de Moel [Ampliação]: Memória Descritiva e Justificativa”, 1.

²⁷³ Franco, “Urbanização de S. Pedro de Moel [Ampliação]: Memória Descritiva e Justificativa”, 5.

para S. Pedro de Moel, uma vez que este plano se focou, pela primeira vez, no desenvolvimento do aglomerado enquanto estância turística, ao contrário da anterior vertente puramente residencial. Apesar da proposta contemplar ainda a zona norte da localidade, de forma a completar a geometria inacabada do desenho anterior, o foco principal concentrou-se no sul do aglomerado, onde se trabalhava sobre terrenos mais acidentados, o que obrigou a uma abordagem distinta da adotada anos antes, tendo sido então privilegiada uma implantação livre e adaptada à topografia do lugar.

Não obstante os constrangimentos associados a esta ampliação, identifica-se uma clara intenção de dar continuidade à Avenida Marginal que, no caso de S. Pedro de Moel, acabou por se estender ao longo de todo o limite costeiro e, de certa forma, pela sua configuração, acabou por abraçar o limite do aglomerado voltado a poente, sendo rematada pela Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel, o equipamento construído mais relevante desta estância.

Desta forma percebem-se três fases distintas de desenvolvimento de S. Pedro de Moel, quer a nível morfológico quer temporal. A primeira, corresponde ao núcleo original, implantado no vale junto à praia e na sua vertente norte, e que correspondia essencialmente à construção de residências para habitantes permanentes. A segunda fase, também ela focada essencialmente na construção de residências, mas que desta vez serviam já tanto a população permanente como flutuante, corresponde ao desenho de uma malha radiocêntrica, a norte do vale, num "plateau" natural do terreno que é como "uma clareira aberta no pinhal, virada ao mar."²⁷⁴ A terceira, e última fase de desenvolvimento urbano do aglomerado, em que foram construídas tanto residências de veraneio como equipamentos turísticos, incidiu sobretudo no limite sul do mesmo. No conjunto, apesar de constituído por três fases distintas de planeamento urbano, o aglomerado apresenta uma coesão e homogeneidade rara de encontrar, o que se justifica não só pela sensibilidade dos arquitetos e urbanistas responsáveis pelo planeamento, mas também pelo facto das propostas por estes desenvolvidas terem, em grande parte, sido respeitadas.



FIG 137 Vista aérea de S. Pedro de Moel (1989)
Fotografia aérea de S. Pedro de Moel em que é perceptível o traçado radiocêntrico do aglomerado.



FIG 138 Antiga esplanada-casino de S. Pedro de Moel
À direita, sobre a "murilha" vê-se a antiga esplanada-casino de S. Pedro de Moel, local de tertúlia de residentes e veraneantes, que foi demolido aquando do prolongamento da avenida marginal e abertura do arruamento de acesso ao complexo de piscinas de mar.



FIG 139 Praia de S. Pedro de Moel
Vista da esplanada sobre a praia de S. Pedro de Moel antes da construção do complexo de piscinas de mar.

FIG 140 Planta de Toponímia (1986) - Comissão de Toponímia e Trânsito da C. M. M. G.
Em 27 de Agosto de 1986, a Comissão de Toponímia e Trânsito da Câmara Municipal da Marinha Grande viria a desenvolver o Relatório de Toponímia de S. Pedro de Moel. Neste documento seria não só definida a nomenclatura de diversas ruas, praças, avenidas, travessas e parques, como seria ainda definida a forma de todas as placas de circulação, sinalização e toponímia do aglomerado.



²⁷⁴ Emmanuela Silva da Quinta, "S. Pedro de Moel. Um Refúgio Moderno" [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2010], 45.

03.9.1. PISCINA OCEÂNICA (1965-1967)

Como definido no plano de ampliação deu-se início, em 1964, ao desenvolvimento de um conjunto de equipamentos turísticos com vista a tornar S. Pedro de Moel numa estância balnear de relevo no panorama nacional. Ainda nesse ano foi elaborado o projeto do Hotel Mar e Sol, da responsabilidade de António Baroso e Luís Raul da Silva, e um ano mais tarde foi apresentado o projeto para a Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel, assinado por Egas Vieira.

A iniciativa do desenvolvimento deste complexo de piscinas deveu-se em grande parte à PROMOEL,²⁷⁵ por considerar que, construir um "empreendimento, de carácter essencialmente turístico [...] muito virá valorizar não só a Praia de S. Pedro de Moel como todo o Concelho e até a região."²⁷⁶ Para além desta vontade de desenvolver a economia da vila através da exploração turística, era também necessário que ali se construísse uma piscina de mar, "pela dificuldade permanente derivada do forte mar que aqui se faz sentir, aliás foi esta a condição primária que levou a pensar-se num empreendimento deste tipo".²⁷⁷ Na verdade, as dificuldades nas idas a banho têm-se intensificado, consequência da construção de uma série de molhes na zona da Figueira da Foz que provocaram alterações às correntes costeiras e têm contribuído para a perda do areal na praia de S. Pedro de Moel, pelo que, atualmente, este empreendimento continua a justificar-se.²⁷⁸

A localização do complexo de piscinas, na zona sul do aglomerado, fora proposta por Lima Franco aquando do desenvolvimento do plano de urbanização e foi aceite pelos projetistas, por ser considerada "certa em relação à expansão urbana da Vila e [pela sua] integração espacial na praia de banhos. Ainda reforça a obrigatoriedade da sua localização o facto de no ante-plano [...] se prever um Hotel, um Casino, etc., fazendo parte da mesma malha urbanística."²⁷⁹

O terreno escolhido para a construção deste equipamento, devido à grande pendente, teve grande influência na solução construtiva adotada, já que havia uma diferença de cotas de 28 metros, estando a praia à cota de 5 metros e o arruamento de acesso à cota de 33 metros. Tal terá contribuído para que se optasse por um "desenvolvimento em vários planos de cotas diferentes. Assim os tanques de adultos situam-se à cota 12 até que os balneários, [e] os tanques de crianças com as suas instalações se encontram à cota 14."²⁸⁰ À semelhança do que acontecia noutras construções deste tipo, optou-se por fazer uma separação entre as piscinas de adultos e crianças, desenvolvidas às cotas 12 e 14 metros, e respetivos equipamentos de apoio, – Salas de Restaurante e Salão de Festas – localizados à cota de 18 metros, "de tal modo que a sua vida possa ser independente da zona de banhos."²⁸¹ Apesar de os vários programas funcionarem de forma independente e a cotas distintas, o acesso era feito à cota deste último conjunto, que usufruía de uma vista privilegiada sobre o "binário praia-vila".²⁸²

Procurou-se que este empreendimento estabelecesse

uma linguagem contínua com o pitoresco que caracterizava a arquitetura desenvolvida em S. Pedro de Moel, como tal, a "distribuição orgânica das diversas peças que compõem o programa funcional do empreendimento em causa, foram lançados no terreno a partir de dados fixos e impostos pela imperiosidade de conservação do valor estético regional da zona de que S. Pedro de Moel é parte integrante."²⁸³ Para tal foram empregues materiais locais, bem como betão armado pelo facto de, à data, se considerar capaz de, "conforme o seu tratamento e forma integrar-se e formar conjunto harmonioso com qualquer província de Portugal."²⁸⁴

A solução construída procurava apresentar-se integrada com as restantes construções do lugar, dando continuidade à harmonia volumétrica e formal do aglomerado, ao mesmo tempo que se procurava relacionar com o Pinhal de Leiria, adotando formas dinâmicas e repartidas. As coberturas são onde tal se torna mais evidente, pelas suas volumetrias, materialidades e alturas distintas que, para "além de demarcarem zonas de funções distintas, enquadramentos e ângulos de visão, procuram dar escala ambiental quer no partido estético funcional interior quer exterior."²⁸⁵

As soluções encontradas para relacionar o complexo com o território e com as construções envolventes vão desde a construção de múltiplas plataformas que se vão sucedendo, ao mesmo tempo que acompanham o declive natural da encosta – e que, embora a diferentes cotas, conseguem não só complementar-se funcionalmente como ter vida independente – até ao desenho dos vários muros de suporte e à dinâmica das coberturas do complexo. Estas soluções aproximam-se da organicidade do Pinhal de Leiria e de S. Pedro de Moel, procurando ir ao encontro do que se preconizava no "estudo de recuperações estético regional elaborado pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização para a parte antiga da vila."²⁸⁶

O desenho dos tanques de banho foi desenvolvido de forma a que deles se pudesse tirar o melhor partido, de tal forma que, "o aspecto desportivo não foi descuidado, tendo-se procurado sempre aliar aos fins recreativos a possibilidade de se poderem realizar provas de competição."²⁸⁷ Como tal, tanto a piscina olímpica, de 50 por 21 metros, como a piscina de saltos, com pranchas a 1, 3 e 5 metros de altura, desenvolvidas no patamar à cota 12 metros, seguiram as normas estabelecidas pela Federação Portuguesa de Natação, tornando possível a realização de competições de natação no complexo. Apesar da necessidade de respeitar dimensões mínimas regulamentares em planta e perfil, os autores tentaram não desenharem os tanques de forma demasiado rígida, adotando formas mais flexíveis e harmoniosas.

No patamar à cota de 14 metros, para além do tanque para crianças e respetivo lava-pés, foram desenhados também um tanque de chapinhagem, um tanque de areia e uma "zona verde com peças de diversão".²⁸⁸



FIG 141 Banho de mar em S. Pedro de Moel [década de 1920]

Na década de 1920 o banheiro acompanhava de perto os banhistas no mar, testemunho da dificuldade que sempre se verificou na ida a banhos.

"Meia dizia de banhistas na beira-mar, vigiados pelo banheiro António Boiça, o velho 'lobo do mar' que salvou mais de 40 vidas."

Artur Nieto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 35.



FIG 142 O chuveiro [década de 1930]

Pela dificuldade verificada no banho de mar muitos eram os banhistas que se aproximavam das rochas para se banharem com o repulho provocado pelo embate das ondas.

FIG 143 Alçados do Complexo de Piscinas Oceânicas de S. Pedro de Moel (1965) - Egas Vieira e Victor Manuel Rodrigues

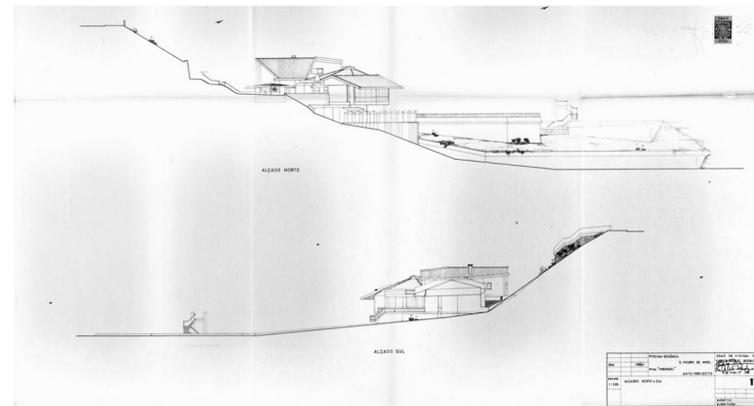
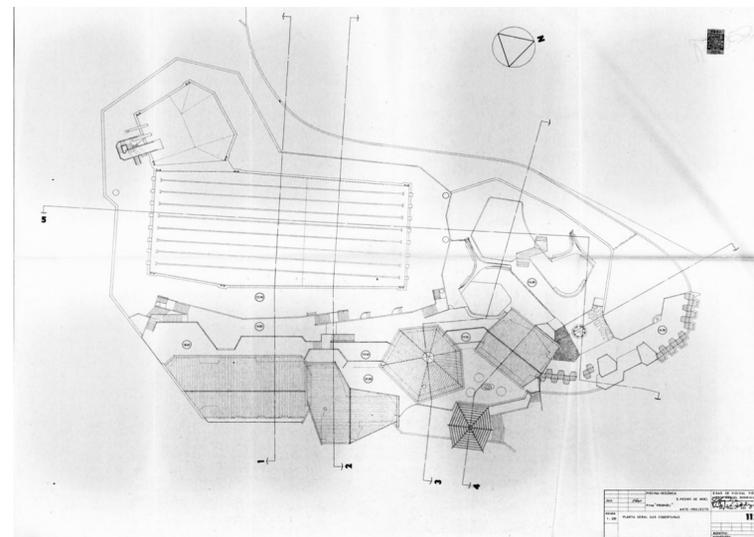


FIG 144 Planta das Coberturas do Complexo de Piscinas Oceânicas de S. Pedro de Moel (1965) - Egas Vieira e Victor Manuel Rodrigues



²⁷⁵ PROMOEL – Empresa Turística de S. Pedro de Moel S.A. R.L. nascida das boas vontades de um conjunto de individualidades da Marinha Grande e que devotam a S. Pedro de Moel o seu melhor esforço no sentido de a tornar uma das grandes estâncias turísticas do país.

²⁷⁶ Egas Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa" (Lisboa, 1965), documentos anexos.

²⁷⁷ Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa", 1.

²⁷⁸ Devido a um conjunto de anos consecutivos em que o mar removeu grande parte do areal, deixando rochas a descoberto, que em conjunto com o forte mar, dificultam em muito os banhos. Havendo inclusive ações que visam a recuperação do areal, como a "introdução de areias no mar da Figueira da Foz [com o objetivo de que as marés tragam as areias para sul [...]]". "Portal da Marinha Grande / Comunicado da Presidente da Câmara - Piscinas de São Pedro de Moel e Areia da Praia."

²⁷⁹ Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa", 1.

²⁸⁰ Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa", 2.

²⁸¹ Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa", 2.

²⁸² Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa", 2.

²⁸³ Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa", 4-5.

²⁸⁴ Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa", 5.

²⁸⁵ Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa", 5-6.

²⁸⁶ Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa", 6.

²⁸⁷ Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa", 8.

Neste patamar foram ainda instalados um conjunto de equipamentos acessórios indispensáveis ao bom funcionamento e usufruto da zona dos tanques de banho, como cabinas com duche para rapazes e raparigas, depósito de roupas e cabides, posto de socorro, bem como cabines de mudança rápida e instalações sanitárias destinadas a crianças, havendo ainda instalações sanitárias e depósito de roupas para adultos. Para além destes equipamentos existia ainda um bar com esplanada.

São de referir os novos princípios higiénicos adotados, dos quais se destaca a distinção entre zonas de pé descalço limpo e de pé descalço sujo, que resulta na perda do habitual lava-pés a delimitar os tanques. A transição entre estas zonas seria feita por "cabines de mudança rápida de roupa" e por "corredores de duchas forçadas", solução que seria apenas aplicada na zona destinada aos adultos. Na zona de crianças faz-se "simplesmente a separação entre o pé calçado e o pé descalço por meio de lava-pés, grades e sebes."²⁸⁹

Outro novo princípio higiénico implementado está relacionado com o sistema de cabines adotado, neste caso, o modelo de cabine de mudança rápida,²⁹⁰ e a quantidade média de banhos por hora. Neste caso, tendo em consideração a área dos tanques de banho e o tempo médio de banho, definiu-se que o tanque para adultos teria capacidade para cerca de 500 banhos por hora, enquanto que o das crianças, teria uma capacidade de aproximadamente 100 banhos, pelo que seriam necessárias 50 cabines para adultos e outras 10 destinadas a crianças. Com base nestes cálculos, definiu-se que o número de cabines deveria ser "repartido pelos banhistas masculinos e femininos aproximadamente 2/3 para os primeiros e 1/3 para os segundos o que nos dá em projecto 33 cabinas para homens e 21 cabinas para as senhoras num total de 54 cabinas ultrapassando assim os números calculados como margem de segurança [...], para as crianças atribuíram-se 8 cabinas com chuveiro para as raparigas e 12 cabinas também com chuveiro para os rapazes num total de 20 cabinas."²⁹¹

A aplicação destes novos princípios revela uma evolução técnica importante associada ao desenvolvimento das piscinas de mar, resultado de uma crescente procura das mesmas. Verificava-se que os equipamentos mais antigos não estavam capazes de dar resposta a esta procura, visto estes princípios não serem ainda prática corrente aquando do processo de planeamento e construção das primeiras piscinas de mar.

Mais tarde, em 1989, após uma série de ampliações no topo norte do complexo, foi apresentada uma proposta para desenvolvimento do "Conjunto Turístico PROMOEL", que deveria incluir apartamentos turísticos e um Aparthotel, a construir na vertente compreendida entre o complexo de piscinas e a Avenida José Nobre Marques. O arquiteto Júlio Rodrigues propunha "a ocupação total do espaço com as

construções interligadas entre si através de pequenas praças interiores, geradores de uma vivência muito particular."²⁹² Esta proposta nunca se viria a concretizar uma vez que, pela sua extensão, fraca adaptação à topografia e relação com o lugar, comprometeria a integridade dos solos e ocuparia toda a duna a nascente do complexo, que se pretendia preservar.

É interessante entender que, desde 1938, aquando do desenvolvimento da primeira piscina de mar em Portugal – a Piscina de Mar da Granja – se verificou um conjunto de evoluções ao nível das componentes técnica e higiénica associadas à construção e utilização das piscinas de mar, ao mesmo tempo que se foram adicionando ofertas programáticas complementares a estes equipamentos – restaurantes, salões de festas, espaços de animação noturna, etc.. Se, numa fase inicial, as piscinas de mar apenas dispunham dos apoios necessários ao seu funcionamento enquanto espaço para banhos, com o decorrer do tempo foram-se acrescentando um conjunto de programas que, associados ao banho, permitiam transformar as piscinas de mar em locais de reunião da população local e flutuante.

"Ao incluir-se neste conjunto um Salão de Festas tece a Promoel a finalidade de cobrir uma lacuna que presentemente é um facto; é o caso da pretensão de obsequiar um conjunto de individualidades em que o local possua um ambiente aprazível com condições de contacto com a natureza."²⁹³

Em S. Pedro de Moel, o facto de estarem associados às piscinas restaurantes, salas para festas e espetáculos, e espaços de animação noturna permitia que ali se reunissem locais e visitantes, tornando o complexo da Piscina Oceaânica de S. Pedro de Moel no polo dinamizador da vida social e da economia daquele aglomerado.



FIG 145 "Conjunto Turístico PROMOEL" (1989) - Júlio Rodrigues

Na planta identificam-se: o Aparthotel, mais a sul, e um conjunto de apartamentos turísticos, a norte, ambos situados na vertente dunar entre o complexo de piscinas e a Avenida José Nobre Marques. De referir que a avenida se situa entre as cotas 31 e 33 metros e o complexo de piscinas se desenvolve a partir da cota 18 metros. Desta forma, a proposta, situada algures no meio, teria que lidar com um declive bastante acentuado com uma diferença de 13 a 15 metros, o que logo à partida dificultava a sua implementação.

FIG 146 Alçado poente do Complexo de Piscinas Oceaânicas de S. Pedro de Moel [1965] - Egas Vieira e Victor Manuel Rodrigues

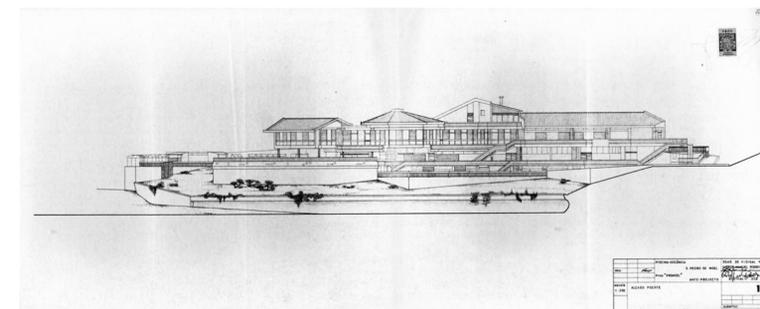
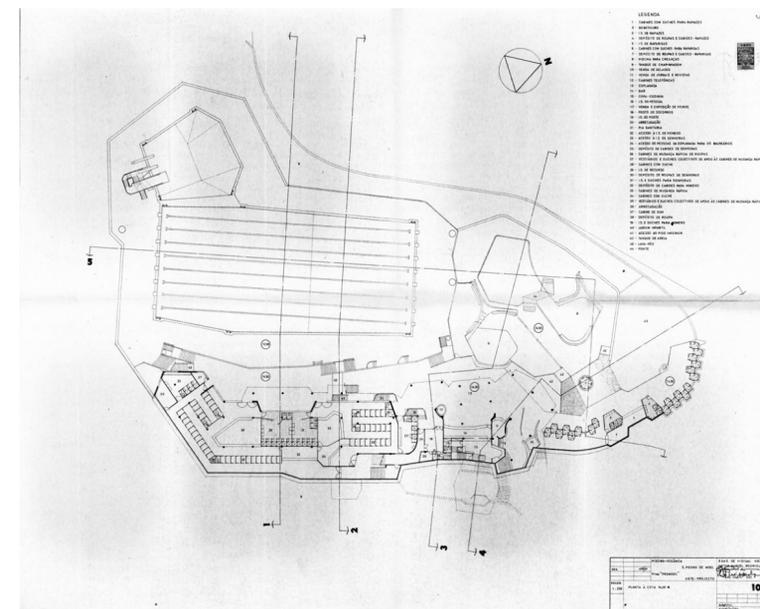


FIG 147 Planta à cota 14.00 metros do Complexo de Piscinas Oceaânicas de S. Pedro de Moel [1965] - Egas Vieira e Victor Manuel Rodrigues



²⁸⁸ Vieira, "Piscina Oceaânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa", 7.

²⁸⁹ Vieira, "Piscina Oceaânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa", 11.

²⁹⁰ Definiu-se que deveria existir uma cabine para cada dez banhistas, por aplicação das normas francesas, ao invés da prática nacional recomendada de uma cabine por cada 5 banhistas. Vieira, "Piscina Oceaânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa", 14.

²⁹¹ Vieira, "Piscina Oceaânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa", 14.

²⁹² Júlio Rodrigues, "Conjunto Turístico PROMOEL: Memória Descritiva" (Lisboa, 1989).

²⁹³ Vieira, "Piscina Oceaânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa", 2.

03.10. PRAIA - PISCINA - FLUTUANTE (1970)

No final da década de 1950 e início de 1960, a Sociedade Estoril-Sol estava obrigada, pelo Decreto-Lei n.º 41562 de 18 de Março de 1958, a realizar um conjunto de melhoramentos na estância balnear do Estoril. Esses melhoramentos passavam por “apresentar [...] projecto de um novo casino à beira-mar, luxuoso e confortável, de custo não inferior a 25 000 contos, que se obrigará a construir até 31 de Dezembro de 1963 [...], apresentar [...] projecto de um hotel de valor não inferior a 40 000 contos, para ser construído [...] até 31 de Dezembro de 1963 [...] [e] remodelar, ampliar e modernizar o estabelecimento de banhos de mar”.²⁹⁴ Ações que demonstram a procura por dotar a estância dos equipamentos mais modernos e elitistas da época.

Os primeiros equipamentos a ser desenvolvidos seriam o Hotel Estoril-Sol, em 1965, e o Casino do Estoril, em 1968, faltando, portanto, proceder aos melhoramentos do estabelecimento de banhos de mar. Contudo, visto ser de construção recente, por datar de 1956, o estabelecimento em causa, a Piscina do Tamariz, era ainda bastante moderno, pelo que não se justificava a realização de melhoramentos. É neste seguimento que a Sociedade Estoril-Sol vai entrar em contacto com Eduardo Anahory – arquiteto que se encontrava a desenvolver estudos para a construção de um novo modelo de piscinas de mar modulares – por forma a instalar ao largo da Praia do Tamariz uma Praia-Piscina-Flutuante.

Os estudos de Anahory tinham-se iniciado em 1965, aquando do desenvolvimento do Hotel Algarve, situado “numa orla de falésias com mais de 30 metros de altura. Em face disto imaginámos construir uma grande piscina de água salgada, o que parecia ser uma solução. Porém, realizada a maquete do conjunto, verificámos que essa piscina parecia um pequeno tanque perdido lá nas alturas; perdia-se o contacto directo com a natureza, faltava a verdadeira presença do mar, para onde os banhistas alhariam de longe com a compreensível nostalgia... Foi então que nasceu a ideia de fazer essa piscina dentro do oceano e no ambiente natural, pensando nos problemas das crianças e dos fracos nadadores, caminhámos para a concretização desta ‘Praia-Piscina-Flutuante’”.²⁹⁵

Até à data, o trabalho de Anahory focava-se na pré-fabricação e o estudo para esta nova tipologia de piscina de mar não seria diferente. Na sua perspetiva, esta piscina deveria ser uma estrutura flutuante e efémera, constituída por elementos modulares²⁹⁶ assemblados de forma a construírem, em conjunto, não só o recinto de banho, como ainda as zonas de repouso e de estar circundantes. Desta forma, esta estrutura assemelhava-se a “uma grande jangada no centro da qual fica instalada uma piscina com paredes e fundo perfurados, de modo a que a água [fosse] permanentemente renovada e filtrada.”²⁹⁷

O mais interessante é verificar que este novo modelo de piscina de mar faz recordar as antigas barcas de banhos do rio Tejo, sendo a única diferença o local onde o banho tem lugar – o mar em vez do rio – e o equipamento que permite esse banho. Apesar de remeter para um modelo já anteriormente utilizado, a verdade é que a Praia-Piscina-Flutuante pode considerar-se, de certa forma, como o encerramento do ciclo de investigação até aí desenvolvida no que se refere à tipologia da piscina de mar, uma vez que este novo modelo de equipamento permitiria voltar a trazer o banho de mar para o seu local de origem. Ao mesmo tempo, o facto do ritual do banho de mar ser

praticado no próprio mar, não havendo necessidade de o trazer para terra, possibilitava toda uma nova linha de investigação acerca de um novo modelo de piscina de mar e em relação ao seu meio de inserção, que seria, não o terrestre mas sim o aquático.

Este novo tipo de piscinas, construído através de um sistema modular, permitia, através de arranjos diferentes dos módulos, construir recintos de banho com configurações distintas, o que tornava este modelo extremamente versátil. Estes módulos podiam adquirir dimensões e características variadas de acordo com as necessidades específicas de cada construção, garantindo sempre a estabilidade do conjunto mesmo em condições de mar mais adversas, bem como a existência, em redor da piscina, dos “equipamento[s] e serviços necessários a uma verdadeira praia: guarda-sóis, colchões para banhos de sol, ‘snack-bar’, etc.”²⁹⁸ Para além disso, estes módulos permitiam ainda, a um nível inferior, a existência de instalações sanitárias e de zonas de arrumação para os acessórios de praia.

Uma das grandes vantagens do desenvolvimento destas piscinas seria a sua utilização, não só em zonas “onde não existem praias mas também onde estas são pouco acessíveis – algadiças ou menos acolhedoras – ou possuem uma fauna marítima de algum modo pouco tranquilizadora (medusas, tubarões, etc.) e, ainda, quando se trata de praias, mas que estão habitualmente apinhadas de gente, não podendo oferecer nem espaço nem sossego.”²⁹⁹

A 2 de Julho de 1970, por encomenda da Sociedade Estoril-Sol, este modelo seria ensaiado pela primeira vez em frente à praia do Tamariz, tendo sido instalado a cerca de 300 metros da costa. O protótipo, apelidado de Seapool e constituído por módulos de 5,0 metros de comprimento por 2,5 metros de largura e 400 quilos de peso, teria, no seu todo, “30 metros por 20, sendo a superfície da piscina de 200 metros quadrados de ‘deck’, o que permite a instalação confortável de mais de 100 pessoas.”³⁰⁰

Apesar do sucesso que teve no verão em que esteve em funcionamento, a estrutura seria guardada para não mais voltar a ser montada. Contudo, este ensaio foi de extrema relevância na medida em que possibilita a reflexão acerca do modelo da piscina de mar, uma vez que se verificou um regresso ao oceano enquanto elemento de origem do banho de mar. Se até àquele momento, o modelo de piscina adotado se apresentava como uma construção estruturante da malha urbana, o facto deste equipamento transitar para o mar permitia não só rever a sua formalização ao nível da arquitetura, como também o impacto que tal transição teria na própria malha urbana da estância balnear, da qual a piscina de mar poderia deixar de fazer parte. Desta forma, surgia a possibilidade de refletir acerca de temas como a escala, a natureza da construção – permanente ou efémera – ou ainda a escolha de materiais a utilizar.

A verdade é que, apesar do seu potencial, a investigação referente a este novo modelo de piscina de mar não resultou na sua implantação no litoral, ao longo da linha de costa, verificando-se, pelo contrário, a implementação de estruturas semelhantes em materialidade e forma no interior do país, em rios e barragens. Porém, identifica-se nestes casos uma simplificação programática, resultado do contexto da sua implantação e da sua utilização em massa.

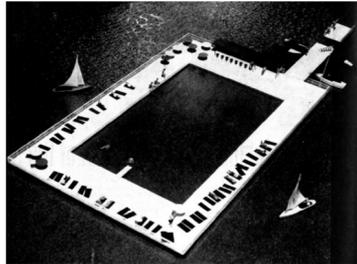
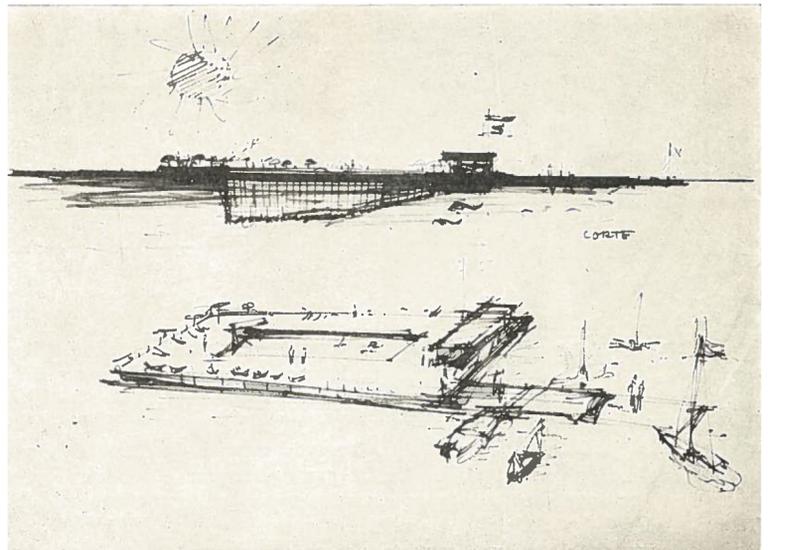


FIG 148 Praia-Piscina-Flutuante (1970)

FIG 149 Praia-Piscina-Flutuante (1970) - Eduardo Anahory

Na perspetiva e perfil apresentados é possível compreender a ideia de criar uma praia no meio do mar. Esta praia, que seria acessível por barco, teria não só zona de solário e de banhos, como teria ainda todos os apoios de praia necessários, como bar e instalações sanitárias.



²⁹⁴ “Decreto-Lei n.º 41562,” *Diário do Governo*, Série I, n.º 56 (18 de Março de 1958): 156.

²⁹⁵ Eduardo Anahory, “Praia-Piscina-Flutuante,” *Binário*, n.º 119 (1968): 79.

²⁹⁶ “Esta jangada é constituída por elementos modulares que permitem uma fácil montagem, desmontagem e armazenagem. A forma e peso dos elementos foram estudados de maneira a estes serem facilmente transportados por estrada ou caminho de ferro e, naturalmente, rebocáveis na água.” Anahory, “Praia-Piscina-Flutuante”, 79.

²⁹⁷ Anahory, “Praia-Piscina-Flutuante”, 79.

²⁹⁸ Anahory, “Praia-Piscina-Flutuante”, 79.

²⁹⁹ Anahory, “Praia-Piscina-Flutuante”, 79.

³⁰⁰ Anahory, “Praia-Piscina-Flutuante”, 79.

04

PROJETO

04. PROJETO 101.

04.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO 103. **04.2.** SISTEMA TOPOGRÁFICO 105. **04.3.** SISTEMA DE MOBILIDADE 107. **04.4.** SISTEMA GEOLÓGICO 109. **04.5.** SISTEMA DE OCUPAÇÃO DOS SOLOS 111. **04.6.** ANÁLISE DO AGLOMERADO EXISTENTE 113. **04.6.1.** PERCURSO FOTOGRÁFICO 115. **04.6.2.** CRONOLOGIA 117. **04.7.** ANÁLISE DO COMPLEXO EXISTENTE 119. **04.8.** INTERVENÇÃO 135. **04.8.1.** BANHOS DE MAR 137. **04.8.2.** FOTOMONTAGENS 173.

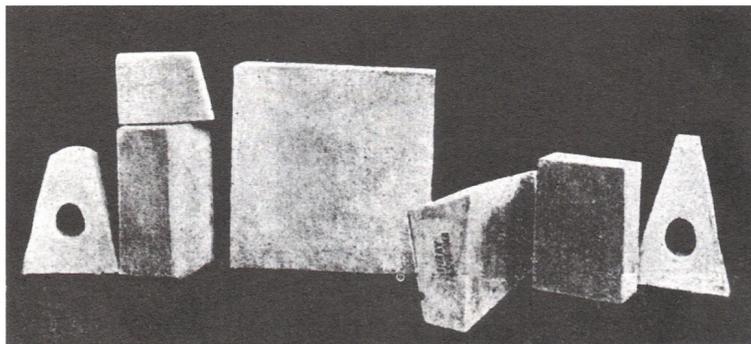
*"A infinita frase dos pinhaes
cantou embaladora à minha infância,
e ficou em minha alma a ressonância
destas religiosas catedraes..."*

*Em cada inverno as árvores douradas
fogem do mundo, deixam-no sozinho;
só estas, sempre fielmente erguidas,
mantêm no mesmo gesto igual carinho.*

*Verdes amigos certos para a gente,
têm a constância na adversidade,
dão a saúde e ensinam a bondade,
— a Bondade: justiça sorridente."*

Alfonso Lopes Vieira, *O Pão e as Rosas* (Lisboa: Livraria Ferreira - Editora, 1908), 103.

FIG 150 Acessórios em material refratário utilizados nos fornos para a produção de vidro



04.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

S. Pedro de Moel localiza-se no distrito de Leiria e concelho da Marinha Grande, entre o Oceano Atlântico e a Mata Nacional de Leiria. A presença da Mata Nacional de Leiria, que remonta ao século XIII, e que é sem dúvida o espaço natural mais relevante do concelho, e do distrito, confere a este aglomerado um carácter de refúgio, sendo que o núcleo urbano mais próximo é a cidade da Marinha Grande, situada a uma distância de aproximadamente 10 quilómetros para interior, para lá dos limites do Pinhal do Rei.

"A (...) Marinha Grande (...) é o maior centro industrial do distrito de Leiria.

A sua fundação deve-se aos primeiros lavradores, lenhadores e couteiros que vieram trabalhar para a floresta já existente, que transformaram no majestoso Pinhal de Leiria.

A sua principal indústria – o vidro – foi aqui implantada em 1748 pelo irlandês João Beare, mas é ao marquês de Pombal, que para cá mandou o inglês Guilherme Stephens em 1769, que se deve o seu desenvolvimento. Hoje a Marinha Grande é o maior centro vidreiro português, onde (...) grandes fábricas e inúmeras oficinas transformadoras produzem todos os artefactos vidreiros: cristais, garrafaria para embalagem, produtos para laboratório, etc..

Outra grande indústria aqui criada, e hoje de grande impacto internacional, é a de maldes para a indústria transformadora de matérias plásticas.³⁰¹

S. Pedro de Moel, encontra-se na fronteira entre as regiões da Estremadura e da Beira Litoral, estando cerca de 20 quilómetros a oeste de Leiria, 50 quilómetros a sul da Figueira da Foz, 20 quilómetros a norte da Nazaré e 115 quilómetros a norte de Lisboa. Apesar da proximidade a grandes centros urbanos, S. Pedro de Moel, carece de uma adequada ligação à rede rodoviária nacional, condição que em parte lhe confere a característica de refúgio. O acesso a este lugar depende da cidade da Marinha Grande, servida pela rede de autoestradas nacionais (A8 e A17) e pela rede ferroviária nacional (Linha do Oeste). A ligação desta cidade a S. Pedro de Moel é garantida pela Estrada Rural 242-2, que é complementada por uma ciclovia. Existe ainda a estrada Atlântica, paralela ao litoral, que se estende desde a Nazaré até à praia do Pedrógão e permite percorrer todo este limite costeiro.

O clima desta região é mediterrâneo de influência marítima, o que se reflete em verões quentes e secos, e invernos frios e húmidos, sendo que os meses mais quentes são os de Julho e Agosto, e os meses de Novembro a Fevereiro são os mais chuvosos. Este contraste entre estações resulta numa temperatura média anual a rondar os 15,4 °C, verificando-se que, nos meses de verão, esta média sobe para os 23,9 °C. Os ventos nesta região são predominantemente originários

de norte ou noroeste e, geralmente, intensos.

Em S. Pedro de Moel as ondulações são geralmente predominantes de noroeste e oeste, com períodos entre os 7 e os 12 segundos, sendo que as ondulações de período mais reduzido se verificam no verão, e as de maior período no inverno. O tamanho da ondulação é bastante variável, podendo verificar-se ondulações até 2 a 3 metros no verão e até 5 a 6 metros no inverno.



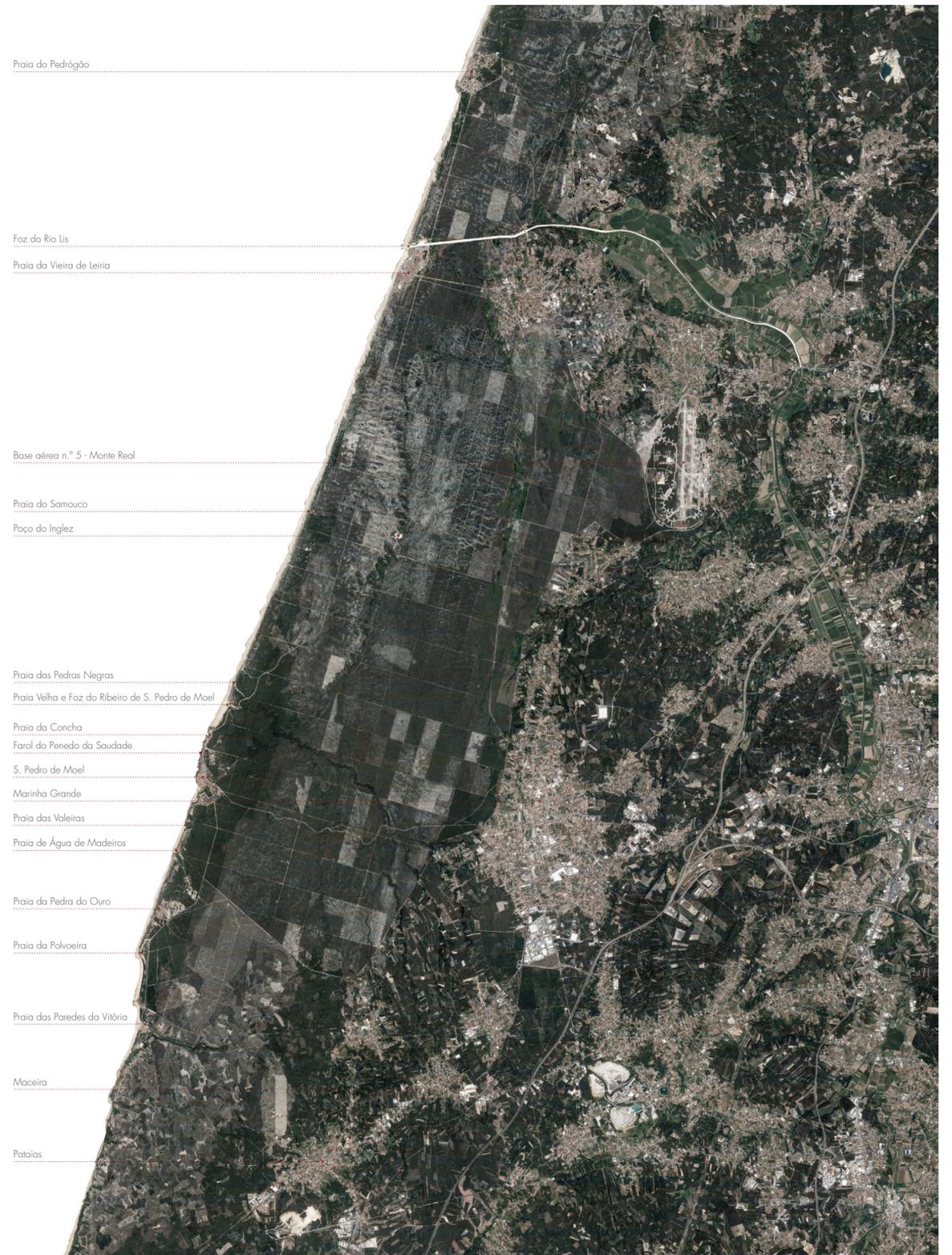
DES 001 Esquema de lugares, distritos e regiões

- 1. Região da Beira Litoral
- 2. Região da Estremadura

- a) S. Pedro de Moel
- b) Marinha Grande
- c) Leiria
- d) Figueira da Foz
- e) Nazaré
- f) Lisboa

- Regiões da Estremadura e da Beira Litoral
- Distrito de Leiria

³⁰¹ Azambuja, Cidade da Marinha Grande: Subsídios para a sua História, 46.



04.2. SISTEMA TOPOGRÁFICO

Da mesma forma que os solos se vão alterando ao longo da costa do concelho, também a topografia vai sofrendo alterações associadas aos solos presentes. A norte, onde existem solos mais arenosos, o declive, do litoral para o interior, vai crescer de forma mais ligeira, sendo que na zona da Vieira de Leiria, pela presença do Rio Lis, se verificam cotas muito reduzidas a grandes distâncias do litoral – na ordem dos 4 metros, até cerca de 8 quilómetros, para o interior. A sul, onde se verificam solos mais rochosos, o declive vai-se tornando progressivamente mais abrupto, sendo que se atingem cotas na ordem dos 20 a 30 metros a poucos metros de distância do mar. Os locais em que tal não se verifica são os vários vales por onde correm alguns ribeiros que desaguam nas praias.

O aglomerado de S. Pedro de Moel corresponde a esta última descrição, estando o núcleo originário situado a uma cota baixa, por se tratar do limite poente do vale do Ribeiro do Olho, e as zonas de expansão mais recentes, a norte e sul, situadas a cotas entre os 20 e 30 metros.

A principal característica topográfica deste concelho prende-se com o seu sistema dunar, no qual se identificam três cordões dunares bem definidos e inseridos na Mata Nacional de Leiria. O primeiro, junto à costa, foi sendo moldado artificialmente desde o século XIX. O segundo cordão, e o mais relevante, é onde se encontram as dunas de maior envergadura, que variam geralmente entre os 50 e os 70 metros, mas chegam a atingir os 136 metros, o que as aproxima das maiores da Península Ibérica. O terceiro, junto à Marinha Grande, e ao longo dos restantes aglomerados urbanos, é o mais antigo e o que atinge cotas menos elevadas.

“A planície litoral da região estudada apresenta um das referidas extensos campos dunares eólicos da bordadura atlântica de Portugal. O limite oriental das areias eólicas atinge um afastamento máximo da costa de cerca de 13 km a norte da lagoa da Ervedeira. A cobertura de areias é menos espessa ao longo dos cursos de água, que até as interrompem, como sucede no antigo leito de cheia do rio Lis. (...) Foram identificadas três formações eólicas, que se dispõem segundo faixas paralelas à linha de costa (...).”

A formação eólica que aflora mais a oriente (FE1) apresenta uma topografia aplanada, eventualmente uma morfologia dunar muito esbatida. No topo, esta formação apresenta um paleosolo ferro-húmico, de tipo podzol, que pode atingir 1 m de espessura. Na região, este paleosolo é conhecido por “surraipa”, tendo servido de material de construção, nomeadamente em habitações.

Sobrepondo-se à formação FE1, e aflorando numa faixa situada imediatamente para ocidente desta, a formação eólica FE2 exhibe dunas lineares alongadas segundo WNW-ESE. Esta formação

apresenta, no topo, um solo de tipo podzol pouco desenvolvido. O seu limite oriental alcança um afastamento máximo da costa de cerca de 8 km. Na área entre o rio Lis e o ribeiro de Moel, observam-se, na formação FE2, dois cordões dunares paralelos à linha de costa.

A unidade FE3 inicia-se, a oriente, por um cordão dunar sensivelmente paralelo à linha de costa, atingindo uma altitude máxima de cerca de 150 m. Este cordão inclui dunas com morfologia parabólica, atingindo 80 m de altura e eixo de desenvolvimento para SE. A sul do ribeiro de Moel (...) a FE3 perde definição, enquanto que a unidade FE2 alcança a costa.”³⁰²

A principal linha de água que desagua neste concelho é o Rio Lis, que nasce nas Fontes, perto de Leiria, e percorre cerca de 40 quilómetros até norte da Praia da Vieira de Leiria, onde se encontra a sua foz. O Ribeiro de S. Pedro de Moel, que atravessa a Mata Nacional de Leiria no sentido nascente-poente, recolhe a água de pequenos ribeiros situados no interior do pinhal e tem a sua foz na Praia Velha, a norte de S. Pedro de Moel.



DES 003 Esquema dos cordões dunares e linhas de água da Mata Nacional de Leiria

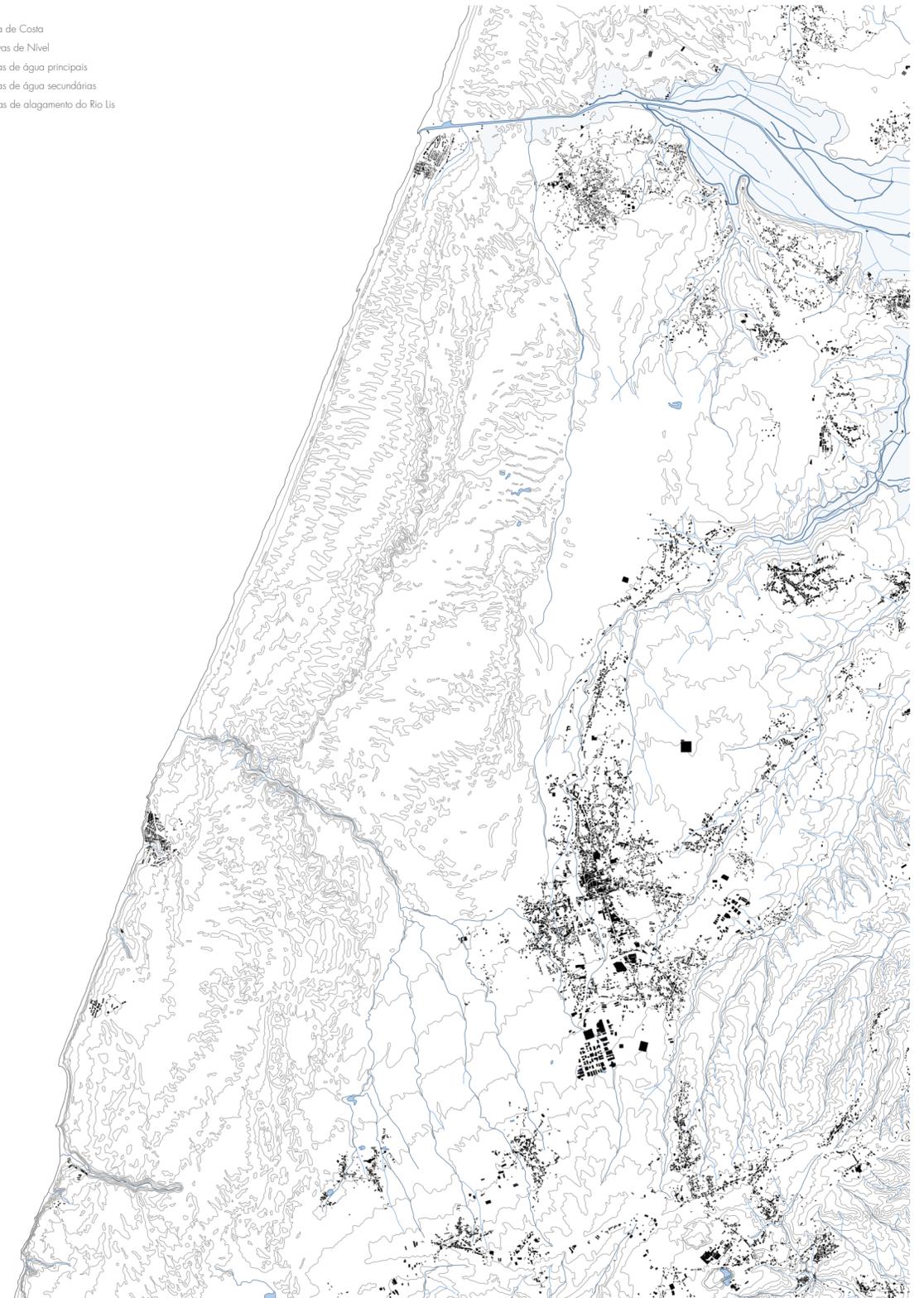
a) S. Pedro de Moel

- Linha de Costa
- Cristas dos cordões dunares
- Linhas de água
- Mata Nacional de Leiria

³⁰² José N. André et al., “Características geomorfológicas e interpretação da evolução do campo dunar eólico da zona costeira entre a Figueira da Foz e a Nazaré,” Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos, Volume VI (2009): 39-40.

LEGENDA:

- Linha de Costa
- Curvas de Nível
- Linhas de água principais
- Linhas de água secundárias
- Zonas de alagamento do Rio Lis



0 m 4000 m

DES 004 Planta topográfica da região do concelho da Marinha Grande

04.3. SISTEMA DE MOBILIDADE

Ao nível da mobilidade, S. Pedro de Moel, está quase totalmente dependente da Marinha Grande. À exceção da estrada Atlântica, paralela ao litoral – que se estende desde a Nazaré até à praia do Pedrógão e permite percorrer e conectar todo este limite costeiro –, todos os outros acessos passam pela sede de concelho.

A Marinha Grande, como grande centro industrial, é servida por duas autoestradas, a A8 e a A17, para além da Linha do Oeste, pertencente à rede ferroviária nacional. Apesar da Marinha Grande ser um dos pontos de paragem da Linha do Oeste, que liga os distritos de Coimbra e Lisboa – passando pela Figueira da Foz, Leiria, São Martinho do Porto, e Sintra –, esta destina-se sobretudo à circulação de comboios de mercadorias, acabando por não contribuir significativamente para a chegada de veraneantes àquela região.

A ligação da cidade da Marinha Grande a S. Pedro de Moel é garantida pela Estrada Rural 242-2, que atravessa a mata no sentido nascente-poente, e é complementada por uma ciclovia. Apesar da proximidade da linha do Oeste e apesar de já ter existido um conjunto de ramais ferroviários no interior do pinhal, não existe qualquer ligação deste tipo à estância balnear. Estes ramais ferroviários foram utilizados pelo “Comboio de Lata”, um comboio a vapor tipo *Découverte*, que permitia fazer o transporte de madeiras no pinhal e que, mais tarde, chegou mesmo a transportar pessoas entre a Marinha Grande e S. Pedro de Moel.

Existe uma evidente carência no que diz respeito aos transportes coletivos que permitem aceder a S. Pedro de Moel, sendo que a única ligação que se verifica é com a cidade da Marinha Grande, através de autocarro, deixando de parte aglomerados como a Moita e Martingança, e praias vizinhas, como a Vieira de Leiria e a Nazaré. De referir que até 2020 o transporte de autocarro era gerido por uma entidade privada, sendo que a partir desse ano o serviço passou a ser assegurado pela empresa municipal de Transportes Urbanos da Marinha Grande (TUMG).

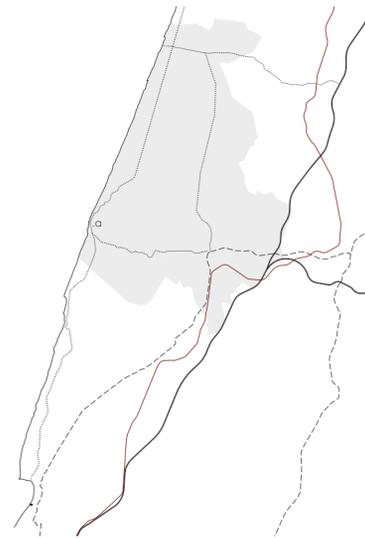
Apesar disso o automóvel acaba por ser o principal meio de transporte a utilizar, devido, em grande parte, à inexistência de variedade de percursos disponibilizados pelos transportes coletivos, e reforçado pelas razoáveis condições dos acessos rodoviários, a par de uma oferta suficiente de estacionamento em S. Pedro de Moel. Contudo, nos meses de verão, a grande afluência que se verifica naquela estância, exige por vezes longas caminhadas até à praia, num terreno em que se verificam um número significativo de acidentes topográficos.

S. Pedro de Moel desenvolve-se maioritariamente num planalto cerca de 20 a 30 metros acima do nível do mar. Assim, apesar de existirem algumas zonas relativamente planas – correspondentes às zonas habitacionais –, o aglomerado acaba por ter um terreno acidentado, prova disso são os desníveis que

chegam a atingir os 30 metros. Atualmente, apenas a parte norte da praia dispõe de acessos destinados à mobilidade condicionada, sendo que na parte sul da praia, para além da inexistência de acessos inclusivos, se identifica um conjunto de infraestruturas de acessibilidade que, por falta de manutenção, se encontram atualmente inutilizáveis. Desníveis desta ordem, associados a um sistema de acessibilidades pedonais incapaz de lhes dar resposta, resultam num território no qual se torna difícil circular, apesar da relativa proximidade dos vários pontos de interesse.

Na Marinha Grande, pela sua topografia pouco acidentada, a bicicleta tem vindo a assumir um papel cada vez mais preponderante ao nível da mobilidade. Em S. Pedro de Moel a utilização de bicicletas está sobretudo associada ao cicloturismo, uma vez que o aglomerado usufrui de uma ligação privilegiada a uma rede de ciclovias regional e nacional. As ciclovias que servem este lugar, destinadas sobretudo ao cicloturismo, são parte da Rota da Costa Atlântica, inseridas no circuito EuroVelo 1, que se estende ao longo de toda a costa portuguesa.

Em redor de S. Pedro de Moel existe ainda um conjunto de percursos pedestres que conectam o aglomerado às praias vizinhas – como a Praia Velha –, ao Penedo da Saudade, ao Ribeiro de S. Pedro de Moel e outros pontos de interesse no interior da Mata. A “Volta dos 5”, com 5 quilómetros de extensão e a “Volta dos 7”, com 7 quilómetros, são os percursos mais conhecidos.

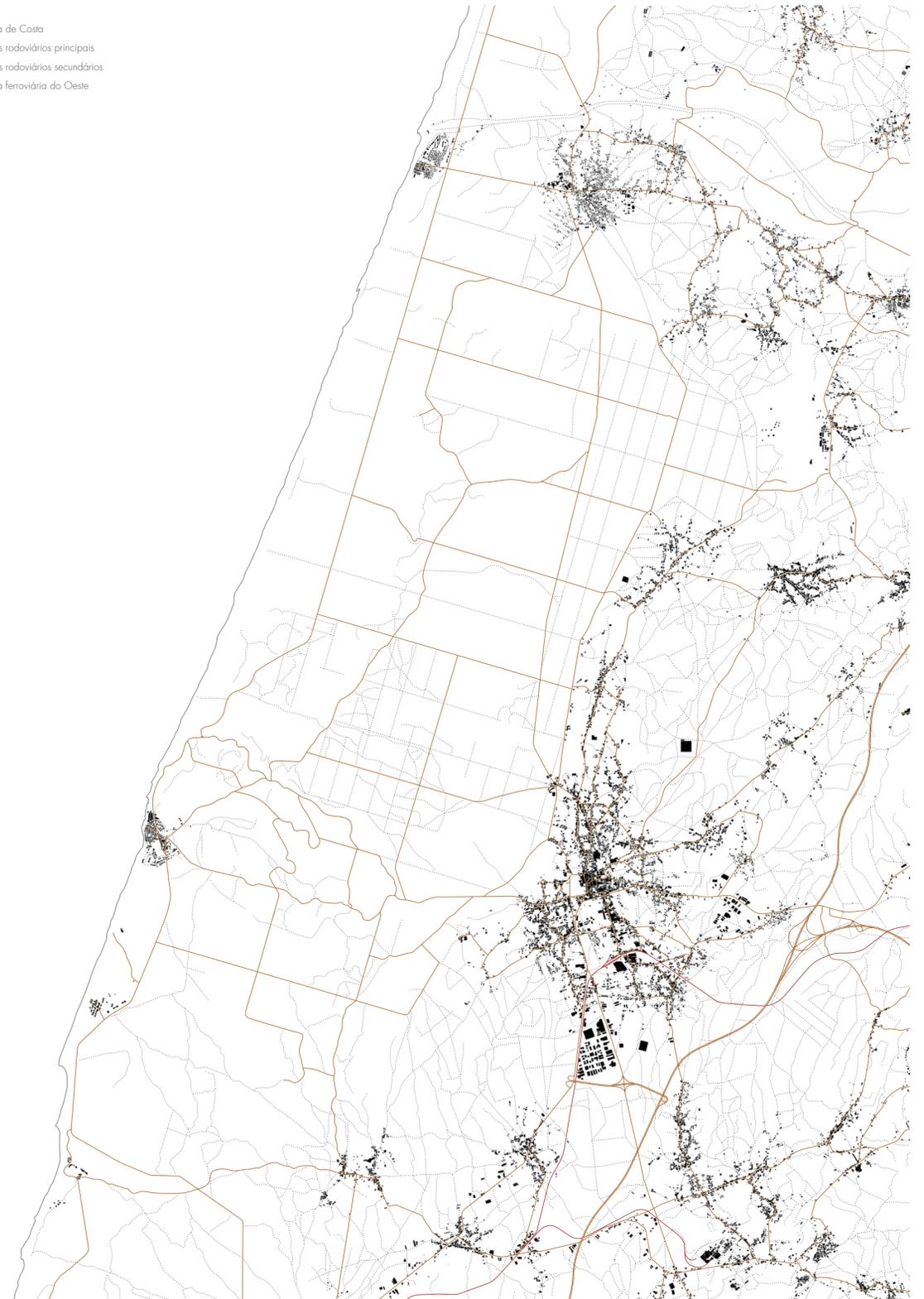


DES 005 Esquema dos eixos viários da região do concelho da Marinha Grande

- a) S. Pedro de Moel
- Linha de costa
- Autoestradas
- Estradas Nacionais
- Estradas Regionais
- Linha ferroviária do Oeste
- Concelho da Marinha Grande

LEGENDA:

- Linha de Costa
- Eixos rodoviários principais
- Eixos rodoviários secundários
- Linha ferroviária do Oeste



0 m 4000 m

DES 006 Planta da rede de mobilidade da região do concelho da Marinha Grande

04.4. SISTEMA GEOLÓGICO

S. Pedro de Moel e a Marinha Grande, estão implantados "numa extensa planície de chão arenoso e saibrento, rodeada por imensas matas de pinheiros entre as quais se conta o majestoso Pinhal do Rei."³⁰³

O concelho da Marinha Grande situa-se na bacia Lusitaniana, uma bacia sedimentar que se desenvolveu durante o período Mesozóico.³⁰⁴ Este concelho encontra-se na zona compreendida pela falha da Nazaré, a falha de Porto-Tomar e o horst da Berlenga, e dispõe de uma extensão de 18 quilómetros de costa, ao longo da qual a sua morfologia se vai alterando drasticamente. A norte, a costa é caracterizada pelas suas praias extensas, arenosas e regulares, cujo areal se prolonga para o interior, como é o caso da Praia da Vieira de Leiria, Praia do Samouco ou Praia Velha. Contudo, no limite sul do concelho, a costa torna-se mais acidentada e irregular, proporcionando lugares como, a Praia de S. Pedro de Moel, pequena, irregular e rochosa, cruzando arribas calcárias e margosas do período Jurássico, com dunas de areia.

"S. Pedro de Moel está inserido na unidade Morfoestrutural da Orla Mesoceno-zóica Ocidental." As formações das suas arribas remontam ao Jurássico inferior (Toarciano), sendo que no topo destas arribas surgem areias plio-pleistocénicas.³⁰⁵ Os solos são na sua maioria arenosos e foram manipulados pelo Homem de forma a permitir a plantação da Mata Nacional de Leiria que, para além de garantir a sustentação dos solos arenosos das investidas do vento, protege ainda as culturas agrícolas e permite a extração de madeira e produtos resinosos, ao mesmo tempo que cria uma grande diversidade e riqueza ao nível da fauna e flora.

Paulo Marques refere que, "a área da Mata de Leiria é constituída essencialmente por sedimentos (siltes, areias e areolas) quaternários e neogénicos, que assentam, (...) sobre formações jurássicas e cretácicas." Verifica-se a existência de dunas, areias de dunas, areias de praia, aluviões e sedimentos pliocénicos, que se refletem num extenso afloramento, de orientação norte-sul, que se desenvolve ao longo do litoral, atingindo cerca de 7,5 quilómetros de largura entre S. Pedro de Moel e a Marinha Grande.³⁰⁶

Segundo João Rosa Azambuja foram extraídas do solo da mata:

Areias

"Utilizadas, ainda hoje, no fabrico do vidro (...) e na construção civil. Para fabrico do vidro, ficaram célebres as areias da Valdeira."

Diorito

"Pedra que, depois de emparelhada em forma de paralelepípedo, foi muito utilizada pelos serviços florestais na pavimentação de recintos, como Pedreanes, e estradas, como as de S. Pedro de Moel e da Vieira de Leiria."

Gesso

"Extraído na zona das Pedras Negras, foi utilizado em grande escala no fabrico de cimento nas fábricas de Maceira-Liz e Pataias, principalmente durante a II Guerra Mundial (1939-45)."

Pedra de Calcário (Óxido de cálcio)

"Foi extraído em boas quantidades para o fabrico de cal, numa fábrica do Engenho, explorada por José dos Outeirinhos, e noutra situada na Guarda Nova (Quinta do Zé Custódia), explorada por Maurício da Pedra."

Surraipa (Paleosolo Ferro-húmico)

"Trata-se de um produto orgânico constituído por camadas compactas, composto sobretudo de anidrido silícico, com que em tempos se construíram casas, cômodos e muros. Depois de rebocada com cal, oferecia grande resistência à intempérie."³⁰⁷



DES 007 Esquema da Bacia Lusitaniana e suas falhas

- a) Falha da Nazaré
- b) Horst da Berlenga
- c) Falha de Porto-Tomar
- d) Falha do Arrife
- e) Falha de Torres Vedras - Montejuízo
- f) Falha do Vale Inferior do Tejo
- g) Falha de Setúbal - Pinhal Novo
- h) Falha da Arrábida

— Bacia Lusitaniana
- - - Falhas geológicas

³⁰³ Azambuja, Cidade da Marinha Grande: Subsídios para a sua História, 46.

³⁰⁴ J. C. Kullberg et al., "A Bacia Lusitaniana: Estratigrafia, Paleogeografia e Tectónica," in Geologia de Portugal no Contexto da Ibéria (Évora: Universidade de Évora, 2006), 317.

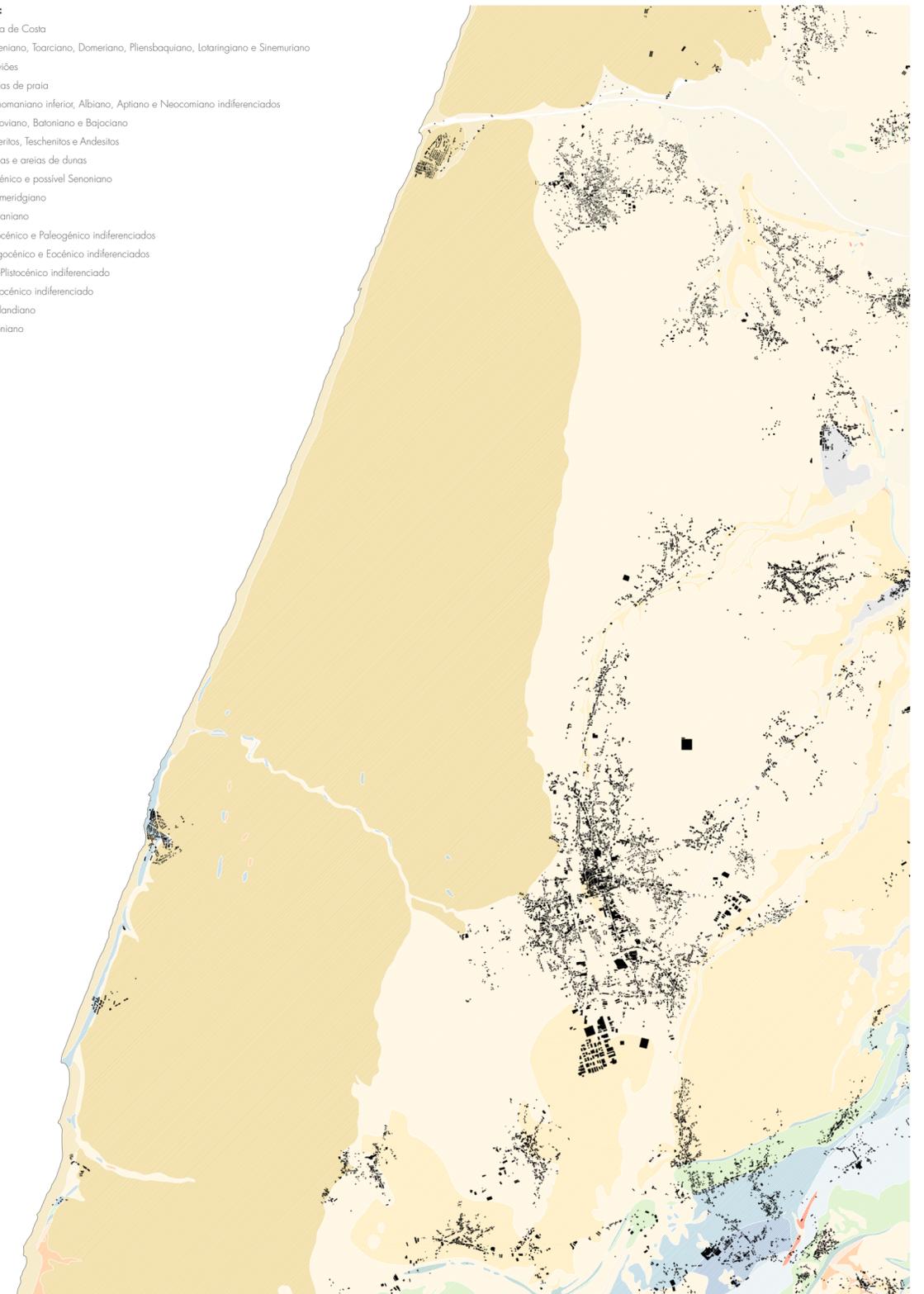
³⁰⁵ Raquel Alavandra Pequeno Soares, "Análise de Risco de Instabilidade de Arribas em S. Pedro de Moel" (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2013), 10.

³⁰⁶ Paulo Jorge Pires Marques, "Os Solos Da Mata Nacional de Leiria: Características e Classificação" (Dissertação de Mestrado: Universidade Técnica de Lisboa, 2010), 8.

³⁰⁷ Azambuja, Cidade da Marinha Grande: Subsídios para a sua História, 87-88.

LEGENDA:

- Linha de Costa
- Adeniense, Toarciano, Domeriano, Pliensbaquiano, Lotaringiano e Sinemuriano
- Aluviões
- Areias de praia
- Cenomaniano inferior, Albiano, Aptiano e Neocomiano indiferenciados
- Caloviano, Batoriano e Bajociano
- Doleritos, Teschenitos e Andesitos
- Dunas e areias de dunas
- Eocénico e possível Senoniano
- Kimmeridgiano
- Lusitaniano
- Miocénico e Paleogénico indiferenciados
- Oligocénico e Eocénico indiferenciados
- Plio-Pleistocénico indiferenciado
- Pleistocénico indiferenciado
- Portlandiano
- Turoniano



0 m 4000 m

DES 008 Planta do sistema geológico da região do concelho da Marinha Grande

04.5. SISTEMA DE OCUPAÇÃO DOS SOLOS

O território da Mata Nacional de Leiria é caracterizado pela sua diversidade natural, sendo que ao longo da sua orla costeira existem apenas dois aglomerados urbanos, S. Pedro de Moel e Vieira de Leiria. Assim, este revela-se um sistema natural único no território nacional.

"[...] a área do Pinhal era, segundo o respectivo Ordenamento, de 11 032,26 hectares.

O Pinhal tem uma largura máxima de 8400 metros (aceiro F, entre o mar e a Guarda da Louça) e o comprimento também máximo de 18 700 metros (arrife 15, entre as Terceiras e o Ponto do Facho).

Os aceiros são arruamentos rectilíneos com 10 metros de largura, orientados no sentido nascente-poente, designados pelas letras A a T, de norte para sul, e distantes entre si de 800 metros aproximadamente (nos seus extremos estão colocados marcos de pedra, com indicação da letra respectiva). Existem 21 aceiros, sendo o A junto ao rio Liz e o T junto ao Camarçãõ.

Os arrifes são arruamentos rectilíneos com 5 metros de largura, orientados no sentido norte-sul e numerados de 1 a 22, abertos de 400 em 400 metros, cuja numeração se inicia de nascente para poente.

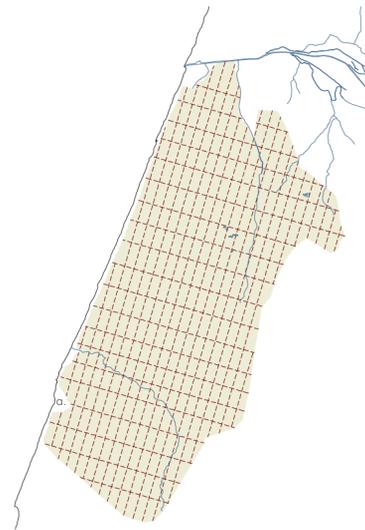
Os aceiros e arrifes formam talhões, numerados de 1 a 343, que começam à margem esquerda do Rio Liz, na Guarda dos Calvos (n.º 1) e terminaram à guarda da Lagoa Cova (n.º 342) – da terra para o mar, e de norte para sul.³⁰⁸

De um total de 11 032,26 hectares de mata, cerca de 8 685 hectares, com uma densidade de 250 árvores por hectare, são destinados à exploração dos seus recursos, desde o aproveitamento da sua madeira, até à extração de produtos resinosos. Sendo o pinheiro-bravo a principal espécie arbórea presente nesta mata, é segundo a sua renovação que esta se organiza. O ordenamento florestal está, assim, organizado por nove classes de uso, que correspondem às várias classes de idade do pinheiro-bravo, cada classe compreendendo um período de dez anos.

Para além do pinheiro-bravo, existe ainda um conjunto de espécies vegetais que abundam naquela mata, das quais se destacam: a Torga-ordinária (*Calluna vulgaris*), a Sargaça (*Halimium calycinum*), o Sanganho-manso (*Cistus salvifolius*), o Feto-ordinário (*Pteridium aquilinum*) e o Tojo arnal-do-litoral (*Ulex europaeus* subespécie *latebracteatus*). Existem ainda outras espécies mais raras como a Tâpsia (*Thapsia villosa*), o Folhado (*Viburnum tinus*) e a Salva-bastarda (*Teucrium scorodonia*).

Um dos principais cursos de água desta mata é o

Ribeiro de S. Pedro, que atravessa o pinhal no sentido nascente-poente e cria em seu redor um corredor de biodiversidade. Ao longo deste ribeiro existe uma grande variedade de musgos e líquenes que atestam a pureza da sua água, e surgem bosques de carvalhos e eucaliptos de grandes dimensões, bem como a vegetação arbustiva típica da mata. Esta riqueza vegetal, a par de um conjunto de ribeiros de água não poluída, criam um ecossistema rico e complexo, onde se pode encontrar uma grande variedade de animais, desde aves, a mamíferos, répteis e anfíbios.



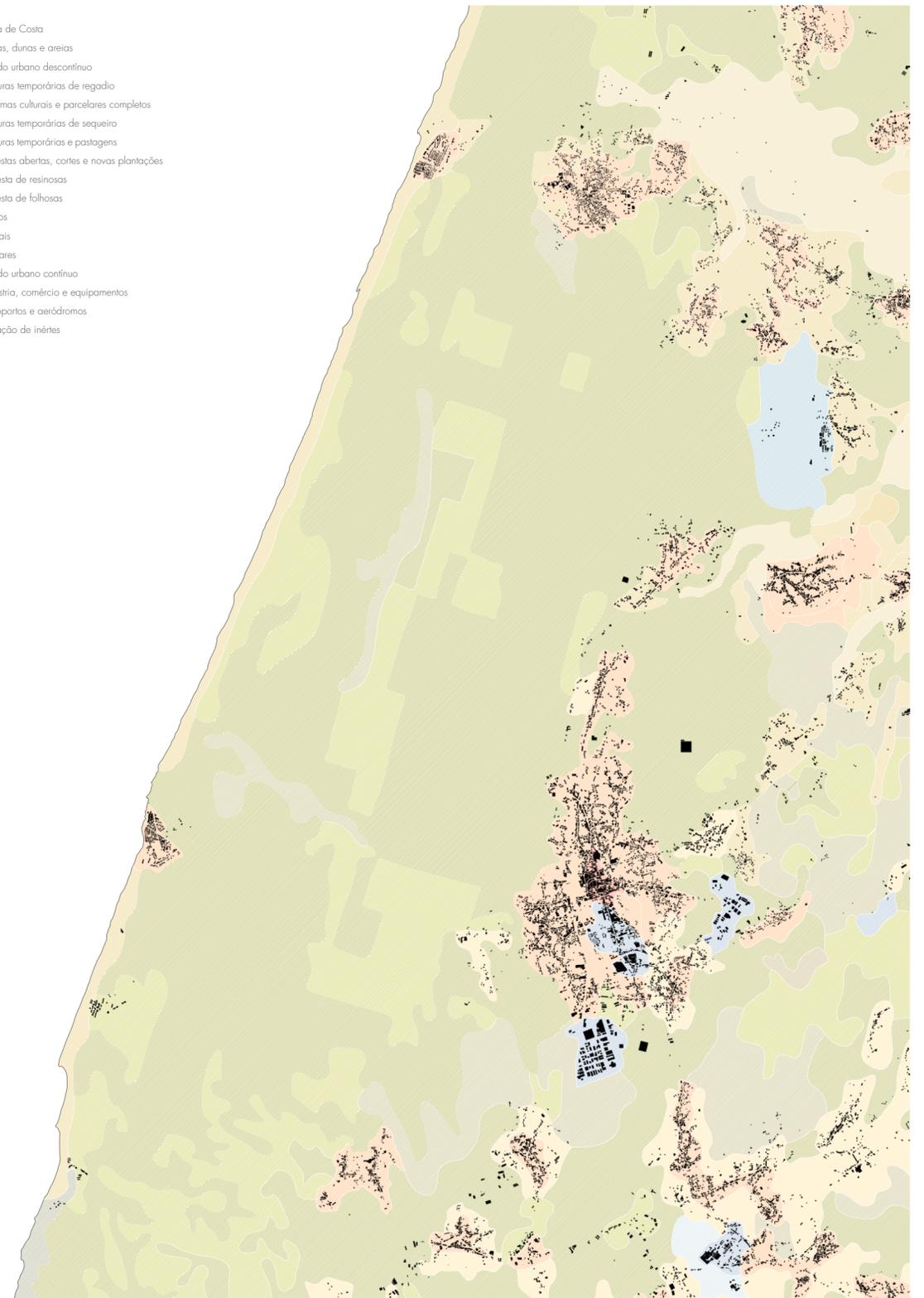
DES 009 Esquema da estrutura da Mata Nacional de Leiria

- a) S. Pedro de Moel
- Mata Nacional de Leiria
- linha de costa
- Aceiros e Arrifes
- linhas de água

³⁰⁸ Azambuja, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios para a sua História*, 85.

LEGENDA:

- Linha de Costa
- Praias, dunas e areias
- Tecido urbano descontínuo
- Culturas temporárias de regadio
- Sistemas culturais e parcelares completos
- Culturas temporárias de sequeiro
- Culturas temporárias e pastagens
- Florestas abertas, cortes e novas plantações
- Floresta de resinosas
- Floresta de folhosas
- Matos
- Olivais
- Pomares
- Tecido urbano contínuo
- Indústria, comércio e equipamentos
- Aerportos e aeródromos
- Extração de inértes



0 m 4000 m

DES 010 Planta do sistema de ocupação dos solos da região do concelho da Marinha Grande

04.6. ANÁLISE DO AGLOMERADO EXISTENTE

S. Pedro de Moel é, de forma indiscutível, a estância balnear mais pitoresca do distrito de Leiria. Apesar de existirem outras estâncias deste tipo, também elas desenvolvidas aquando do período de ação dos Planos Gerais de Urbanização – como é o caso da Praia da Vieira de Leiria –, esta destaca-se pela forma como conservou as características paisagísticas que estiveram na gênese do seu desenvolvimento. S. Pedro de Moel dispõe de um enquadramento geográfico e natural privilegiado, situando-se no encaixe entre duas grandes infraestruturas naturais, por um lado a Mata Nacional de Leiria, por outro, o Oceano Atlântico, para além de se situar numa zona em que, pelas características geológicas do território, o seu limite costeiro, rochoso e acidentado, constitui um atrativo paisagístico.

A predominância de habitações unifamiliares com espaços exteriores verdes, que parecem prolongar a mata para o interior do contexto urbano, a par da inexistência de equipamentos turísticos de grandes dimensões, resultaram num aglomerado que se adequa à escala do lugar. É interessante compreender como este pequeno núcleo urbano se encontra num equilíbrio delicado: se, por um lado, a sua escala lhe conferiu a imagem de aglomerado pitoresco que sempre foi, a par das suas características naturais, o seu maior atrativo, foi também essa escala reduzida que sempre impediu que existisse um volume suficiente de veraneantes capaz de garantir a afirmação de S. Pedro de Moel enquanto estância balnear de relevo no panorama nacional.

A predominância de habitações unifamiliares isoladas atribui ao aglomerado um aspeto rarefeito do ponto de vista da sua urbanização, o que se traduz num evidenciar da vegetação da mata, que “invade” S. Pedro de Moel, e das características topográficas do lugar. Ainda assim, o lugar encontra-se relativamente consolidado do ponto de vista urbano, apresentando, contudo, uma evidente negligência na manutenção das suas infraestruturas. O caso mais flagrante é, sem dúvida, o da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel, inaugurada em 1967, e ao abandono desde 2013. Mas a par do complexo de piscinas, também grande parte das infraestruturas de acessibilidades se encontram em avançado estado de degradação, sendo que certos percursos foram totalmente absorvidos pela vegetação dunar, impedindo por completo a sua utilização.

S. Pedro de Moel é uma localidade agora conhecida pelas suas piscinas de mar abandonadas, outrora o maior e mais marcante empreendimento daquela estância e da região, e pela falta de acessibilidades, consequência da ausência de infraestruturas capazes de vencer os acidentes topográficos que conferem ao lugar o seu principal valor paisagístico. A verdade é que, a perda deste tipo de infraestruturas muito tem contribuído para a redução, tanto da população flutuante, como da população permanente.

A sazonalidade associada à vilegiatura é uma questão que sempre condicionou o desenvolvimento de muitas estâncias balneares. A ocupação temporal do aglomerado pode ser entendida a duas escalas distintas, sendo uma, a escala anual, e outra, a semanal. A ocupação de S. Pedro de Moel assume assim caracteres distintos: se por um lado existe a ocupação sazonal, relacionada com o veraneio, que ocorre durante o verão e é caracterizada pela permanência durante períodos de tempo relativamente alargados – semanas ou até mesmo meses –, existe também uma ocupação temporária semanal, que ocorre ao longo de todo o ano, e que consiste na visita de habitantes dos arredores – predominantemente de Leiria e Marinha Grande – durante o fim de semana, para ver o mar e passear. A verdade é que, ambas estas formas temporárias de ocupação de S. Pedro de Moel têm vindo a reduzir ao longo do tempo, reflexo da inexistência de infraestruturas adequadas e funcionais, e de equipamentos capazes de “entreter” estes visitantes.

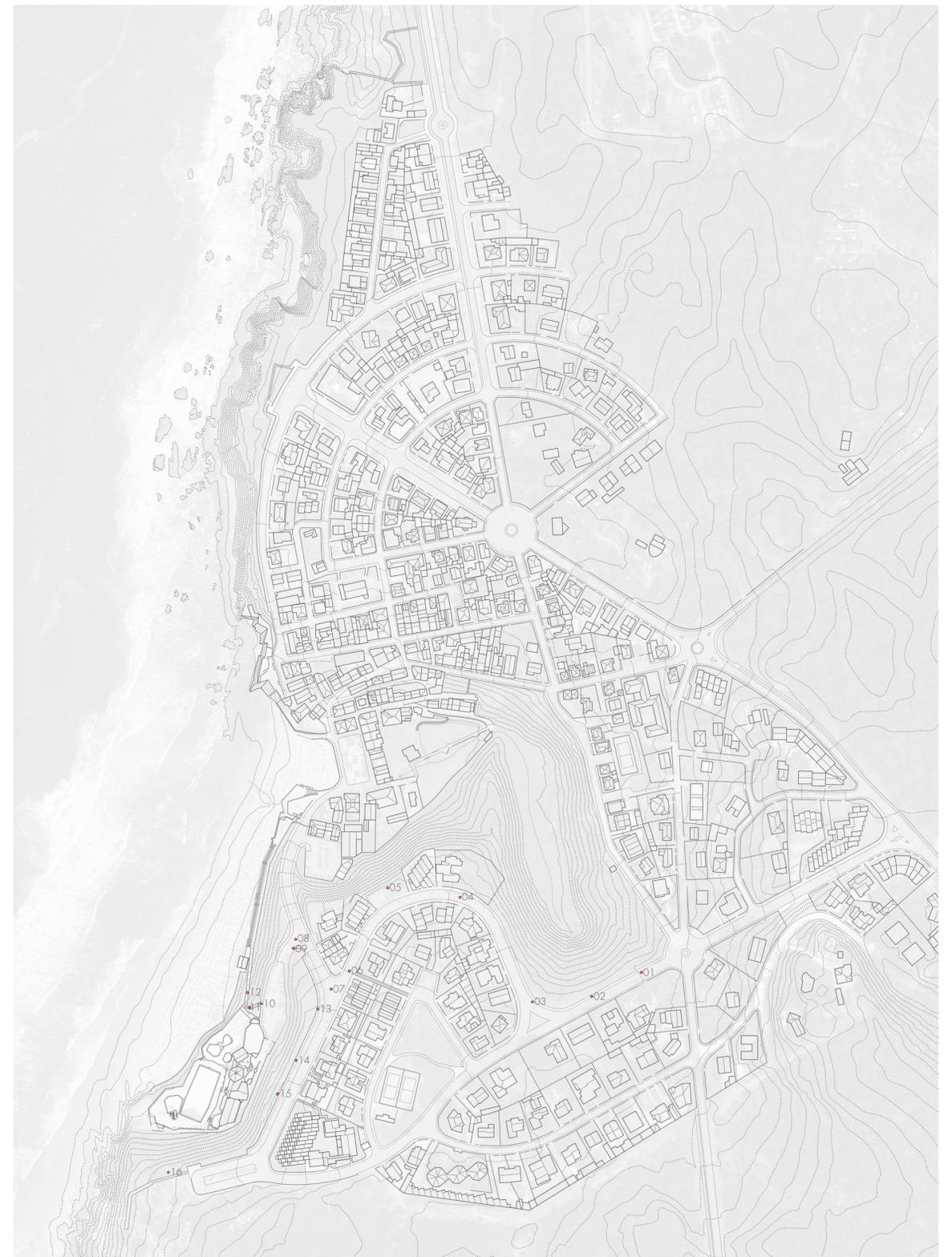
Identificadas as problemáticas fundamentais que insistem em travar o desenvolvimento de S. Pedro de Moel, torna-se necessário criar uma infraestrutura capaz de dar resposta, quer à problemática das acessibilidades, permitindo conectar o núcleo sul do aglomerado à praia, quer ao abandono do complexo da Piscina Oceânica, consequência da sua utilização sazonal. Assim, a proposta que se pretende apresentar, situada junto a este complexo, a uma cota intermédia entre o núcleo sul do aglomerado e a praia, permite, através de uma infraestrutura de acessibilidade pedonal – constituída por dois elevadores públicos e escadas –, vencer um desnível de cerca de 30 metros entre estes dois pontos, conectando-os. Este sistema de acessibilidades permite a circulação, sem esforço, entre o patamar em que se desenvolve o aglomerado e aquele em que se situa a praia, conectando de forma direta lugares que apesar de próximos, se viam até agora separados.

Esta nova infraestrutura, parte integrante do complexo de piscinas, incluirá ainda um programa de banhos de mar capaz de funcionar ao longo de todo o ano, procurando, deste modo, solucionar a problemática associada à sazonalidade da frequência do complexo. Desta forma, num gesto único, a proposta procura solucionar os problemas fundamentais identificados, infraestruturando o lugar e fortalecendo não só a oferta turística, mas proporcionando também uma solução para os problemas das gentes locais.



DES 011 Esquema de declives e infraestrutura de mobilidade existente

- Declives com inclinação superior a 10%
- Infraestruturas de mobilidade





FOT 001 Avenida das Piscinas



FOT 002 Vale do Ribeiro do Olho e Farol do Penedo da Saudade



FOT 003 Rua Pôr do Sol



FOT 009 Estacionamento da Piscina Oceânica



FOT 010 Acesso sul à praia de banhos



FOT 011 Vista sobre a Piscina Oceânica no acesso à praia de banhos



FOT 004 Miradouro da Rua Pôr do Sol



FOT 005 Vista do miradouro da Rua Pôr do Sol sobre o núcleo original de S. Pedro de Moel



FOT 012 Vista sobre o núcleo original no acesso à praia de banhos



FOT 013 Pinheiros serpente da Avenida José Nobre Marques



FOT 014 Vista da Av. José Nobre Marques sobre a Piscina Oceânica



FOT 006 Acesso pedonal da Rua Pôr do Sol à Rua Artur Neto Barros



FOT 007 Avenida José Nobre Marques (Avenida Marginal)



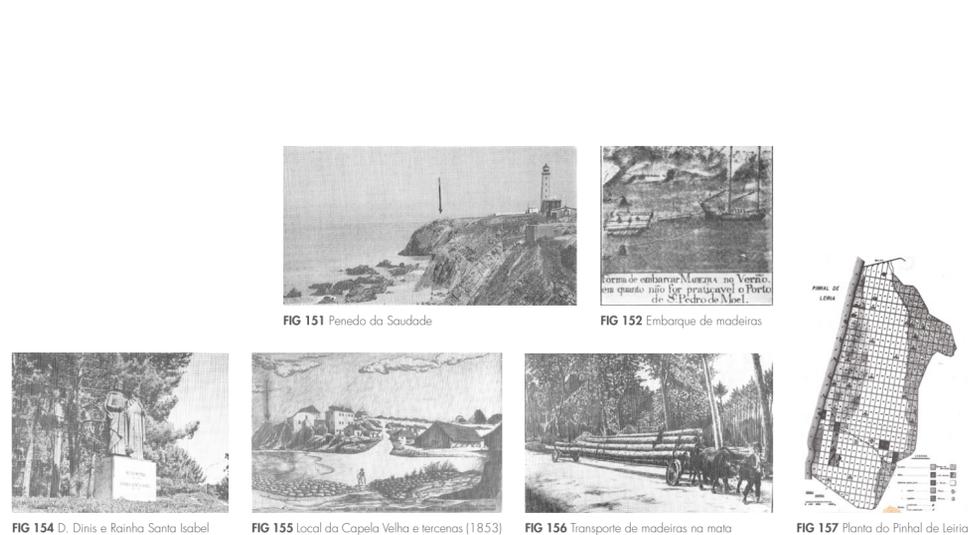
FOT 008 Vista da Av. José Nobre Marques sobre o núcleo original



FOT 015 Antigo acesso à Piscina Oceânica e à praia de banhos



FOT 016 Vista sobre o complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel e o núcleo original



Séc. XIII a.C.	Séc. XIV	Séc. XV - Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX
	1300 - 1380	1460 - 1640	1790	1820 - 1880	1920

Séc. XIII a.C. - A ocupação daquele território é feita, primeiro por fenícios, que ali se estabelecem devido à existência de um pequeno embarcadouro, e mais tarde por parte de mouros [séc. III a.C.].

1300 - Após a reconquista deste território, aos mouros, por parte de D. Afonso Henriques, o termo de Leiria entra nos bens da coroa [séc. III a.C.], e no reinado de D. Dinis iniciase a plantação de pinheiro bravo em grande escala, que viria a dar origem à Mata Nacional de Leiria.

1385 - Apesar de não haver registos por parte do Instituto Português de Geologia há relatos de um violento terramoto que destrói a povoação das Paredes, a sul de S. Pedro de Moel, e destrói os embarcadouros de ambos os aglomerados.

1463 - D. Afonso V faz doação da povoação ao Conde de Vila Real, que se viria a tornar, Marquês de Vila Real, que ali construiu uma residência de veraneio e estabeleceu grandes negócios, como fábricas de piche e calcário, para além de possuir vários barcos de comércio. Em 1641, o Marquês de Vila Real e o seu filho, Duque de Caminha, são executados por conspiração e o os seus bens, entre os quais a povoação de S. Pedro de Moel, passam para a posse no Infante D. João, tendo conseguido provar a inocência do seu marido, refugiou-se na velha casa de onde só saiu para captar a sua deslida junto de um enorme penedo existente na escarpada costa. Essa grande rocha, onde brotam tufas de flores de cor roxa, apelidadas de suspiros ou saudades, foi mais tarde denominada Penedo da Saudade."

Azambuja, Cidade da Marinha Grande: Subsídios para a sua História, 85.

1790 - Neste período os embarques de madeira do Pinhal do Rei passam a ser exclusivamente feitos por S. Pedro de Moel, o que confere ao lugar grande importância.

1799 - Uma resolução de 25 de Maio de 1799 estabelece o aumento da área de plantação do Pinhal do Rei, procedendo-se para o efeito, à distribuição gratuita de sementes.

1824 - Um incêndio de grande escala consome grande parte do pinhal nas proximidades de S. Pedro de Moel. Como consequência, o embarque de madeiras passa a realizar-se na Praia da Vieira de Leiria, o que acaba por interromper o desenvolvimento de S. Pedro de Moel.

1860 - O Administrador dos Pinhais de Leiria, Luciano António Miguéis, é encarregue, por parte do Ministério das Obras Públicas, de "estabelecer um plano de edificações a erigir, e a forma por que elas podem ser erigidas" [Subsídios para uma monografia de S. Pedro de Moel, pp. 60 e 61], tratandose o primeiro planeamento urbano do qual o aglomerado é alvo.

1882 - Os Serviços Florestais avançam com a abertura de uma estrada em macadame entre a Marinha Grande e S. Pedro de Moel - numa extensão de cerca de 9 quilómetros - , que muito vai facilitar o acesso ao aglomerado.

1923 - S. Pedro de Moel, que até à data se encontrava sob alçada da Administração das Matas, passa para a tutela da Câmara Municipal da Marinha Grande, que deveria desenvolver um plano urbano para a povoação no prazo de seis meses.

1926 - António Boiça, um dos mais conhecidos naturais de S. Pedro de Moel, seria nomeado banheiro. Para além de encarregue de zelar pela segurança dos banhistas, estava também encarregue de cuidar dos candeeiros de iluminação e da limpeza da praia.

Séc. XX						Séc. XXI
1920	1930	1940	1950	1960	2010	

1928 - É aprovada um Plano Geral de Melhoramentos para S. Pedro de Moel, iniciado em 1924, que irá incidir, sobretudo, na consolidação da malha existente e na [infra]estruturação das áreas de crescimento futuro, dando especial atenção ao desenho do espaço público - vias e praças - e a preocupações de higiene - alinhamento das construções e suas cêrceas - e de salubridade urbanas - abastecimento e drenagem de águas e esgotos.

1930 - Dá-se início à construção do Bairro Novo, ou Bairro Alto, o primeiro grande desenvolvimento urbano do aglomerado. Isto acontece numa altura em que, o preço dos terrenos tinha passado de 2\$00 o metro quadrado, para 1\$50 o metro quadrado, de forma a impulsionar o desenvolvimento de S. Pedro de Moel.

1931 - Com o progressivo desenvolvimento da vila surge, junto à praia, a Esplanada-Casino, um pequeno estabelecimento de diversão e convívio, promovido por iniciativa de algumas figuras locais. O que lá acontece

1933 - A Câmara Municipal da Marinha Grande solicita à Capitania uma faixa de terreno com 100 metros de largura por forma a iniciar o estudo para o desenvolvimento de uma Avenida Marginal.

1947 - Em 1946, como consequência de um aumento significativo de procura de S. Pedro de Moel por parte de veraneantes, o arquiteto Lima Franco é encarregue de desenvolver um Antepiano de Urbanização para a povoação. O Antepiano, aprovado em 1947, vai resultar no aumento significativo do preço dos terrenos, que num prazo de cerca de 6 anos passa de, 3\$00, para 12\$00 o metro quadrado.

Desde 1947, funciona também, na velha casa dos marqueses de Vila Real, a Colónia Balnear Infantil Afonso Lopes Vieira, adquirida em 1909 pelo pai do poeta.

1950 - É iniciada a construção do Bairro dos Naturais nos terrenos que até aí tinham sido reservados para a construção de um campo de aviação que nunca viria a ser concretizado.

1962 - O Arquiteto Lima Franco é encarregue de dar início à ampliação do plano de urbanização que desenvolvera em 1946, e que deveria centrar-se no desenvolvimento, com finalidades turísticas, da parte sul do aglomerado. Este novo plano vai fazer o preço dos terrenos subir para os 50\$00 o metro quadrado.

1967 - É inaugurado o Complexo de Piscinas Oceânicas de S. Pedro de Moel, desenvolvido por iniciativa da PROMOEL, e parte integrante do plano de ampliação de Lima Franco. Para a abertura dos armamentos de acesso ao complexo de piscinas o Casarão seria adquirido pela Câmara Municipal, e demolido.

2013 - Desde a inauguração do Complexo de Piscinas Oceânicas de S. Pedro de Moel, até ao seu fecho, em 2013, não se verificaram grandes alterações no aglomerado. O mais visível terá mesmo sido a progressiva falta de manutenção das infraestruturas da povoação que resultaram no abandono de percursos e equipamentos.

04.7. ANÁLISE DO COMPLEXO EXISTENTE

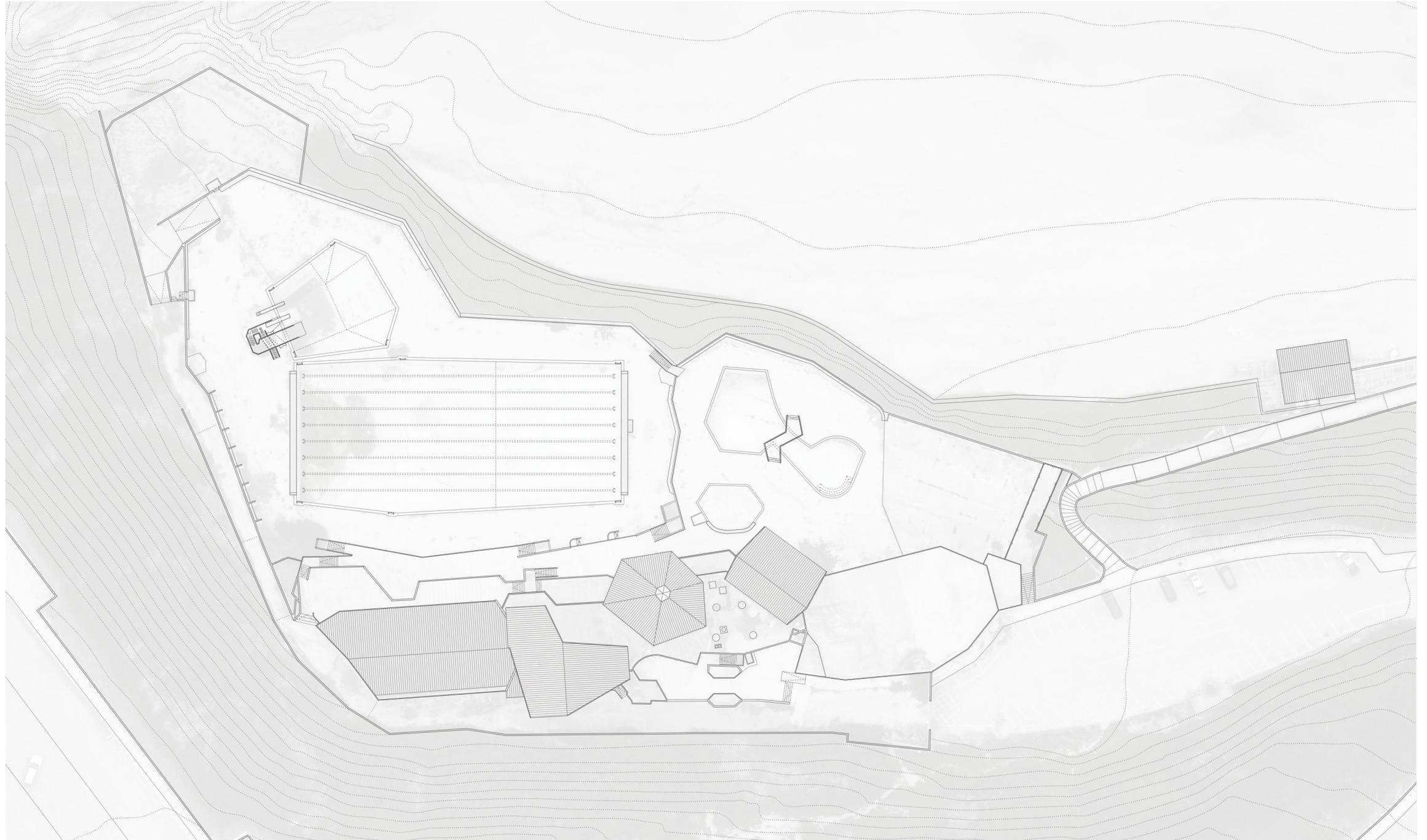
O complexo de Piscinas Oceânicas de S. Pedro de Moel sofreu diversas alterações desde o seu planeamento até à sua execução, e desde a sua construção até aos dias que correm. Nos desenhos que se seguem pretende-se, da forma possível, desenhar o complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel na sua forma atual. Para tal recorreu-se às plantas originais, por forma a entender a organização espacial e programática interior do conjunto, a imagens históricas e a outras, recolhidas especificamente para o efeito, por forma a compreender as sucessivas alterações efetuadas ao complexo, assim como a vídeos recolhidos por "invasores" do recinto, que se encontra atualmente fechado e vedado ao público.

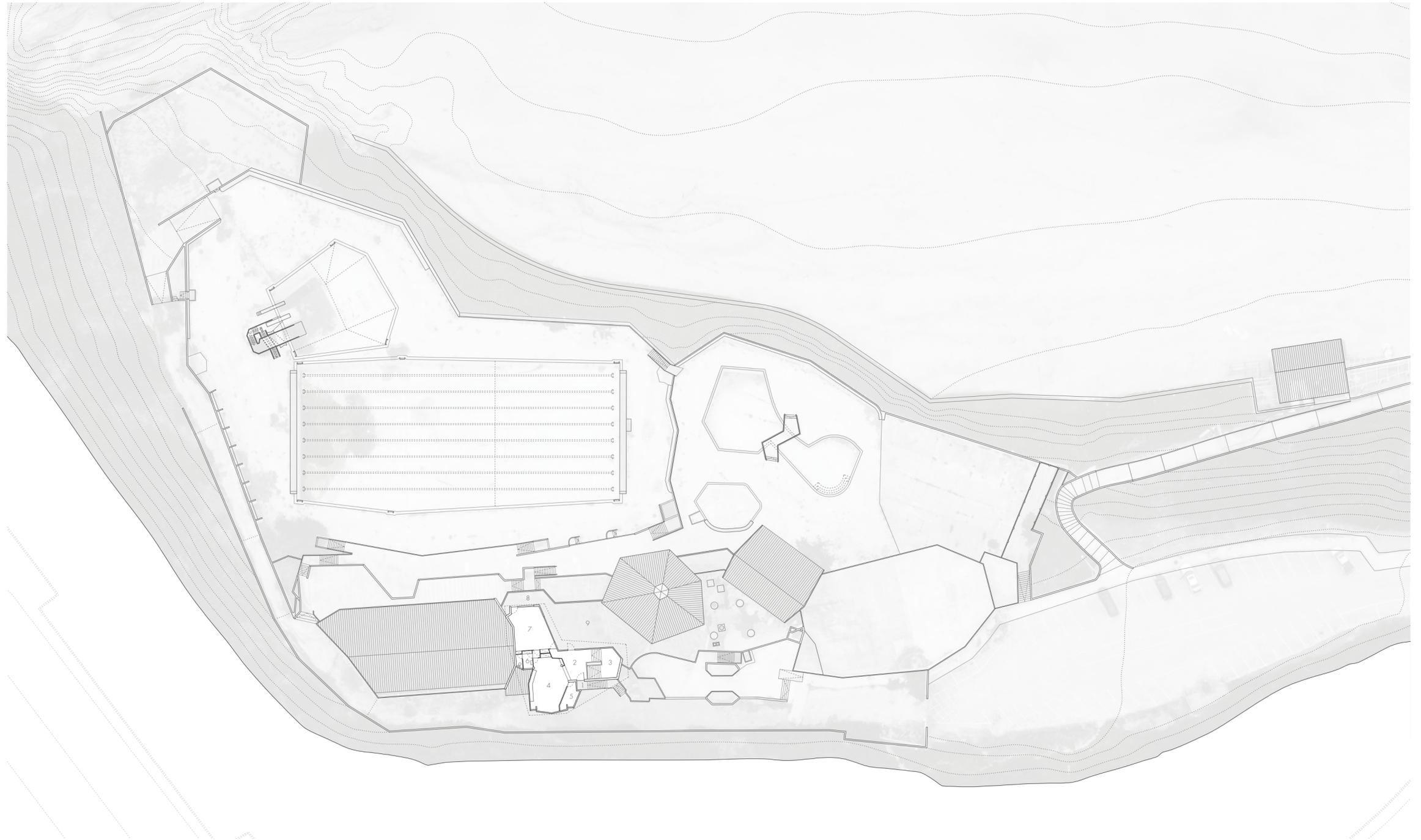
O complexo apresenta-se como um conjunto de peças articuladas entre si, com formas, dimensões e funções distintas. Os vários volumes, que procuram dialogar com a topografia e o restante aglomerado, acabam por funcionar em conjunto, complementando-se ao nível programático. Enquanto que a articulação entre os vários corpos do conjunto sugere uma divisão programática modular do complexo, por edifício, o facto é que a principal divisão é, na verdade, orientada pelos diversos pisos, que vão adquirindo níveis distintos de privacidade.

No piso de entrada, à cota 18,00 metros, encontramos os principais programas públicos do complexo, como o restaurante, o salão de festas e bailes, o bar, o casino, a portaria e a bilheteira. É a partir deste piso, acessível a todos os visitantes do complexo, que se faz a distinção entre aqueles que procuram, ou não, o banho de mar. No piso imediatamente acima, à cota 21,30 metros, desenvolve-se o piso mais privado, correspondente à administração. Para baixo, a partir da cota 14,00 metros, podemos encontrar, não apenas os tanques de banho, mas também todos os apoios à sua utilização, desde balneários, vestiários, instalações sanitárias, bares e todos os equipamentos de tratamento das águas.

Pelo exterior, a grande diferença que se identifica entre o projeto original e aquele que encontramos atualmente verifica-se no limite norte do conjunto, área para a qual foi inicialmente prevista a construção das cabines de duchas para rapazes e raparigas, a par das respetivas instalações sanitárias e depósitos de roupas, e onde hoje encontramos um corpo, composto por uma série de ampliações, que pouco se relaciona com a restante composição e onde funcionaram, ao longo dos anos, diversos espaços de animação noturna.

É sobretudo este limite norte do complexo que, por se tratar de uma ampliação, se encontra em melhor estado de conservação. Contudo, é também esta zona a que se encontra menos bem resolvida do ponto de vista da relação com a vertente da duna, que se estende ao longo de todo o passeio marginal, e da articulação entre a cota do estacionamento do complexo de piscinas e do passeio marginal, que se encontram conectados por um conjunto de escadas desconfortáveis de percorrer, pelo seu inadequado dimensionamento, e que condicionam a acessibilidade da praia no seu limite sul. Para além disso, o próprio nível do estacionamento do complexo encontra-se desconectado da Avenida José Nogueira Marques, onde se encontra grande parte do estacionamento destinado aos utilizadores, tanto das piscinas, como da praia.

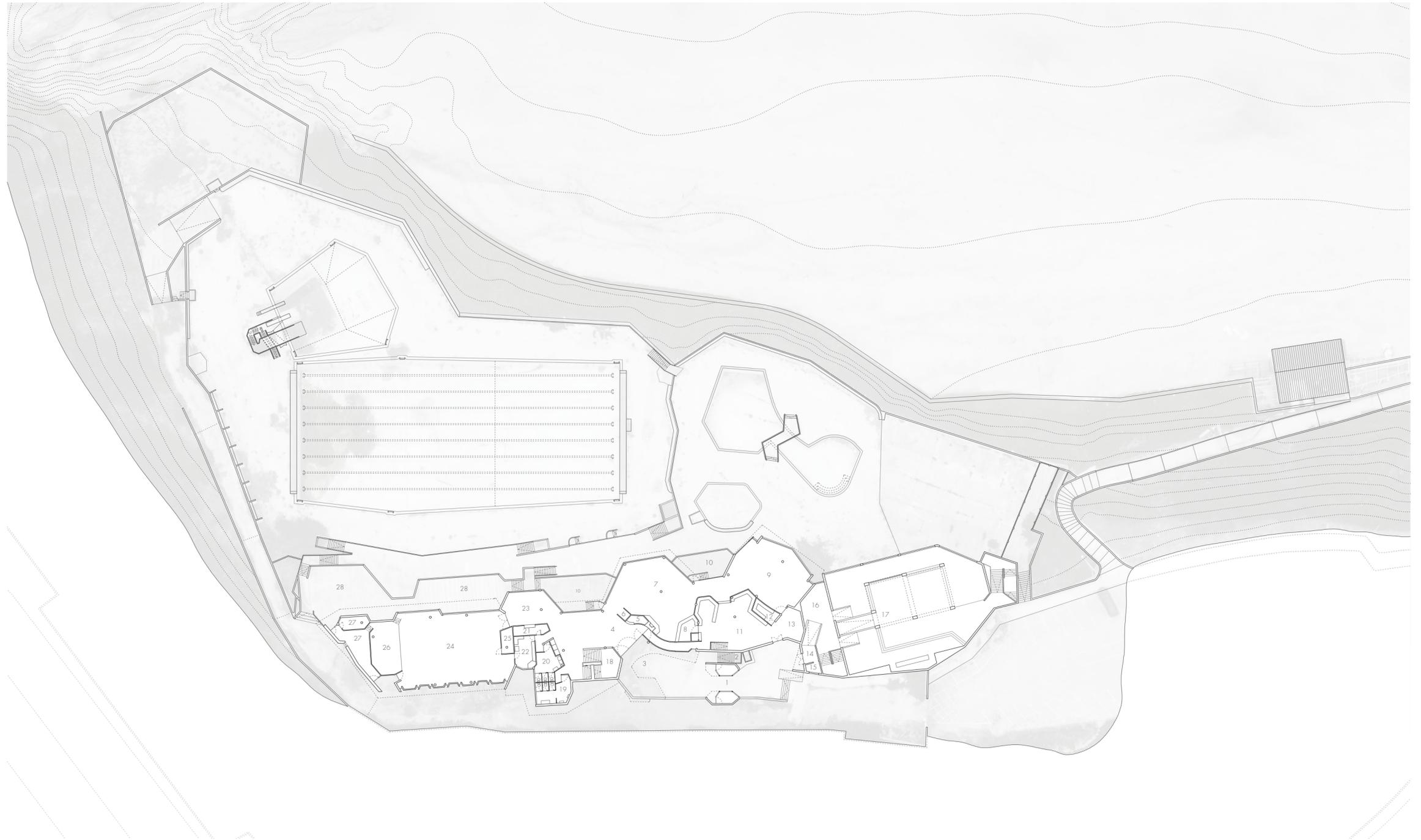




LEGENDA:

1. ACESSO PRIVATIVO DA ADMINISTRAÇÃO
2. HALL
3. ESCADAS DE ACESSO AO HALL DE ENTRADA
4. SECRETARIA
5. ARQUIVO
6. LAVABO
7. SALA DE REUNIÕES DA DIREÇÃO
8. LOGRADOURO PRIVATIVO DA ADMINISTRAÇÃO
9. TERRAÇO

0m 25m



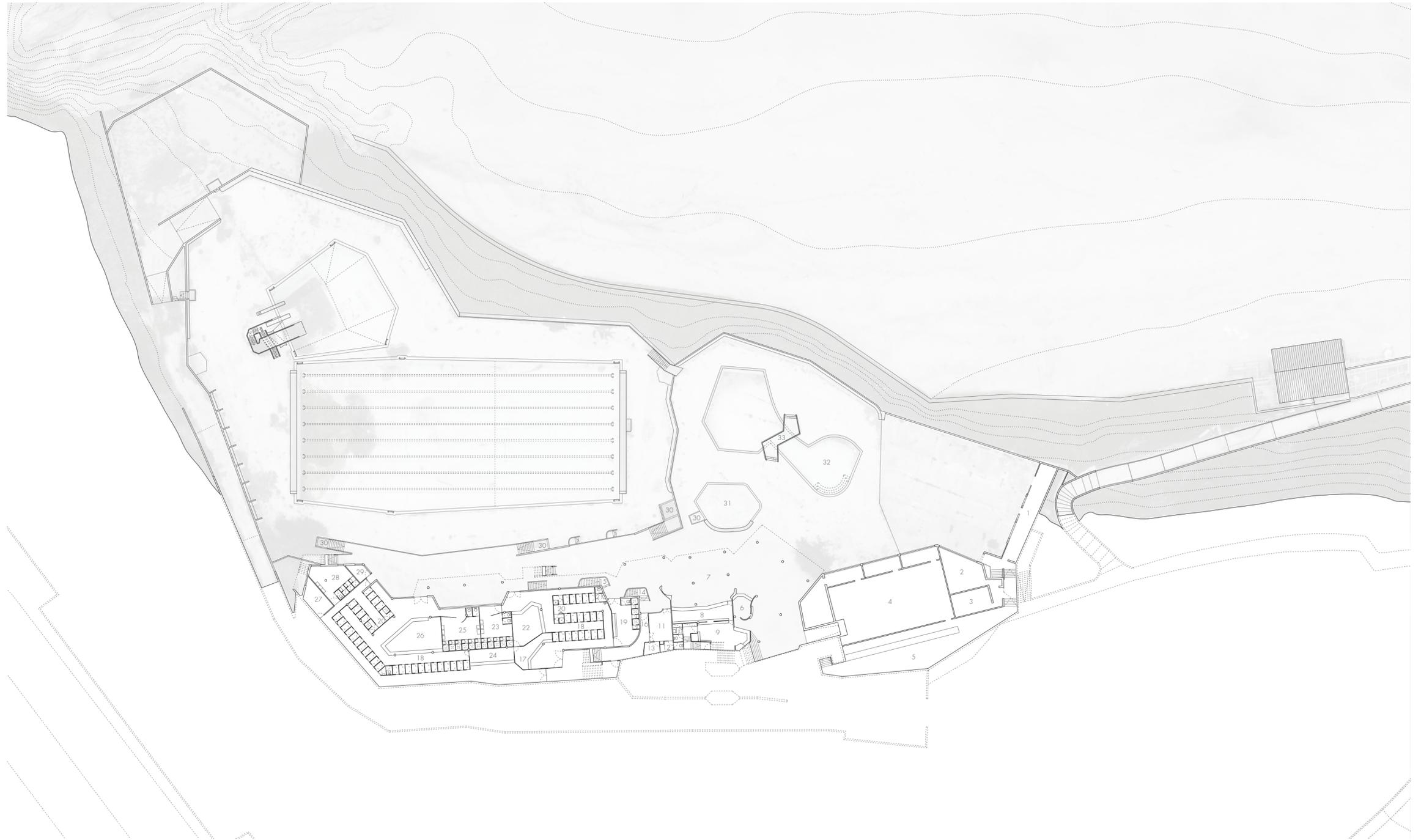
LEGENDA:

1. PORTARIA E BIHETERIA
2. ACESSO AO PATAMAR À COTA 14.00 M
3. ÁTRIO
4. HALL
5. BENGALERO
6. LAVATÓRIO
7. RESTAURANTE
8. BAR
9. RESTAURANTE OU CASINO
10. ESPANADAS ANEXAS AO RESTAURANTE
11. COZINHA
12. DESPENSA
13. HALL DO RESTAURANTE
14. HALL DA DISCOTECA
15. ARRECADÇÃO DA DISCOTECA
16. BENGALERO DA DISCOTECA
17. DISCOTECA
18. ESCADAS DE ACESSO AOS BAIÑEÁRIOS E ADMINISTRAÇÃO
19. I.S. HOMENS
20. I.S. SENHORAS
21. BENGALERO
22. COPA
23. HALL DO SALÃO
24. SALÃO DE FESTAS E BANQUETES
25. ARRECADÇÃO DO SALÃO
26. PALCO
27. ARRECADÇÃO
28. SOLÁRIO

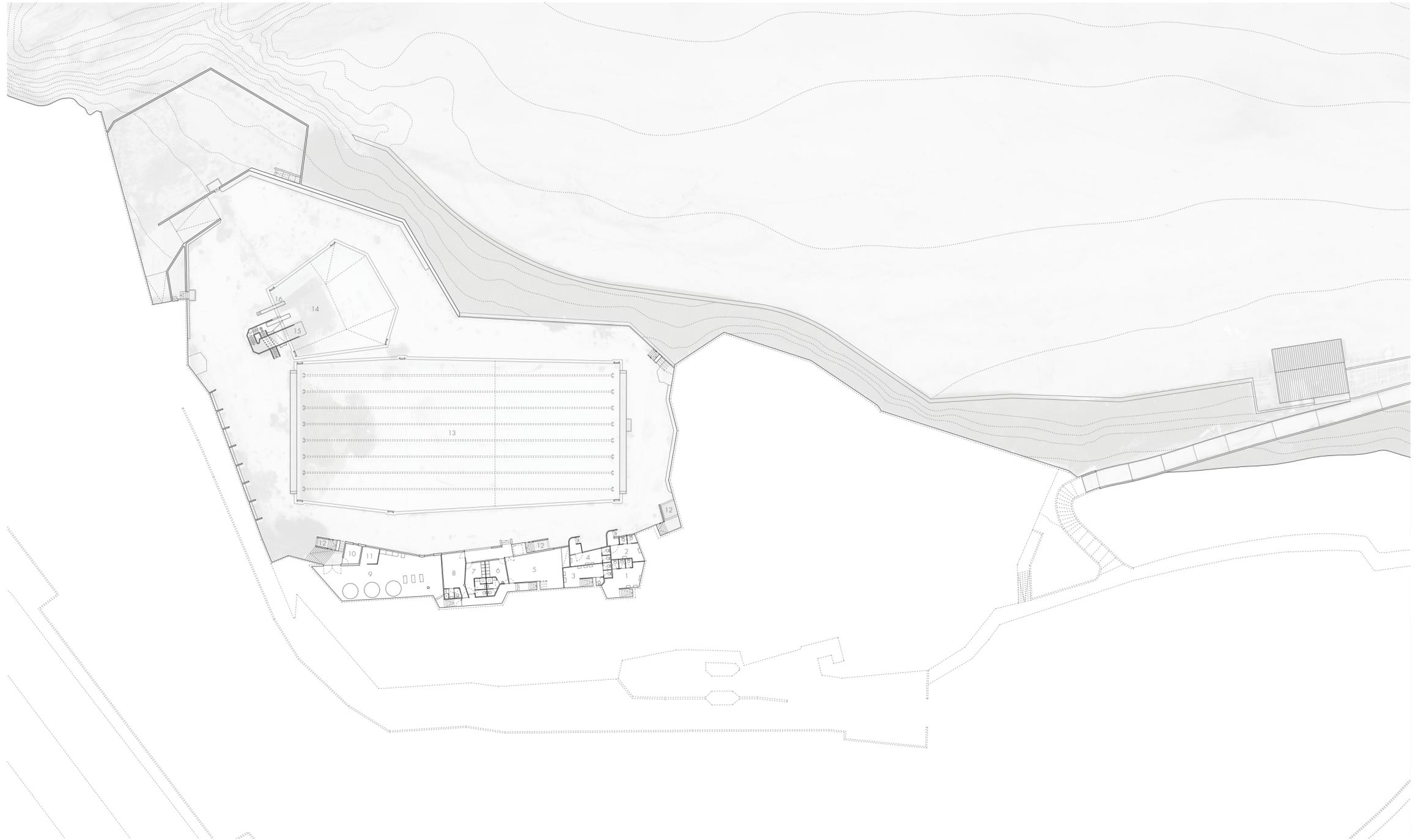
0 m 25 m

LEGENDA:

1. ARRECADADAÇÃO
2. I.S. HOMENS
3. I.S. MULHERES
4. APOIO AO COMPLEXO DE PISCINAS
5. BAR
6. VENDA DE JORNALIS E REVISTAS
7. ESPIANADA
8. BAR
9. COFA - COZINHA
10. I.S. DO PESSOAL
11. POSTO DE SOCORROS
12. I.S. DO POSTO
13. ARRECADADAÇÃO
14. ACESSO AS I.S. DE HOMENS
15. ACESSO AS I.S. DE SENHORAS
16. ACESSO AOS BALNEÁRIOS
17. DEPÓSITO DE CABIDES DE SENHORAS
18. CABINES DE MUDANÇA RÁPIDA DE ROUPA
19. VESTIÁRIOS E DUCHES COLETIVOS DE SENHORAS
20. CABINES COM DUCHE
21. I.S. DAS CABINES
22. DEPÓSITO DE ROUPA DAS SENHORAS
23. I.S. E DUCHES PARA SENHORAS
24. DEPÓSITO DE CABIDES DE HOMENS
25. I.S. E DUCHES PARA HOMENS
26. DEPÓSITO DE ROUPA DOS HOMENS
27. ARRECADADAÇÃO
28. VESTIÁRIOS E DUCHES COLETIVOS DE HOMENS
29. CABINES DE SOM
30. LAIA-PÉS
31. TANQUE DE CHAPINHAGEM
32. PISCINA PARA CRIANÇAS
33. PONTE



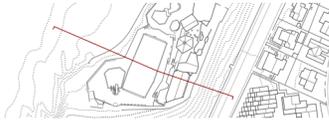
0m 25m



LEGENDA:

1. I.S. DO PÉ CALÇADO E DESCALÇO - HOMENS
2. I.S. DO PÉ DESCALÇO - HOMENS
3. I.S. DO PÉ CALÇADO E DESCALÇO - SENHORAS
4. I.S. DO PÉ DESCALÇO - SENHORAS
5. ARRECADACÃO
6. VESTIÁRIOS HOMENS - EMPREGADOS
7. VESTIÁRIOS MULHERES - EMPREGADAS
8. GABINETE DO PROFESSOR DE NATACÃO
9. CASA DAS MÁQUINAS
10. CASA DO CLORO
11. DEPENDÊNCIA PARA ARMAZENAMENTO DOS REAGENTES
12. LAVAPÉS
13. PISCINA MISTA 50X21M
14. TANQUE DE SALTOS
15. TORRE DE SALTOS DE 3 E 5 METROS
16. TRAMPOLIM DE 1 METRO

0 m 25 m



AVENIDA JOSÉ NOBRE MARQUES COTA 31.00 m

CUMEEIRA DO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 23.30 m

PATAMAR DE ACESSO AO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 18.00 m

PLATAFORMA DE SALTOS COTA 17.00 m

PRANCHA DE SALTOS COTA 15.00 m

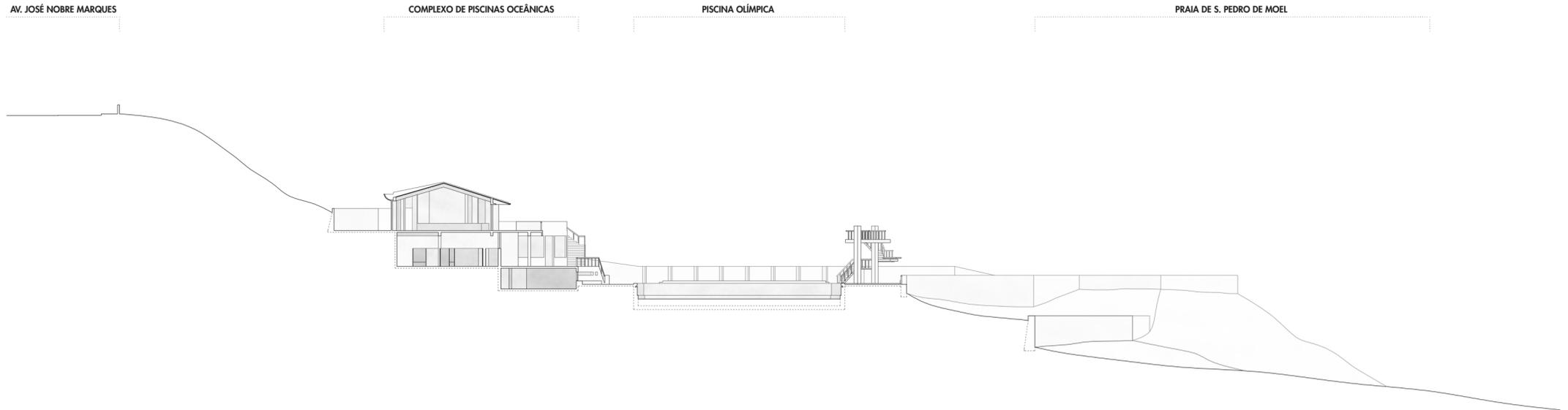
PATAMAR PISCINA INFANTIL COTA 14.00 m

PATAMAR PISCINA OLÍMPICA COTA 12.00 m

PAVIMENTO INTERIOR COTA 11.50 m

PISCINA OLÍMPICA COTA 09.60 m

NÍVEL MÉDIO DAS ÁGUAS DO MAR COTA 00.00 m



0 m 25 m

DES 018 Corte 01 - Complexo da Piscina Oceaânica de S. Pedro de Moel



AVENIDA JOSÉ NOBRE MARQUES COTA 31.00 m

CUMEEIRA DO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 25.20 m

PAVIMENTO INTERIOR COTA 21.30 m

PATAMAR DE ACESSO AO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 18.00 m

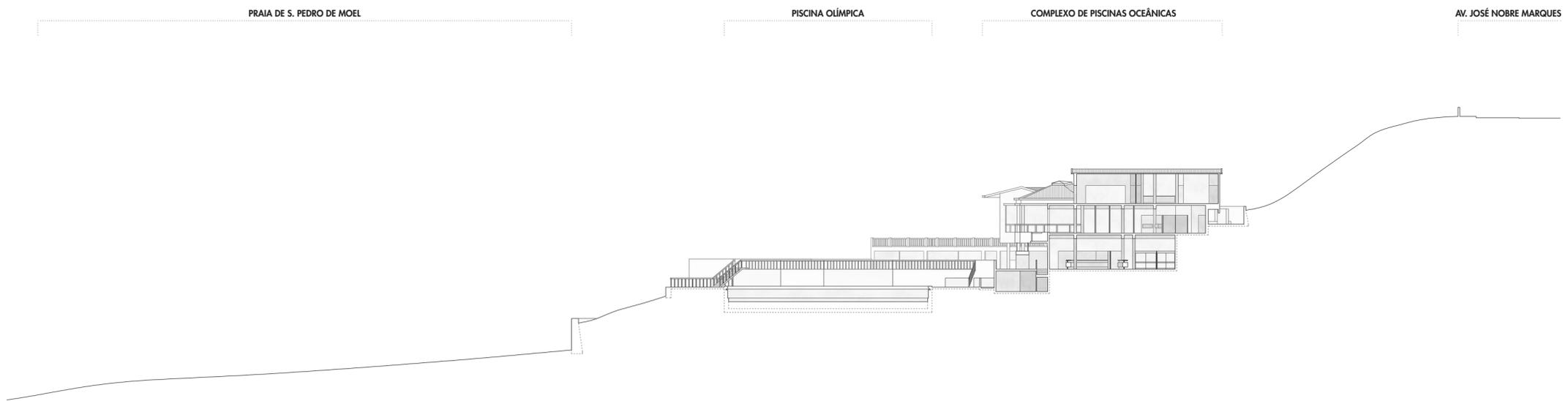
PATAMAR PISCINA INFANTIL COTA 14.00 m

PATAMAR PISCINA OLÍMPICA COTA 12.00 m

PAVIMENTO INTERIOR COTA 11.50 m

PISCINA OLÍMPICA COTA 09.60 m

NÍVEL MÉDIO DAS ÁGUAS DO MAR COTA 00.00 m



0 m 25 m

DES 019 Corte 02 - Complexo da Piscina Oceaânica de S. Pedro de Moel



AVENIDA JOSÉ NOBRE MARQUES COTA 31.00 m

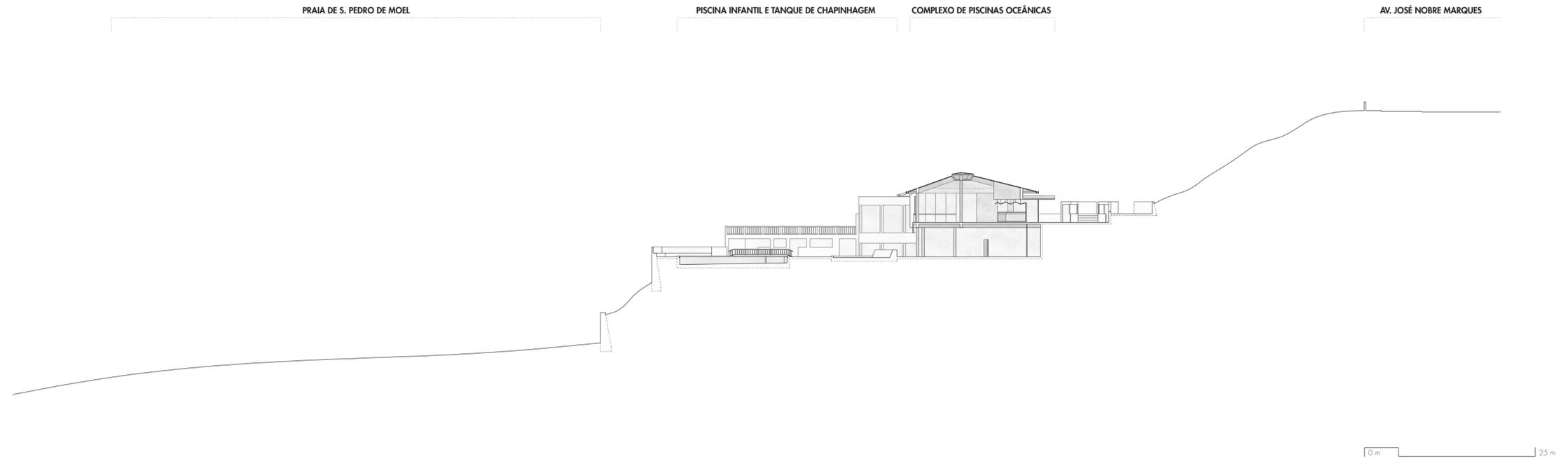
CUMEIRA DO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 23.80 m

PATAMAR DE ACESSO AO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 18.00 m

PATAMAR PISCINA INFANTIL COTA 14.00 m

PISCINA INFANTIL COTA 13.10 m

NÍVEL MÉDIO DAS ÁGUAS DO MAR COTA 00.00 m



DES 020 Corte 03 - Complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel



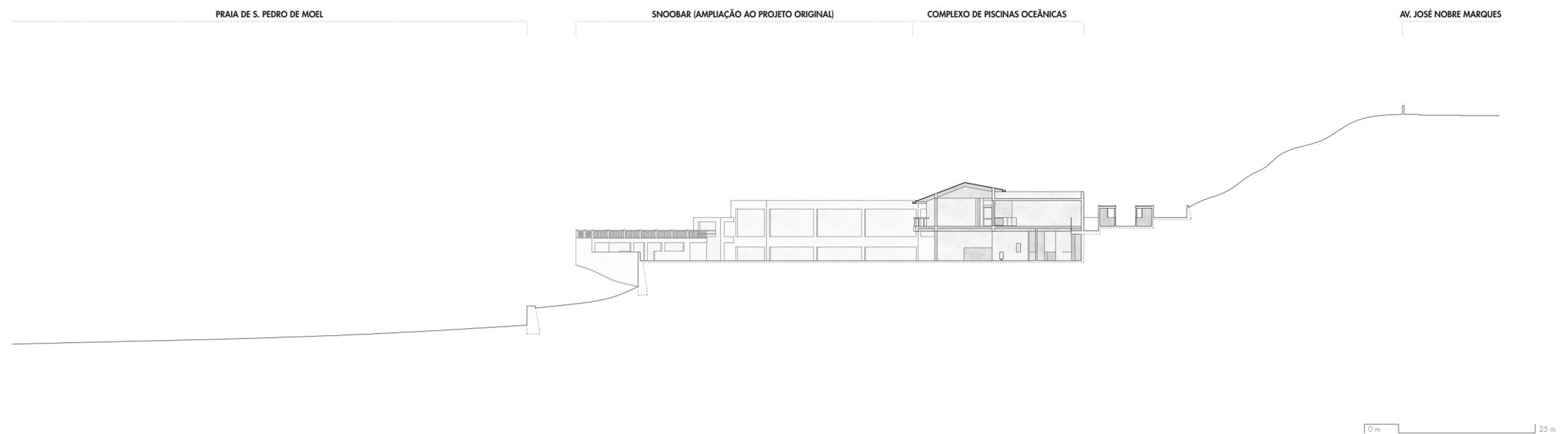
AVENIDA JOSÉ NOBRE MARQUES COTA 31.00 m

CUMEIRA DO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 23.10 m

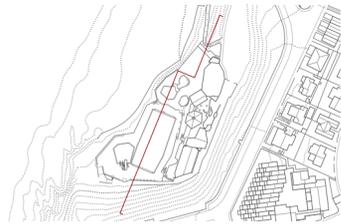
PATAMAR DE ACESSO AO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 18.00 m

PATAMAR PISCINA INFANTIL COTA 14.00 m

NÍVEL MÉDIO DAS ÁGUAS DO MAR COTA 00.00 m



DES 021 Corte 04 - Complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel



AVENIDA JOSÉ NOBRE MARQUES COTA 31.00 m

CUMEIRA DO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 25.20 m

PAVIMENTO INTERIOR COTA 21.30 m

PATAMAR DE ACESSO AO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 18.00 m

PATAMAR VARANDAS COTA 17.00 m

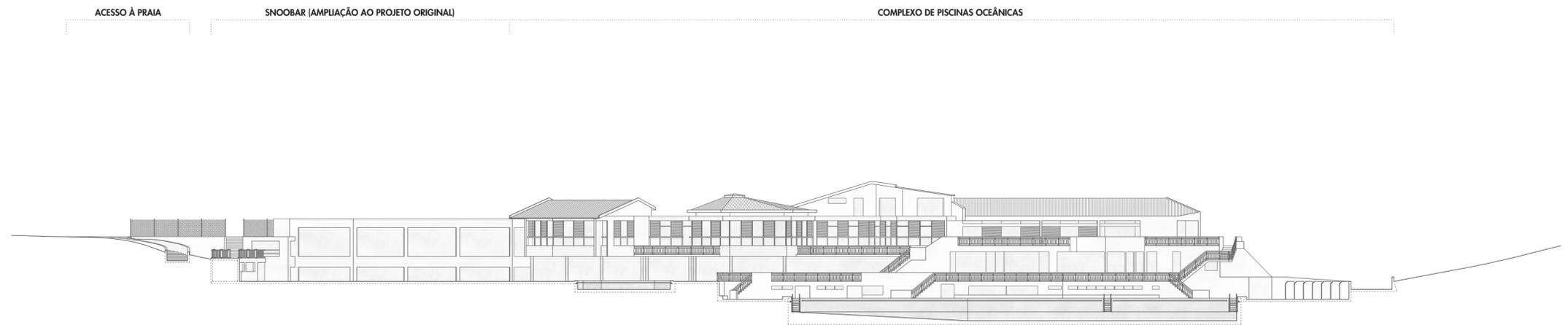
PATAMAR PISCINA INFANTIL COTA 14.00 m

PISCINA INFANTIL COTA 13.10 m

PATAMAR PISCINA OLÍMPICA COTA 12.00 m

PISCINA OLÍMPICA COTA 09.60 m

NÍVEL MÉDIO DAS ÁGUAS DO MAR COTA 00.00 m



0 m 25 m

DES 022 Corte 05 - Complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel

04.8. INTERVENÇÃO

Como local onde se pratica a vilegiatura, a estância balnear tem associada a si uma ideia de desconexão da vida da cidade, na busca de bem-estar físico ou espiritual. Pela sua localização, S. Pedro de Moel dispõe das características fundamentais para promover a separação e transição entre a metrópole e a estância balnear. A Mata Nacional de Leiria constitui o filtro que confere a este aglomerado o seu carácter de refúgio, separando a estância, da cidade da Marinha Grande, ou até mesmo de Leiria, e pondo fim ao ritmo e às rotinas urbanas. O atravessamento da mata simboliza uma forma de êxodo urbano em que os estímulos opressivos associados à vida da metrópole dão lugar a outros, associados ao meio natural, que promovem um afastamento físico, temporal, social e sensorial da realidade urbana.

Ao mesmo tempo que, de forma constante, procura dar resposta às necessidades do lugar e do programa que acolhe e que pretende remeter para os valores históricos e patrimoniais da região, o conjunto proposto tem como objetivo fundamental resolver duas problemáticas: uma relacionada com a dificuldade da mobilidade pedonal entre o aglomerado urbano e a praia de banhos, resultante dos acidentes topográficos, e outra, que se prende com o abandono do complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel. Como consequência desta última surge a necessidade de redesenhar o limite norte do complexo das piscinas, dado que a ampliação que hoje aí encontramos pouco se relaciona com o restante da intervenção original, não atribuindo ao complexo uma mais-valia, nem do ponto de vista formal nem do programático. Assim, apesar de procurar resolver duas problemáticas, a proposta é composta por um conjunto de três elementos: um edifício de banhos de mar, que constitui um elemento central e unificador da composição; um edifício de apoio, que faz a articulação entre este último e o complexo de piscinas existente, para além de o complementar programaticamente; e, por último, uma infraestrutura de mobilidade pedonal inclusiva, que conecta a parte sul do núcleo urbano à praia, ligando entre si os vários patamares intermédios. Como tal, a proposta assume duas vertentes que, embora podendo ser desenvolvidas como propostas independentes, ganham força e dinâmica ao funcionar em conjunto, de forma interdependente entre si e complementar ao complexo existente.

Dada a natureza topográfica do terreno que é necessário vencer, o conjunto proposto pretende, através da infraestrutura de mobilidade pedonal, encontrar uma solução de mobilidade ao mesmo tempo que procura relacionar-se o mais possível com o que o rodeia, de tal forma, que a relação de cada elemento do conjunto com a envolvente vai variando e orientando o seu desenvolvimento.

Entre a Avenida José Nobre Marques – à cota 30.00 metros – e a praia de banhos – à cota 6.00 metros – verifica-se um desnível de, aproximadamente, 24.00 metros, pelo que se tornava essencial desenvolver um

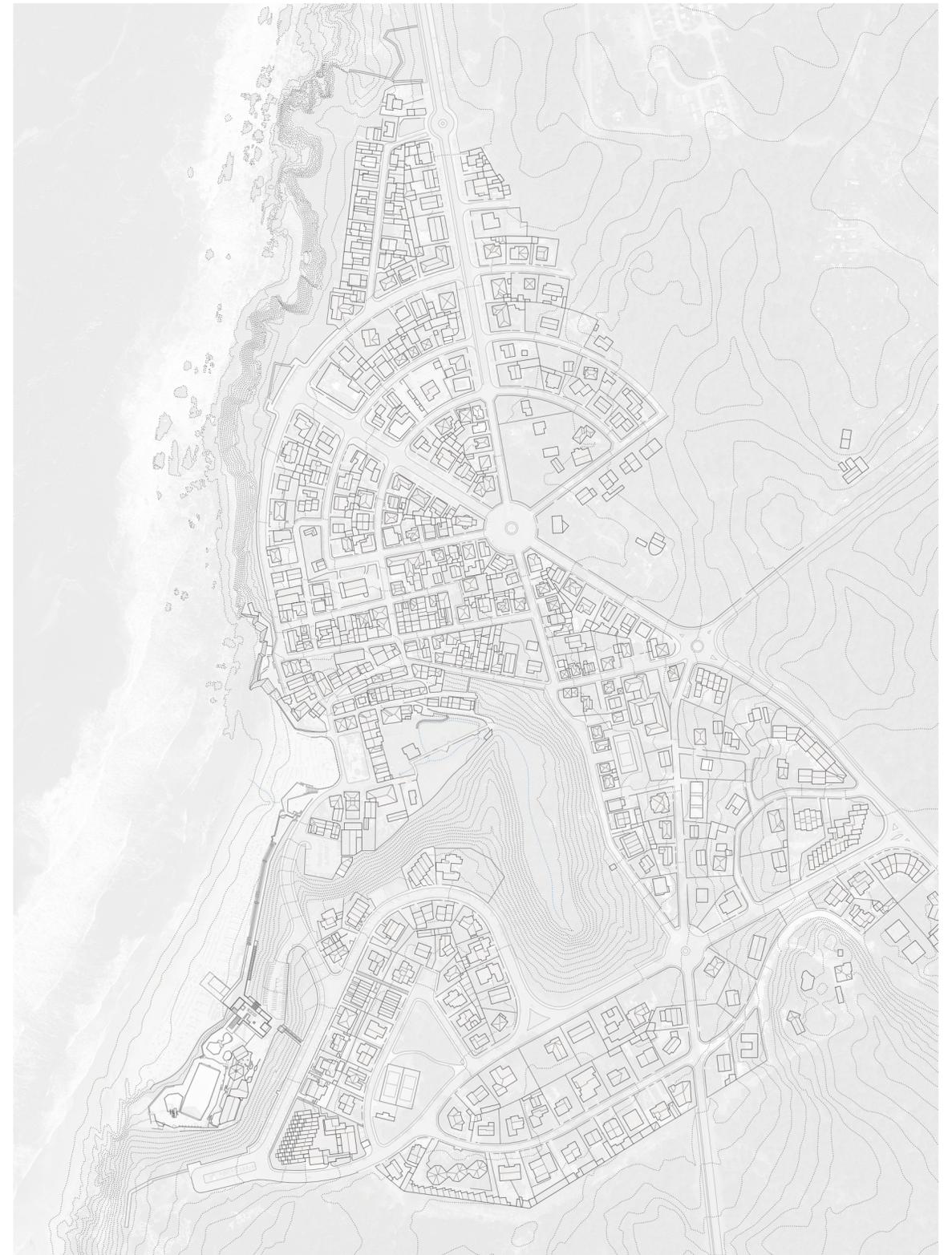
sistema de mobilidade urbana capaz de vencer este acidente topográfico. Para tal, foi desenhado um conjunto que permite, de forma confortável e inclusiva, conectar a parte sul do núcleo urbano – desenvolvido a partir da cota 30.00 metros –, o patamar ao nível do qual se desenvolvem o parque de estacionamento e o acesso ao complexo da Piscina Oceânica – à cota 18.00 metros –, o nível do passeio marginal – à cota 9.00 metros – e, por fim, a praia – que se desenvolve até à cota 6.00 metros.

A norte do edifício de banhos definem-se os acessos à praia de S. Pedro de Moel, que se estendem desde a Avenida José Nobre Marques até à praia e são compostos por escadas, elevadores e uma rampa. Este conjunto de acessos funciona como uma infraestrutura de mobilidade, suportando a duna a norte do corpo central, ao mesmo tempo que definem um novo percurso entre o núcleo urbano e a praia. O elevador n.º 1, acessível através de um passadizo, e complementado por um conjunto de escadas, conecta a Avenida José Nobre Marques – à cota 30.00 metros – ao patamar do estacionamento e de acesso ao complexo da Piscina Oceânica – à cota 18.00 metros –, vencendo um desnível de 12.00 metros. O elevador n.º 2, também complementado por um conjunto de escadas que suportam o terreno a norte do edifício de banhos, liga este último patamar ao nível do passeio marginal e do bar/restaurante – à cota 9.00 metros –, ultrapassando o desnível de 9.00 metros. Por fim, surge uma rampa que faz a ligação entre o passeio marginal e a praia – à cota 5.50 metros –, permitindo vencer o último desnível, de 3.50 metros.



DES 023 Esquema de declives e infraestrutura de mobilidade proposta

- Declives com inclinação superior a 10%
- Infraestruturas de mobilidade



04.8.1. BANHOS DE MAR

A intervenção proposta procura promover a reativação do complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel através do desenho de um novo Edifício de Banhos de Mar capaz de funcionar ao longo de todo o ano. Tratando-se de uma tipologia de grande valor patrimonial e pelo reduzido número de exemplares da mesma em território nacional, entende-se que é fundamental criar condições que possibilitem reativar o complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel segundo o seu projeto original. Desta forma, apesar de se desenvolver um novo conjunto capaz de rematar o complexo a norte, pretende-se que o restante seja restaurado de acordo com o seu projeto original, mantendo-se os traços formais característicos daquele equipamento. Assim, para além de se manter a componente de banho de mar na sua vertente lúdica durante o período estival, conforme o que fora inicialmente previsto para este complexo, propõe-se a criação de um novo espaço de banhos que permita, a todos aqueles que procuram o banho de mar, usufruir dos seus benefícios em qualquer altura do ano.

Este novo espaço de banhos pretende dar continuidade à interpretação do banho de mar enquanto atividade de lazer e relaxamento, ao mesmo tempo que remete para a sua vertente terapêutica, mais relacionada com o termalismo. Esta reinterpretação do espaço do banho de mar, em que as realidades terapêuticas e de lazer se cruzam, proporcionou a criação de uma nova experiência de banho de mar através do desenho de um conjunto de espacialidades e ambientes distintos. De facto, a proposta apresentada pode considerar-se um cruzamento entre o modelo da piscina de mar e os modelos clássicos das termas, adaptando os princípios formais e de organização destes espaços às necessidades do local.

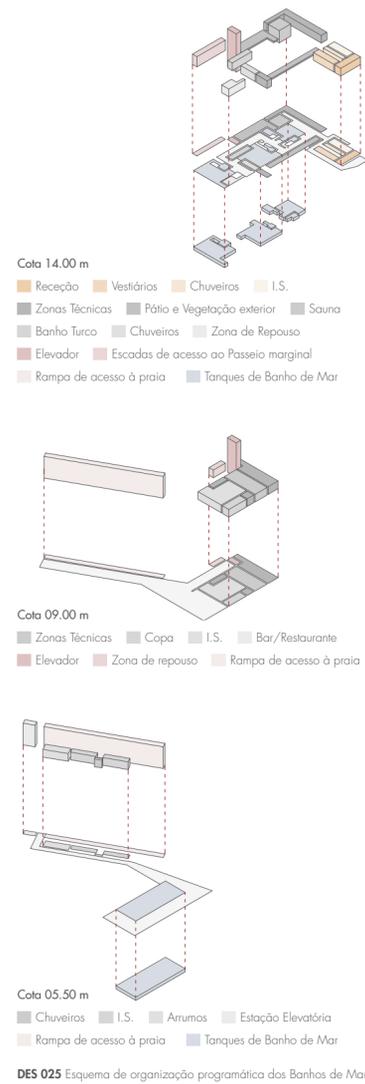
Para além da infraestrutura de acessibilidades do núcleo urbano à praia, podemos encontrar este Edifício de Banhos de Mar, o elemento central da composição, que se desenvolve ao longo de vários níveis: um à cota 14.00 metros, onde se situam os banhos de mar propriamente ditos; outro à cota 9.00 metros, onde podemos encontrar o bar/restaurante e, por fim, um à cota 5.50 metros, onde se situam os apoios à praia.

O edifício de banhos encaixa-se entre a infraestrutura de mobilidade, a norte, e o complexo de piscinas já existente, a sul, conferindo a este último proteção adicional face aos ventos dominantes. O conjunto abre-se sobre a praia, a poente, e adossa-se à duna, a nascente. Ao mesmo tempo que depende da sua escavação, o edifício estabiliza a duna e permite que esta o cubra, tornando-se parte dela. Assim, apesar de a intervenção se apresentar como um corpo maciço de betão, pela necessidade de sustentar o terreno, a verdade é que, no seu interior, se formam um conjunto de vazios. Nestas bolsas, que se podem associar ao processo de erosão das arribas por parte do mar, poderão encontrar-se os diversos programas. Para além disso, pelo facto de a duna se estender sobre o edifício proposto, que se eleva apenas 1.00 metro acima da cota do estacionamento das piscinas, é garantida uma permeabilidade visual parcial sobre o complexo da Piscina Oceânica, e total sobre a duna

que limita a praia a sul.

Entre a Piscina Oceânica e os Banhos de Mar surge também um novo volume que articula a geometria do complexo existente com a da proposta, ao mesmo tempo que articula a cota de entrada do complexo, à cota 18.00 metros, e a do patamar dos novos banhos de mar, à cota 14.00 metros, definindo a sua entrada. Nesta zona são também desenhadas um conjunto de plataformas e uma zona coberta, que definem a transição entre a zona da Piscina Oceânica existente e o novo Edifício de Banhos de Mar.

Os Banhos de Mar incluem uma zona de Recepção e Balneários – compostos por vestiários, chuveiros, instalações sanitárias e cacifos –, e a zona de Banhos de Mar – onde se encontram os tanques de banho, sauna, banho turco, zona de repouso interior, pátio com vegetação da mata, caixa de areia, zonas de repouso exteriores e zonas técnicas. O Bar/Restaurante, por sua vez, é composto pelo espaço de refeições, instalações sanitárias, copa e zonas técnicas. Dos Apoios à Praia fazem parte um tanque de banho, uma zona para armazenamento de equipamentos de apoio aos nadadores-salvadores, chuveiros e instalações sanitárias.



AVENIDA JOSÉ NOBRE MARQUES COTA 31.00 m

ESCADAS DE LIGAÇÃO ENTRE A AV. MARGINAL E O ESTACIONAMENTO

PASSADICO DE ACESSO AO ELEVADOR 1 COTA 31.00 m

ELEVADOR 1

ESTACIONAMENTO COTA 18.00 m

BANHOS DE MAR COTA 14.00 m

ELEVADOR 2

ESCADAS ENTRE O PASSEIO MARGINAL E O ESTACIONAMENTO

RAMPA DE LIGAÇÃO ENTRE O PASSEIO MARGINAL E A PRAIA

ARRUMOS DE APOIO À PRAIA COTA 05.50 m

CHUVEIROS DE APOIO À PRAIA COTA 05.50 m

I.S. DE APOIO À PRAIA COTA 05.50 m

TANQUE DE BANHO DA PRAIA COTA 05.50 m

PATAMAR DO TANQUE DE BANHO DA PRAIA COTA 05.50 m

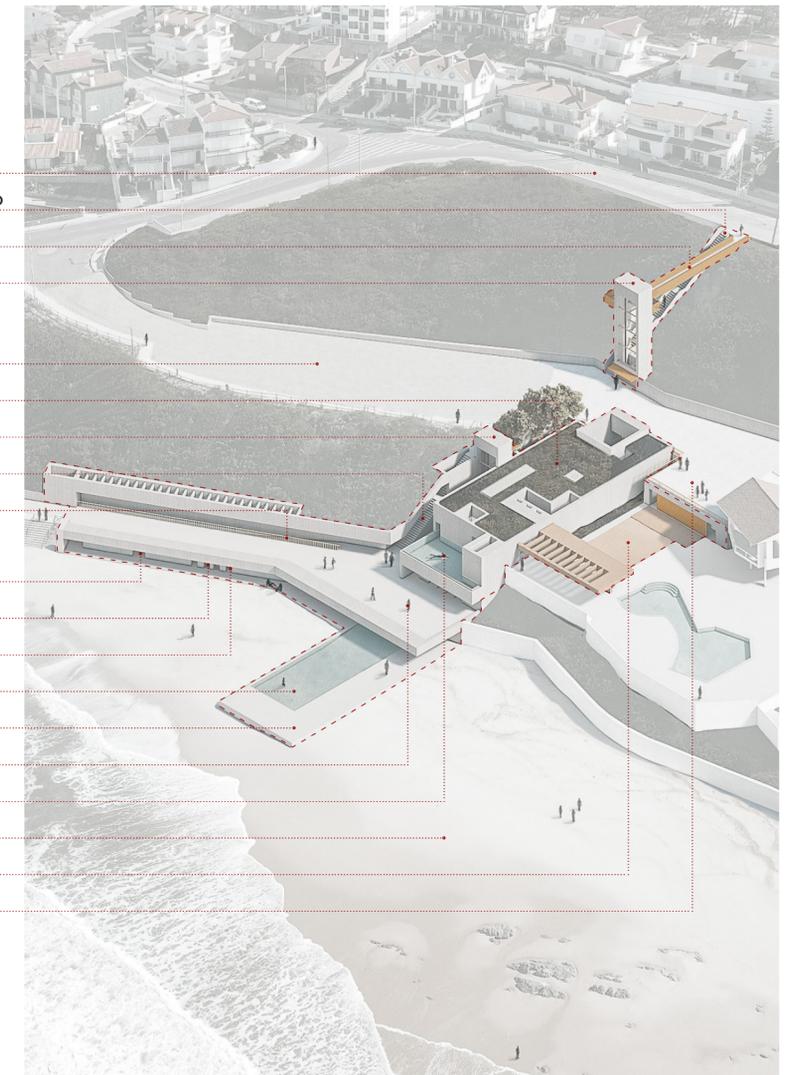
PASSEIO MARGINAL COTA 09.00 m

TANQUE DO MAR COTA 14.00 m

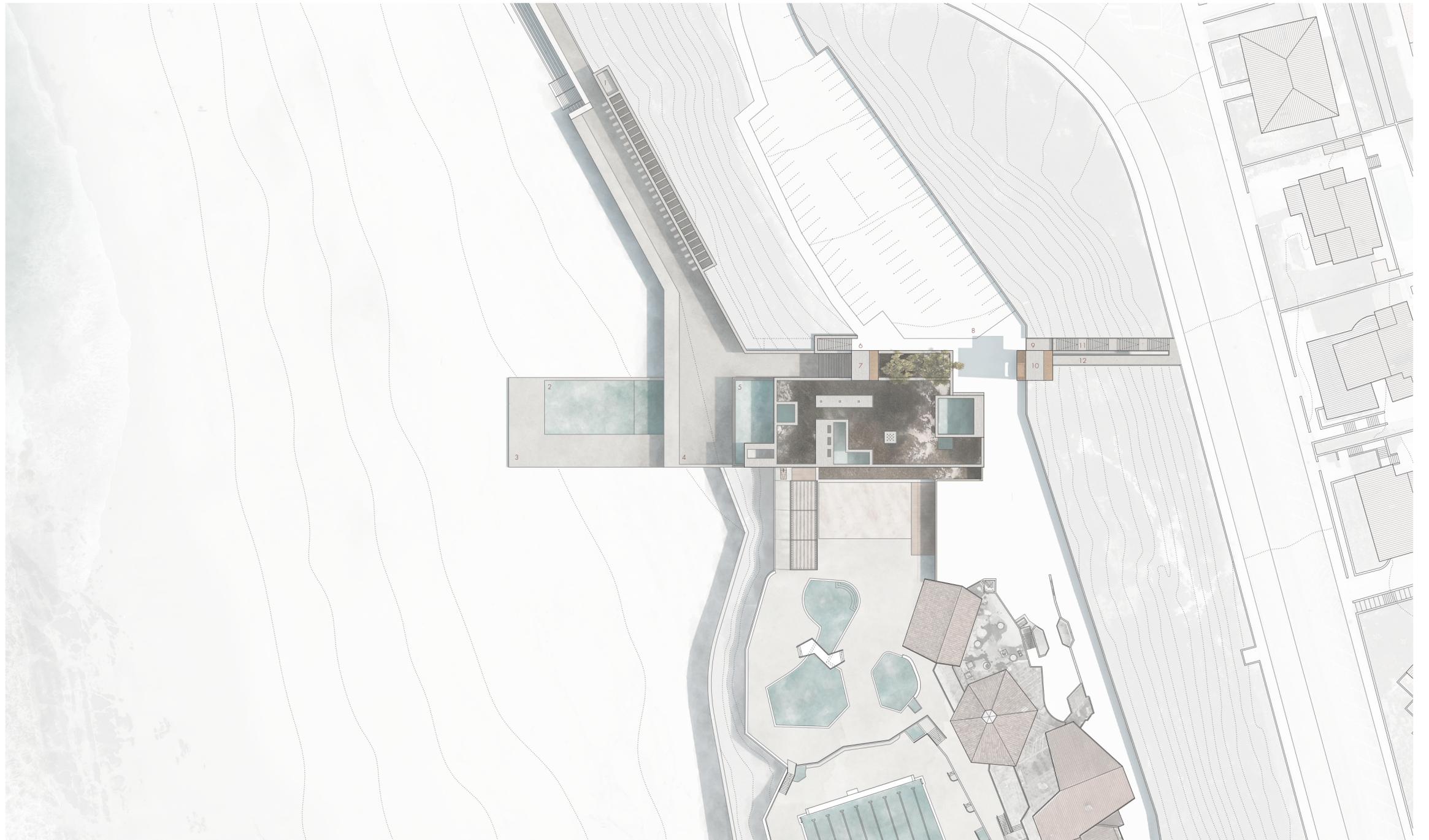
PRAIA DE S. PEDRO DE MOEL COTA 05.50 m

PLATAFORMAS EXTERIORES AOS BANHOS DE MAR COTA 14.00 m

EDIFÍCIO DE APOIO AOS BANHOS DE MAR COTA 14.00 m



DES 026 Axonometria dos Banhos de Mar de S. Pedro de Moel - Proposta de Intervenção



LEGENDA:

1. ESTACÃO ELEVATÓRIA E RAMPA DE ACESSO À PRAIA DE BANHOS
2. TANQUE DA PRAIA (16 - 20°C)
3. PATAMAR DO TANQUE DE BANHO DA PRAIA
4. PATAMAR DO PASSEIO MARGINAL E ESPLANADA
5. BANHOS DE MAR
6. ESCADAS DE LIGAÇÃO ENTRE ESTACIONAMENTO E PASSEIO MARGINAL
7. ELEVADOR 2
8. ESTACIONAMENTO
9. MIRADOURO
10. ELEVADOR 1
11. ESCADAS DE LIGAÇÃO ENTRE ESTACIONAMENTO E AV. MARGINAL
12. PASSADIÇO DE ACESSO AO ELEVADOR 1

0 m 25 m

Os Banhos de Mar acolhem os seus utilizadores através de um corpo, composto pelo recesso e balneários que, para além de funcionar enquanto elemento transitório e preparatório entre o espaço exterior e o espaço de banhos, articula a geometria da Piscina Oceânica existente com a do novo edifício de banhos. Os vestíbulos, compostos por cinco cabines revestidas em madeira de pinho, transportam o utilizador do exterior para o interior dos banhos, revelando-se um elemento fundamental na preparação para esta transição. Ao passar os vestíbulos, o utilizador encontra-se numa zona intermédia, em que pode encontrar chuveiros e caçóis e finalizar o processo de preparação para o banho de mar. Esta preparação culmina com a passagem do edifício da recesso e balneários para o corpo do edifício de banhos. Marcada por um corredor de vegetação dunar que separa os dois edifícios, esta passagem simboliza a chegada ao ambiente de banhos.

Desenhada como um espaço exterior coberto, a zona de banhos é composta por três tanques coletivos, definidos e separados por um conjunto de blocos que, apesar de terem uma aparência maciça, albergam tanques individuais assim como outros espaços de características específicas. O percurso que os diversos espaços e tanques de banho pode ser definido pelo utilizador, o que possibilita que cada um possa criar o seu próprio ritual de banho de mar.

Para o efeito, a zona de banhos é composta por uma série de diferentes tanques, de água do mar e água doce, a temperaturas distintas. Os tanques, que poderão ser coletivos ou individuais, para além de diferirem na tipo e temperatura da água, variam também na sua forma, profundidade e materialidade, gerando-se, em cada um, experiências e sensações diversas. Distinguem-se três tanques coletivos – o Tanque Doce, o Tanque Quente e o Tanque do Mar – e quatro tanques individuais – o Tanque Frio, o Tanque da Mata, o Tanque dos Vapores e o Tanque do Céu.

A entrada nos espaços de banho é assinalada por uma redução do pé-direito, de 4,00 metros – nas zonas de circulação – para os 3,00 metros, e por uma soleira em madeira. As paredes e teto dos espaços de banho variam em materialidade de acordo com o tanque em causa. Enquanto que em alguns se mantém à vista a estrutura em betão – com cobragem em madeira de pinho – já noutros, a estrutura de betão é revestida em pedra de diorito ou em madeira. É esta variação de materialidade, a par das diferentes luminosidades, profundidades e temperaturas, que vão conferir a cada um dos tanques uma experiência de banho distinta.

Grande parte dos espaços de banho têm os seus tanques revestidos em madeira de Cedro do Bussaco, remetendo para os ofuro japoneses e criando o conforto proporcionado pelo toque na madeira molhada, os restantes são revestidos em pedra de diorito. Na tradição japonesa, a sensação do que acontece na antiguidade clássica, o banho não tinha como propósito a limpeza superficial da pele, sendo antes entendido como uma terapia para o mente, corpo e espírito. Assim, pretendese que os tanques assumam o protagonismo do conjunto, sendo que para tal avançam face à estrutura em betão, como o suportassem, e são remetidos por uma soleira de transbordar em betão. O contraste entre a cruzada da estrutura em betão e o desenho mais elaborado dos tanques de banho permite que estes últimos se assumam como os elementos centrais e geradores da composição.

Tanque Doce [22 – 26°C]

O Tanque Doce, que acolhe o banhista na chegada ao edifício de banhos, funciona como um *impluvium*, recolhendo a água das chuvas que, depois de filtrada, pode ser utilizada, tanto neste tanque, como no pavimento radiante que percorre toda a zona de circulação do edifício. Este tanque de água doce apresenta-se como um pátio inundado por água e pretende simbolizar o banho como processo de purificação, sendo o lugar em que o banhista inicia o seu percurso de preparação para o banho de mar.

Em nome deste tanque distribuem-se o Tanque Frio, o Tanque da Mata e a Sauna.

Tanque Frio [14°C]

O Tanque Frio é um espaço de banho individual totalmente revestido em pedra de diorito. A luz, que entra pela cobertura, é filtrada por uma laje de mármore, gerando um ambiente de pouca luminosidade, intensificado ainda pelo tom negro da pedra que reveste o tanque e as paredes. O intuito de criar um ambiente escuro relaciona-se com a intenção de focar a atenção do utilizador na experiência sensorial do banho em água fria, secundarizando a importância do sentido da visão e dando maior relevância ao tato.

Pátio da Mata

Este pátio, que procura recriar o ambiente do Pinhal de Lusa, reforça a relação interior-exterior que o edifício procura estabelecer com a sua envolvente, ao mesmo tempo que transporta a experiência do banho de mar para a atmosfera do mata. Para tal, podemos encontrar neste pátio Pinheiros-bravos, Torca, Salva, Felos, assim como outros espécimes de vegetação endémica. Tanto o Tanque da Mata como a Sauna estabelecem uma forte relação com este pátio.

Tanque da Mata [32°C]

O Tanque da Mata, com vista para o Pátio da Mata, é quase totalmente revestido a madeira, sendo o tanque revestidos em madeira de pinho, criando uma relação visual e tátil com o pinhal. A sua água, com infusão de Torca e Salva, adquire uma cor rosada e o cheiro da mata. Assim, através dos sentidos do tato – pelo toque com a madeira – do olfato – pela aroma da Torca e Salva – e da visão – pela relação com o Pátio da Mata –, o utilizador é transportado para a atmosfera do pinhal, usufruindo de uma nova experiência de banho de mar.

Sauna

A Sauna, que é totalmente revestida em madeira de pinho, é aromatizada com eucalipto, outra espécie que se encontra em grande abundância no mata, particularmente ao longo do Ribeiro de S. Pedro de Moel. Neste caso, a relação visual com o Pátio da Mata e as sensações olfativas despertadas pelo aroma de eucalipto transportam também o utilizador para a atmosfera do pinhal.

Tanque Quente [36°C]

No centro do edifício de banhos encontramos o Tanque Quente, rodeado pelo Tanque dos Vapores, pelo Banho Turco e por um conjunto de Chuveiros. O Tanque Quente, quadrangular, encerra-se sobre si próprio sendo que a única relação estabelecida com o exterior é através de uma abertura na cobertura, que permite a entrada da vegetação que cobre o edifício e descontrola a geometria regular do espaço de banho. A semelhança da que acontece com o Tanque Doce, este espaço de banho tem o seu tanque revestido a madeira e as suas paredes e teto com a estrutura de betão à vista.

Tanque dos Vapores [42°C]

O Tanque dos Vapores é, tal como o Tanque Frio, totalmente revestido a pedra de diorito. Porém, aqui, a principal diferença, para além da temperatura da água, prende-se com a intensidade da luz que, em vez de difusa é concentrada em vários feixes que procuram evidenciar a nuvem de vapor que a água produz. A pedra negra e a com grande capacidade térmica contribui para manter a água e o ambiente quentes, acentuando o efeito de relaxamento do banho.

Banho Turco

O Banho Turco é composto por um conjunto de três cabines independentes que podem funcionar de forma individual ou acolher grupos até quatro pessoas. As cabines são revestidas em madeira de pinho e têm dois

banco que permitem que os utilizadores se sentem ou deitem. O vapor é produzido através de água que, periodicamente, cai sobre uma pedra de diorito a alta temperatura. A entrada de luz zenital evidencia o ambiente de vapor daquele espaço.

Chuveiros

O conjunto de Chuveiros, composto por três zonas de duche independentes, encontra-se no ponto em que os utilizadores vindos da Piscina Oceânica acedem aos Banhos de Mar. A entrada de luz neste espaço é feita por um conjunto de três aberturas, uma por cada zona de duche.

Tanque do Mar [32°C]

O Tanque do Mar, exterior, é um tanque de borda infinita que aparenta prolongar-se sobre o mar e o núcleo urbano de S. Pedro de Moel. Por este motivo, este tanque simboliza o culminar da experiência de banho, permitindo, metaforicamente, que o utilizador se banhe no mar. Localizado no extremo poente do edifício, o Tanque do Mar é rodeado por uma Zona de Repouso interior e pelo Tanque do Céu.

Tanque do Céu [32°C]

O Tanque do Céu, com entrada pelo Tanque do Mar, pode percecionar-se como uma gruta no tecto da praia. Depois de nele entrar, o utilizador atravessa uma passagem estreita com pequenos repuxos de água que filtram os ruídos do exterior, chegando a um pequeno salão inundado e aberto para o céu. Este tanque, em que os estímulos e ruídos exteriores são anulados, inspira-se nos *skyspaces* de James Turrell e propõe o experiência do banho de mar através da observação do céu.

Zona de Repouso

Para além de possibilitar o descanso do utilizador, a Zona de Repouso interior, com vista sobre o Tanque do Mar, permite ainda contemplar o "brincim praia Vila", enunciado por Egas Vieira na memória descritiva do complexo da Piscina Oceânica.

Plataformas exteriores

A transição entre o edifício de banhos e a zona da Piscina Oceânica é conseguida através uma zona de circulação coberta por uma pala em madeira que proporciona uma zona de repouso exterior, sombreada e abrigada dos ventos dominantes. Nesta zona existem ainda um conjunto de plataformas, cobertas por madeira, vegetação e areia, que estabelecem uma ligação entre a Piscina Oceânica e o novo edifício de banhos.

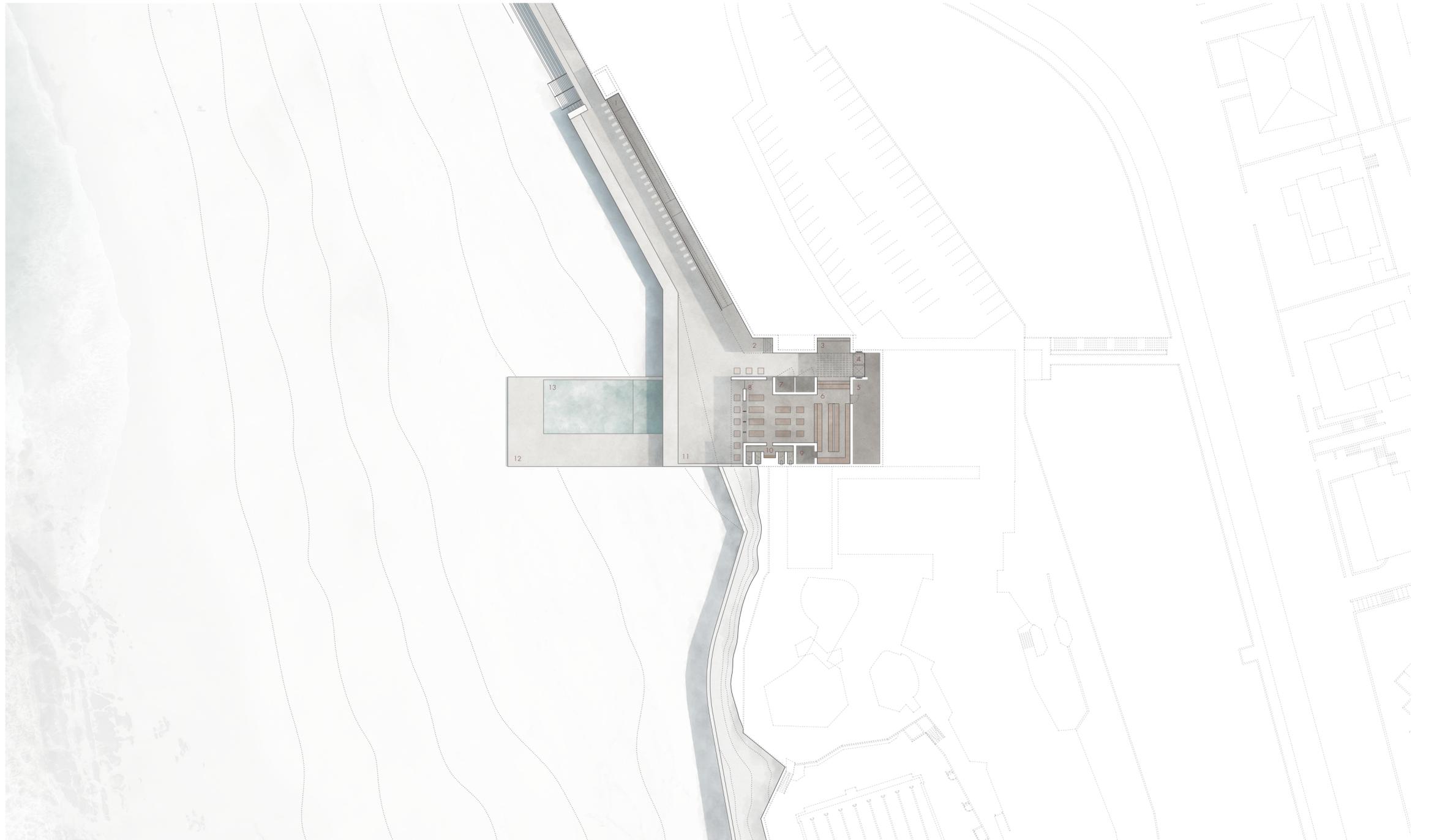
Em suma, ao longo do seu percurso, o utilizador tem a oportunidade de experienciar o banho em diversas formas e ambientes que lhe permitem construir o seu próprio ritual de banho de mar. Um ritual de banho contemporâneo, que ao mesmo tempo que inclui uma componente lúdica, tem também para os valores terapêuticos, purificadores e espirituais que estiveram na sua origem. A sucessão dos diversos espaços de água representa, em certa medida, a evolução do ritual de banho, desde o seu conceito original de carácter religioso e associado à purificação, passando pela componente terapêutica e lúdica, e culminando na "devolução" da experiência do banho de mar ao seu local de origem.

Apesar dos seus traços urbanos de estância balnear, o ritmo e as rotinas de S. Pedro de Moel são as de uma aldeia, facto que acaba por colocar em confronto a sua imagem urbana e o seu caráter de religião. É este confronto que a solução proposta visa explorar, criando partida dos estímulos que este proporciona e intensificando-os. O facto de o edifício se desenvolver numa vertente de declive acentuado potencia esta mesma intenção, promovendo estímulos distintos, consoante o momento e a cota, para além de permitir vencer acidentes topográficos e, consequentemente, aproximar pontos geográficos antes percecionados como longínquos.

LEGENDA:

1. RECEÇÃO
2. BANHEÁRIOS
3. CABINES DE MUDANÇA DE ROUPA
4. CHUVEIROS
5. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
6. PRAMAR DE REPOUSO
7. SAUNA
8. ZONA TÉCNICA
9. PÁTIO COM VEGETAÇÃO AUTÓCTONE
10. TANQUE DA MATA [32°C]
11. TANQUE DOCE [22 - 26°C]
12. TANQUE FRIO [14°C]
13. TANQUE DOS VAPORES [42°C]
14. CHUVEIROS
15. TANQUE QUENTE [36°C]
16. BANHO TURCO
17. TANQUE DO CÉU [32°C]
18. TANQUE DO MAR [32°C]
19. ZONA DE REPOUSO
20. ARRUMADOS
21. CASA DE ÁREA
22. CASA DE REPOUSO EXTERIOR
23. PRAMAR DO PASSO MARGINAL E ESPRANADA
24. PRAMAR DO TANQUE DE BANHO DA PRAIA
25. TANQUE DA PRAIA [16 - 20°C]
26. ESCALAS DE ACESSO AO PASSO MARGINAL



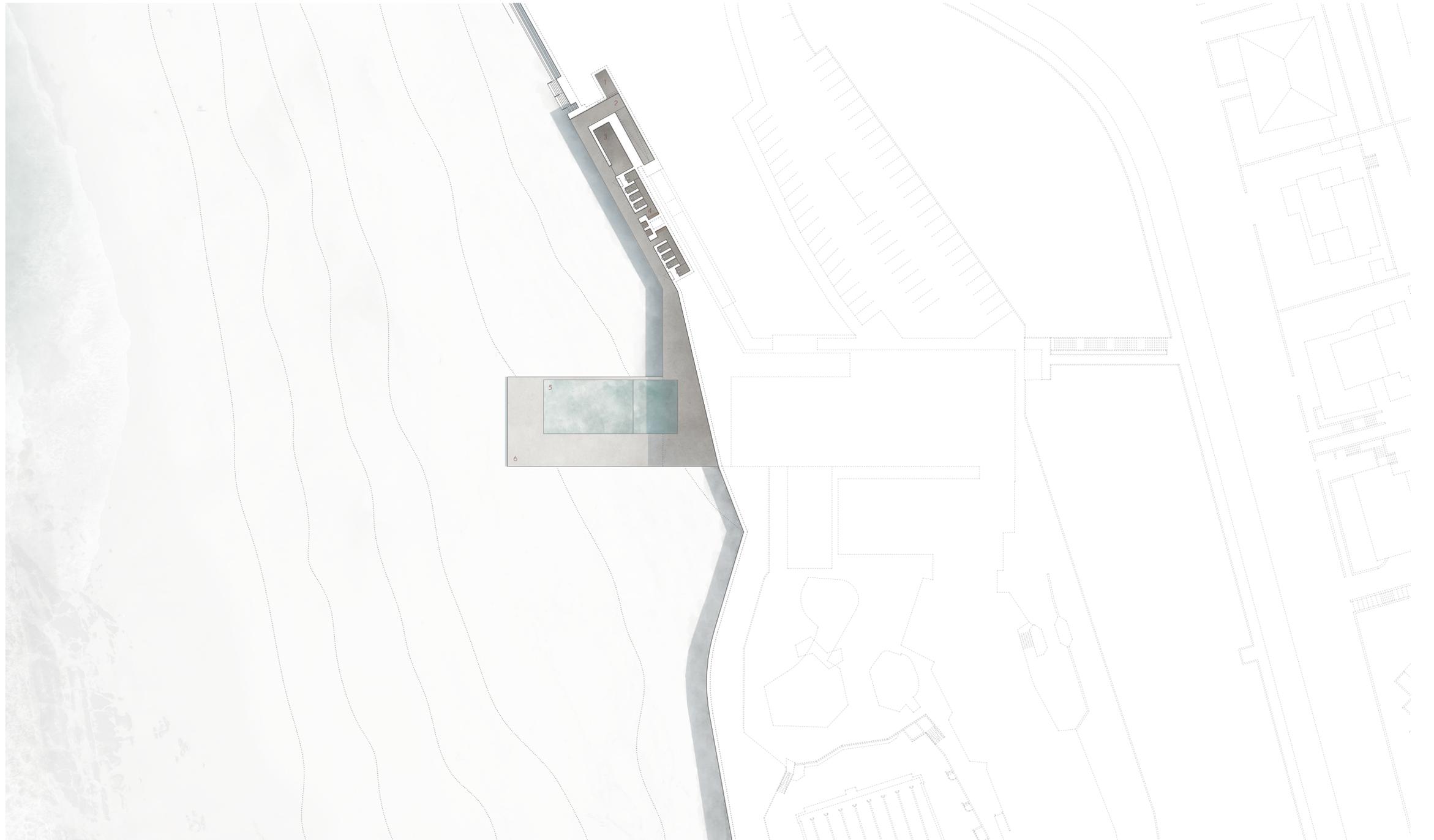


LEGENDA:

1. RAMPA DE ACESSO À PRAIA DE BANHOS
2. ESCADAS DE ACESSO AO ESTACIONAMENTO
3. ZONA DE REPOUSO
4. ELEVADORES
5. ARRUMOS DO BAR/RESTAURANTE
6. COXA DO BAR/RESTAURANTE
7. ZONA TÉCNICA DO BAR/RESTAURANTE
8. BAR/RESTAURANTE DE APOIO À PRAIA
9. ZONA TÉCNICA DO BAR/RESTAURANTE
10. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DO BAR/RESTAURANTE
11. PATAMAR DO PASSEIO MARGINAL E ESPALNADA
12. PATAMAR DO TANQUE DE BANHO DA PRAIA
13. TANQUE DA PRAIA (16 - 20°C)

0 m 25 m

DES 029 Planta à cota 09.00 metros - Proposta de Intervenção



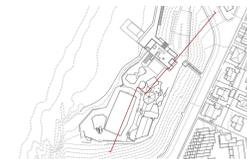
LEGENDA:

- 1. ESTACÃO ELEVATÓRIA
- 2. RAMPA DE ACESSO AO PASSEIO MARGINAL
- 3. ARRUMOS PARA UTILIZAÇÃO DOS BANHEIROS
- 4. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DA PRAIA DE BANHOS
- 5. PATAMAR DO TANQUE DE BANHO DA PRAIA
- 6. TANQUE DA PRAIA (16 - 20°C)

0 m 25 m

DES 030 Planta à cota 05.50 metros - Proposta de Intervenção

1. PISCINA OLÍMPICA
2. ENTRADA DO EDIFÍCIO DE BANHOS
3. SECÇÃO DO EDIFÍCIO DE BANHOS
4. CARRIS DE MUDANÇA DE ROUPA
5. CASIOS
6. TANQUE DOCE (22 - 26°C)
7. SALINA
8. ELEVADOR 2
9. ESCADAS DE ACESSO AO PASSEIO MARGINAL



AVENIDA JOSÉ NOBRE MARQUES COTA 27,00 m

CLUBEIRA DO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 25,20 m

CLUBEIRA DO ELEVADOR 2 COTA 22,50 m

COBERTURA DO EDIFÍCIO DE BANHOS COTA 20,00 m

COBERTURA DUNAR DO EDIFÍCIO DE BANHOS COTA 19,00 m

PÉ DIREITO INTERIOR (4,00 M) / PATAMAR DE ACESSO COTA 18,00 m

PÉ DIREITO INTERIOR (3,00 M) COTA 17,00 m

PÉ DIREITO INTERIOR (2,40 M) COTA 16,60 m

PAVIMENTO INTERIOR DOS BANHOS DE MAR COTA 14,00 m

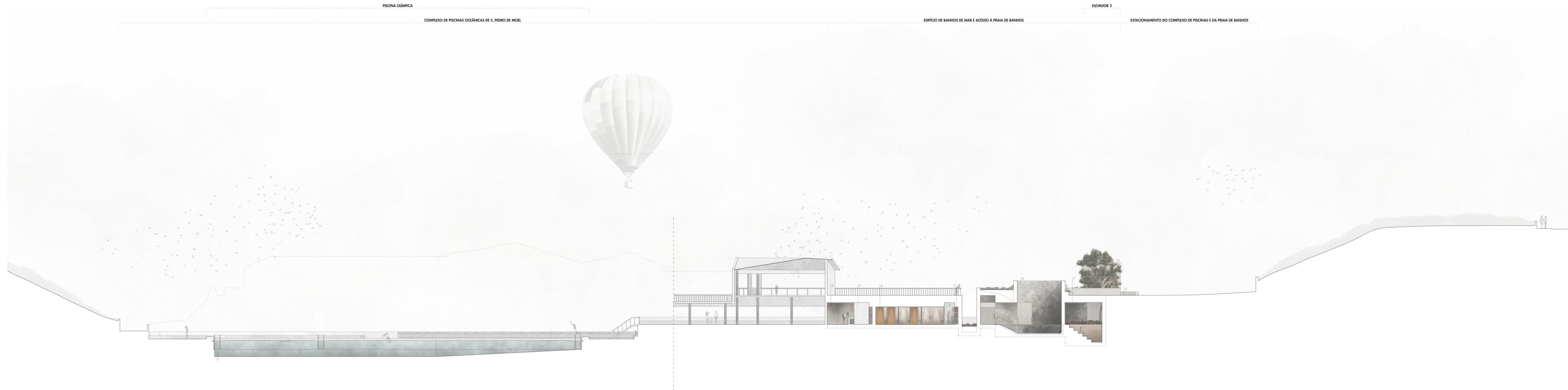
TANQUE DE BANHO (1,20 M) COTA 12,80 m

PISAMAR DA PISCINA OLÍMPICA COTA 12,00 m

SALINA COTA 11,60 m

PISCINA OLÍMPICA COTA 09,60 m

NÍVEL MÉDIO DAS ÁGUAS DO MAR COTA 00,00 m



0 m 10 m

DES 031 Corte 01 - Proposta de Intervenção

1. PISCINA OLÍMPICA
2. PISCINA INFANTIL
3. PERGOLA
4. CHAMBERO
5. TANQUE FRO (14°C)
6. TANQUE DA MATA (22°C)
7. ANJO EXTERIOR COM VEGETAÇÃO AUTÓCTONE
8. ELEVADOR 2
9. ESCADAS DE ACESSO AO PASSEIO MARGINAL



AVENIDA JOSÉ NOBRE MARQUES COTA 26.90 m

CUMEIRA DO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 25.20 m

CUMEIRA DO ELEVADOR 2 COTA 22.50 m

COBERTURA DO EDIFÍCIO DE BANHOS COTA 20.00 m

COBERTURA DUNAR DO EDIFÍCIO DE BANHOS COTA 19.00 m

PÉ DIREITO INTERIOR (4.00 M) / PATAMAR DE ACESSO COTA 18.00 m

PALA DE SOMBREAMENTO COTA 17.85 m

PÉ DIREITO INTERIOR (3.00 M) COTA 17.00 m

PAVIMENTO INTERIOR DOS BANHOS DE MAR COTA 14.00 m

TANQUES DE BANHO (1.05 M) COTA 12.99 m

PATAMAR DA PISCINA OLÍMPICA COTA 12.00 m

PISCINA OLÍMPICA COTA 09.60 m

NÍVEL MÉDIO DAS ÁGUAS DO MAR COTA 00.00 m

PISCINA OLÍMPICA

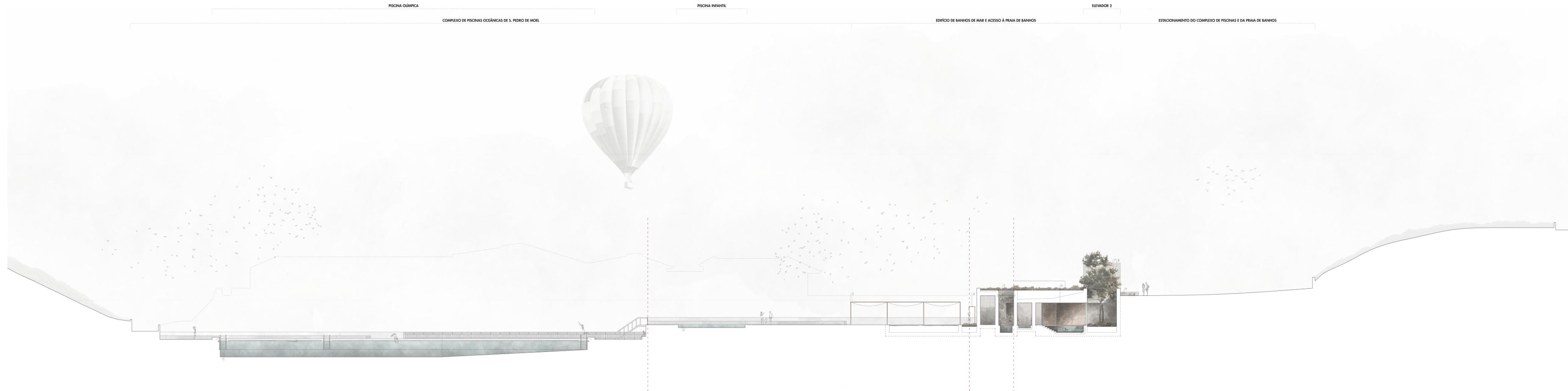
PISCINA INFANTIL

COMPLEXO DE PISCINAS OCEÂNICAS DE S. PEDRO DE MOEL

EDIFÍCIO DE BANHOS DE MAR E ACESSO À PRAIA DE BANHOS

ELEVADOR 2

ESTACIONAMENTO DO COMPLEXO DE PISCINAS E DA PRAIA DE BANHOS



0 m 10 m

DES 032 Corte 02 - Proposta de Intervenção

1. ELEVADOR 1
2. ESCADAS DE ACESSO AO ESTACIONAMENTO E COMPLEXO DE PISCINAS
3. ELEVADOR 2
4. BANHO TURCO
5. CHÁVEROS
6. ZONA DE REPOUSO
7. CORDÃO DE BAR
8. PISCINA INFANTIL
9. PISCINA OLÍMPICA



CUMEIRA DO ELEVADOR 1 COTA 35,50 m

AVENIDA JOSÉ NOBRE MARQUES COTA 31,00 m

CUMEIRA DO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 25,20 m

CUMEIRA DO ELEVADOR 2 COTA 22,50 m

COBERTURA DO EDIFÍCIO DE BANHOS COTA 20,00 m

COBERTURA DUNAR DO EDIFÍCIO DE BANHOS COTA 19,00 m

PÉ DIREITO INTERIOR (4,00 M) / PATAMAR DE ACESSO COTA 18,00 m

PÁLCO DE SOMBREAMENTO COTA 17,85 m

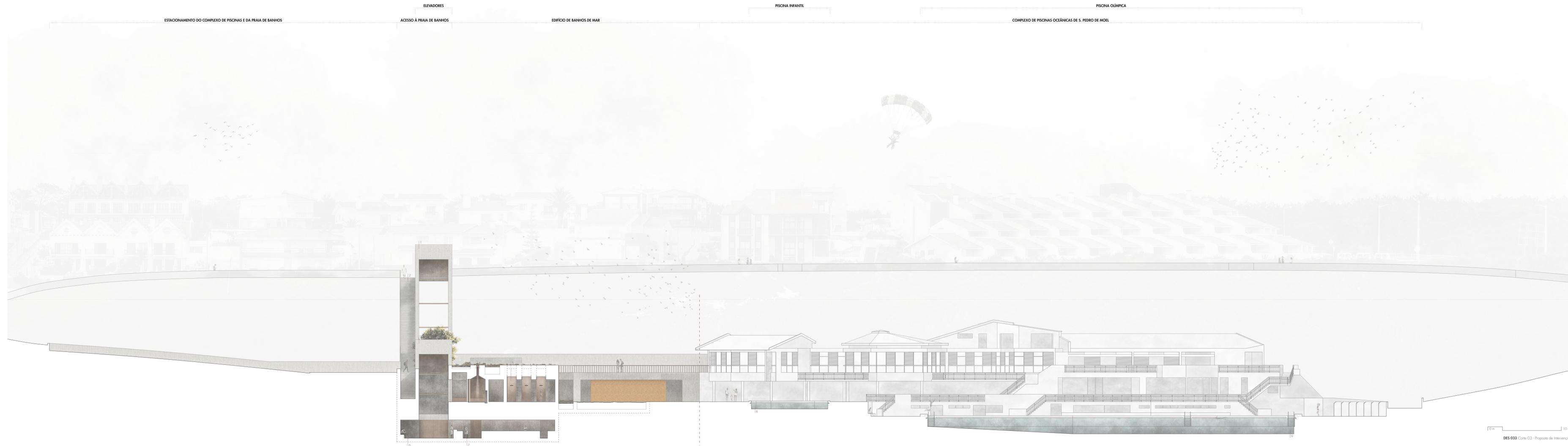
PÉ DIREITO INTERIOR (3,00 M) COTA 17,00 m

PAVIMENTO INTERIOR DOS BANHOS DE MAR COTA 14,00 m

PÉ DIREITO INTERIOR (2,80 M) COTA 11,80 m

PISCINA OLÍMPICA COTA 09,40 m

PATAMAR DO BAR DE APOIO E PASSEIO MARGINAL COTA 09,00 m



0 m 10 m

DES 033 Corte 03 - Proposta de Intervenção

1. TANQUE DE SALTOS
2. PISCINA INFANTIL
3. PERGOLA
4. CHAMBERO
5. TANQUE DO CÉU (327C)
6. S. DO BAR
7. BAR DE APOIO À PRAIA
8. ZONA TÉCNICA DE APOIO AO EDIFÍCIO DE BANHOS
9. ESCADAS DE LIGAÇÃO ENTRE O ESTACIONAMENTO E O PASSO MARGINAL



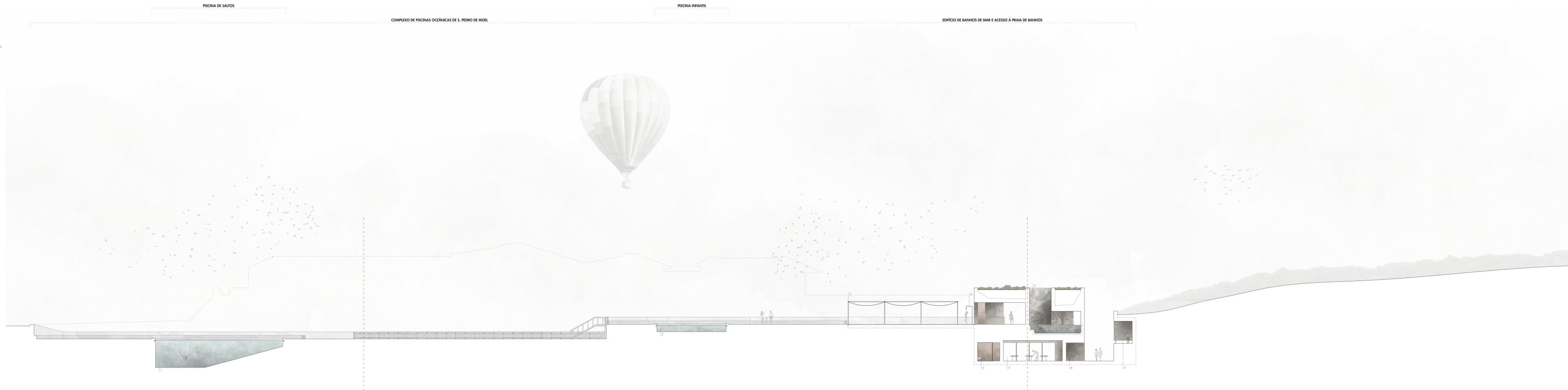
COBERTURA DO EDIFÍCIO DE BANHOS COTA 19,00 m
PALA DE SOMBREAMENTO COTA 17,85 m
PÉ DIREITO INTERIOR (3,00 M) COTA 17,00 m

PAVIMENTO INTERIOR DOS BANHOS DE MAR COTA 14,00 m
TANQUE DE BANHO (1,20 M) COTA 12,80 m
PISAMAR DA PISCINA OLÍMPICA COTA 12,00 m
PÉ DIREITO INTERIOR (2,80 M) COTA 11,80 m
PÉ DIREITO INTERIOR (2,50 M) COTA 11,50 m

PATAMAR DO BAR DE APOIO E PASSO MARGINAL COTA 09,00 m
TANQUE DE SALTOS COTA 08,10 m

PATAMAR DE ACESSO À PRAIA E PISCINA DE MAR COTA 05,50 m

NÍVEL MÉDIO DAS ÁGUAS DO MAR COTA 00,00 m



1. ESPAÇO DE REPOUSO
2. TANQUE EXTERIOR (22'x12')
3. L. DO BAR
4. BAR DE APOIO À PRAIA
5. PASSAGEM DE ACESSO À PRAIA
6. PASSAGEM INTERIOR DE ACESSO À PRAIA
7. ESTAÇÃO ELEVATORIA DE APOIO AO EDIFÍCIO DE BANHOS



COBERTURA DO EDIFÍCIO DE BANHOS COTA 19,00 m

PAVIMENTO INTERIOR DOS BANHOS DE MAR COTA 14,00 m

TANQUE DE BANHO (1,20 M) COTA 12,80m

PATAMAR DA PISCINA OLÍMPICA COTA 12,00m

PÉ DIREITO INTERIOR (2,80 M) COTA 11,80 m

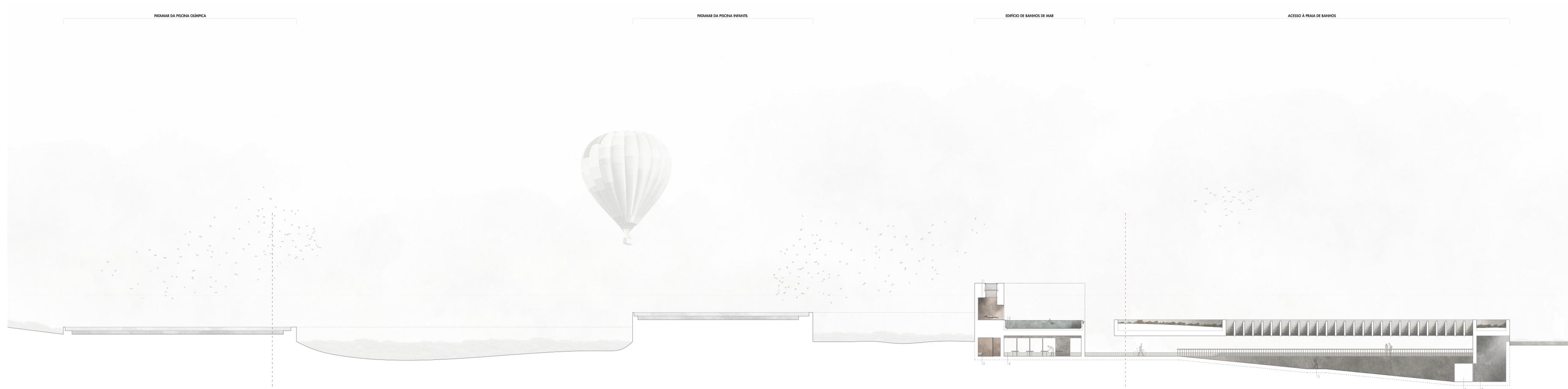
PÉ DIREITO INTERIOR (2,50 M) COTA 11,50 m

PATAMAR DO BAR DE APOIO E PASSO MARGINAL COTA 09,00 m

PATAMAR INTERMÉDIO DE ACESSO À PRAIA COTA 07,25 m

PATAMAR DE ACESSO À PRAIA E PISCINA DE MAR COTA 05,50 m

NÍVEL MÉDIO DAS ÁGUAS DO MAR COTA 00,00 m



0 m 10 m

DES 035 Corte 05 - Proposta de Intervenção

1. PASSADIÇO DE ACESSO AO ELEVADOR E MIRADOURO
2. ELEVADOR 1
3. ZONA TÉCNICA DE APOIO AO EDIFÍCIO DE BANHOS
4. ACESSO AOS BANHOS E S.
5. TANQUE DOCE (12'-26"CI)
6. ELEVADOR 2
7. TANQUE QUENTE (18"CI)
8. ESPAÇO DE REPOUSO
9. TANQUE EXTERIOR (12"CI)
10. ZONA TÉCNICA DO BAR
11. COPA DO BAR
12. BAR DE APOIO À PRAIA
13. ESPANADA DO BAR
14. PATAMAR DE ACESSO AO TANQUE DE BANHO DA PRAIA
15. TANQUE DE BANHO DA PRAIA



CUMEIRA DO ELEVADOR 1 COTA 35,50 m

AVENIDA JOSÉ NOBRE MARQUES COTA 31,00 m

CUMEIRA DO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 25,20 m

CUMEIRA DO ELEVADOR 2 COTA 22,50 m

COBERTURA DO EDIFÍCIO DE BANHOS COTA 20,00 m

COBERTURA DUNAR DO EDIFÍCIO DE BANHOS COTA 19,00 m

PÉ DIREITO INTERIOR (4,00 M) / PATAMAR DE ACESSO COTA 18,00 m

PÉ DIREITO INTERIOR (3,00 M) COTA 17,00 m

PAVIMENTO INTERIOR DOS BANHOS DE MAR COTA 14,00 m

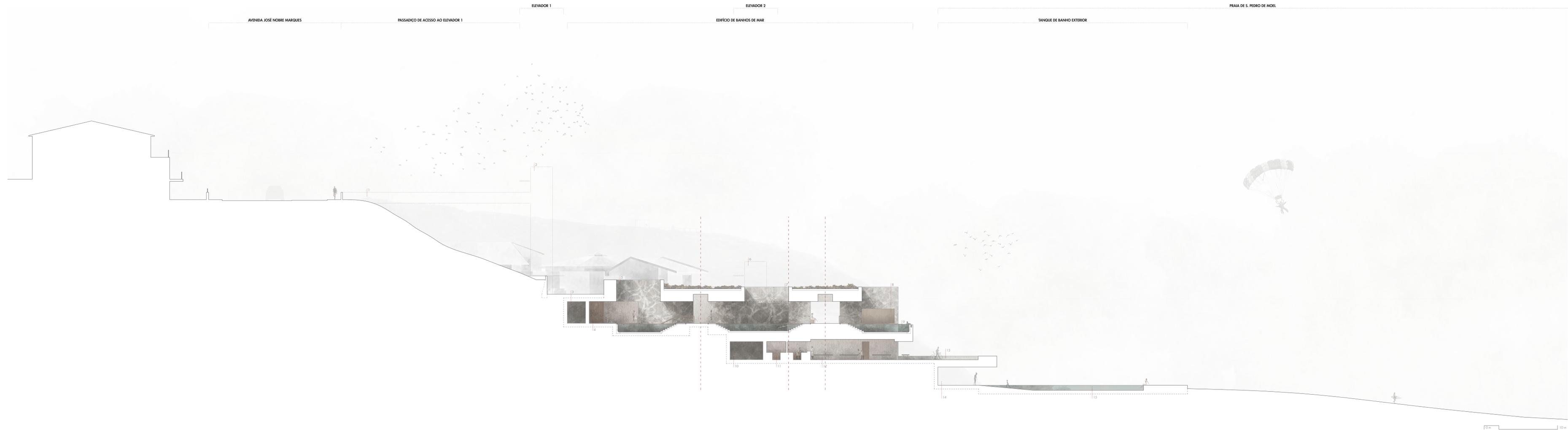
TANQUES DE BANHO (1,05 M) COTA 12,29 m

TANQUES DE BANHO (1,20 M) COTA 12,80 m

PATAMAR DO BAR DE APOIO E PASSEIO MARGINAL COTA 09,00 m

PATAMAR DE ACESSO À PRAIA E PISCINA DE MAR COTA 05,50 m

NÍVEL MÉDIO DAS ÁGUAS DO MAR COTA 00,00 m



10 m

DES 036 Corte 06 - Proposta de Intervenção

1. PISCINA OLÍMPICA
2. PISCINA INFANTIL
3. PERGOLA
4. CASA DE AREIA
5. CHÁVERO
6. TANQUE QUENTE (DQ'CI)
7. TANQUE DOS VAPORES (DQ'CI)
8. ELEVADOR 1
9. PÁTIO EXTERIOR COM VEGETAÇÃO AUTÓCTONE
10. ESCADAS DE ACESSO AO PASSO MARGINAL



AVENIDA JOSÉ NOBRE MARQUES COTA 25.85 m

CUMEIRA DO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 25.20 m

CUMEIRA DO ELEVADOR 2 COTA 22.50 m

COBERTURA DO EDIFÍCIO DE BANHOS COTA 20.00 m

COBERTURA DUNAR DO EDIFÍCIO DE BANHOS COTA 19.00 m

PÉ DIREITO INTERIOR (4.00 M) / PATAMAR DE ACESSO COTA 18.00 m

PALA DE SOMBREAMENTO COTA 17.85 m

PÉ DIREITO INTERIOR (3.00 M) COTA 17.00 m

PAVIMENTO INTERIOR DOS BANHOS DE MAR COTA 14.00 m

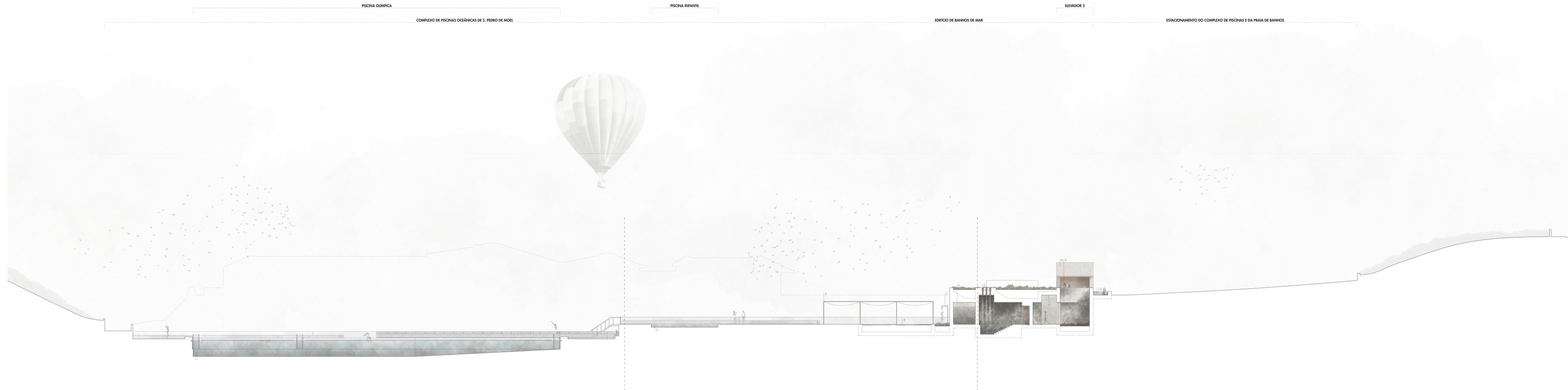
PÁTIO EXTERIOR COM VEGETAÇÃO COTA 13.75 m

TANQUES DE BANHO (1.35 M) COTA 12.65 m

PATAMAR DA PISCINA OLÍMPICA COTA 12.00 m

PISCINA OLÍMPICA COTA 09.60 m

NÍVEL MÉDIO DAS ÁGUAS DO MAR COTA 00.00 m



0 m 10 m

DES 037 Corte 07 - Proposta de Intervenção

1. PASSADIÇO DE ACESSO AO ELEVADOR E MIRADOURO
2. ELEVADOR 1
3. ZONA TÉCNICA DE APOIO AO EDIFÍCIO DE BANHOS
4. COBERTURA DUNAR COM VEGETAÇÃO AUTOCTONE
5. ACESSO AOS BANHEIROS E L.S.
6. TANQUE DOCE (22 - 24°C)
7. TANQUE FRO (14°C)
8. TANQUE QUENTE (34°C)
9. ELEVADOR 2
10. BANHO TURCO
11. TANQUE DO CÉU (32°C)
12. ESPAÇO DE REPOUSO
13. TANQUE EXTERIOR (32°C)
14. ZONA TÉCNICA DO BAR
15. CORTA DO BAR
16. BAR DE APOIO À PRAIA
17. ESPANADA DO BAR
18. PRAMAR DE ACESSO AO TANQUE DE BANHO DA PRAIA
19. TANQUE DE BANHO DA PRAIA



CUMEIRA DO ELEVADOR 1 COTA 35,50 m

AVENIDA JOSÉ NOBRE MARQUES COTA 31,00 m

CUMEIRA DO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 25,20 m

CUMEIRA DO ELEVADOR 2 COTA 22,50 m

COBERTURA DO EDIFÍCIO DE BANHOS COTA 20,00 m

COBERTURA DUNAR DO EDIFÍCIO DE BANHOS COTA 19,00 m

PÉ DIREITO INTERIOR (4,00 M) / PATAMAR DE ACESSO COTA 18,00 m

PÉ DIREITO INTERIOR (3,00 M) COTA 17,00 m

PAVIMENTO INTERIOR DOS BANHOS DE MAR COTA 14,00 m

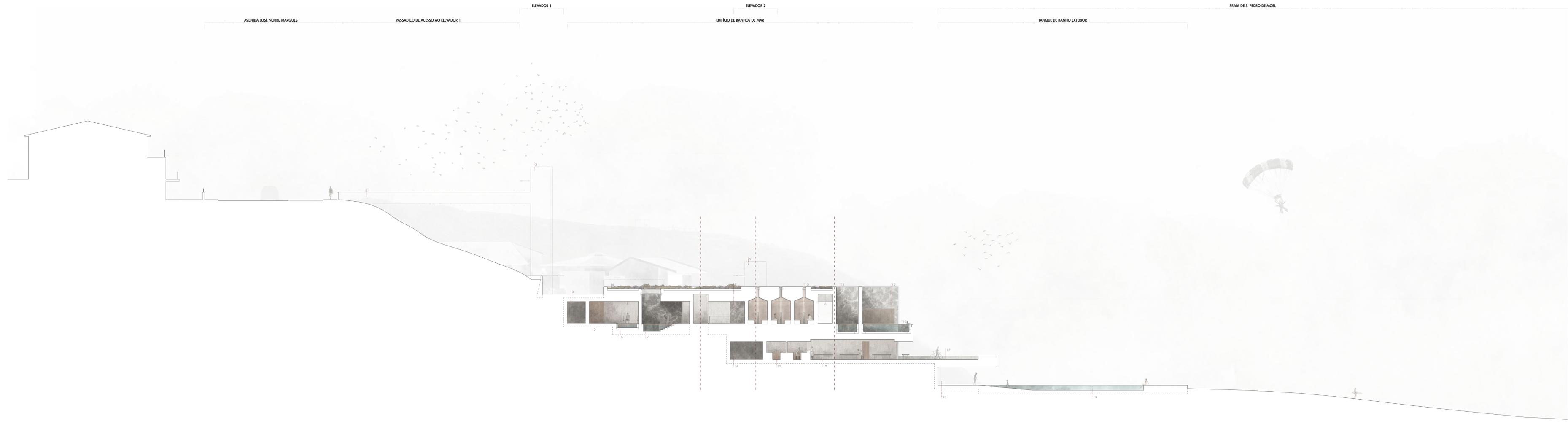
TANQUES DE BANHO (1,05 M) COTA 12,29 m

TANQUES DE BANHO (1,20 M) COTA 12,80 m

PATAMAR DO BAR DE APOIO E PASSEIO MARGINAL COTA 09,00 m

PATAMAR DE ACESSO À PRAIA E PISCINA DE MAR COTA 05,50 m

NÍVEL MÉDIO DAS ÁGUAS DO MAR COTA 00,00 m



10 m

DES 038 Corte 08 - Proposta de Intervenção

1. PASSADIÇO DE ACESSO AO ELEVADOR E MIRADOURO
2. ELEVADOR 1
3. ZONA TÉCNICA DE APOIO AO EDIFÍCIO DE BANHOS
4. ZONA DE REPOUSO
5. ACESSO À SAUNA
6. SAUNA
7. ÁRVO COM VEGETAÇÃO AUTÓCTONE
8. TANQUE DA MATA
9. ELEVADOR 2
10. ZONA DE CIRCULAÇÃO COM VISTA PARA S. PEDRO DE MOEL
11. ESPAÇO DE REPOUSO
12. TANQUE EXTERIOR (32°C)
13. ZONA TÉCNICA DO BAR
14. BACIAÇÃO EXTERIOR DO BAR
15. ZONA TÉCNICA DO BAR
16. ESPANADA DO BAR
17. PATAMAR DE ACESSO AO TANQUE DE BANHO DA PRAIA
18. TANQUE DE BANHO DA PRAIA



CUMEIRA DO ELEVADOR 1 COTA 35,50 m

AVENIDA JOSÉ NOBRE MARQUES COTA 31,00 m

CUMEIRA DO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 25,20 m

CUMEIRA DO ELEVADOR 2 COTA 22,50 m

COBERTURA DO EDIFÍCIO DE BANHOS COTA 20,00 m

COBERTURA DUNAR DO EDIFÍCIO DE BANHOS COTA 19,00 m

PATAMAR DE ACESSO AO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 18,00 m

PÉ DIREITO INTERIOR (3,00 M) COTA 17,00 m

PAVIMENTO INTERIOR DOS BANHOS DE MAR COTA 14,00 m

SAUNA COTA 11,60 m

PATAMAR DO BAR DE APOIO E PASSEIO MARGINAL COTA 09,00 m

PATAMAR DE ACESSO À PRAIA E PISCINA DE MAR COTA 05,50 m

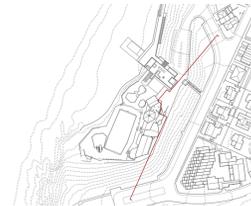
NÍVEL MÉDIO DAS ÁGUAS DO MAR COTA 00,00 m



0 m 10 m

DES 039 Corte 09 - Proposta de Intervenção

1. ELEVADOR 1
2. MIRADOURO
3. ESCADAS DE ACESSO AO ESTACIONAMENTO E COMPLEXO DE PISCINAS
4. QUILIBRA DO COMPLEXO DE PISCINAS
5. ESCADAS DE ACESSO AO EDIFÍCIO DE BANHOS
6. ENTRADA DO EDIFÍCIO DE BANHOS
7. RECEÇÃO DO EDIFÍCIO DE BANHOS
8. ZHUSÉBOS
9. ACESSO À SALINA



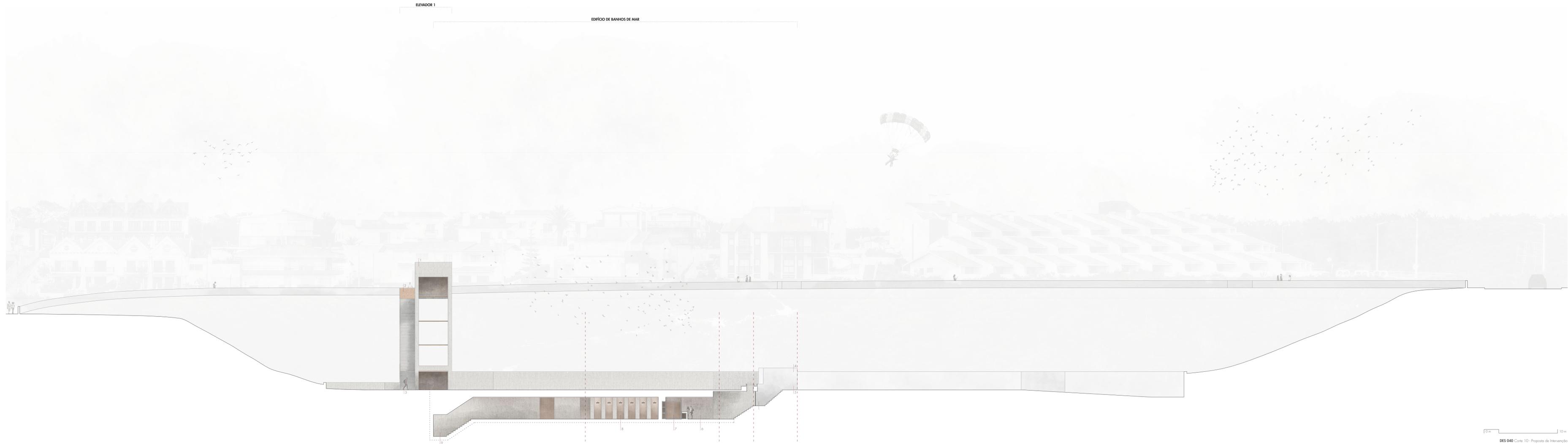
CUMEIRA DO ELEVADOR 1 COTA 35.50 m

PATAMAR DE ACESSO AO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 18.00 m

PÉ DIREITO INTERIOR (3.00 M) COTA 17.00 m

PAVIMENTO INTERIOR DOS BANHOS DE MAR COTA 14.00 m

PATAMAR DE ACESSO À SALINA COTA 11.60 m



0 m 10 m

DES 040 Corte 10 - Proposta de Intervenção

1. BARRIA DE ACESSO À PRAIA
2. ESCADAS DE ACESSO AO PASSEIO MARGINAL
3. MIRADOURO
4. ESCADAS DE ACESSO AO ESTACIONAMENTO E COMPLEXO DE PISCINAS
5. ZONA TÉCNICA DE APOIO À PRAIA
6. S. DE APOIO À PRAIA
7. CHAMBEROS DE APOIO À PRAIA
8. PATAMAR DE ACESSO AO TANGUE DE BANHO DA PRAIA
9. ZONA DE REPOUSO



CUMEIRA DO ELEVADOR 1 COTA 35,50 m

AVENIDA JOSÉ NOBRE MARQUES COTA 31,00 m

CUMEIRA DO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 25,20 m

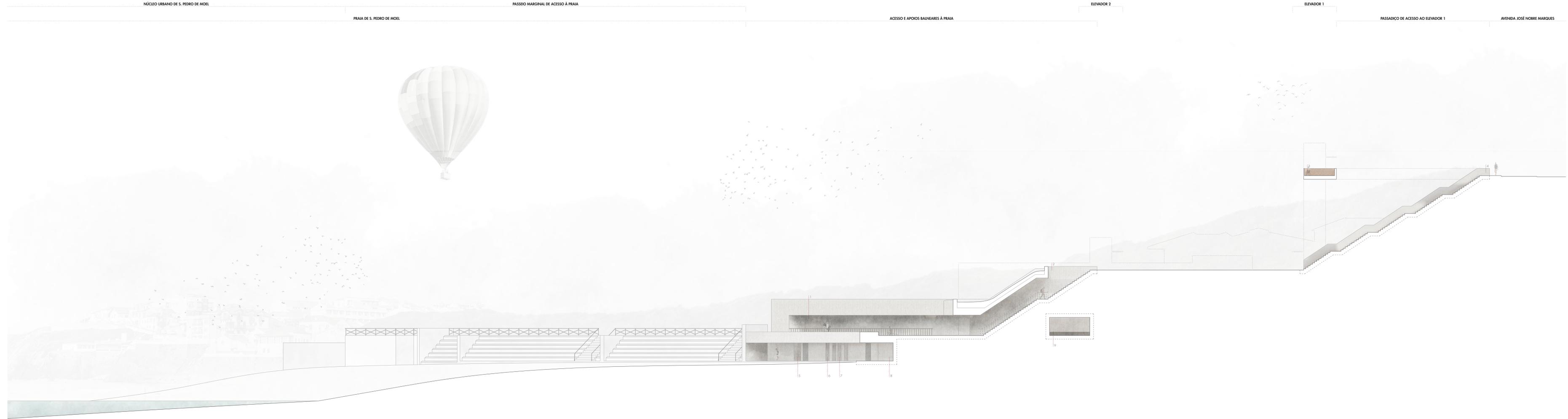
CUMEIRA DO ELEVADOR 2 COTA 22,50 m

PATAMAR DE ACESSO AO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 18,00 m

PATAMAR DO BAR DE APOIO E PASSEIO MARGINAL COTA 09,00 m

PATAMAR DE ACESSO À PRAIA E PISCINA DE MAR COTA 05,50 m

NÍVEL MÉDIO DAS ÁGUAS DO MAR COTA 00,00 m



0 m 10 m

DES 041 Corte 11 - Proposta de Intervenção

1. RAMPA DE ACESSO À PRAIA
2. TANQUE EXTERIOR (32°C)
3. ZONA DE REPOUSO
4. CHUVEIROS
5. TANQUE QUENTE (38°C)
6. ELEVADOR 2
7. TANQUE DOS VAPORES (42°C)
8. TANQUE FRO (14°C)
9. TANQUE DOCE (22 - 26°C)
10. ZONA TÉCNICA DE APOIO AO EDIFÍCIO DE BANHOS
11. ELEVADOR 1
12. ZONA TÉCNICA DE APOIO À PRAIA
13. I.S. DE APOIO À PRAIA
14. CHUVEIROS DE APOIO À PRAIA
15. ESPANADA DO BAR DE APOIO À PRAIA
16. I.S. DO BAR DE APOIO À PRAIA
17. ZONA TÉCNICA DO BAR DE APOIO À PRAIA
18. COPA
19. ZONA TÉCNICA DO BAR DE APOIO À PRAIA



CUMEIRA DO ELEVADOR 1 COTA 35.50 m

AVENIDA JOSÉ NOBRE MARQUES COTA 31.00 m

CUMEIRA DO COMPLEXO DE PISCINAS COTA 25.20 m

CUMEIRA DO ELEVADOR 2 COTA 22.50 m

COBERTURA DO EDIFÍCIO DE BANHOS COTA 20.00 m

COBERTURA DUNAR DO EDIFÍCIO DE BANHOS COTA 19.00 m

PÉ DIREITO INTERIOR (4.00 M) / PATAMAR DE ACESSO COTA 18.00 m

PÉ DIREITO INTERIOR (3.00 M) COTA 17.00 m

PAVIMENTO INTERIOR DOS BANHOS DE MAR COTA 14.00 m

TANQUES DE BANHO (1.05 M) COTA 12.95 m

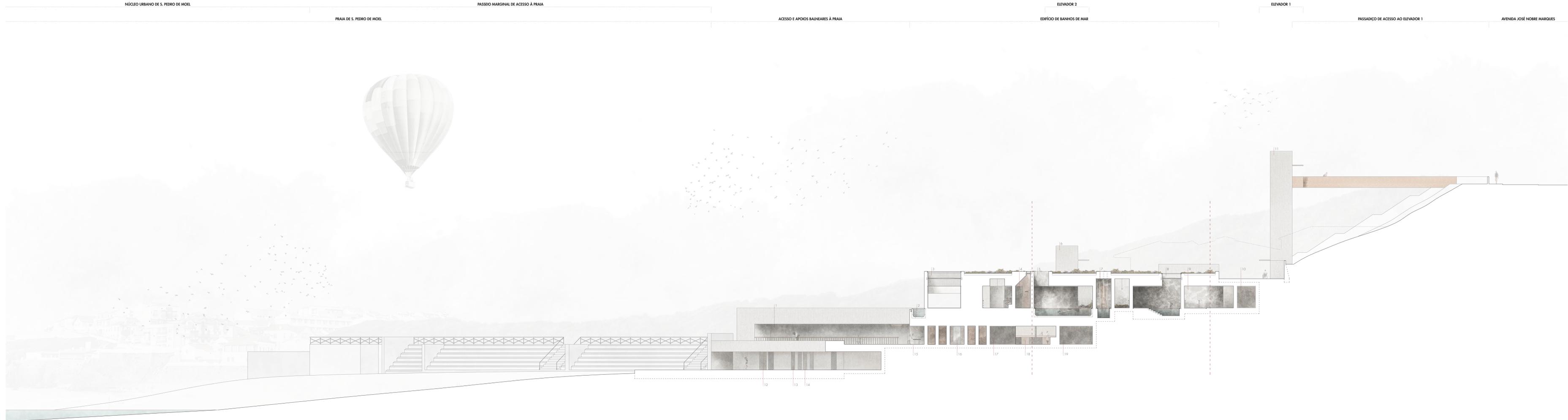
TANQUES DE BANHO (1.20 M) COTA 12.80 m

TANQUES DE BANHO (1.35 M) COTA 12.65 m

PATAMAR DO BAR DE APOIO E PASSO MARGINAL COTA 09.00 m

PATAMAR DE ACESSO À PRAIA E PISCINA DE MAR COTA 05.50 m

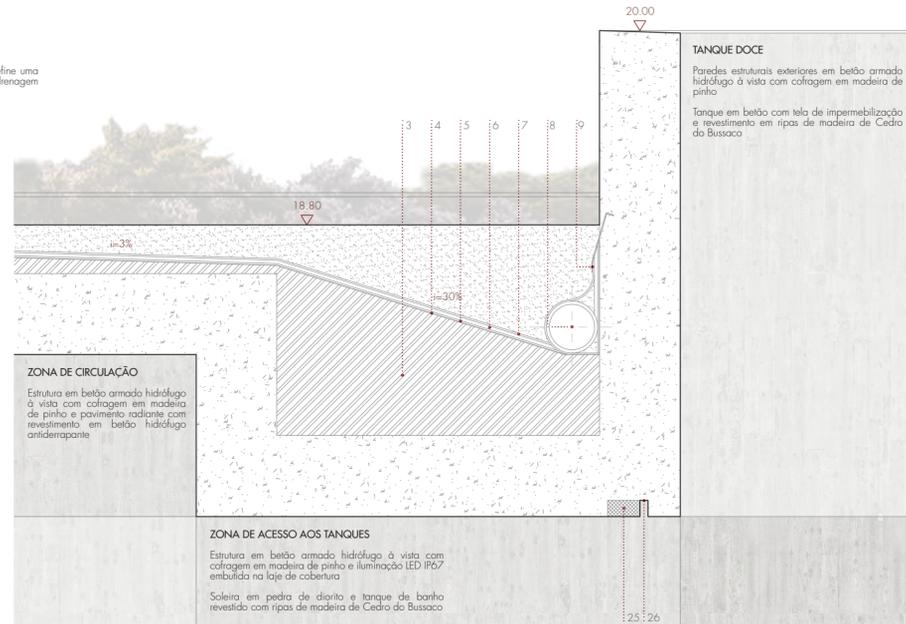
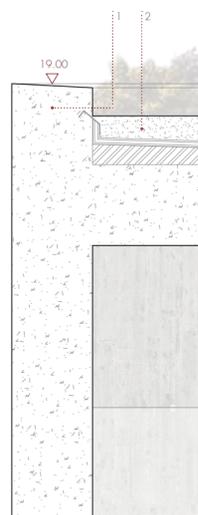
NÍVEL MÉDIO DAS ÁGUAS DO MAR COTA 00.00 m



0 m 10 m

COBERTURA DUNAR

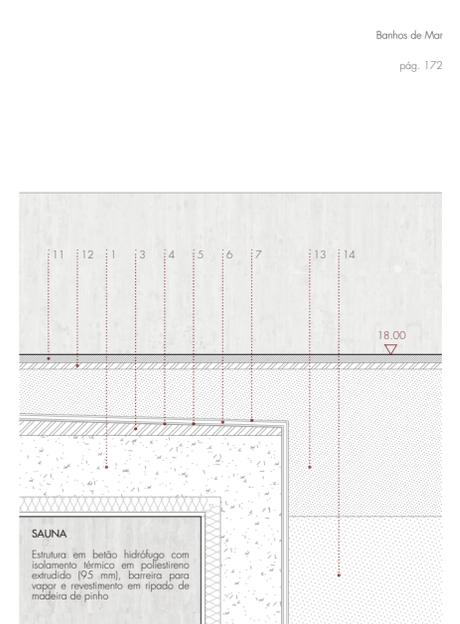
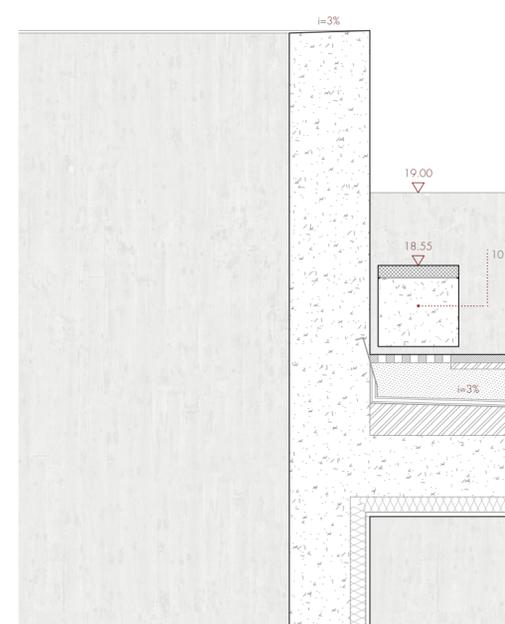
A estrutura em betão armado hidrófuga define uma "bacia" impermeabilizada, com sistema de drenagem e preenchida com estrato vegetal dunar



TANQUE DOCE

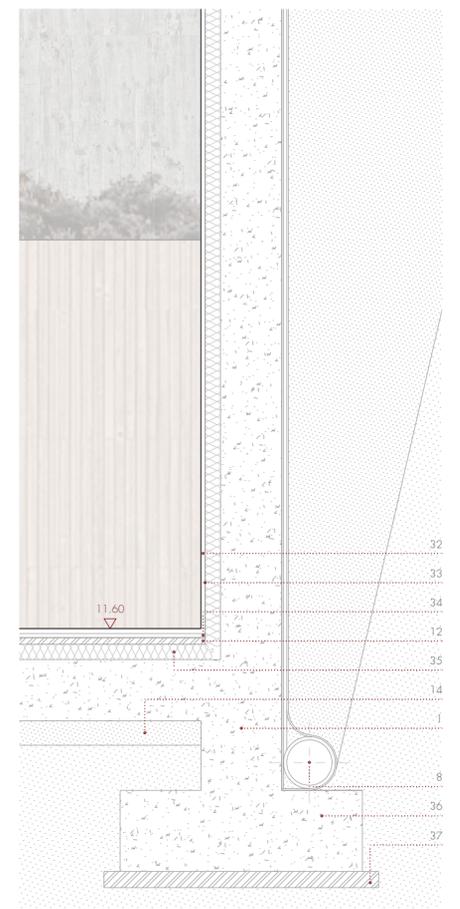
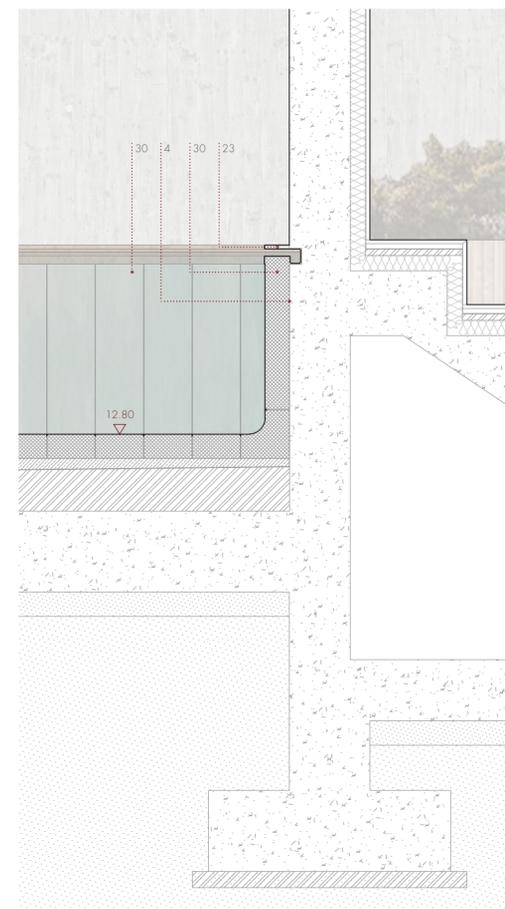
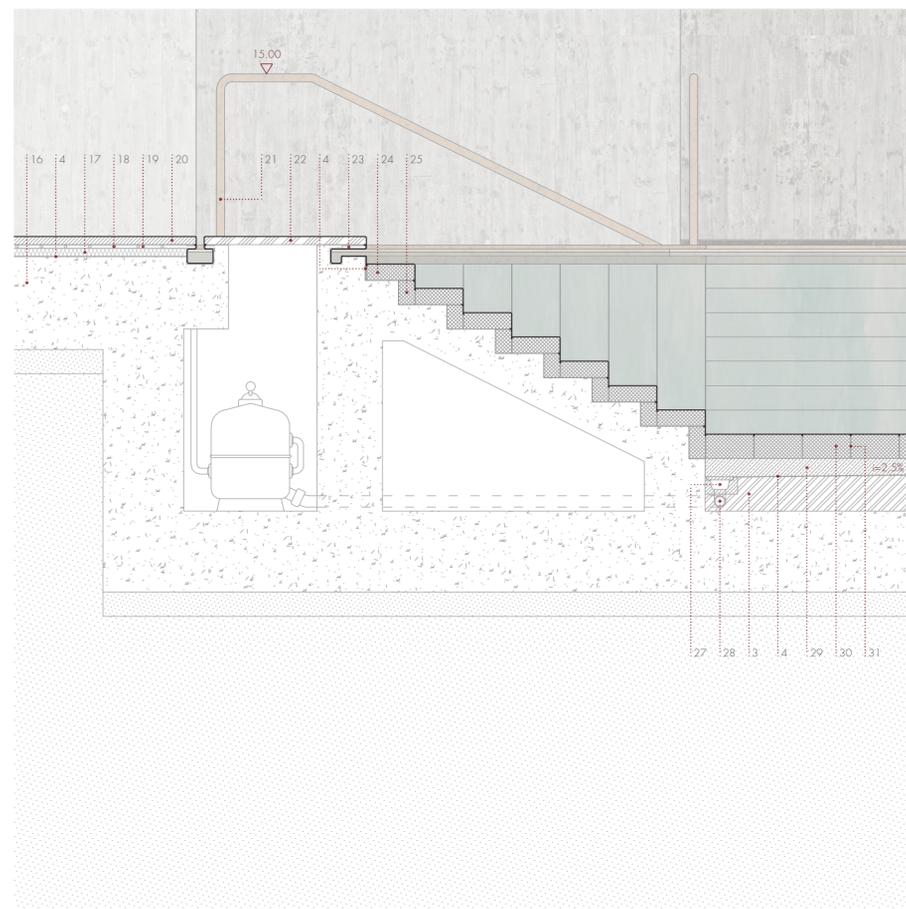
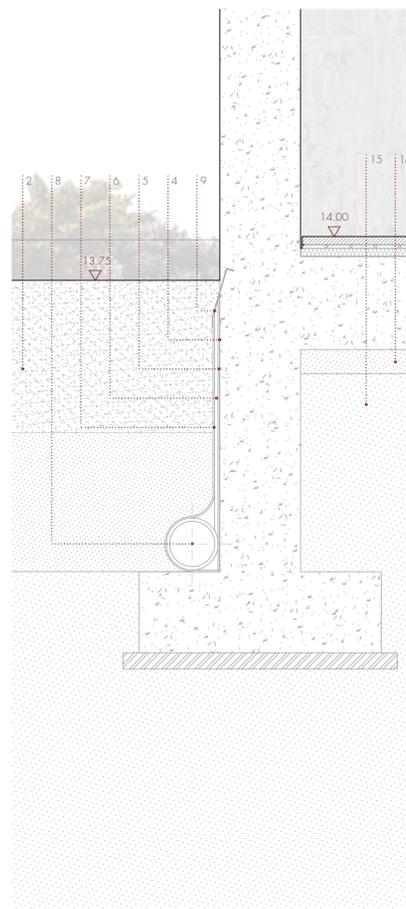
Paredes estruturais exteriores em betão armado hidrófuga à vista com cofragem em madeira de pinho

Tanque em betão com tela de impermeabilização e revestimento em ripas de madeira de Cedro do Bussaco



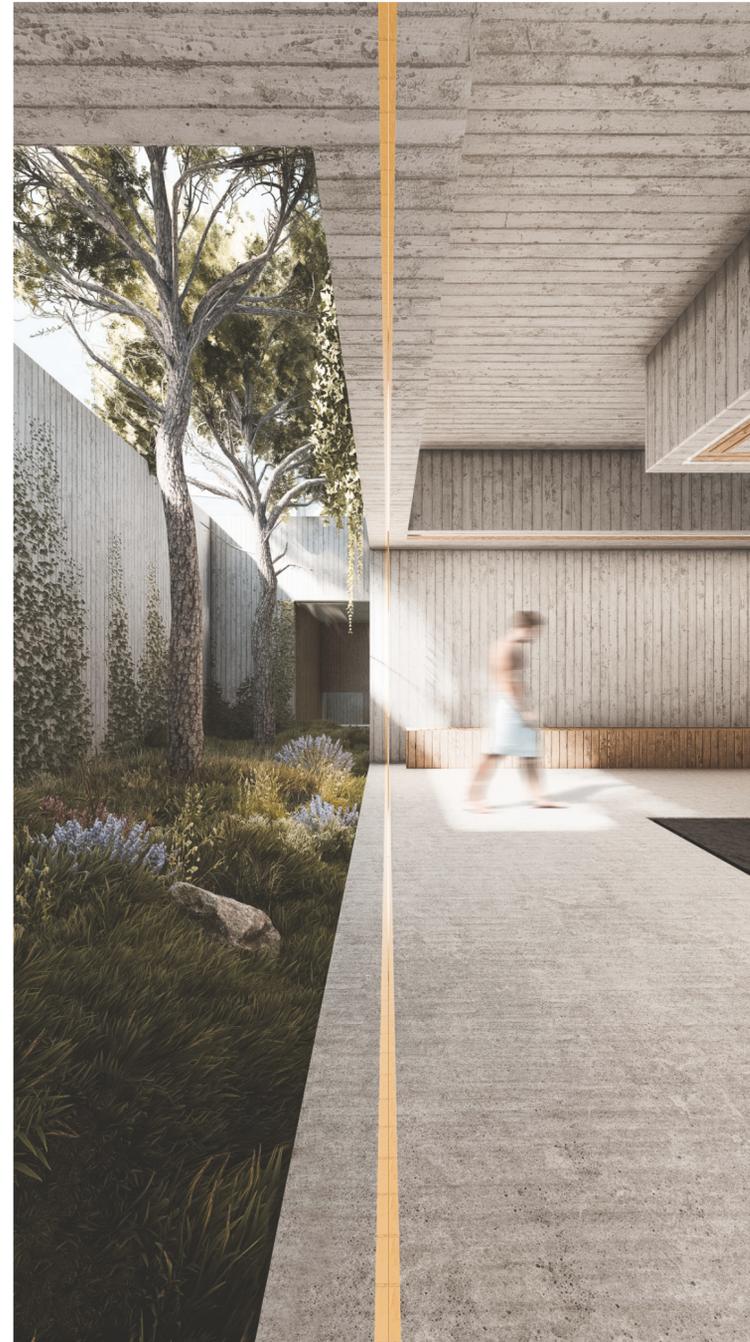
LEGENDA:

1. ESTRUTURA EM BETÃO ARMADO HIDRÓFUGO (COFRAGEM EM MADEIRA DE PINHO)
2. ESTRATO VEGETAL DUNAR (150 - 800 MM)
3. ARGAMASSA DE ENCHIMENTO E FORMAÇÃO DE PENDENTE
4. TELA IMPERMEABILIZANTE (2 MM)
5. ISOLAMENTO PROTETOR (10 MM)
6. MEMBRANA DRENANTE (20 MM)
7. MANTA GEOTÉXIL (10 MM)
8. DRENO (320 MM)
9. CHAPA METÁLICA (5 MM)
10. BANCO EM BETÃO (COFRAGEM EM MADEIRA DE PINHO) E REVESTIMENTO EM MADEIRA DE CEDRO DO BUSSACO
11. PAVIMENTO EXTERIOR EM BETÃO AUTONIVELANTE (50 MM)
12. CAMADA DE REGULARIZAÇÃO EM BETÃO AUTONIVELANTE
13. CAMADA DE BRITA DE GRANULOMETRIA PEQUENA
14. CAMADA DE BRITA DE GRANULOMETRIA GRANDE
15. SOLO NIVELADO E COMPACTADO
16. MASSAME
17. PLACA DE ISOLAMENTO TÉRMICO EM POLIESTIRENO EXTRUDIDO REVESTIDO POR CAMADA DE CIMENTO REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO (50 MM)
18. TUBOS PEÇA DO PAVIMENTO RADIANTE (16 MM)
19. PAINEL NEXXA PARA PAVIMENTO RADIANTE (31 MM)
20. PAVIMENTO EM BETÃO HIDRÓFUGO ANTIDERRAPANTE (50 MM)
21. CORRIMÃO EM LATÃO
22. SOLEIRA EM DIORITO (5 MM)
23. CAIXA DE TRANSBORDO EM LATÃO (15 MM)
24. SUIÇA DE MADEIRA DE CEDRO DO BUSSACO (300 x 100 MM)
25. SUIÇA DE MADEIRA DE CEDRO DO BUSSACO (150 x 100 MM)
26. ILUMINAÇÃO EM TIRA DE LED IP67
27. RALO DO TANQUE
28. TUBO DE DRENAGEM DO TANQUE
29. CAMADA DE BETÃO POROSO PARA DRENAGEM DA ÁGUA DO TANQUE
30. SUIÇA DE MADEIRA DE CEDRO DO BUSSACO (300 x 150 MM)
31. JUNTA DE BORRACHA (3 MM)
32. REVESTIMENTO INTERIOR EM MADEIRA
33. BARRERA PARA VAPORES
34. RIPAS DE FIXAÇÃO (40 X 30 MM)
35. ISOLAMENTO TÉRMICO EM POLIESTIRENO EXTRUDIDO (90 MM)
36. SAPATA DE FUNDAÇÃO EM BETÃO ARMADO HIDRÓFUGO
37. BETÃO AUTONIVELANTE DE LIMPEZA (10 MM)





DES 044 Tanque Doce - Proposta de Intervenção



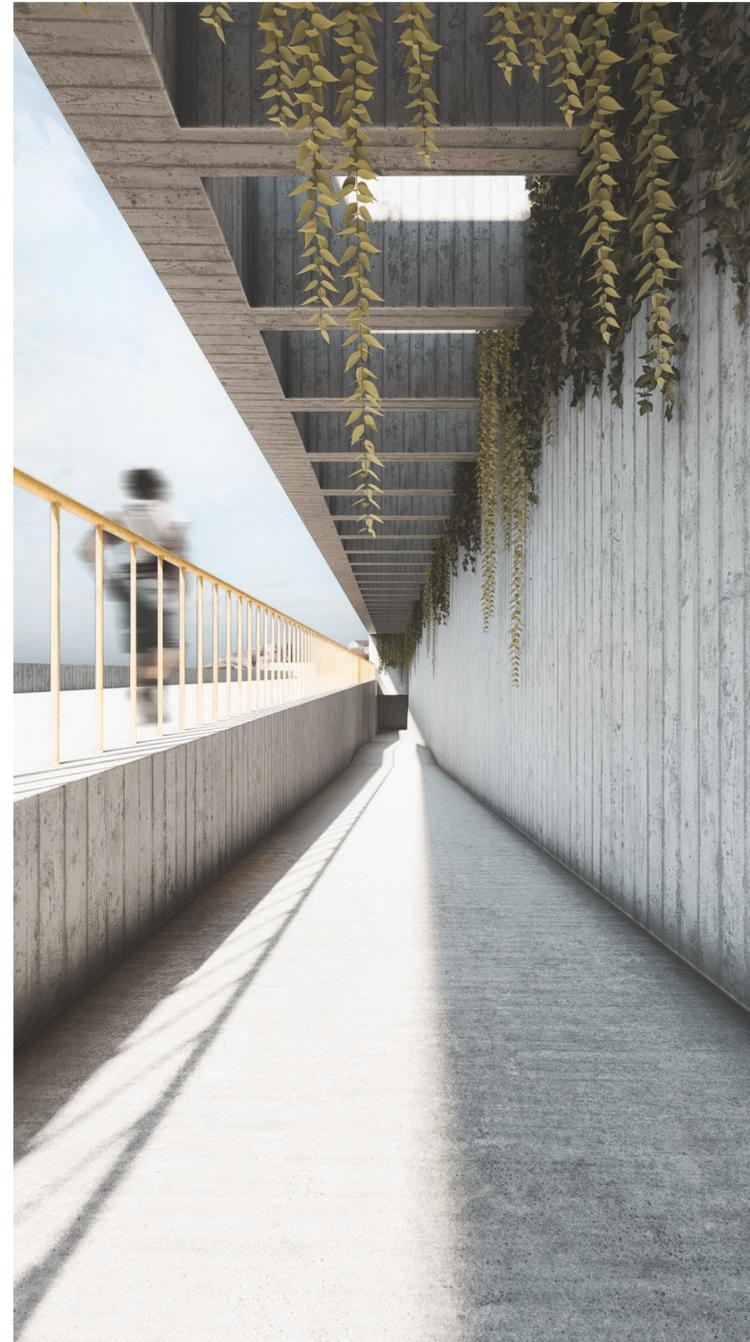
DES 045 Pátio da Mata - Proposta de Intervenção



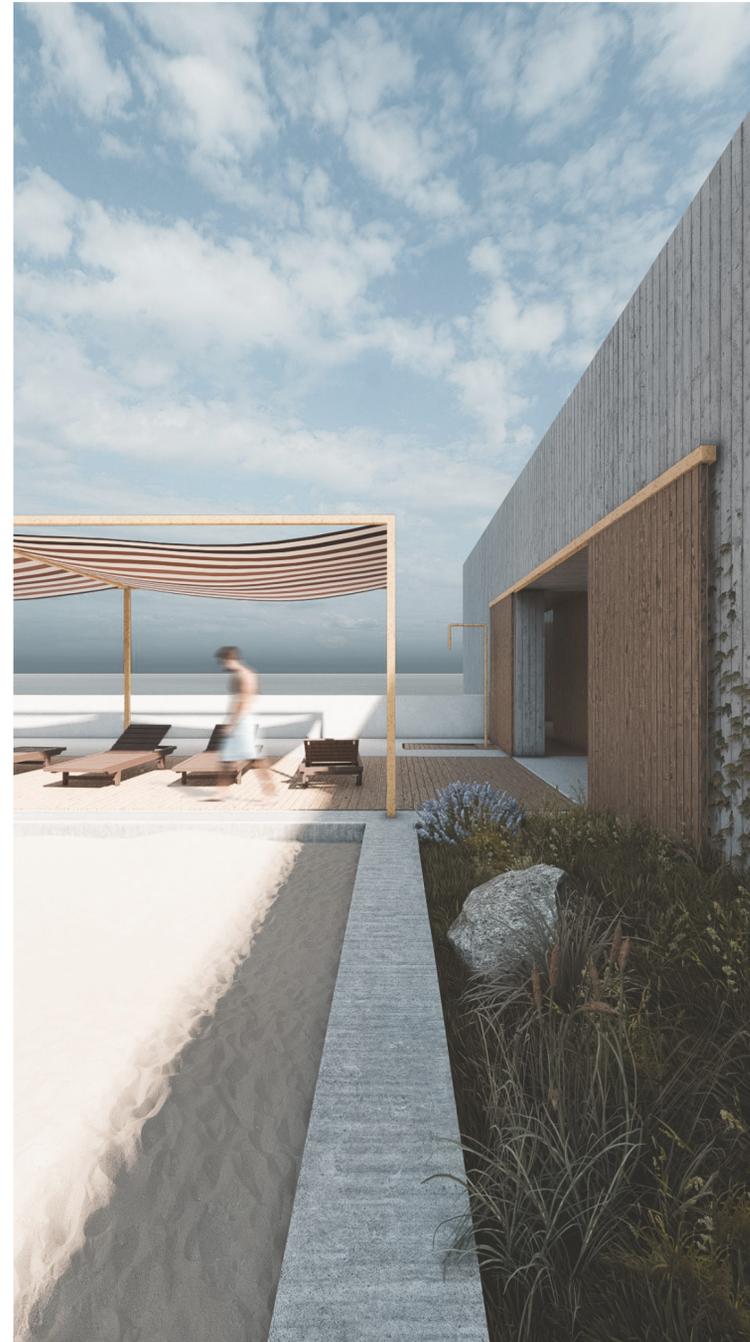
DES 046 Plataformas exteriores - Proposta de Intervenção



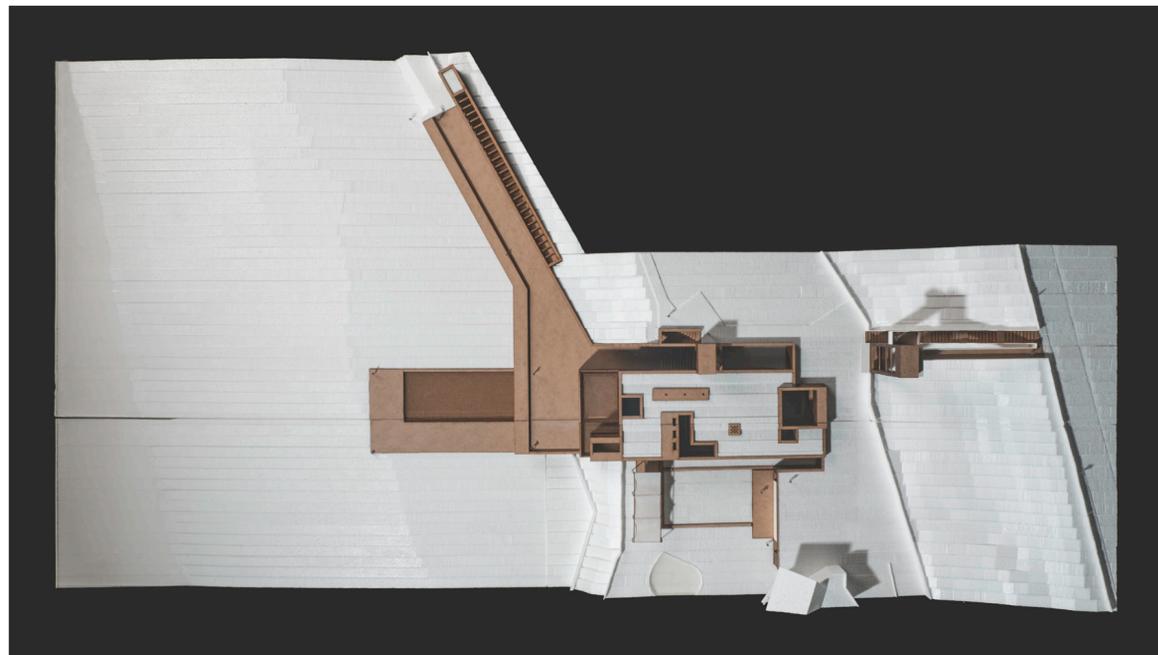
DES 047 Tanque do Mar - Proposta de Intervenção



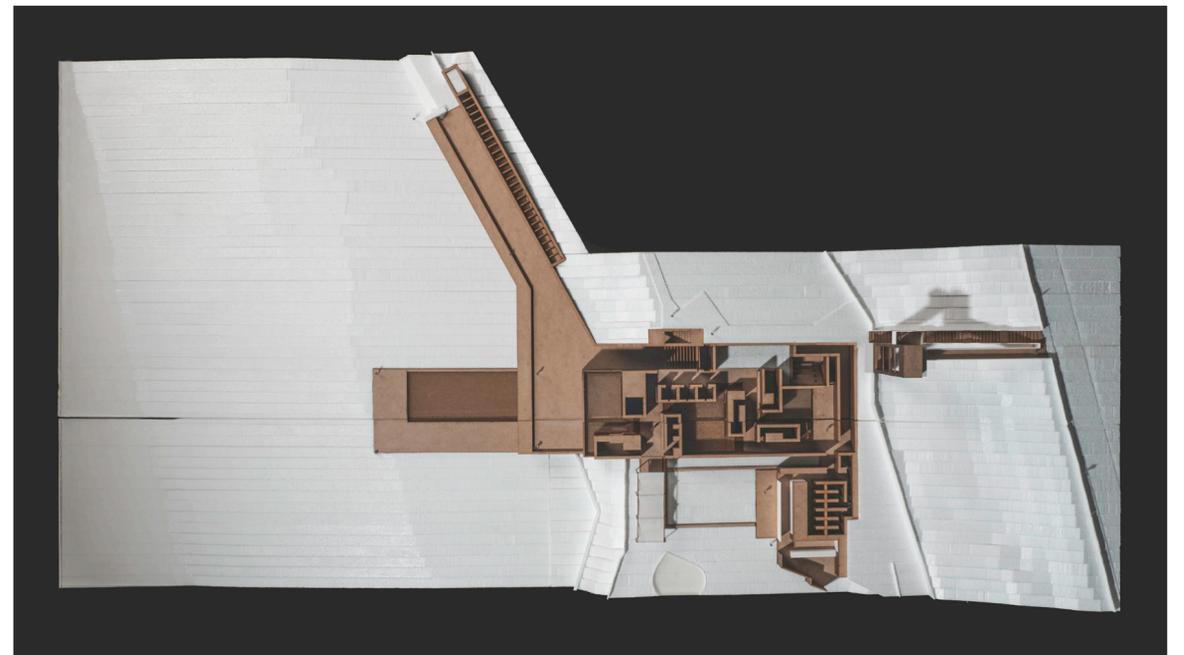
DES 048 Rampa de ligação entre o Passeio Marginal e a Praia - Proposta de Intervenção



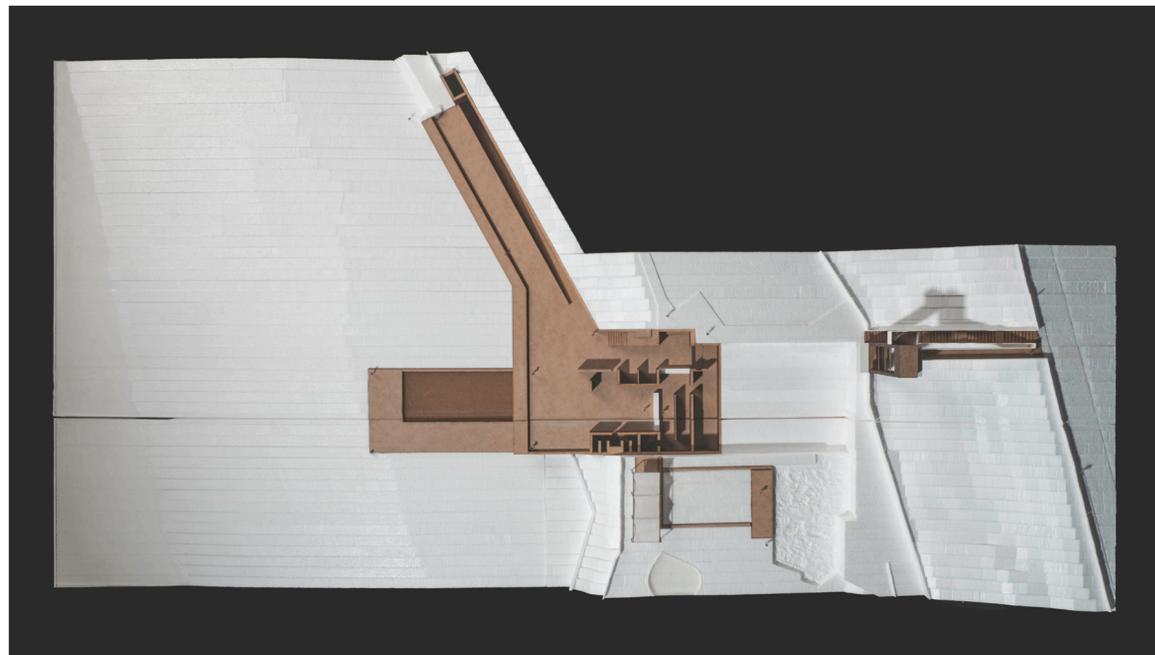
DES 049 Pala exterior - Proposta de Intervenção



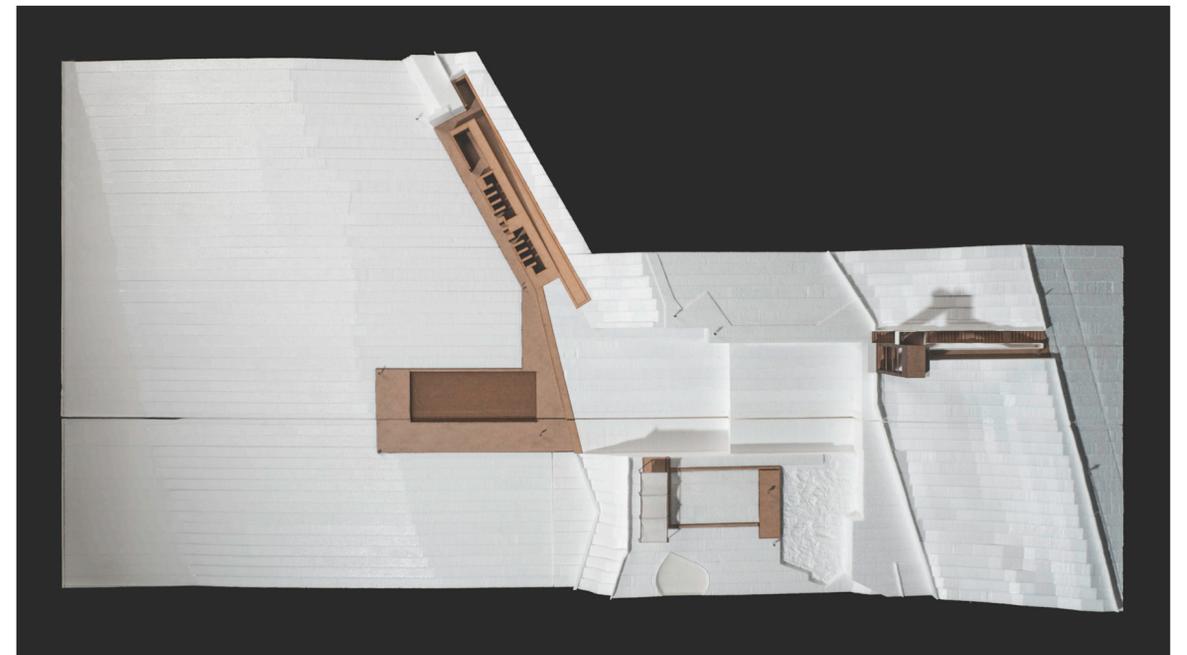
FOT 017 Vista da Cobertura - Maquete da Proposta de Intervenção



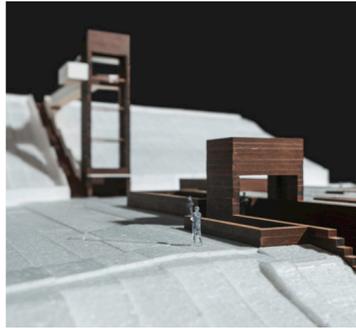
FOT 018 Vista à cota 14,00 metros - Maquete da Proposta de Intervenção



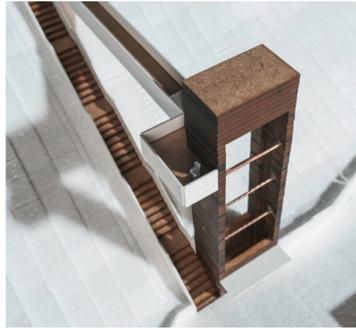
FOT 019 Vista à cota 9,00 metros - Maquete da Proposta de Intervenção



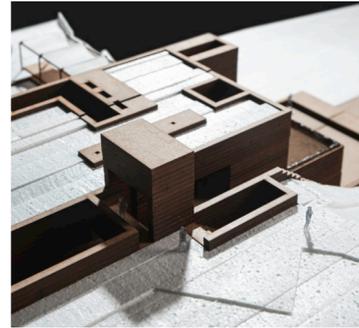
FOT 020 Vista à cota 5,50 metros - Maquete da Proposta de Intervenção



FOT 021 Perspectiva das acessibilidades propostas



FOT 022 Pormenor do sistema de elevador e escadas proposto



FOT 023 Sistema de acessibilidade à praia e passeio marginal



FOT 029 Perspetiva do poço de luz do Tanque Doce



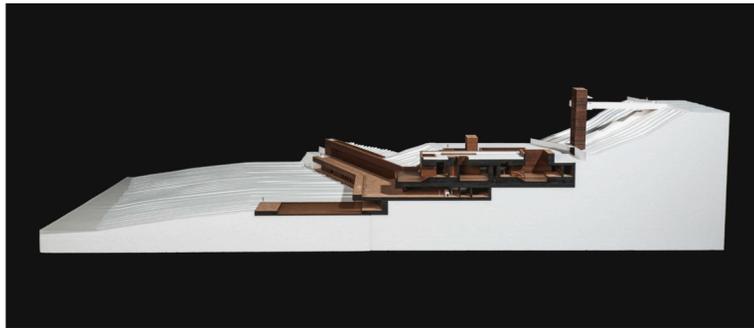
FOT 030 Vista do sistema de plataformas e do sistema de acessibilidade



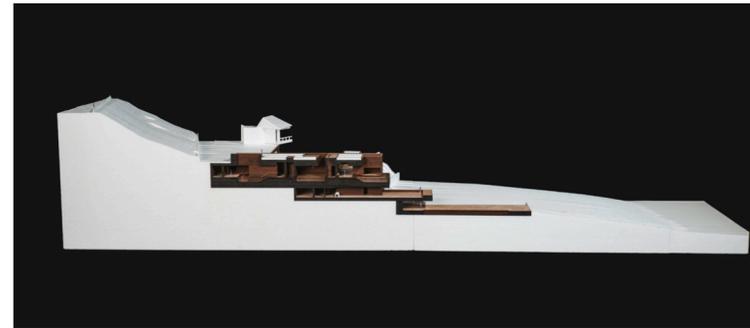
FOT 031 Volume de articulação e relação com o sistema de plataformas



FOT 024 Perspetiva do sistema de acessibilidade proposto



FOT 025 Corte da maquete com vista para Norte



FOT 032 Corte da maquete com vista para Sul



FOT 033 Relação entre o passeio marginal e o Tanque da Praia



FOT 026 Prolongamento do passeio marginal



FOT 027 Prolongamento do passeio marginal e relação com a praia



FOT 028 Perspetiva geral da proposta



FOT 034 Pormenor do Tanque da Praia



FOT 035 Perspetiva geral da proposta



FOT 036 Pormenor do Tanque da Praia

05

CONCLUSÃO

05. CONCLUSÃO 183.

05.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS 185. **05.2.** BIBLIOGRAFIA 187. **05.3.** REFERÊNCIAS DE FIGURAS, DESENHOS E FOTOGRAFIAS 191.

05.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como ponto de partida a origem da relação do Homem com o mar e com a prática do banho, é possível compreender um conjunto de evoluções que permitiram que o mar passasse de elemento temido a elemento de admiração e que o banho tenha passado de atividade sobretudo terapêutica e de higiene, a atividade essencialmente lúdica. Apesar de o banho coletivo de água doce e de água do mar terem surgido em períodos distintos, a evolução da sua prática acaba por ser semelhante, na medida em que ambos surgiram como atividade terapêutica, através da qual se pretendia usufruir dos benefícios associados a propriedades específicas de determinada água, até que se tornaram, por influência e como resultado da arquitetura do espaço em que o banho tinha lugar, numa atividade social e de lazer. Nessa medida, as piscinas de mar são para o banho de mar o que as *thermae* eram para o banho terapêutico em água doce, dado que são a resposta arquitetónica à necessidade de criação de um espaço que possibilitasse o banho coletivo em água doce e em água do mar, sendo que, no entanto, as piscinas de mar se centram primeiramente na vertente lúdica da sua utilização.

As piscinas de mar estudadas são de uma tipologia rara de encontrar, contando-se, atualmente, apenas oito exemplares ao longo de toda a costa continental portuguesa. Para além de se encontrar um número reduzido de equipamentos com estas características, estas piscinas têm em comum o facto de terem sido desenvolvidas num curto período, entre as décadas de 1930 e 1970, altura em que se encontravam em vigor os Planos Gerais de Urbanização. Estes planos, que representaram uma das mais relevantes fases de desenvolvimento urbano nacional, foram fundamentais na definição da estrutura urbana das estâncias balneares marítimas do século XX, em que a piscina assumia papel de destaque, como um dos principais equipamentos associados à vilegiatura balnear. A piscina de mar estava sempre associada à avenida marginal, o centro turístico da estância, numa situação de limite por se situar na fronteira entre terra e mar. Desta forma, torna-se relevante preservar esta tipologia, não só por existirem poucos exemplares, mas também pela sua importância, enquanto equipamentos imprescindíveis na dinâmica social das estâncias balneares, para além de se terem evidenciado como um dos elementos estruturantes da sua malha urbana.

Apesar de ser possível traçar paralelismos entre as piscinas de mar e as *thermae*, estas distinguem-se no que diz respeito à vertente e sazonalidade da sua ocupação. Enquanto as últimas eram geralmente utilizadas com o propósito de obter benefícios ao nível terapêutico, e durante todo o ano, as piscinas de mar são sobretudo utilizadas numa vertente puramente lúdica, e apenas nos meses de verão, altura em que se pratica a vilegiatura balnear marítima. Esta foi uma das problemáticas que esteve na origem do encerramento da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel, facto que teve grande impacto no aglomerado e na sua dinâmica

social, já que este era o principal equipamento desta estância balnear.

Surgiu assim, naturalmente, a intenção de cruzar o modelo das *thermae* com o modelo da piscina de mar, remetendo para a vertente terapêutica do banho de mar, sem esquecer a sua vertente lúdica, como forma de fazer face à sazonalidade da ocupação das piscinas de mar. O conceito prende-se com a intenção de adicionar ao programa do complexo existente, um novo, que seja utilizado ao longo de todo o ano, combatendo desta forma a sua utilização periódica, ao mesmo tempo que o dota de um programa contemporâneo e resolve problemáticas associadas à mobilidade do aglomerado. Esta relação com os modelos arquitetónicos clássicos revela-se particularmente interessante, na medida em que permite realizar uma reinterpretação atual do ritual do banho de mar, ao mesmo tempo que remete para os valores associados à origem da prática do banho. O cruzamento destas duas realidades pretende, não só contribuir para a reativação do complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel, mas também para a dinamização do próprio núcleo urbano, uma vez que o novo programa se apresenta como uma forma única de experienciar o banho de mar, capaz de atrair novos visitantes a esta estância.

De forma sumária, a reativação do complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel prende-se com o objetivo de garantir a preservação de um equipamento pertencente a uma tipologia arquitetónica de grande valor patrimonial e, em simultâneo, com a intenção de voltar a tornar S. Pedro de Moel numa das principais estâncias balneares da região através da reinterpretação do ritual do banho de mar.

Esta dissertação possibilitou o estudo de diversas temáticas, desde o banho enquanto atividade terapêutica, lúdica e social, até ao desenvolvimento urbano das estâncias balneares portuguesas, centrando-se, sobretudo, na tipologia da piscina de mar. Assim, esta investigação tornou possível produzir e apresentar, reunindo num único documento, material cartográfico, em parte, inédito, de todas as piscinas de mar atualmente existentes referentes ao período em análise. Para além de procurar sensibilizar para a relevância da tipologia estudada e para a importância da sua revitalização, ao mesmo tempo que deixa antever os efeitos benéficos que tal intervenção poderá ter na dinâmica do aglomerado em que se insere, este documento poderá ainda permitir a continuação e aprofundamento do estudo destas temáticas.

As Piscinas de Mar no planeamento das estâncias de vilegiatura balnear portuguesas: reativação da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel Capítulo 05 - Conclusão

Bibliografia

pág. 195

05.2. BIBLIOGRAFIA

01. Banho de Mar

Livros:

Corbin, Alain. *The Lure of the Sea: The Discovery of the Seaside in the Western World 1750 - 1840*. Los Angeles: University of California Press, 1994.

Disponível em: https://pt.scribd.com/document/410134431/Alain-Corbin-The-lure-of-the-sea-The-discovery-z-lib-org-pdf

Cosgrove, John Joseph. *Design of the Turkish Bath*. Pittsburgh: Standard Sanitary Mfg. Co., 1913.

Disponível em: https://archive.org/details/cu31924099175246/page/n19/mode/2up

Françoise, Bonneville de. *Le Livre du Bain*. Paris: Flammarion, 2001.

Gideon, Siegfried. *Mechanization Takes Command: A Contribution to Anonymous History*. New York: Oxford University Press, 1948.

Disponível em: https://pt.scribd.com/document/352749141/Mechanization-Takes-Command-a-Contributio-Siegfried-Giedion

Lello & Irmão. "Vilegiatura." In *Dicionário Prático Ilustrado*, 1246, 1977.

Ortigão, Ramalho. *As Farpas: A Vida Provincial. A Paizagem - Os Campos - as Praias - Os Monumentos*. Ed. David Corazzi. Volume I. Lisboa: A Editora, 1887.

Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518751

Ortigão, Ramalho. *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*. Porto: Livraria Universal, 1876.

Torga, Miguel. *Diário - Vols. XIII a XVI*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 1999.

Disponível em: https://books.google.pt/books?id=P7PjUMmMU3wC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false

Tostões, Ana. *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. 2º. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997.

Teses e Dissertações:

Briz, Maria da Graça Fernandes Pestana dos Santos Gonzalez. "A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo." Universidade Nova de Lisboa, 2003.

Disponível em: https://run.unl.pt/handle/10362/21629

Carriço, Ana Patrícia da Silva. "Metamorfoses do Espaço Termal. O Caso das Termas de S. Pedro do Sul." Universidade da Beira Interior, 2013.

Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.6/4409

Lima, Hugo Falcão de. "Banhos Salinos Quentes de Sines." Universidade Autónoma de Lisboa, 2018.

Disponível em: https://repositorio.ual.pt/handle/11144/3863

Lobo, Susana Luísa Mexia. "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia." Universidade de Coimbra, 2012.

Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/23799

Ventura, André Diogo Mateus. "Das Termas à Cidade: Uma Proposta de Revitalização do Núcleo Termal de Caldas da Rainha." Universidade de Lisboa, 2017.

Disponível em: https://www.repository.ul.pt/handle/10400.5/14440

Revistas e Periódicos:

Ambrózio, Júlio. "Viagem, Turismo, Vilegiatura." GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), n.º 18 (30 de Agosto de 2005): 105.

Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2005.73975

Araújo, Ilídio de. "Quintas de Recreio." *Bracara Augusta*, n.º 27 (1973).

Disponível em: https://www.academia.edu/9520076/Quintas_de_Recreio_Ilidio_de_Araujo

Camara, João da. "Chronica Occidental." *Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Extranjeiro*, XIX, n.º 637 (1896): 194.

Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1896/N637/N637_master/N637.pdf

Ferreira, Ana Maria. "Estilo de Vida, Modelos de Urbanismo e de Desenvolvimento Turístico das Estâncias Balneares no Século XIX - A Costa de Cascais e do Estoril: Casos de Cascais, Monte Estoril e Santo António do Estoril." *Revista Turismo e Desenvolvimento*, n.º 21/22 (2014): 367.

Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/264167248_Estilo_de_vida_modelos_de_urbanismo_e_de_desenvolvimento_turistico_das_estancias_balneares_no_seculo_XIX_-_A_costa_de_Cascais_e_

do_Estoril_Casos_de_Cascais_Monte_Estoril_e_Santo_Antonio_do_Estoril

Freitas, Joana Gaspar de. "O Litoral Português, Percepções e Transformações na Época Contemporânea: de Espaço Natural a Território Humanizado." *Revista de Gestão Costeira Integrada*, n.º 7 (2007).

Disponível em: https://www.aprh.pt/rgci/rgci12.html

Silva, A. Vieira da. "Barcas de Banhos do Tejo." *Olisipo: Boletim do Grupo "Amigos de Lisboa"*, n.º 49 (1950).

Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Olisipo/1950/N49/N49_master/Olisipo_N49_Jan1950.PDF

Legislação:

"Decreto n.º 4:819." *Diário do Governo*, Série I, n.º 204 (1918).

Disponível em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/177214/details/normal?q=4819

02. Planos Gerais de Urbanização

Livros:

Ferro, António. *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*. Lisboa: Edições do SNI, 1949.

Lino, Raúl. *Quatro Palavras Sobre Urbanização*. Lisboa: Edição de Valentim de Carvalho, 1945.

Lôbo, Margarida Souza. *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*. Ed. 2a. Porto: FAUP, 1995.

Burnham, Daniel H., e Edward H. Bennett. *Plan of Chicago*. Chicago: The Commercial Club, 1909.

Disponível em: https://pbc.gda.pl/dlibra/doccontent?id=11167

Teses e Dissertações:

Lobo, Susana Luísa Mexia. "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia." Universidade de Coimbra, 2012.

Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/23799

Revistas e Periódicos:

Gonçalves, Fernando. "A Propósito dos Planos de Urbanização do Estado Novo: Projectos Urbanísticos ou Regulamentos Policiais?" *Sociedade e Território: Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, n.º 4 (1986).

Narciso, Armando. "Termas de Portugal." *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 21 (1944).

Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Panorama/Panorama.htm

Legislação:

"Decreto n.º 21699." *Diário do Governo*, Série I, n.º 230 (1932).

Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/598347

"Decreto n.º 22444." *Diário da Governo*, Série I, n.º 82 (1933): 625–26.

Disponível em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/255071/details/normal?q=22444

"Decreto-Lei n.º 24802."*Diário do Govêrno*, Série I, n.º 299 (1934).

Disponível em: https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/24802-1934-447162

"Decreto-Lei n.º 33921." *Diário do Govêrno*, Série I, n.º 197 (1944): 883–88.

Disponível em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/550995/details/normal?q=33921

"Decreto-Lei n.º 35:931." *Diário do Governo*, Série I, n.º 250 (1946).

Disponível em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/149625/details/normal?q=35931

Loi concernant les plans d’extension et d’aménagement des villes (1919).

Memórias Descritivas e Justificativas:

Direcção Geral dos Serviços de Urbanização. "Ante-Plano de Urbanização da Praia de Palheiros de Mira: Memória Descritiva e Justificativa," 1949. Disponível em: https://www.dgterritorio.gov.pt/dgt/patrimonio/arquivo-historico/pesquisa-atributos

"Plano de Urbanização da Praia do Cabedelo em Viana do Castelo (Sta. Luzia): Memória Descritiva." s. l., 1941.

Ramos, Carlos Manuel, e António Emídio Abrantes. "Plano de Urbanização da Praia da Rocha: Memória Descritiva e Justificativa." S.l., 1942.

Disponível em: https://www.dgterritorio.gov.pt/dgt/patrimonio/arquivo-historico/pesquisa-atributos

Silva, David Moreira da. "Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho - Memória Descritiva." Porto, 1941.

Silva, Luís Cristino da. "Ante-Projecto de Urbanização da Praia de Vieira de Leiria: Memória Descritiva." Lisboa, 1946.

Disponível em: https://www.dgterritorio.gov.pt/dgt/patrimonio/arquivo-historico/pesquisa-atributos

Outros Documentos:

Cabral, João, Ana Catita, Ana Pinho, Anabela Duarte, Fernando Gonçalves, Josué Caldeira, Maria de Fátima, e Zélia Pinheiro. "Guia dos Programas de Acção Territorial." Lisboa, 2011.

Bibliografia

pág. 196

As Piscinas de Mar no planeamento das estâncias de vilegiatura balnear portuguesas: reativação da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel Capitulo 05 - Considerações Finais

Bibliografia

pág. 197

03. Piscinas de Mar

Livros:

Abreu, João Antonio Peres. *Roteiro do Viajante no Continente: e nas Caminhos de Ferro de Portugal em 1865*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1865.

Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/2940

Azambuja, João Rosa. *Cidade da Marinha Grande: Subsídios para a sua história*. Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998.

Barros, Artur Neto. *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel*. Marinha Grande: Edição do Autor, 1989.

Castanheira, Carlos. *Álvaro Siza: The Function of Beauty*. Londres: Phaidon, 2009.

Moniz, Gonçalo Canto. *Arquitectura e Instrução: O Projecto Moderno do Liceu, 1836-1936*. Coimbra: Edara, 2007.

Ortigão, Ramalho. *As Farpas: A Capital*. Volume VII. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1889.

Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518751

Ortigão, Ramalho. *As Farpas: A Vida Provincial. A Paizagem - Os Campos - as Praias - Os Monumentos*. Ed. David Corazzi. Volume I. Lisboa: A Editora, 1887.

Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518751

Ortigão, Ramalho. *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*. Porto: Livraria Universal, 1876.

Pereira, Sílvia Dias, Joana Gaspar de Freitas, Sergio Bergamaschi, e Maria Antonieta Rodrigues. *Formação e Ocupação de Litorais nas Margens do Atlântico - Brasil/Portugal*. Rio de Janeiro: Corbã Editora e Artes Gráficas, 2014.

Disponível em: http://www.redebraspor.org/livros/2014/Livro_Braspor_2014.pdf

Pinho, Alberto, e Carlos Morais Gaio. *Espinho: Memórias do Tempo*. Espinho: Jornal Maré Viva, 2000.

Teses e Dissertações:

Antunes, Miguel Artur Lobo Brandão Teixeira. "Da Análise Urbana à Intervenção Projetual: O Parque Municipal da Quinta da Conceição." Universidade Lusófona do Porto, 2016.

Disponível em: http://hdl.handle.net/10437/7896

Briz, Maria da Graça Fernandes Pestana dos Santos Gonzalez. "A Arquitectura de Veraneio: Os Estoris - 1880/1930." Universidade Nova de Lisboa, 1989.

Disponível em: http://hdl.handle.net/10362/21630

Briz, Maria da Graça Fernandes Pestana dos Santos Gonzalez. "A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo." Universidade Nova de Lisboa, 2003.

Disponível em: https://run.unl.pt/handle/10362/21629

Lobo, Susana Luísa Mexia. "Arquitectura e Turismo: Planos e Projectos. As Cenografias do lazer na Costa Portuguesa, da 1ª República à Democracia." Universidade de Coimbra, 2012.

Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/23799

Quinta, Emmanuella Silva da. "S. Pedro de Moel. Um Refúgio Moderno." Universidade de Coimbra, 2010.

Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/14189

Revistas e Periódicos:

"A Praia da Granja: pela suavidade do seu maravilhoso clima e pelos seus encantos naturais é um dos mais famosos centros de repouso do norte de Portugal." *Turismo: Revista de Hotéis, Viagens e Actualidades*, Ano III, n.º 23 (1939).

Almeida, Pedro Vieira de. "Uma Análise da Obra de Siza Vieira: Piscina de Leça em Matosinhos [Porto]." *Arquitectura*, III Série, n.º 96 (1967).

Anahory, Eduardo. "Praia-Piscina-Flutuante." *Binário*, n.º 119 (1968).

"Na Praia das Maçãs: - A Morte de duas Meninas." *Ilustração Portuguesa*, n.º 101 (1905).

Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1905/N101/N101_master/N101.pdf

"Na Praia Grande vai ser construído um Hotel Residencial." *Diário de Lisbã*, n.º 12948 (1958).

Disponível em: http://casacomum.org/cc/visualizador?posta=06534.072.16083#115

Pires, Santos. "Impressões de Alguns Momentos na Praia na Granja." *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 15-16 (1943).

Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Panorama/Panorama.htm

Tainha, Manuel. "Piscina no Tamariz." *Binário*, n.º 3 (1958).

Legislação:

"Decreto-Lei n.º 41562." *Diário do Governo*, Série I, n.º 56 (1958).

Disponível em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/304752/details/normal?q=41562

"Lei n.º 1:490." *Diário do Govêrno*, Série I, n.º 237 (1923).

Disponível em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/372995/details/normal?q=1490

Memórias Descritivas e Justificativas:

Cardoso, José Isaias de Oliveira. "C. O. D. A. Piscina Praia - Figueira da Foz: Memória Descritiva e Justificativa." Porto: Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1953.

Coelho, Alfredo Nunes. "Balneários Praia Pequena: Memória Descritiva." Lisboa, 1966.

Costa, Faria da, e Raul Tojal. "Projecto da Piscina Praia das Maçãs 1955: Memória Descritiva." Lisboa, 1955.

Costa, Faria da, e Raul Tojal. "Projecto das Piscinas, Balneários, Bar e Restaurante, que a Sociedade "Turismo Sintra Litoral", pretende levar a efeito na Praia das Maçãs, Concelho de Sintra: Memória Descritiva." Lisboa, 1955.

Direcção Geral dos Serviços de Urbanização. "Ante-Plano de Urbanização da Praia de Palheiros de Mira: Memória Descritiva e Justificativa," 1949.

Disponível em: https://www.dgterritorio.gov.pt/dg/patrimonio/arquivo-historico/pesquisa-atributos

"Estoril - Estação Marítima. Climatérica. Thermal e Sportiva." Lisboa, 1914.

Ferrão, Bernardo. "Piscina da Praia de Leça da Palmeira - 1ª. Fase - Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa." Porto, 1960.

Franco, José de Lima. "Urbanização de S. Pedro de Moel (Ampliação): Memória Descritiva e Justificativa." Lisboa, 1964.

Franco, José de Lima. "Urbanização de S. Pedro de Muel, Ante-Plano: Memória Descritiva e Justificativa." Lisboa, 1946.

Passos, Manuel. "Piscina Salário Atlântico: Memória Descritiva." Porto, 1940.

"Praia da Granja, 'Piscina da Granja': Memória Descritiva." Praia da Granja, 1938.

Disponível em: https://arquivo.cm-gaia.pt/units-of-description/documents/74476/?q=piscina+granja

Rodrigues, Júlio. "Conjunto Turístico PROMOEL: Memória Descritiva." Lisboa, 1989.

Silva, David Moreira da. "Anteprojeito do Plano de Urbanização da Vila de Matosinhos," 1944.

Tojal, Raul. "Plano de Arranjo Marginal do Conselho de Sintra." Lisboa, 1955.

Tojal, Raul, e Manuel Coutinho de Carvalho. "Ante-Projecto de Uma Piscina que o Exo Sr. Alfredo

Nunes Coelho, pretende construir na Praia Grande, Concelho de Sintra, Freguesia de Colares: Memória Descritiva." Lisboa, 1962.

Tojal, Raul, e Manuel Coutinho de Carvalho. "Projecto de uma Piscina que o Exmo. Snr. Alfredo Nunes Coelho, pretende construir na Praia Grande, Freguesia de Colares, Concelho de Sintra: Memória Descritiva." Lisboa, 1963.

Vieira, Álvaro Siza. "Piscina da Praia de Leça da Palmeira - 4ª. Fase - Ante-Projecto: Memória Descritiva." Porto, 1965.

Vieira, Álvaro Siza e Bernardo Ferrão. "Piscina da Praia de Leça da Palmeira - 2ª. Fase - Projecto: Memória Descritiva e Justificativa." Porto, 1965.

Vieira, Egas. "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa." Lisboa, 1965.

Outros Documentos:

Câmara Municipal de Sintra. "Quando Sintra Descobriu a Praia," 2014. Consultado em 29 de Novembro de 2021.

Disponível em: https://cm-sintra.pt/sintra-em-agenda-arquivo/quando-sintra-descobriu-a-praia

D'Encarnação, José. *Para uma História do Turismo no Estoril*. Porto: III Congresso Nacional de Turismo - Documentos, 1986.

Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13803/3/Para%20uma%20hist%C3%B3ria%20do%20turismo%20no%20Estoril.pdf

Leite, José. "Hotel das Arribas na Praia Grande," Restos de Coleção, 2018. Consultado em 16 de Outubro de 2021.

Disponível em: https://restosdecoleccion.blogspot.com/2018/09/hotel-das-arribas-na-praia-grande.html

Leite, José. "Praia das Maçãs." Restos de Colecção, 2012. Consultado em 21 de Setembro de 2021.

Disponível em: https://restosdecoleccion.blogspot.com/2012/07/praias-das-macas.html

Memórias do Bispado de Leiria. S.I., 1868.

"Portal da Marinha Grande / Comunicado da Presidente da Câmara - Piscinas de São Pedro de Moel e Areia da Praia." Consultado em 28 de Agosto de 2021.

Disponível em: https://www.cm-mgrande.pt/pages/350?news_id=1705

Arquivos, Bibliotecas, Museus e Centros de Documentação:

Arquivo da Câmara Municipal da Figueira da Foz

Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande

Arquivo da Câmara Municipal de Gaia

Arquivo da Câmara Municipal de Matosinhos

Arquivo da Câmara Municipal de Oeiras

Arquivo da Câmara Municipal de Sintra

Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal da Figueira da Foz

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian

Biblioteca Municipal de Leiria

Biblioteca Municipal da Marinha Grande

Centro de Documentação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

04. Projeto

Livros:

Azambuja, João Rosa. *Cidade da Marinha Grande: Subsídios para a sua história*. Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998.

Kullberg, J. C., R. B. Rocha, A. F. Soares, J. Rey, P. Terrinha, P. Callapez, e L. Martins. "A Bacia Lusitaniana: Estratigrafia, Paleogeografia e Tectónica." In *Geologia de Portugal no Contexto da Ibéria*. Évora: Universidade de Évora, 2006.

Disponível em: https://run.unl.pt/handle/10362/1487

Vieira, Afonso Lopes. *O Pão e as Rosas*. Lisboa: Livraria Ferreira - Editora, 1908.

Teses e Dissertações:

Marques, Paulo Jorge Pires. "Os Solos da Mata Nacional de Leiria: Características e Classificação." Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

Disponível em: https://www.repository.ul.pt/handle/10400.5/2461

Soares, Raquel Alexandra Pequeno. "Análise de Risco de Instabilidade de Arribas em S. Pedro de Moel." Universidade de Lisboa, 2013.

Disponível em: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/10969

Outros Documentos:

André, José N., Pedro P. Cunha, Jorge Dinis, Pedro Dinis, e Fátima Cordeiro. "Características Geomorfológicas e Interpretação da Evolução do Campo Dunar Eólico da Zona Costeira Entre a Figueira da Foz e a Nazaré." Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos, Volume VI (2009).

Disponível em: https://eg.uc.pt/handle/10316/15158

Bibliografia

pág. 198

As Piscinas de Mar no planeamento das estâncias de vilegiatura balnear portuguesas: reativação da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel Capítulo 05 - Conclusão

Referências de Figuras, Desenhos e Fotografias

pág. 199

05.3. REFERÊNCIAS DE FIGURAS, DESENHOS E FOTOGRAFIAS

01. Banho de Mar

Figuras:

FIG 001 O chuveiro (S. Pedro de Moel, década de 1930)

Imagem gentilmente cedida pela família Morais Roldão

FIG 002 Villa Capra “La Rotonda” (1570) - Andrea Palladio

Disponível em: https://www.metmuseum.org/art/collection/search/698054

FIG 003 Station Thermale D’Estoril

André Diogo Mateus Ventura, “Das Termas à Cidade: uma proposta de revitalização do núcleo termal de Caldas da Rainha” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2017), 44.

FIG 004 Trouville

Disponível em: https://journals.openedition.org/insitu/1846

FIG 005 Biarritz

Disponível em: https://journals.openedition.org/insitu/1846

FIG 006 Bournemouth (1890)

Disponível em: https://www.bournemouth.co.uk/explore/history-of-bournemouth

FIG 007 Vidago Palace Hotel (1910) – Miguel Ventura Terra

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?key=&doc=284666&img=118289

FIG 008 Curia Palace Hotel (1926) - Manuel Joaquim Norte Júnior

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?key=&doc=284666&img=118287

FIG 009 Estabelecimento Thermal da Curia

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?key=&doc=284666&img=118287

FIG 010 Vista aérea do “Parque Estoril”

Disponível em: https://rodrigolinogasparr.com/2019/02/06/parque-estoril/

FIG 011 The Hammam

Disponível em: https://nyamcenterforhistory.files.wordpress.com/2016/04/utquhart_manualturkishbath_1865_frontispiece_watermark1.jpg

FIG 012 Termas de Caracalla

Disponível em: https://www.globalsecurity.org/jhtml/frame.html#https://www.globalsecurity.org/military/world/spqr/images/spqr-bath-caracalla-image2.jpg[]]

FIG 013 Termas de Caracalla

Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/af/Caracalla-Grundriss2.jpg

FIG 014 Revista “L’Assiette au Beurre” (1902)

Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k10477300/f1.image#

FIG 015 Barcas de Banhos do Tejo (1848) - Olisipo: boletim do grupo “Amigos de Lisboa”

Hemeroteca Digital

Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Olisipo/1950/N49/N49_master/Olisipo_N49Jan1950.PDF

FIG 016 Revista “Occidente” (1896)

Hemeroteca Digital

Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1896/N637/N637_item1/index.html

FIG 017 Banhos de mar e outras atividades que se podem desenvolver nas praias portuguesas

Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 02 (1941): 17.

FIG 018 Banho de mar na praia de Espinho

Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 05-06 (1941): 41.

FIG 019 Termas portuguesas

Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 15-16 (1943): 70.

FIG 020 Rede nacional de Parques de Campismo (1942)

Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 09 (1942).

FIG 021 Praias portuguesas

Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 15-16 (1943): 69.

02. Planos Gerais de Urbanização

Figuras:

FIG 022 Plan of Chicago (1909) - Daniel Burnham e Edward Bennett

Disponível em: https://pbc.gda.pl/dlibra/doccontent?id=11167

FIG 023 “A aldeia mais portuguesa de Portugal” (1941) – SPN

Disponível em: https://eshtoris.hypotheses.org/756

FIG 024 Plano Cerdá (1859) - Ildefonso Cerdá

Disponível em: https://artnouveaujugendstil.blogspot.com/search?q=cerda

FIG 025 Mapa da Exposição do Mundo Portugues (1940) - SPN

Disponível em: https://restosdecoleccion.blogspot.com/2012/06/exposicao-do-mundo-portugues-em-1940.html

FIG 026 Parque da Liberdade (1899) - Henry Lusseau

Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273735409_lisboa_no_seculo_19_-_intervencoes_urbanas_Conferencia_na_FAUUSP_em_14_de_maiο_de_2008_sob_a_coordenacao_do_professor_Murillo_Marx

FIG 027 Ville de Lisbonne (1927) - Jean Claude-Nicolas Forestier

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Estúdio Mário Novais

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?key=&doc=184501&img=66577

FIG 028 Le plan de réaménagement de la région parisienne (1934)

Disponível em: https://www.lemoniteur.fr/article/henri-prost+invention-du-grand-paris.1452284#zoom/Media1200729

FIG 029 Plan d’Aménagement de la Région Parisienne (1928-1934) - Henri Prost e Louis Dausset

Disponível em: https://www.lemoniteur.fr/article/henri-prost+invention-du-grand-paris.1452284#zoom/Media1198669

FIG 030 Estrada de Turismo (1941)

Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 02 (1941): 1.

FIG 031 levantamento Topográfico da Região da Costa do Sol (1935-1954) - Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol

Arquivo da Câmara Municipal de Oeiras

Disponível em: https://arquivo.cm-oeiras.pt/Result.aspx?id=6496&type=PCD

FIG 032 Plano de Urbanização da Costa do Sol (1948-1954) - Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol

Arquivo da Câmara Municipal de Oeiras
Disponível em: https://arquivo.cm-oeiras.pt/Result.aspx?id=6503&type=PCD

FIG 033 Estádio de Lisboa - Planta Geral
Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Estúdio Mário Novais

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?key=&doc=184501&img=66576

FIG 034 Plano Director de Urbanização de Lisboa (1938-1948) - Étienne de Gröer

Disponível em: https://blx.cm-lisboa.pt/product/plano-director-de-urbanizacao-de-lisboa/

FIG 035 Plano de Urbanização da Praia do Cabedelo (1933) - Jorge Segurado e António Varela
Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?key=&doc=284666&img=118289

FIG 036 Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Praia de Vieira de Leiria (1945) - Luís Cristino da Silva

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Espólio Luís Cristino da Silva

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?key=&doc=193503&img=30108

FIG 037 Plano de Urbanização da Praia da Rocha (1935) - Carlos Ramos e António Emídio Abrantes

Disponível em: https://www.flickr.com/photos/biblarte/26635425719

FIG 038 Ante-Projecto de Urbanização da frente marginal da Praia de Monte Gardo (1941) - Luís Cristino da Silva

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Espólio Luís Cristino da Silva

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?key=&doc=193503&img=30108

03. Piscinas de Mar

Figuras:

FIG 039 Prancha de saltos flutuante da Praia de Matosinhos

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?key=&doc=284666&img=118289

FIG 040 Piscine Molitor (1929) - Lucien Pollet

Disponível em: https://www.mltr.fr/en/?interface=frontend&Params=en/molitor/

FIG 041 Stadtbad mitte (1930) - Carlo Jelkmann

Disponível em: https://howardmeans.com/tag/stadtbad-mitte/

FIG 042 La Isla (1931) - Luis Gutiérrez

Disponível em: https://www.vice.com/es/article/kzm93w/la-isl-a-piscina-madrid-havana-latigo

FIG 043 Cartaz publicitário “Las Arenas: Balneario Piscina Luminosa, Valencia” (1932) - Josep Renau

Disponível em: https://www.mutualart.com/Artwork/LAS-ARENAS-BALNEARIO-PISCINA-LUMINOSA-1/6BBA23DDC4126DE2

FIG 044 New Brighton open air baths (1934)

Disponível em: https://www.liverpoolecho.co.uk/news/nostalgia/remembering-new-brighton-baths-how-14322791

FIG 045 Southport Sea Bathing Lake (1928)

Disponível em: https://www.southportvisiter.co.uk/news/history/gallery/southport-sea-bathing-lake-pictures-13235439

FIG 046 Piscina de Mar da Póvoa de Varzim

Disponível em: http://anossapovoa.blogspot.com/2012/04/estadio-gomes-de-amorim-inicio-do.html

FIG 047 Granja (1941)

Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 04 (1941): 25.

FIG 048 Assembleia da Granja

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?key=&doc=284666&img=118289

FIG 049 Hotel da Praia da Granja

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?key=&doc=284666&img=118289

Referências de Figuras, Desenhos e Fotografias

pág. 200

FIG 050 Avenida Sacadura Cabral, Granja
Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?key=&doc=284666&img=118289

FIG 051 Avenida Sacadura Cabral, Granja
Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?key=&doc=284666&img=118289

FIG 052 Piscina de Mar da Praia da Granja (1939)
Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 05-06 (1941).

FIG 053 Piscina de Mar da Praia da Granja (1939)
Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 10 (1942).

FIG 054 Piscina de Mar da Praia da Granja (1939)
Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 15-16 (1943).

FIG 055 Piscina de Mar da Praia da Granja (1939)
Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 15-16 (1943).

FIG 056 Projecto de uma piscina a construir na Praia da Granja (1939)

Arquivo da Câmara Municipal de Gaia
Disponível em: https://arquivo.cm-gaia.pt/units-of-description/documents/74476/?q=piscina+granja

FIG 057 Café Chinez e Assembleia de Espinho
Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Espólio de Amadeo de Souza-Cardoso

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?key=&doc=166436&img=24421

FIG 058 Casino Peninsular de Espinho
Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Espólio de Amadeo de Souza-Cardoso

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?key=&doc=178137&img=24423

FIG 059 Campo de Aviação misto de Espinho
Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?key=&doc=284666&img=118289

FIG 060 Vista aérea de Espinho
Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?key=&doc=284666&img=118289

As Piscinas de Mar no planeamento das estâncias de vilegiatura balnear portuguesas: reativação da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel
Capítulo 05 - Conclusão

Referências de Figuras, Desenhos e Fotografias

pág. 201

FIG 061 Palácio Hotel de Espinho

Disponível em: https://lh3.googleusercontent.com/-FfhkTppmkIk/WyX52akW5HI/AAAAAAB_Pw/jG9YNdKXlCaw0JoEYejxH7Zdv3LHYbwgCHMYCw/s1600h/Palcio-Hotel3

FIG 062 Postal da Praia de Espinho

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/wilibimg.aspx?key=&doc=284691&img=118284

FIG 063 Praça de Touros de Espinho

Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 05-06 (1941).

FIG 064 Piscina Solário Atlântico (1943) - Eduardo da Silva Martins e Manuel Passos

Disponível em: https://museunicipaldeespinho.blogspot.com/search?q=piscina

FIG 065 Piscina Solário Atlântico (1943) - Eduardo da Silva Martins e Manuel Passos

Disponível em: https://www.google.com/url?sa=i&url=http%3A%2F%2Fwww3.oeje.pt%2Favcultu%2FSecjeste%2FAtkidigi%2FEspinhO1.htm&psig=ACQWaw3HT2vWwABsvrXOH1bD1G.5&ust=1631893822008000&source=images&cd=vfe&ved=0CAsQjRxaFwoTCIjta7sg_MCFQAAAAAdAAAAABAc

FIG 066 Campo de Tenis e Golf Miniatura (1943) - Eduardo da Silva Martins e Manuel Passos

Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação, Reunidas, n.º 72 (Março de 1941).

FIG 067 Torre de saltos da Piscina Solário Atlântico (1943)

Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação, Reunidas, n.º 72 (Março de 1941).

FIG 068 Alçado Principal da Piscina Solário Atlântico (1943) - Eduardo da Silva Martins e Manuel Passos

Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação, Reunidas, n.º 72 (Março de 1941).

FIG 069 Corte longitudinal da Piscina Solário Atlântico (1943) - Eduardo da Silva Martins e Manuel Passos

Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação, Reunidas, n.º 72 (Março de 1941).

FIG 070 Alçado Norte da Piscina Solário Atlântico (1943) - Eduardo da Silva Martins e Manuel Passos

Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação, Reunidas, n.º 72 (Março de 1941).

FIG 071 Praia da Figueira da Foz (1941)

Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 04 (1941): 25.

FIG 072 Praia da Figueira da Foz e baía de Buarcos

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/wilibimg.aspx?key=&doc=284666&img=118288

FIG 073 Vista sobre a Praia da Figueira da Foz

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/wilibimg.aspx?key=&doc=284666&img=118288

FIG 074 Visto do Grande Hotel da Figueira da Foz

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Estúdio Mário Novais

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/wilibimg.aspx?key=&doc=185775&img=77510

FIG 075 Vista sobre a Piscina Praia e o Grande Hotel da Figueira da Foz

Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal da Figueira da Foz

FIG 076 Prancha de Saltos da Piscina Praia da Figueira da Foz

Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal da Figueira da Foz

FIG 077 Tanques de banho da Piscina Praia da Figueira da Foz

Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal da Figueira da Foz

FIG 078 Piscina Praia da Figueira da Foz

Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal da Figueira da Foz.

FIG 079 Desenhos da Torre de Saltos da Piscina Praia da Figueira da Foz (1950-1953) - Isaías Cardoso

Centro de Documentação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

FIG 080 Cortes longitudinais da Piscina Praia da Figueira da Foz (1950-1953) - Isaías Cardoso

Centro de Documentação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

FIG 081 Planta à cota 15,50 metros da Piscina Praia da Figueira da Foz (1950-1953) - Isaías Cardoso

Centro de Documentação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

FIG 082 Perspetiva aérea da Praia das Maçãs

Disponível em: https://lh3.googleusercontent.com/-3ylRjmuw-rQ/WxN42abGfNI/AAAAAAB-0c/1Be6lF Tmmvwh0zIqJ3To8lVMJwF_7QIagCHMYCw/s1600h/Piscina.112

FIG 083 Perspetiva aérea da Praia das Maçãs (1955) - Raul Tojal

Arquivo da Câmara Municipal de Sintra

FIG 084 Plano de Arranjo Marginal da Praia das Maçãs do Conselho de Sintra (1955) - Raul Tojal

Arquivo da Câmara Municipal de Sintra

FIG 085 Piscina Concha (1956) - Faria da Costa e Raul Tojal

Disponível em: https://lh3.googleusercontent.com/-O6YAlFyHIEU/WxN4mTEgksI/AAAAAAB-zc/Zujnj7h7BSUgqwCCZkHIEiNMF4oiZLG5wCHMYCw/s1600h/Piscina-da-Praia-das-Mas5

FIG 086 Piscina Concha (1956) - Faria da Costa e Raul Tojal

Disponível em: https://lh3.googleusercontent.com/-C9pYN1*ZNag/WxN44QoA5Jl/AAAAAAB-0k/TUZiDJNoMGoXz_lqVgAuGkV53UjOBUIACHMYCw/s1600h/Piscina.1.14

FIG 087 Vista geral da Piscina Concha (1956) - Faria da Costa e Raul Tojal

Arquivo da Câmara Municipal de Sintra

FIG 088 Cortes transversais da Piscina Concha da Praia das Maçãs

Arquivo da Câmara Municipal de Sintra

FIG 089 Alçado de conjunto da Piscina Concha da Praia das Maçãs

Arquivo da Câmara Municipal de Sintra

FIG 090 Planta de conjunto da Piscina Concha da Praia das Maçãs

Arquivo da Câmara Municipal de Sintra

FIG 091 Publicidade ao Estoril e Costa do Sol

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/wilibimg.aspx?key=&doc=284691&img=118285

FIG 092 Palácio Hotel do Estoril

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/wilibimg.aspx?key=&doc=284691&img=118285

FIG 093 Casino do Estoril

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/wilibimg.aspx?key=&doc=284691&img=118285

FIG 094 Termas do Estoril

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/wilibimg.aspx?key=&doc=284691&img=118285

FIG 095 Parque Estoril

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/wilibimg.aspx?key=&doc=284691&img=118285

FIG 096 Cartaz publicitário da Costa do Sol

Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 15-16 (1943).

FIG 097 Cartaz publicitário da Costa do Sol

Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 03 (1941).

FIG 098 Vista sobre a Praia do Tamariz - Horácio Novaes

Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, n.º 10 (1942).

FIG 099 Piscina do Tamariz (1956) - Manuel Tainha Binário, n.º 3 (1958).

FIG 100 Piscina do Tamariz (1956) - Manuel Tainha Binário, n.º 3 (1958).

FIG 101 Planta interior da Piscina do Tamariz (1956) - Manuel Tainha

Binário, n.º 3 (1958).

FIG 102 Alçados e cortes da Piscina do Tamariz (1956) - Manuel Tainha

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Espólio Manuel Tainha

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/wilibimg.aspx?key=&doc=285528&img=114687

FIG 103 Planta de coberturas da Piscina do Tamariz (1956) - Manuel Tainha

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Espólio Manuel Tainha

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/wilibimg.aspx?key=&doc=285528&img=114696

FIG 104 Vista sobre a Praia Grande

Disponível em: https://lh3.googleusercontent.com/-F15RrNW6Ww5E/W44kn1sGABl/AAAAAACBog/yBvH3HUGcYqMWV-zMQlV3DwJl6alax1wCHMYCw/s1600h/Praia-Grande5

FIG 105 Vista aérea sobre a Praia Grande

Disponível em: https://lh3.googleusercontent.com/-luUlkzurfi8/W44ku3U0p5l/AAAAAACBpA/aM7qKGZ7YcIQit_OTbVW3PhLlFSOVFyyNXACHMYCw/s1600h/Hotel-das-Arribas.52

FIG 106 Hotel Residencial da Praia Grande (1958) - Raul Tojal

Disponível em: https://lh3.googleusercontent.com/-Of_kAjlUh12s/W44krumafAI/AAAAAACBaw/iZpc3lVWMTAl7RPX4vCbMMpQ97sMu6TQCCHMYCw/s1600h/Hotel-das-Arribas.419

FIG 107 Planta do Grupo de Balneários da Praia Pequena

Arquivo da Câmara Municipal de Sintra

FIG 108 Planta, cortes e alçados do Grupo de Balneários da Praia Pequena

Arquivo da Câmara Municipal de Sintra

FIG 109 Vista sobre a encosta norte da Praia Grande

Arquivo da Câmara Municipal de Sintra

FIG 110 Piscina de Mar e Hotel da Praia Grande

Disponível em: https://lh3.googleusercontent.com/-DgajL_7EpdSY/W44k0WtB_KI/AAAAAACBpY/AFi0OnCybilgXcOUMsMQ5utt9r54SsuaQCHMYCw/s1600h/Hotel-das-Arribas.6.03

FIG 111 Perspetiva da Piscina de Mar e Hotel da Praia Grande (1963) - Raul Tojal e Manuel Coutinho de Carvalho

Arquivo da Câmara Municipal de Sintra

FIG 112 Alçado da Piscina de Mar da Praia Grande (1963) - Raul Tojal e Manuel Coutinho de Carvalho

Arquivo da Câmara Municipal de Sintra

FIG 113 Corte transversal da Piscina de Mar da Praia Grande (1963) - Raul Tojal e Manuel Coutinho de Carvalho

Arquivo da Câmara Municipal de Sintra

FIG 114 Planta da Piscina de Mar da Praia Grande (1963) - Raul Tojal e Manuel Coutinho de Carvalho

Arquivo da Câmara Municipal de Sintra

FIG 115 Praia de Leça da Palmeira

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/wilibimg.aspx?key=&doc=284666&img=118289

FIG 116 Banho de mar na Praia de Leça da Palmeira

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/wilibimg.aspx?key=&doc=284666&img=118289

FIG 117 Prancha de saltos flutuante da Praia de Matosinhos

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Luís Reis Santos

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/wilibimg.aspx?key=&doc=284666&img=118289

FIG 118 Piscina de Leça da Palmeira

Disponível em: https://www.joaoorgado.com/pt/reportagens/piscina-das-mares

FIG 119 Piscina de Leça da Palmeira

Disponível em: https://www.joaoorgado.com/pt/reportagens/piscina-das-mares

FIG 120 Planta geral da Piscina de Leça da Palmeira (1961) - Álvaro Siza Vieira

Arquivo da Câmara Municipal de Matosinhos

FIG 121 Planta da Piscina de Leça da Palmeira (1961) - Álvaro Siza Vieira

Arquivo da Câmara Municipal de Matosinhos

FIG 122 Piscina de Leça da Palmeira

Disponível em: https://divisare.com/projects/96492-alvaro-siza-vieira-fernando-guerra-fg-sg-piscina-de-leca-da-palmeira#lg=1&slide=0

FIG 123 Piscina de Leça da Palmeira

Disponível em: https://divisare.com/projects/96492-alvaro-siza-vieira-fernando-guerra-fg-sg-piscina-de-leca-da-palmeira#lg=1&slide=12

FIG 124 Piscina de Leça da Palmeira

Disponível em: https://divisare.com/projects/96492-alvaro-siza-vieira-fernando-guerra-fg-sg-piscina-de-leca-da-palmeira#lg=1&slide=1

FIG 125 Pormenor das instalações sanitárias e balneários da Piscina de Leça da Palmeira (1961) - Álvaro Siza Vieira

Arquivo da Câmara Municipal de Matosinhos

Referências de Figuras, Desenhos e Fotografias

pág. 202

As Piscinas de Mar no planeamento das estâncias de vilegiatura balnear portuguesas: reativação da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel Capitulo 05 - Conclusão

Referências de Figuras, Desenhos e Fotografias

pág. 203

João Rosa Azambuja, Cidade da Marinha Grande: Subsídios Para a Sua História (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998), 85.

João Rosa Azambuja, Cidade da Marinha Grande: Subsídios Para a Sua História (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998), 85.

João Rosa Azambuja, Cidade da Marinha Grande: Subsídios Para a Sua História (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998), 89.

João Rosa Azambuja, Cidade da Marinha Grande: Subsídios Para a Sua História (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998), 89.

João Rosa Azambuja, Cidade da Marinha Grande: Subsídios Para a Sua História (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998), 89.

João Rosa Azambuja, Cidade da Marinha Grande: Subsídios Para a Sua História (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998), 89.

João Rosa Azambuja, Cidade da Marinha Grande: Subsídios Para a Sua História (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998), 89.

João Rosa Azambuja, Cidade da Marinha Grande: Subsídios Para a Sua História (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998), 89.

FIG 126 Planta e cortes do tanque de banho da Piscina de Leça da Palmeira (1961) - Álvaro Siza Vieira

Arquivo da Câmara Municipal de Matosinhos

FIG 127 Aceiro C

João Rosa Azambuja, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios Para a Sua História* (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998), 85.

FIG 128 Pinheiros Serpente

João Rosa Azambuja, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios Para a Sua História* (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998), 89.

FIG 129 Carta topográfica do Pinhal de Leiria (1940)

João Rosa Azambuja, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios Para a Sua História* (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998), 84.

FIG 130 Ante-Plano de Urbanização da Marinha Grande (1946)

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Estúdio Mário Novais

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/wirilbimg.aspx?skey=&doc=184724&img=55472

FIG 131 Ante-Plano de Urbanização de S. Pedro de Muel (década de 1940) - José de Lima Franco

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - Coleção Estúdio Mário Novais

Disponível em: https://baimages.gulbenkian.pt/images/wirilbimg.aspx?skey=&doc=184724&img=55472

FIG 132 Vista geral de S. Pedro de Moel (década de 1940)

João Rosa Azambuja, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios Para a Sua História* (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998), 62.

FIG 133 Farol de S. Pedro de Moel

João Rosa Azambuja, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios Para a Sua História* (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998), 306.

FIG 134 Garden City (1898) - Ebenezer Howard

Disponível em: https://stringfixer.com/pl/Ebenezer_Howard#wiki-16

FIG 135 Perfis longitudinais do Ante-Plano de Urbanização de S. Pedro de Muel (1946) - José de Lima Franco

Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande

FIG 136 Ante-Plano de Urbanização de S. Pedro de Muel (1946) - José de Lima Franco

Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande

FIG 137 Vista aérea de S. Pedro de Moel (1989)

Artur Neto Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel* (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 117.

FIG 138 Antiga esplanada-casino de S. Pedro do Moel

Luís Brito Frazão, *Memórias de S. Pedro de Muel* (Aveiro: Oficina Digital, 2016), 52.

FIG 139 Praia de S. Pedro de Moel

Luís Brito Frazão, *Memórias de S. Pedro de Muel* (Aveiro: Oficina Digital, 2016), 44.

FIG 140 Planta de Toponímia (1986) - Comissão de Toponímia e Trânsito da C. M. M. G.

Planta desenvolvida pela Comissão de Toponímia e Trânsito da Câmara municipal da Marinha Grande e gentilmente cedida pelo Sr. Eduardo Gaspar

FIG 141 Banho de mar em S. Pedro de Moel (década de 1920)

Artur Neto Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel* (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 35.

FIG 142 O chuveiro (S. Pedro de Moel, década de 1930)

Imagem gentilmente cedida pela família Morais Roldão

FIG 143 Alçados do Complexo de Piscinas Oceânicas de S. Pedro de Moel (1965) - Egas Vieira e Victor Manuel Rodrigues

Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande

FIG 144 Planta das Coberturas do Complexo de Piscinas Oceânicas de S. Pedro de Moel (1965) - Egas Vieira e Victor Manuel Rodrigues

Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande

FIG 145 "Conjunto Turístico PROMOEL" (1989) - Júlio Rodrigues

Planta desenvolvida pelo arquiteto Júlio Rodrigues e gentilmente cedida pelo Sr. Eduardo Gaspar

FIG 146 Alçado poente do Complexo de Piscinas Oceânicas de S. Pedro de Moel (1965) - Egas Vieira e Victor Manuel Rodrigues

Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande

FIG 147 Planta à cota 14,00 metros do Complexo de Piscinas Oceânicas de S. Pedro de Moel (1965) - Egas Vieira e Victor Manuel Rodrigues

Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande

FIG 148 Praia – Piscina – Flutuante (1970)

Disponível em: http://4.bp.blogspot.com/iP1DkT3UAOU/UKVZgxq8tZI/AAAAAAAAUQQ/_eouVnPl68I/s1600/projecto+de+Eduardo+Anahory,+1968.jpegasp?skey=&doc=184724&img=55472

FIG 149 Praia-Piscina-Flutuante (1970) - Eduardo Anahory

Binário, n.º 119 (1968).

04. Projeto

Figuras:

FIG 150 Acessórios em material refratário utilizados nos fornos para a produção de vidro

João Rosa Azambuja, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios para a sua História* (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998), 145.

FIG 151 Penedo da Saudade

Artur Neto Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel* (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 19.

FIG 152 Embarque de madeiras

Artur Neto Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel* (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 17.

FIG 153 Banheiro António Boiça

João Rosa Azambuja, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios para a sua História* (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998), 63.

FIG 154 D. Dinis e Rainha Santa Isabel

Artur Neto Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel* (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 79.

FIG 155 Local da Capela Velha e tercenas (1853)
Artur Neto Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel* (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 23.

FIG 156 Transporte de madeiras na mata
Artur Neto Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel* (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 91.

FIG 157 Planta do Pinhal de Leiria

João Rosa Azambuja, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios para a sua História* (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998), 84.

FIG 158 Rua Dr. Adolfo Leião

Artur Neto Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel* (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 101.

FIG 159 Vista aérea de S. Pedro de Moel

Artur Neto Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel* (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 108.

FIG 160 Construção da Piscina Oceânica
Disponível em: https://www.facebook.com/Marinha-Grande-e-Arredores-Postais-e-Fotos-antigosas-1451683738414330/hotos/a.1556085554640814/1599502596965776

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

FIG 161 Vista aérea de S. Pedro de Moel
Artur Neto Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel* (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

FIG 162 Vista aérea de S. Pedro de Moel
Artur Neto Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel* (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

FIG 163 Ante-Plano de Urbanização de S. Pedro de Moel

Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande

FIG 164 Vista aérea do traçado radiocêntrico de S. Pedro de Moel

Artur Neto Barros, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel* (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 117.

FIG 165 Piscina Oceânica
Disponível em: https://h3.ggpht.com/-3RmmQoaGahs/U_hA7G1O2h/AAAAAAAABS9w/CzXWWE0jda/s1600h/a%252520de%252520S.%252520Pedro%252520de%252520Moel%25255B%25255D.jpg

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 118.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

Artur Neto Barros, Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Moel (Marinha Grande: Edição do Autor, 1989), 107.

DES 006 Planta da rede de mobilidade da região do concelho da Marinha Grande

Desenho produzido pelo autor com base em Cartas Militares e Google Maps

Disponível em: https://www.google.pt/maps

DES 007 Esquema da Bacia Lusitaniana e suas falhas

Desenho produzido pelo autor com base no “Enquadramento geográfico e tectónico da Bacia Lusitaniana e de outras bacias da Margem Ocidental Ibérica”

Disponível em: https://un.unl.pt/handle/10362/1487

DES 008 Planta do sistema geológico da região do concelho da Marinha Grande

Desenho produzido pelo autor com base em Cartas Militares, Cartas Geológicas e Google Maps

Disponível em: https://www.google.pt/maps

DES 009 Esquema da estrutura da Mata Nacional de Leiria

Desenho produzido pelo autor com base na “Carta Topográfica do Pinhal de Leiria” (1940)

João Rosa Azambuja, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios para a sua História* (Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 1998), 84.

DES 010 Planta do sistema de ocupação dos solos da região do concelho da Marinha Grande

Desenho produzido pelo autor com base em Cartas Militares, Corine Land Cover e Google Maps

Disponível em: https://www.google.pt/maps e https://land.copernicus.eu/pan-european/corine-land-cover

DES 011 Esquema de declives e infraestrutura de mobilidade existente

Desenho produzido pelo autor com base na cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal da Marinha Grande

DES 012 Planta do Aglomerado Existente - S. Pedro de Moel

Desenho produzido pelo autor com base na cartografia disponibilizada pela Câmara Municipal da Marinha Grande

DES 013 Planta de Coberturas - Complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel

Desenho produzido pelo autor com base na cartografia original do Ante-Projecto da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel, disponibilizada pelo Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande, e imagens aéreas recolhidas pelo autor

Egas Vieira, “Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa” (Lisboa, 1965), documentos anexos.

Referências de Figuras, Desenhos e Fotografias

pág. 204

DES 014 Planta à cota 21.30 metros - Complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel

Desenho produzido pelo autor com base na cartografia original do Ante-Projecto da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel, disponibilizada pelo Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande, e imagens aéreas recolhidas pelo autor

Egas Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa" (Lisboa, 1965), documentos anexos.

DES 015 Planta à cota 18.00 metros - Complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel

Desenho produzido pelo autor com base na cartografia original do Ante-Projecto da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel, disponibilizada pelo Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande, e imagens aéreas recolhidas pelo autor

Egas Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa" (Lisboa, 1965), documentos anexos.

DES 016 Planta à cota 14.00 metros - Complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel

Desenho produzido pelo autor com base na cartografia original do Ante-Projecto da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel, disponibilizada pelo Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande, e imagens aéreas recolhidas pelo autor

Egas Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa" (Lisboa, 1965), documentos anexos.

DES 017 Planta à cota 11.50 metros - Complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel

Desenho produzido pelo autor com base na cartografia original do Ante-Projecto da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel, disponibilizada pelo Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande, e imagens aéreas recolhidas pelo autor

Egas Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa" (Lisboa, 1965), documentos anexos.

DES 018 Corte 01 - Complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel

Desenho produzido pelo autor com base na cartografia original do Ante-Projecto da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel, disponibilizada pelo Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande

Egas Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa" (Lisboa, 1965), documentos anexos.

DES 019 Corte 02 - Complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel

Desenho produzido pelo autor com base na cartografia original do Ante-Projecto da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel, disponibilizada pelo Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande

Egas Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa" (Lisboa, 1965), documentos anexos.

DES 020 Corte 03 - Complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel

Desenho produzido pelo autor com base na cartografia original do Ante-Projecto da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel, disponibilizada pelo Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande

Egas Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa" (Lisboa, 1965), documentos anexos.

DES 021 Corte 04 - Complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel

Desenho produzido pelo autor com base na cartografia original do Ante-Projecto da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel, disponibilizada pelo Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande

Egas Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa" (Lisboa, 1965), documentos anexos.

DES 022 Corte 05 - Complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel

Desenho produzido pelo autor com base na cartografia original do Ante-Projecto da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel, disponibilizada pelo Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande

Egas Vieira, "Piscina Oceânica, Ante-Projecto: Memória Descritiva e Justificativa" (Lisboa, 1965), documentos anexos.

DES 023 Esquema de declives e infraestrutura de mobilidade proposta

Desenho produzido pelo autor com base na cartografia disponibilizada pela Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande

DES 024 Planta do Aglomerado - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor com base na cartografia disponibilizada pelo Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande

DES 025 Esquema de organização programática dos Banhos de Mar

Desenho produzido pelo autor

DES 026 Axonometria dos Banhos de Mar de S. Pedro de Moel - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 027 Planta de Coberturas - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor com base na cartografia disponibilizada pelo Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande e imagens aéreas recolhidas pelo autor

DES 028 Planta à cota 14.00 metros - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor com base na cartografia disponibilizada pelo Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande e imagens aéreas recolhidas pelo autor

DES 029 Planta à cota 09.00 metros - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor com base na cartografia disponibilizada pelo Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande e imagens aéreas recolhidas pelo autor

DES 030 Planta à cota 05.50 metros - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor com base na cartografia disponibilizada pelo Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande e imagens aéreas recolhidas pelo autor

DES 031 Corte 01 - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 032 Corte 02 - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 033 Corte 03 - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 034 Corte 04 - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 035 Corte 05 - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 036 Corte 06 - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 037 Corte 07 - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 038 Corte 08 - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 039 Corte 09 - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 040 Corte 10 - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 041 Corte 11 - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 042 Corte 12 - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 043 Corte Construtivo - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 044 Tanque Doce - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 045 Pátio da Mata - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 046 Plataformas exteriores - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 047 Tanque do Mar - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 048 Rampa de ligação entre o Passeio Marginal e a Praia - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

DES 049 Pala Exterior - Proposta de Intervenção

Desenho produzido pelo autor

Fotografias:

FOT 001 Avenida das Piscinas

Fotografia do autor

FOT 002 Vale do Ribeiro do Ôlho e Farol do Penedo da Saudade

Fotografia do autor

FOT 003 Rua Pôr do Sol

Fotografia do autor

FOT 004 Miradouro da Rua Pôr do Sol

Fotografia do autor

FOT 005 Vista do miradouro da Rua Pôr do Sol sobre o núcleo original de S. Pedro de Moel

Fotografia do autor

FOT 006 Acesso pedonal da Rua Pôr do Sol à Rua Artur Neto Barros

Fotografia do autor

FOT 007 Avenida José Nobre Marques (Avenida Marginal)

Fotografia do autor

FOT 008 Vista da Av. José Nobre Marques sobre o núcleo original

Fotografia do autor

FOT 009 Estacionamento da Piscina Oceânica

Fotografia do autor

FOT 010 Acesso sul à praia de banhos

Fotografia do autor

FOT 011 Vista sobre a Piscina Oceânica no acesso à praia de banhos

Fotografia do autor

FOT 012 Vista sobre o núcleo original no acesso à praia de banhos

Fotografia do autor

FOT 013 Pinheiros serpente da Avenida José Nobre Marques

Fotografia do autor

FOT 014 Vista da Av. José Nobre Marques sobre a Piscina Oceânica

Fotografia do autor

FOT 015 Antigo acesso à Piscina Oceânica e à praia de banhos

Fotografia do autor

FOT 016 Vista sobre o complexo da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel e o núcleo original

Fotografia do autor

FOT 017 Vista da Cobertura - Maquete

Fotografia do autor

FOT 018 Vista à cota 14,00 metros - Maquete

Fotografia do autor

FOT 019 Vista à cota 9,00 metros - Maquete

Fotografia do autor

FOT 020 Vista à cota 5,50 metros - Maquete

Fotografia do autor

FOT 021 Perspetiva das acessibilidades propostas

Fotografia do autor

FOT 022 Pormenor do sistema de elevador e escadas

Fotografia do autor

FOT 023 Acessos à praia e passeio marginal

Fotografia do autor

FOT 024 Perspetiva do sistema de acessibilidade

Fotografia do autor

FOT 025 Corte da maquete com vista para Norte

Fotografia do autor

FOT 026 Prolongamento do passeio marginal

Fotografia do autor

FOT 027 Prolongamento do passeio marginal

Fotografia do autor

FOT 028 Perspetiva geral da proposta

Fotografia do autor

FOT 029 Perspetiva do poço de luz do Tanque Doce

Fotografia do autor

FOT 030 Vista do sistema de plataformas

Fotografia do autor

FOT 031 Volume de articulação

Fotografia do autor

FOT 032 Corte da maquete com vista para Sul

Fotografia do autor

FOT 033 Passeio marginal e Tanque da Praia

Fotografia do autor

FOT 034 Pormenor do Tanque da Praia

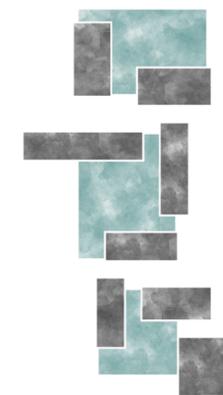
Fotografia do autor

FOT 035 Perspetiva geral da proposta

Fotografia do autor

FOT 036 Pormenor do Tanque da Praia

Fotografia do autor



**AS PISCINAS DE MAR NO PLANEAMENTO DAS
ESTÂNCIAS DE VILEGIATURA BALNEAR PORTUGUESAS**
REATIVAÇÃO DA PISCINA OCEÂNICA DE S. PEDRO DE MOEL

Rafael José de Sousa Gonçalves
Orientador: Prof. Daniel Nicolás Jiménez Ferrera

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Departamento de Arquitetura da Universidade de Évora

2022